

GOVERNO DA BAHIA

Governo do Estado da Bahia
Paulo Ganem Souto

Secretaria do Planejamento
Armando Avena

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Cesar Vaz de Carvalho Junior

Diretoria de Estatística e Indicadores
Edmundo Sá Barreto Figueirôa

Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas
Gustavo Casseb Pessoti

FICHA TÉCNICA

Coordenação Editorial
Denis Veloso da Silva
Gustavo Casseb Pessoti
Ítalo Guanais Aguiar Pereira

Equipe de Trabalho
Ana Cleusa Serra Mesquita (Bolsista FAPES)
Denis Veloso da Silva
Gustavo Casseb Pessoti
Ítalo Guanais Aguiar Pereira
Margarida Maria de Andrade
Marília Jane Dourado Campos (COPESE)

Normalização
Coordenação de Biblioteca (COBI)

Coordenação Gráfica
Dadá Marques
Fabiana Faria

Revisão de Linguagem
Equipe de Coref

Editoração
EGBA

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
PIB da Bahia: 30 Anos em Análise. — Salvador: SEI, 2006.
180 p. il. — (Série Estudos e Pesquisas, 72).
ISBN 85-85976-56-x

I. Produto Interno Bruto - Bahia. I. Título. II. Série.

CDU 330.55 (813.8)

■ SUMÁRIO

7	APRESENTAÇÃO
9	PREÂMBULO DA ECONOMIA BRASILEIRA
16	30 ANOS DE ECONOMIA BAIANA ANALISADOS POR MEIO DO DESEMPENHO DO PRODUTO INTERNO BRUTO
18	1975: ATIVIDADES AGRÍCOLA E INDUSTRIAL RESPONDEM PELA BOA PERFORMANCE DA ECONOMIA BAIANA
22	1976: ADVERSIDADES CLIMÁTICAS ARREFECEM DESEMPENHO DO PIB DA BAHIA
26	1977: INDÚSTRIA E SERVIÇOS SUSTENTAM A ECONOMIA BAIANA DIANTE DA CONJUNTURA NACIONAL DESFAVORÁVEL
31	1978: PÓLO PETROQUÍMICO COMANDA O EXPRESSIVO CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA
39	1979: CHOQUES EXTERNOS ABALAM A ECONOMIA DO PAÍS E DESACELERAM O RITMO DE CRESCIMENTO NA BAHIA
45	1980: CRISE DA DÍVIDA EXTERNA E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE A ECONOMIA BAIANA
51	1981: CRISE ECONÔMICA NACIONAL PROVOCA RECESSÃO NA ECONOMIA BAIANA
57	1982: PIB DA BAHIA CRESCE FRENTE À ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL
62	1983: RECESSÃO NACIONAL IMPEDE CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA
66	1984: METALURGIA E PETROQUÍMICA GARANTEM O MODESTO CRESCIMENTO DO PIB BAIANO
73	1985: RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL IMPULSIONA A ATIVIDADE ECONÔMICA NO ESTADO
85	1986: ECONOMIA BAIANA MANTÉM CRESCIMENTO, EMBALADA PELA EXPANSÃO DA ECONOMIA NACIONAL
89	1987: ADVERSIDADES CLIMÁTICAS INTERROMPEM A TRAJETÓRIA ASCENDENTE DA ECONOMIA BAIANA

93	1988: A RECUPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E O BOM DESEMPENHO DO COMÉRCIO GARANTEM EXPANSÃO DO PIB DA BAHIA
96	1989: INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO IMPEDE RECESSÃO DA ECONOMIA BAIANA
100	1990: FORTE RECESSÃO DA ECONOMIA NACIONAL RESTRINGE DESEMPENHO DA ECONOMIA BAIANA
104	1991: POLÍTICA ECONÔMICA CONTRACIONISTA AFETA COMPORTAMENTO DO PIB DA BAHIA
106	1992: ECONOMIA BAIANA INICIA RECUPERAÇÃO APÓS TRÊS ANOS DE DESACELERAÇÃO
109	1993: ATIVIDADE INDUSTRIAL IMPULSIONA ECONOMIA BAIANA
112	1994: PLANO REAL ESTIMULA CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA
114	1995: AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA
116	1996: INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E COMÉRCIO IMPULSIONAM ATIVIDADE ECONÔMICA NA BAHIA
117	1997: AGROPECUÁRIA LIDERA EXPRESSIVO CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA
120	1998: INSTABILIDADES NO CENÁRIO INTERNACIONAL ARREFECEM O RITMO DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA
122	1999: INCERTEZAS NO CENÁRIO NACIONAL REPERCUTEM NAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO BRASIL E DA BAHIA
125	2000: AGROPECUÁRIA E COMÉRCIO IMPULSIONAM A ECONOMIA BAIANA
130	2001: CRISE ENERGÉTICA E DIFICULDADES NO CENÁRIO INTERNACIONAL DESAQUECEM ATIVIDADE ECONÔMICA NA BAHIA
137	2002: POLÍTICA ECONÔMICA CONTRACIONISTA DESACELERA CRESCIMENTO ECONÔMICO DA BAHIA
142	2003: ATIVIDADE INDUSTRIAL ESTIMULA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO
144	BAHIA 2004: CONSOLIDAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO
147	CONSIDERAÇÕES FINAIS
149	REFERÊNCIAS

■ TABELAS DO PIB: 1975-2004

157	TABELA 1 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - POR PERÍODO BRASIL: 1985-2004
158	TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - POR PERÍODO BRASIL: 1985-2004
159	TABELA 3 - PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL E PER CAPITA ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO BAHIA: 1975-2004
160	TABELA 4 - PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL, PER CAPITA, POPULAÇÃO RESIDENTE E DEFLATOR IMPLÍCITO. BAHIA: 1994-2004
161	TABELA 5 - PIB BRASIL, TOTAL E PER CAPITA E RELAÇÃO PIB BAHIA/PIB BRASIL BAHIA/BRASIL: 1994-2004
162	TABELA 6 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - POR PERÍODO BAHIA: 1975-2004
163	TABELA 7 - TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - POR PERÍODO BAHIA: 1975-2004
164	TABELA 8 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA - POR PERÍODO BAHIA: 1975-2004
165	TABELA 9 - TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADO DO PIB PER CAPITA - POR PERÍODO BAHIA: 1975-2004
166	TABELA 10 - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DO PIB DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE E RELAÇÃO NE/BR NORDESTE/BRASIL - 1985-2003
167	TABELA 11 - PRODUTO INTERNO BRUTO SEGUNDO ATIVIDADES BAHIA: 1975-2004
170	TABELA 12 - ESTRUTURA DO PRODUTO INTERNO BRUTO BAHIA: 1975-2004
171	TABELA 13 - DEFLADORES IMPLÍCITOS DO PRODUTO INTERNO BRUTO BAHIA: 1975-2004
172	TABELA 14 - ÍNDICES DO PRODUTO INTERNO BRUTO SEGUNDO ATIVIDADES BAHIA: 1975-2004
173	TABELA 15 - CONTRIBUIÇÃO À FORMAÇÃO DA TAXA GLOBAL DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO BAHIA: 1975-2004
174	TABELA 16 - PRODUTO INTERNO BRUTO - GRANDES SETORES BAHIA: 1975-2004
175	TABELA 17 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO - POR PERÍODO BAHIA: 1975-2004
176	TABELA 18 - TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADO DO SETOR PRIMÁRIO - POR PERÍODO BAHIA: 1975-2004
177	TABELA 19 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO SETOR SECUNDÁRIO - POR PERÍODO BAHIA: 1975-2004
178	TABELA 20 - TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADO DO SETOR SECUNDÁRIO - POR PERÍODO BAHIA: 1975-2004
179	TABELA 21 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO - POR PERÍODO BAHIA: 1975-2004
180	TABELA 22 - TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADO DO SETOR TERCIÁRIO - POR PERÍODO BAHIA: 1975-2004

APRESENTAÇÃO

A idéia de instituir um órgão responsável pela elaboração de estudos e pesquisas que subsidiasse o planejamento governamental efetivou-se com a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) – pelo Decreto nº 16.261 em maio de 1955 –, dirigida inicialmente pelo economista Rômulo Almeida. Como órgão de estudo, planejamento, coordenação e controle, a CPE constituiu-se na primeira experiência institucional de planejamento no Brasil, sendo responsável pela realização de importantes estudos e projetos no Estado da Bahia.

Em face dos bons resultados alcançados pela CPE, o Governo do Estado transformou-a em Fundação Comissão de Planejamento Econômico, dando-lhe, além de maior autonomia por meio do Decreto nº 17.260 de janeiro de 1959, novas atribuições como a de “realizar estudos, pesquisas, projetos, análises e trabalhos” solicitados pelo Governo.

Por conta de uma reforma administrativa, em 1966 a CPE passa a se intitular Fundação de Planejamento (CPE). Nessa mesma data, é criado o Departamento Estadual de Estatística (DEE), com o encargo de realizar análises econômicas. Em 1973, a instituição recebe o nome de Departamento de Geografia e Estatística (DGE), assumindo a função de realizar levantamentos geográficos no Estado.

No ano de 1975, é extinto o DGE, assumindo suas atribuições a Fundação Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB). Simultaneamente, a Fundação de Planejamento (CPE) é nomeada Fundação de Pesquisas (CPE).

Agregando novas atribuições, em 1979 a CPE passa a chamar-se Fundação Centro de Pesquisas e Estudos (CPE), denominação que manteria até o ano de 1980, quando é extinta juntamente com o CEPLAB, sendo suas funções absorvidas pelo recém criado Centro de Planejamento e Estudos (CPE).

No ano de 1983, o Centro de Planejamento e Estudos é nomeado Centro de Estatísticas e Informações (CEI), criando-se, em paralelo, o Centro de Projetos e Estudos (CENPES), transformado em 1997 na Fundação Centro de Projetos e Estudos (CPE).

Em 04 de maio de 1995, por força do Decreto nº 4.177 assinado pelo governador Paulo Souto, ocorre a fusão entre a Fundação Centro de Projetos e Estudos (CPE) e a autarquia Centro de Estatísticas e Informações (CEI), instituindo-se, então, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que se constitui, atualmente, no principal provedor de dados do Estado, atendendo demandas do Governo, dos municípios e da sociedade civil.

Cumprindo com a missão que lhe foi conferida, qual seja, **“INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE”**, a SEI está lançando um produto inédito no Brasil: uma Série de Estudos e Pesquisas em que reúne informações qualitativas e quantitativas sobre os principais setores produtivos da economia baiana nos últimos 30 anos.

Por meio deste estudo intitulado “**PIB da Bahia: 30 Anos em Análise**”, a instituição torna disponível para o público em geral, pesquisadores, estudantes das esferas pública e privada e, principalmente, para o sistema de planejamento estadual um valioso instrumento de análise da economia baiana, apresentado em uma série contínua de 30 anos.

Este trabalho reúne um extenso acervo de dados relativos aos diversos setores produtivos da economia baiana no período 1975-2004, além de análises do desempenho econômico anual do Estado e fatos conjunturais/estruturais que marcaram esse período.

Agradecemos, assim, a todas as equipes que atuaram na CPE, DGE, CEPLAB e CEI ao longo dos últimos trinta anos e tornaram possível a construção dessas séries históricas ao longo do período. Em especial, agradecemos a colaboração da atual equipe da Gerência de Estudos Econômicos da SEI, que coordena o projeto de Contas Regionais da Bahia e se responsabilizou pela elaboração deste estudo e pela construção e atualização das séries históricas apresentadas.

Cesar Vaz de Carvalho Junior

Diretor Geral da SEI

PREÂMBULO DA ECONOMIA BRASILEIRA

ECONOMIA BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 30 ANOS: DA CRISE DO NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO À ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA (NEO) LIBERAL

Sintetizar os últimos 30 anos da economia baiana em uma publicação não é uma tarefa fácil. Esse desafio torna-se ainda mais arduo diante da necessidade de traçar, também, um panorama da economia nacional no mesmo período, uma vez que os distintos momentos do capitalismo brasileiro impõem certas condições ao dinamismo econômico em escala estadual. De fato, a economia baiana esteve sob configurações macroeconômicas diversas ao longo do período analisado. Em alguns momentos, contou com importantes estímulos que favoreceram o crescimento econômico e a diversificação de sua estrutura produtiva. Em outros, as adversidades impostas em escala nacional desaceleraram o ritmo do seu crescimento, provocando estagnação ou, até mesmo, recessão. Considerando-se a importância do cenário macroeconômico nacional, serão descritos, de modo sucinto, os acontecimentos que marcaram os últimos 30 anos da economia brasileira. Inicia-se com um breve resgate dos principais traços do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o desenvolvimentismo confunde-se com o próprio processo de industrialização implementado nos moldes do MSI (Modelo de Substituição de Importações). Situado entre os países de industrialização tardia, o Brasil ingressa na era industrial quando o padrão tecnológico encontra-se em um nível bastante complexo nos países avançados. Assim, a tarefa da industrialização inicia-se a partir dos anos 1930. Não que antes disso não se desenvolvessem atividades manufatureiras no país; havia uma incipiente produção industrial, no entanto, sua performance estava atrelada ao desempenho do setor exportador. Somente a partir dos anos 1930 surge a “mentalidade industrial” e dirigem-se esforços específicos para o desenvolvimento da indústria. A partir de então, a atividade manufatureira assume importância crescente, consolidando-se como atividade mais dinâmica no lugar da produção agrícola voltada para o mercado externo.

Em um lapso de tempo relativamente curto, a economia reflexa e dependente vai se tornando industrial moderna. Durante o estágio de economia primário-exportadora, o ambiente externo era o principal condicionante da performance da economia brasileira. As transformações na estrutura produtiva ao longo dos distintos ciclos expansivos influenciaram a dinâmica macroeconômica interna e esta, por conseguinte, passou a depender cada vez mais de fatores endógenos. Em apenas 50 anos, logrou-se um aprimoramento considerável das forças produtivas internas.

É importante ressaltar que tal passagem não se deu de maneira instantânea. Em um primeiro momento, a industrialização encontra-se restringida, pois é o desempenho do setor exportador que condiciona a capacidade de importação dos bens de produção necessários. Com a implantação e o desenvolvimento dos setores pesados, tal restrição se

reduz gradativamente. Porém, mesmo com todo avanço do setor industrial, permanecia um “atraso tecnológico” no que tange ao desenvolvimento da tecnologia utilizada internamente no processo produtivo. Outro problema marcante diz respeito às limitações das fontes de financiamento internas. A ausência de um sistema de intermediação financeira capaz de mobilizar a poupança doméstica para prover crédito nos volumes e prazos requeridos também foi um obstáculo na marcha rumo à industrialização.

Com efeito, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro contou com um fator decisivo, qual seja, a participação do Estado. Sua atuação foi além das funções clássicas de provedor de bens públicos, regulador do mercado de trabalho e articulador das políticas fiscal e monetária. Os investimentos em infra-estrutura, a produção de insumos intermediários, a coordenação dos blocos de investimentos e a provisão de financiamento, utilizando-se de recursos captados através dos mecanismos de poupança forçada, foram decisivos para as transformações estruturais.

Além da participação do Estado, a presença do capital estrangeiro foi fundamental, tanto no que concerne à provisão de financiamentos quanto à introdução de tecnologia via investimento produtivo direto. Por fim, resta mencionar a contribuição do capital privado nacional para completar o “tripé” no qual se baseou a industrialização brasileira.

Para efeitos de análise do período que se delimitou neste trabalho, pode-se distinguir três fases da economia brasileira. De 1975 a 1980, tem-se o último suspiro do nacional-desenvolvimentismo sob a condução do II PND. Essa fase encerra um período áureo do capitalismo brasileiro, iniciado nos anos 1930, no qual se alcançou taxas expressivas de crescimento do PIB e uma significativa modernização da estrutura produtiva.

O segundo choque do petróleo e a alta dos juros internacionais, no fim dos anos 1970, criaram condições adversas para a economia nacional, marcando o início de uma outra fase. As restrições do financiamento externo levaram à crise da dívida na década de 1980, dificultando o crescimento e contribuindo para a aceleração inflacionária. No cerne das turbulências, encontra-se o colapso das finanças públicas, ao mesmo tempo causa e efeito dos problemas econômicos cuja expressão maior é a estagnação do crescimento no período.

Por fim, os anos 1990 e os primeiros anos do novo século também são marcados pelo baixo dinamismo econômico. No entanto, as causas para tal comportamento são distintas em relação àquelas responsáveis pelo fraco desempenho da economia na década anterior. Desta vez, o cenário externo apresentou-se mais favorável, inclusive com o retorno dos fluxos financeiros à periferia do capitalismo, dispondo-se novamente a financiar os países em desenvolvimento. No entanto, tais fluxos apresentam alta volatilidade, o que torna a sua permanência nos territórios das nações emergentes um desafio constante. No afã de garantir esse precário financiamento, a política econômica tem seu raio de manobra bastante contraído. As manipulações dos juros e do câmbio tornam-se fundamentais para atrair e manter os capitais de curto prazo, mas, ao mesmo tempo, sacrificam o crescimento econômico do país e os demais objetivos internos. A seguir, analisa-se mais detalhadamente cada um desses momentos.

Tabela 1
Taxa acumulada do PIB do Brasil por período

Período	Taxa de Crescimento (%)
1975 - 1980	48,9
Década de 1980	22,1
Década de 1990	28,6
2000 - 2004	8,9

Fonte: FGV/IBGE

Como pode ser observado na Tabela 1, no período 1975-1980, a economia brasileira apresentou um crescimento equivalente ao acumulado das décadas de 1980 e 1990 juntas, evidenciando que, a partir do fim da década de 1970, o país mergulha em um ciclo alternado de crescimento e recessão econômica, perdurando até os primeiros anos do Século XXI.

1975-1980: CRISES INTERNACIONAIS E A ÚLTIMA APOSTA DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO: O II PND

Após o grande *boom* conhecido por “milagre econômico” (1967-1973), a economia brasileira desacelera. A evolução desproporcional dos diferentes setores produtivos, ao longo desta fase, desencadeou pressões inflacionárias sobre o balanço de pagamentos. Às dificuldades internas veio adicionar-se uma conjuntura internacional bastante desfavorável cujas principais manifestações foram o 1º choque do petróleo em 1973, a severa recessão nos países avançados e, por fim, o desmoronamento da ordem internacional gestada em Bretton Woods.

Frente a essas adversidades, surge como resposta o II PND: um amplo programa de investimentos voltados para os problemas estruturais da economia brasileira. O plano incluía metas ambiciosas de crescimento para a indústria e a agricultura. Vislumbrava incrementar a produção doméstica de bens de capital e insumos básicos, de forma a substituir rapidamente importações e incrementar as exportações desses produtos, reduzindo a vulnerabilidade externa. Além disso, contemplava projetos para eliminar os gargalos no setor de energia e transportes (SERRA, 1998; BATISTA, 1987).

No que se refere aos resultados, o II PND possibilitou a substituição de consideráveis insumos básicos, antes importados, por produtos nacionais e expandiu a gama de bens de capital produzidos internamente. Tais resultados creditam-se em grande medida a atuação das empresas estatais, sustentados em grande medida por financiamentos externos que ampliaram o endividamento brasileiro. Como demonstrou Serra (1998) a manutenção dos investimentos públicos “amorteceu” a desaceleração dos investimentos privados, sustentando o próprio desempenho da atividade econômica, no entanto, não evitou o declínio do nível global de investimento da economia após 1974/1975.

Por outro lado, a presença de uma conjuntura internacional desfavorável fez com que a susten-

tação do crescimento se realizasse às custas de fortes déficits na conta corrente do balanço de pagamentos (BATISTA, 1987). Tal contrapartida se deve a dois fatores: a forte recessão mundial e, por conseguinte, o processo de ajustamento das economias avançadas que limitou o dinamismo das exportações; já no que tange às importações, as mudanças estruturais na indústria exigiam importações de bens de capital em alguma medida. Em 1978 o II PND foi desativado em virtude da adoção de uma política de caráter contencionista de combate à inflação.

Em uma economia dependente de financiamento externo, as condições de crédito internacionais são determinantes para as decisões de investimento. Nesse sentido, a implementação dos programas estatais do II PND foi viabilizada pela elevada liquidez no mercado financeiro internacional em virtude da reciclagem dos “petrodólares”. A partir de 1979, a situação se inverte. Novas turbulências externas modificam as condições anteriormente facilitadas de crédito e impõem dificuldades de financiamento à economia brasileira. O 2º choque do petróleo e a elevação da taxa de juros americana incidem sobre uma situação bastante vulnerável do balanço de pagamentos, desencadeando uma crise cambial. A partir de então, o padrão de crescimento fundado no ideal desenvolvimentista torna-se insustentável e ocorre uma reorientação da política econômica.

ANOS 1980: CRISE DA DÍVIDA E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Se do ponto de vista político a década de 1980 abarcou notáveis avanços com a revitalização e o aperfeiçoamento das instituições democráticas, do ponto de vista econômico, a avaliação não é tão positiva. Taxas de crescimento modestas, algumas vezes até negativas (vide Tabela 2), revelam uma performance econômica bastante distinta em relação ao período expansivo anterior.

Estagnação econômica, colapso das finanças públicas e tensão inflacionária são as manifestações mais significativas da desorganização da economia brasileira nos anos 1980. Esse processo desencadeia-se com a chamada crise da dívida externa cuja origem está na elevação das taxas de juros internacionais, puxadas pelo aumento da taxa americana. Tal movimento desestimulou os empréstimos voluntários à periferia, causando o outro aspecto da manifestação da crise: interrupção dos fluxos voluntários de recursos externos destinados ao financiamento da economia.

É interessante observar como a combinação desses acontecimentos comprometeu as finanças públicas brasileiras, visto que o setor público era o maior devedor em moeda estrangeira. Diante da obrigação de honrar os compromissos da dívida externa, o governo se vê pressionado, por um lado, pela elevação do montante de juros devidos; por outro, pela ausência da possibilidade de rolar sua dívida, dado o estancamento da entrada de novos recursos, e pelas dificuldades de efetuar um reescalonamento da dívida. Essa situação alimentou a desconfiança dos credores internacionais, incrementando a indisposição dos mesmos em direcionar seus capitais para países com capacidade de solvência duvidosa.

Tabela 2
Taxas anuais de crescimento da economia brasileira na década de 1980

Ano	Taxa de Crescimento (%)
1981	-4,3
1982	0,8
1983	-2,9
1984	5,4
1985	7,9
1986	7,5
1987	3,5
1988	-0,1
1989	3,2
1990	-4,4

Fonte: FGV/IBGE

Nesse contexto de dificuldades de financiamento, as operações comerciais com o exterior despontam como única alternativa para obtenção das divisas necessárias para honrar os serviços da dívida. Porém, o sucesso dessa estratégia dependia diretamente da capacidade do governo brasileiro em dinamizar as exportações. É com esse objetivo que a política econômica toma um novo rumo no sentido de favorecer o desempenho das vendas ao exterior. No leque de instrumentos utilizados, encontram-se as políticas cambial e fiscal, com efeitos diretos sobre o desempenho das exportações via incremento da competitividade externa dos produtos nacionais (desvalorização cambial e concessão de isenções fiscais e subsídios). De forma indireta, porém não menos importante, contribuíram as políticas monetária e salarial, atuando sobre o comportamento da demanda interna.

No que concerne às contas públicas, os efeitos das diferentes políticas caminhavam para uma mesma direção: o colapso das finanças do setor público (BATISTA JÚNIOR, 1990). O controle das importações, a redução da demanda interna, a concessão de isenções fiscais e subsídios para estimular as exportações afetaram negativamente a receita tributária. Além disso, ressaltou-se que o setor público era o principal devedor em moeda estrangeira, mas possuía uma capacidade limitada para gerar divisas. Logo, as desvalorizações cambiais ampliavam a contrapartida da dívida externa em moeda doméstica. Ressaltou-se também, o mecanismo pelo qual a dívida pública externa vai se transformando em dívida interna: através da emissão de títulos, o governo enxugava o excesso de liquidez provocado pela aquisição de divisas junto ao setor privado. Em suma, a necessidade de gerar saldos comerciais positivos teve como efeito colateral o colapso da situação fiscal e financeira do setor público.

Esse contexto de crise das finanças públicas combinado, e ao mesmo tempo derivado, das restrições externas conduz ao crescimento da inflação; outro mal que abatia a economia nos anos 1980. Em suma, pode-se dizer que a geração de divisas para o pagamento da dívida externa e, posteriormente, o controle da inflação, consistiram nos objetivos primordiais que nortearam as políticas econômicas nesse período em análise, subjugando o crescimento econômico.

ANOS 1990: INSUSTENTABILIDADE DO CRESCIMENTO NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS (NEO) LIBERAIS

Durante os anos 1990, a economia brasileira passa por uma série de mudanças sob orientação dos organismos financeiros internacionais. Segundo eles, tais mudanças garantiriam a modernização da economia e sua inserção nos circuitos comerciais e financeiros globalizados. É com base nessa crença que se realizam políticas liberalizantes cujas maiores expressões foram: abertura comercial e financeira, privatizações, desregulamentações, dentre outras. No plano das políticas macroeconômicas, a estabilização monetária figura como objetivo maior, justificando o fiel cumprimento das prescrições ortodoxas (equilíbrio das contas públicas, regime cambial flexível e sistema de metas de inflação).

Porém, Carneiro (2002) identifica além dos fatores endógenos anteriormente descritos, outros que também influenciaram o desempenho da economia nos anos 1990. Segundo ele, a maior velocidade das mudanças tecnológicas; o novo comportamento do investimento direto estrangeiro – com suas repercussões sobre o balanço de pagamentos – e a nova ordem econômica internacional, que sanciona a lógica da financeirização, contribuíram também para o baixo dinamismo econômico do referido período. Apesar de reconhecer a importância desses elementos exógenos, privilegiar-se-á, nesta análise, – até porque o propósito desse artigo é sintetizar os principais fatos desse período –, os efeitos decorrentes dos fatores internos, uma vez que eles são desdobramentos das opções dos dirigentes nacionais.

Apesar de seguir fielmente as recomendações propostas, o Brasil esteve longe de alcançar uma melhora em sua inserção internacional. Além disso, os impactos sobre os objetivos internos de crescimento sustentado são claramente negativos. A seguir, analisam-se mais detalhadamente os efeitos deletérios de tais políticas de corte liberal sobre a estrutura produtiva, o crescimento econômico e a vulnerabilidade externa.

No que concerne à estrutura produtiva, ocorreu uma “desindustrialização” (BATISTA JR., 2002; CARNEIRO, 2002). A abertura comercial promoveu uma “especialização regressiva” no sentido de que os setores de maior complexidade tecnológica e maiores requerimentos de capital perdessem peso na matriz industrial (a exceção do segmento de material de transporte), ao passo que aqueles setores mais intensivos em trabalho e recursos naturais ganhavam maior projeção.

O significado maior dessa mudança é o retrocesso em relação ao processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que ao longo dos seus ciclos de crescimento logrou substituir importações e diminuir a dependência externa, diversificando sua estrutura produtiva. Portanto, faz sentido caracterizar as últimas transformações estruturais como “autêntica regressão” (CARNEIRO, 2002).

Quanto ao desempenho da atividade econômica, a insustentabilidade do crescimento, que marcou os anos 1980, manteve-se nos anos 1990, revelando-se um problema de difícil resolução. Por trás do movimento *stop and go* da economia brasileira, está o caráter da

política econômica e suas repercussões sobre o comportamento da demanda agregada, em especial, sobre o item investimento. Percebe-se que as fases de recuperação não se fazem acompanhar de uma retomada sustentável do crescimento do estoque de capital da economia, provocando tal movimento (AMITRANO, 2004).

Primeiro com relação ao caráter da política econômica, vale dizer que o tipo de estabilização garantido por ela implica necessariamente em taxas de juros elevadas e câmbio apreciado, uma combinação perniciosa para a expansão da demanda agregada e, em se tratando especialmente do primeiro elemento, prejudicial para o equilíbrio das contas públicas.

Para compreender o impacto de tal política sobre o investimento e, por conseguinte, sobre a expansão da atividade econômica, é necessário resgatar as contribuições do pensamento Keynesiano em que as decisões de investimento dependem das expectativas dos empresários. O aprofundamento das políticas restritivas (elevação dos juros e da contenção do gasto fiscal) sinalizam negativamente para essas expectativas, vale dizer, os empresários esperam uma lucratividade menor em suas inversões produtivas em comparação com outras formas de valorização do capital. Em razão dessa expectativa, as novas aquisições de bens de capital destinam-se apenas a repor os equipamentos depreciados, sem pretensão de ampliar a capacidade produtiva instalada. Além das dificuldades impostas pelo caráter restritivo da política monetária, a crença na estabilização como condição suficiente para a retomada do crescimento, associada à austeridade fiscal, levou os condutores da política econômica a prescindir de políticas industriais, comerciais, de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e outras políticas ativas que estimulem a atividade econômica, engendrando ciclos de crescimento mais prolongados.

Além da contenção do investimento privado, o investimento público também sofre acentuada retração. O importante a ressaltar é que, com as privatizações, perde-se um elemento importante de coordenação do capitalismo brasileiro. O setor produtivo estatal respondeu por movimentos autônomos de investimento capazes de imprimir significativo dinamismo à economia. Com a privatização, o Estado reduziu sua capacidade de indução sobre a atividade econômica, restando-lhe apenas os mecanismos de política fiscal e monetária. Desta forma, o investimento, e, por conseguinte, o crescimento sustentado da economia, fica subordinado à lógica privada.

Por fim, cabe analisar as implicações do modelo atual sobre o modo de inserção externa da economia. Com efeito, o quadro revela um aprofundamento da vulnerabilidade externa expresso na dependência de capitais de curto prazo, altamente voláteis, que exigem altas taxas de juros. Na avaliação de Carneiro (2002), a abertura financeira trouxe pouca contribuição para o financiamento doméstico e grande contribuição para a fragilização das contas externas. De acordo com Batista Jr. (2002), o Plano Real inaugurou um novo ciclo de endividamento. A valorização cambial (um dos pilares do plano) somada à abertura comercial rápida e indiscriminada provocou desequilíbrios expressivos na balança comercial, pressionando a conta corrente do balanço de pagamentos. O ajuste ocorreu via conta de capitais, através dos capitais de curto prazo descritos acima, o que aprofundou

o endividamento e a vulnerabilidade externa. Em suma, a forma de inserção externa, seja através das correntes de comércio, seja através dos fluxos financeiros, na medida que fragiliza as contas externas, vem implicando uma perda de autonomia das políticas domésticas. Para garantir financiamento através desses fluxos financeiros de curto prazo, as manipulações dos juros e do câmbio tornam-se fundamentais, porém a configuração desses preços macroeconômicos vem sacrificando os objetivos internos de crescimento.

Nesses termos, a retomada do crescimento econômico sustentado depende da redefinição da forma de inserção internacional da economia brasileira. Enquanto houver a dependência atual em relação aos capitais de curto prazo, qualquer tentativa de crescimento pode ser contida pelas especulações externas, dada a excessiva exposição da economia. Em suma, reduzir tal dependência significa ampliar a própria autonomia nacional no que tange às decisões sobre o curso do seu desenvolvimento. Mas isso é uma condição necessária e não suficiente.

Conforme pode ser observado pelos números das Tabelas 1 e 2 a economia brasileira apresentou seu auge de crescimento na década de 1970 (aproximadamente 8,6% em média ao ano), época em que ainda vigorava o desenvolvimentismo. Do ponto de vista do PIB, tanto a década de 1980 como de 1990 foram perdidas. Nessa última, a economia brasileira, segundo os dados do IBGE, apresentou um crescimento médio anual de 2,8%.

Esse preâmbulo não se objetivou a ser prepositivo, mas é importante que se perceba a importância da participação governamental no crescimento econômico do Brasil nos últimos 30 anos. Pensar em um Estado interventor, aos moldes do Keynesianismo, parece uma idéia ultrapassada e muito radical para o século XXI. Quem já passou por uma crise fiscal e financeira do Estado, com estagnação e inflação, como a que ocorreu com o Brasil na década de 1980, sabe da impossibilidade de retomada daquele modelo de crescimento econômico e social. Um meio termo entre a "mão invisível do mercado" preconizada pelo governo (neo) liberal e retomada dos planos regionais de desenvolvimento, a exemplo do II PND pode ser um bom começo. É possível que o Brasil reencontre o rumo do crescimento sustentável sem romper com a ordem econômica mundial. Basta melhorar a eficiência do gasto público e priorizar setores estratégicos de tecnologia e educação.

30 ANOS DE ECONOMIA BAIANA ANALISADOS POR MEIO DO DESEMPENHO DO PRODUTO INTERNO BRUTO

Nos últimos trinta anos, a economia baiana passou por significativas transformações em sua base produtiva. A implantação do Pólo Petroquímico no final dos anos 1970; o desenvolvimento da indústria metalúrgica na década posterior, a incorporação das atividades da indústria de papel e celulose, a instalação do Pólo de Informática em Ilhéus e do complexo coureiro-calçadista, em alguns municípios do interior, e, mais recentemente, o início da produção automobilística na RMS são indícios do dinamismo da atividade industrial no Estado.

No campo, a expansão da fronteira agrícola, a introdução da agricultura irrigada e o

desenvolvimento de novas culturas ampliam e diversificam a produção. No que tange aos serviços, também se percebe grande vitalidade, contradizendo as afirmações de que o crescimento dessa atividade se dava “a reboque” da indústria. A ampliação dos investimentos em turismo é um exemplo dos avanços conquistados.¹

Analisando-se a composição setorial do Produto Interno Bruto (PIB), percebe-se que, aos poucos, a agropecuária vai perdendo participação na estrutura do Agregado. De acordo com dados produzidos pela SEI, o setor agropecuário respondia por 30,7% do PIB em 1975. Esse percentual declina ao longo do tempo, até atingir 11,8% em 2003. Em alguns momentos da década de 1990 (em 1992, 1993, 1998 e 1999), essa participação foi inferior a 10,0%, embora nunca ficasse aquém de 9,0%.

Essa perda de posição relativa da agropecuária foi acompanhada por um aumento da participação da indústria de transformação. Em 1975, essa atividade respondia por 14,7% do PIB, elevando-se tal contribuição para 35,5% em 2004. O declínio da agropecuária está associado, principalmente, ao surgimento e à ampliação de outras atividades, notadamente aquelas ligadas à indústria. Portanto, a trajetória descendente da participação da agropecuária na composição do PIB deve ser interpretada apenas em termos relativos. Em termos absolutos, a atividade se expandiu, embora o fizesse a taxas bem mais modestas do que aquelas verificadas na indústria. Analisando-se a taxa média de crescimento da atividade no período 1975-1990, percebe-se que a produção agropecuária ficou praticamente estagnada (crescimento de 0,7%), enquanto a indústria apresentou notável expansão de 8,4% e o comércio cresceu a uma taxa média de 6%.

Já no período 1990-2004, o incremento médio da agropecuária (4,0%) superou o da indústria (3,3%) e o do comércio (1,8%), o que fez com que sua participação no PIB declinasse em ritmo mais lento. Como observa Couto Filho (2004, p.836), “é a reorganização da agropecuária baiana, aliada ao desempenho mais modesto dos demais setores da economia, que leva à manutenção da alta participação da produção do campo na composição do PIB baiano (em torno de 10,0%)”.

Ainda segundo o autor, a “reorganização” que se processa na agropecuária baiana no início dos anos 1990 consistiu em adequar a atividade aos padrões do modelo produtivista, com impactos notáveis sobre sua produtividade. Tendo em vista maiores rendimentos, “são utilizadas novas técnicas de produção, intensifica-se a monocultura em grande escala, o uso de máquinas, equipamentos, sementes melhoradas geneticamente, irrigação etc.” (COUTO FILHO, 2004, p.837). Como contrapartida, lembra o autor, agravam-se os problemas agrários e sociais, uma vez que tal modelo baseia-se na concentração fundiária e promove a desocupação da mão-de-obra.

¹ Os avanços no plano da geração de riqueza suscitam dúvidas quanto aos seus desdobramentos sobre as condições sociais da população. Os articulistas desta análise compreendem que todo e qualquer progresso na esfera econômica deve ter reflexos positivos na redução da pobreza e das desigualdades sociais. Caso contrário, tem-se apenas crescimento econômico e não desenvolvimento, visto que a expansão da atividade econômica se faz às custas de um agravamento ou manutenção da situação social. No entanto, não faz parte do escopo deste trabalho analisar as repercussões do desempenho da atividade produtiva sobre os problemas sociais que afligem a sociedade baiana, ou seja, os impactos sobre o nível de emprego, a qualidade das ocupações geradas e os níveis de salário e de proteção aos trabalhadores.

Quanto ao desempenho da atividade industrial, é preciso resgatar alguns aspectos do processo de industrialização no Estado. Não obstante os números revelarem uma grande vitalidade da atividade industrial, não é demais lembrar que a industrialização na Bahia se deu por intervenções externas, concentradas no tempo (Pólo Petroquímico na década de 1970, metalurgia nos anos 1980 e, mais recentemente, a implantação da indústria automobilística). Como descrevem Teixeira e Guerra (2000), trata-se de uma “dinâmica exógena e espasmódica”. Os blocos de investimentos realizados em diferentes épocas consubstanciaram uma estrutura industrial com fracas relações intersetoriais, concentrada na Região Metropolitana e especializada na produção de bens intermediários que, na ausência de um setor de bens finais de peso no próprio Estado, destinava sua produção aos mercados do Centro-Sul e, nos períodos de crise deste, voltava-se para o mercado externo.

A implantação de novos segmentos industriais ao longo dos anos 1990 suscita fortes expectativas de reversão do padrão industrial vigente com suas limitações estruturais e, por conseguinte, o início de uma nova dinâmica econômica no Estado. No entanto, vale lembrar que um novo padrão de desenvolvimento não depende apenas das iniciativas dos agentes no âmbito local; é preciso ter em conta as limitações do ambiente macroeconômico nacional e as condições internacionais em uma economia cada vez mais globalizada. Ou seja, “é equivocado pensar que as economias regionais possam lograr uma dinâmica endógena de desenvolvimento desarticulada do movimento maior, que é a economia nacional” (MESQUITA; OLIVEIRA, 2004, p. 459). Isto significa dizer que, em última instância, é difícil alcançar um desenvolvimento local sustentado em um cenário nacional desfavorável, mesmo com todo o empreendedorismo dos agentes na esfera infranacional.

Após essas considerações, proceder-se-á à análise do desempenho da economia baiana no período 1975-2004, ano a ano, tomando-se como base o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) por setor de atividade.² Assim, busca-se apreender as características do processo de geração de riqueza no Estado, a contribuição de cada ramo de atividade para o PIB, em que medida o caráter da política econômica nacional influenciou a performance econômica do Estado e, por fim, as transformações que ocorreram na estrutura produtiva ao longo do período.

1975: ATIVIDADES AGRÍCOLA E INDUSTRIAL RESPONDEM PELA BOA PERFORMANCE DA ECONOMIA BAIANA

A avaliação do desempenho anual da economia baiana, o objetivo central deste trabalho,

² As informações qualitativas que serviram de base para as análises apresentadas foram produzidas pelas equipes dos diversos órgãos responsáveis pelas estatísticas econômicas no Estado ao longo do período 1975-2004. Desse modo, de 1975 a 1980, foram utilizados como fonte os Informes Conjunturais do Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB); de 1981 a 1982, recorreu-se às informações produzidas pelo CPE; de 1983 a 1994, essas estatísticas foram levantadas nos Informes Conjunturais do CEI. No entanto, em que pese à importância desse acervo como subsídio para a elaboração das análises, cabe mencionar que uma grande parte desses dados foi totalmente atualizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), por intermédio de sua Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas (COREF), que coordena atualmente o Projeto de Contas Regionais da Bahia e se responsabilizou pela elaboração deste trabalho.

foi feita com base no comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), o indicador macroeconômico que expressa o total de riqueza gerado no Estado em um determinado ano. No entanto, a primeira estimativa do PIB da Bahia data de 1975, não podendo, portanto, ser utilizada na análise desse ano por não se ter uma base de comparação, suprindo-se essa carência com alguns indicadores setoriais disponibilizados em séries anuais contínuas. Coube ao Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB), órgão oficial de estatística do Governo do Estado, àquela época, a responsabilidade de realizar o primeiro cálculo do PIB da Bahia. Mas os primeiros resultados dos Agregados Macroeconômicos do Estado, abrangendo uma série de dez anos (1975-1985), só ficaram disponíveis no início dos anos 1980. Desde então, essas estimativas são divulgadas anualmente, sendo largamente demandadas por órgãos de planejamento, pesquisadores e estudiosos interessados em acompanhar a evolução econômica recente da Bahia.

Setor agrícola

De acordo com informações fornecidas pelo Centro Brasileiro de Estatísticas Agropecuárias (CBEA), o setor agropecuário baiano apresentou desempenho bastante satisfatório em 1975, crescendo 13,2%. Naquele ano, a pauta agrícola do Estado era constituída pelos cultivos de cacau, algodão, banana, cana-de-açúcar, cebola, coco-da-baía, feijão, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho e sisal, os quais representavam cerca de 90,0% do valor bruto da produção agrícola do Estado. No entanto, participando isoladamente com 23,0% dessa estrutura, o cacau influenciava de modo preponderante o resultado produtivo do setor. Desse modo, foi o seu excepcional crescimento de 60,3% que atenuou os efeitos negativos da queda de produção da maioria desses cultivos sobre o desempenho da agropecuária no período. Ressalta-se que a safra temporão do produto atingiu 157,8 mil toneladas, assinalando um resultado recorde naquele ano, muito embora a safra principal tivesse sido sensivelmente inferior à de 1974, em função de problemas climáticos – baixa temperatura e excesso de chuvas no mês de julho – que ocasionaram a elevação da umidade relativa do ar, favorecendo a incidência da podridão parda. Mesmo assim, a produção de cacau superou a marca de 250 mil toneladas.

Enfrentando condições desfavoráveis, notadamente a ausência de chuvas e a queda de preços nos mercados nacional e internacional, produtos como o algodão herbáceo (-33,5%), a mamona (-30,6%), o coco-da-baía (-22,5%), o feijão (-8,2%) e a cana-de-açúcar (-0,5%) apresentaram fracos desempenhos no período. Apenas a mandioca, que se posicionava como o segundo mais importante produto do agro baiano, logrou crescimento de 7,2%, revertendo uma tendência de queda que se manifestara desde o ano de 1973.

Essa má performance da produção agrícola se refletiu no desempenho do comércio exterior do Estado. Representando cerca 64,0% da receita cambial, as vendas externas de produtos agrícolas na Bahia declinaram em relação a 1974. Nem mesmo o cacau logrou bom resultado, muito embora o volume físico exportado do produto tenha sido maior que o do ano anterior, residindo a principal causa desse fraco desempenho nos baixos preços

vigentes no mercado internacional, o que ocasionou receitas decrescentes, evidenciando deterioração dos termos de intercâmbio.

Setor industrial

O setor industrial baiano apresentava como característica estrutural a predominância, em termos quantitativos, de unidades de pequeno e médio porte, geralmente do tipo tradicional, o que poderia indicar, à primeira vista, elevada vulnerabilidade a movimentos da conjuntura nacional.

No entanto, a despeito da prevalência desse perfil, àquela época já existia no parque manufatureiro do Estado um segmento moderno que exercia forte influência na renda gerada pelo setor e se vinculava às economias local, regional e nacional, influenciando, em grande medida, o seu desenvolvimento.

Inexistiam à época, pesquisas industriais nos Estados, a exemplo da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM) do IBGE, que passou, a partir de 1985, a medir a produção mensal dos principais segmentos da indústria de transformação na Bahia. Mesmo assim, tomando-se como base as informações coletadas pela equipe da SEI, verificou-se que a desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira não se refletiu, com grande intensidade, sobre o setor industrial baiano, que continuou sua expansão a taxas relativamente elevadas.

A variável utilizada para a análise do desempenho industrial — o consumo de energia elétrica do parque manufatureiro local — apresentou crescimento de 21,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Por essa ótica, os segmentos que registram crescimentos mais expressivos foram o metalúrgico, material elétrico e de comunicações, papel e papelão, química e petroquímica.

No que diz respeito à indústria extrativa mineral, dados fornecidos pela Petrobrás informam que, no decurso de 1975, os poços em exploração no Estado produziram um total de 6,8 milhões de m³, quantidade inferior em 8,2% àquela alcançada em 1974. Por sua vez, a produção de gás natural, matéria-prima básica da indústria petroquímica, alcançou 1,3 bilhão de m³ em 1975, representando, portanto, um acréscimo de 3,6% relativamente ao volume obtido no ano anterior.

Aliados à performance espetacular dos demais minerais metálicos e não metálicos, que cresceram 60,3%, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), esses resultados fizeram com que a produção extrativa baiana encerrasse o ano com crescimento de, aproximadamente, 39,0% em relação ao ano anterior.

A indústria da construção civil também apresentou desempenho bastante satisfatório no período, em decorrência da aceleração das obras públicas (infra-estrutura básica do Complexo Petroquímico de Camaçari, consolidação das empresas do Complexo e construção das barragens de Sobradinho e Moxotó), da implantação das unidades do Centro Indus-

trial de Aratu, bem como da própria dinâmica da construção de unidades residenciais, beneficiadas pelos crescentes recursos oriundos do sistema financeiro de habitação.

Em 1975, tanto o consumo quanto a produção de cimento, um dos indicadores mais estreitamente relacionados com o nível de atividade dessa indústria, apresentaram resultados positivos (14,0% e 3,8%, respectivamente), estimulando o crescimento da indústria de transformação do Estado.

Para finalizar a análise do setor industrial, deve ser destacado o bom desempenho dos serviços industriais de utilidade pública, refletindo, essencialmente, o aumento do consumo de energia elétrica no Estado, que alcançou 11,4% em 1975. Chegou-se a esse resultado — uma média ponderada do crescimento do consumo rural (132,0%), comercial (15,4%), industrial e residencial (11,6%) e de outros consumidores (3,0%) — excluindo-se do cálculo os grandes consumidores de energia industrial no Estado (ALCAN, SIBRA, USIBA e FERBASA).

Setor de serviços

Pelo que se pode inferir do desempenho de alguns indicadores básicos selecionados, à exceção do *comércio exterior*, o setor de serviços evoluiu de modo satisfatório em 1975.

Em função da inexistência de pesquisas diretas, para aferir o desempenho do comércio, utilizou-se como indicador a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), cujo crescimento no período foi superior a 35,0%.

Esse bom resultado refletiu-se no volume da arrecadação pública, possibilitando maior expansão dos gastos governamentais e incentivando, como decorrência, o aumento da atividade econômica interna.

Os indicadores do sistema financeiro, do mesmo modo, revelaram excelente comportamento, tanto em relação ao volume de cheques compensados, quanto no que diz respeito ao saldo dos empréstimos globais, que suplantaram em 66,0% os resultados do ano anterior. A atividade como um todo logrou crescimento real de aproximadamente 30,0%.

O desempenho mais fraco do setor de serviços ficou por conta das atividades mercantis ligadas ao setor externo, que registraram decréscimo de 12,2% em conseqüência das características da pauta de exportação baiana, em que predominam os produtos primários.

De acordo com as informações então disponíveis, o resultado dos *transportes* foi bastante satisfatório, uma vez que a dinâmica do segmento está fortemente correlacionada ao desempenho dos setores primário e secundário. Segundo os dados da Rede Ferroviária Federal S.A., o volume de carga transportado na Bahia aumentou 5,8% em 1975. Apesar da pouca relevância desse tipo de transporte no Estado, o seu resultado serve para indicar o bom desempenho dos transportes no período. Também os dados da INFRAERO revelam crescimento tanto na quantidade de passageiros embarcados (12,5%), quanto

na quantidade de passageiros desembarcados (14,0%), cabendo observar que o comportamento dessa variável está correlacionado ao desempenho dos setores de alojamento e alimentação, bem como de outros serviços.

1976: ADVERSIDADES CLIMÁTICAS ARREFECEM DESEMPENHO DO PIB DA BAHIA

Segundo estimativas elaboradas pelo Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB), o PIB da Bahia apresentou crescimento real expressivo de 7,8% em 1976. Esta taxa revela que o desempenho da economia baiana acompanhou a tendência observada na economia do País, que cresceu nesse ano 10,3%. Observa-se que desde o final do período conhecido como "milagre econômico brasileiro" (1968-1973) a economia nacional não crescia a uma taxa tão expressiva.

Vale mencionar que a aceleração do processo inflacionário no período levou as autoridades monetárias a adotar um conjunto de medidas restritivas para reverter esse quadro, diagnosticado como inflação de demanda. Procedeu-se à elevação do depósito compulsório, das taxas de redesconto e dos juros dos empréstimos concedidos pelos bancos comerciais. No plano da política fiscal, o governo decidiu cortar Cr\$ 40 bilhões no programa de investimentos a ser realizado em 1977. No entanto, apesar do caráter fortemente contracionista dessas medidas, os seus efeitos mais acentuados sobre o nível de atividade só foram observados no ano seguinte.

No âmbito do Estado, a forte estiagem nas principais áreas agrícolas acarretou diminuição significativa do volume de produção física das lavouras baianas, fazendo com que o setor agropecuário apresentasse fraco desempenho no período (queda de 9,3%). Esse resultado impediu que a economia estadual lograsse performance ainda melhor, considerando-se o elevado peso relativo (28,8%) da agropecuária na estrutura do PIB baiano no período.

Além da agropecuária, apenas a atividade de extração mineral apresentou resultado negativo de 6,8%. Os demais setores cresceram em ritmos distintos, observando-se que os melhores desempenhos do período ficaram por conta da construção civil e do segmento de comunicações (55,0% e 73,4%, respectivamente), destacando-se também a boa performance dos segmentos de alojamento e alimentação (22,9%), comércio (22,3%), serviços de utilidade pública (19,6%) e transportes (18,8%). Apesar de apresentar uma taxa de crescimento mais modesta (1,2%), a indústria de transformação deve ser mencionada em virtude de sua expressiva participação na estrutura do PIB (12,8%).

Indústria de transformação

De acordo com os indicadores disponíveis, a indústria de transformação baiana cresceu 1,2% em 1976, influenciando esse resultado os investimentos na implantação do Pólo

Petroquímico de Camaçari, em 1975. Desde então, a indústria química adquiriu relevância na estrutura industrial do Estado.

Em 1976, particularmente, três novas unidades entraram em operação: a de metanol — da Metanol S.A.; a de polimetacrilato de metila, de cianeto de sódio, de ácido cianídrico e de acetona cianídrica — da Paskin S.A. e a primeira expansão da Safron Teijin, produtora de fibra e filamento estirado e texturizado de poliéster.

Ainda no gênero químico, destaca-se o bom desempenho do segmento de derivados de petróleo. A produção de óleo diesel cresceu 1,5%, enquanto a de óleo combustível "BTE" apresentou aumento mais expressivo (7,2%). No entanto, o volume de gasolina "A" foi reduzido em 2,7% em relação ao ano anterior.

Além da contribuição da indústria química, deve-se mencionar a influência da boa performance da produção de cimento no resultado positivo da indústria de transformação baiana. Em 1976, a produção de cimento *portland* comum alcançou um volume de 589 mil toneladas, contra 500 mil toneladas produzidas no ano anterior, o que significa um acréscimo de 17,8%.

Indústria extrativa mineral

No que tange ao setor extrativo mineral, a comparação dos resultados de 1976 em relação a 1975 revelou um decréscimo de 6,8% de sua produção. O elevado grau de concentração nesse setor sugere que o seu resultado reflete o desempenho negativo dos produtos energéticos, que respondiam por cerca de 80,0% do valor gerado pela indústria extrativa em 1975.

No grupo de produtos energéticos, a extração de petróleo, atividade dominante, apresentou declínio de 7,9%, dando sinais de exaustão dos campos petrolíferos continentais do Recôncavo Baiano. A produção de gás natural também diminuiu 11,7% em relação ao resultado do ano anterior.

Por outro lado, excetuando o segmento de energéticos, a produção mineral apresentou excelente comportamento, crescendo 43% em relação ao ano anterior, segundo dados da Secretaria de Minas e Energia. Entre os produtos que mais contribuíram para tal performance, destacam-se: magnesita, cromo, chumbo, pedras para construção, pedras preciosas e semipreciosas, calcário, zinco e manganês.

Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)

Superando a média de crescimento do PIB baiano, os serviços industriais de utilidade pública registraram aumento de 19,6% em 1976, concorrendo para este resultado o bom desempenho do segmento de energia elétrica, refletido no aumento de 16% das vendas da CHESF para a Bahia. Quando se examina o volume de energia consumido no Estado,

observa-se acréscimo de 15,1% em relação ao ano anterior, localizando-se os aumentos mais expressivos nas classes industriais (16,2%), comercial (19,6%) e residencial (11,8%).

Construção civil

Com uma participação de 8,6% na estrutura do PIB estadual, a indústria da construção civil experimentou crescimento notável de 55% em 1976. Tal resultado pode ser atribuído à realização de grandes obras, tais como: instalação das primeiras unidades do Complexo Petroquímico de Camaçari e construção das barragens de Moxotó, Sobradinho, Santa Helena, Pedra do Cavalo, Sistema de Furnas no rio Jequitinhonha.

O consumo de cimento, um dos indicadores que melhor refletem o nível de atividade da construção civil, registrou aumento expressivo de 33,9%. No entanto, a produção desse mineral não-metálico foi superior em apenas 17,8% ao resultado do ano anterior, revelando um descompasso significativo entre oferta e demanda.

Agropecuária

A agropecuária baiana apresentou retração de 9,3% em 1976, sendo este o desempenho mais fraco de todas as atividades que compõem a estrutura do PIB baiano. Contribuindo com 28,8% para o macroindicador, sua má performance influenciou fortemente o resultado estadual, que poderia ter sido mais próximo da média do País se não ocorresse declínio acentuado dessa atividade.

As adversidades climáticas durante todo o ano, notadamente a forte estiagem que atingiu as principais zonas produtoras do Estado, respondem pelo baixo desempenho da atividade agropecuária. Analisando-se, conjuntamente, os produtos mais significativos da pauta agrícola (algodão, banana, cacau, cana-de-açúcar, feijão, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho e sisal), percebe-se que o declínio do valor real da produção foi de 26% em relação ao ano anterior.

Convém salientar que esse declínio acentuado decorreu, principalmente, da queda de produção física de importantes lavouras, como o cacau (-22,1%), mandioca (-12,5%), feijão (-62,2%), sisal (-48,0%), mamona (-28,3%), cana-de-açúcar (-19,2%), milho (-33,4%), fumo (-18,8%) e algodão herbáceo (-37,7%). Somados, esses produtos respondiam por 85,0% da renda gerada pela agricultura na Bahia.

Como reflexo da diminuição da oferta dos produtos agrícolas, os preços médios recebidos pelos agricultores baianos sofreram elevação excessiva. Ao final de novembro de 1976, a alta acumulada atingiu 187,6%, ao passo que a variação foi de 12,4% no mesmo período do ano anterior.

Algumas culturas enfrentaram problemas adicionais, além dos distúrbios de natureza climática. É o caso, por exemplo, da cacauicultura, que no período enfrentou a incidência

da podridão parda em suas principais áreas de produção. Outro fator relevante para a redução do volume produzido e do rendimento médio obtido foi a diminuição da área colhida de lavouras importantes como o fumo (-11,7%), mamona (-28,3%), feijão (-24,7%), milho (-20,8%), sisal (-18,3%) e cana-de-açúcar (-10,7%). Entre os produtos que apresentaram desempenho positivo, destacam-se o tomate (9,5%) e o coco-da-baía (1,9%).

Quanto à pecuária, apesar da ausência de indicadores diretos que permitissem aferir com precisão o seu desempenho naquele período, estima-se que a atividade tenha crescido no período. Um indicador indireto que leva a essa conclusão é o acréscimo de 49,8% no abate de bovinos nos estabelecimentos sob inspeção e controle federal em 1976. Já a produção de leite sofreu mais os efeitos da longa estiagem, apresentando queda de 12,4%.

Apesar do bom desempenho da atividade, convém salientar que a forte seca forçou os produtores a transferir seus rebanhos para outros Estados onde seus efeitos fossem menos árduos. Além disto, os distúrbios climáticos também provocaram abates precoces, determinando quedas de preço inevitáveis, causadas por incrementos de oferta sem a correspondente elevação da demanda.

Comércio

A análise dos indicadores de desempenho do comércio baiano revela que esta atividade cresceu 22,3% no ano de 1976, ampliando sua participação na estrutura do PIB de 8,2% para 9,2% entre 1975 e 1976. Esse comportamento indica que as medidas monetárias restritivas não inibiram a atividade comercial no Estado, uma vez que respondeu positivamente ao ambiente econômico favorável propiciado pelos novos investimentos. Nesse período, houve um grande movimento de industrialização na Região Metropolitana de Salvador (RMS), destacando-se o início da implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, gerando um incremento significativo do nível de emprego e da massa salarial, o que favoreceu o desempenho do comércio.

No âmbito do comércio exterior, verificou-se um resultado bastante favorável com o crescimento de 9,7% do valor global das exportações baianas. No entanto, o volume físico transacionado decresceu 19,3% em relação a igual período do ano anterior, evidenciando que o desempenho positivo das vendas externas está atrelado à maior cotação dos preços médios dos principais produtos da pauta de exportações, a despeito da conjuntura internacional adversa à época.

Com relação às exportações de produtos agrícolas, analisando-se o conjunto dos cinco mais importantes produtos, observam-se incrementos tanto no volume físico transacionado (16,9%) quanto no valor global das vendas (12,9%). Em particular, o incremento do valor das exportações de cacau – principal produto na categoria produtos básicos – deveu-se à maior cotação dos preços no mercado internacional (35,5%), tendo em vista que a quantidade comercializada foi inferior em 24,9%. O mesmo pode ser dito das exportações de manteiga de cacau. O incremento na quantidade foi de apenas 0,1%, enquanto o

preço médio do produto valorizou-se em 13,9% no mercado externo.

A classe que apresentou maior incremento no valor das exportações foi a de produtos industrializados (22,7%). Já os semimanufaturados e básicos apresentaram incrementos menos significativos (7,2% e 1,8%, respectivamente). Como reflexo desses desempenhos distintos, a estrutura distributiva da receita do comércio exterior se altera. Em 1975, os produtos básicos respondiam por 63,2% do valor das exportações baianas, enquanto os produtos industrializados participavam com 36,4%. Já em 1976, essas posições se invertem, com os dois segmentos assumindo pesos relativos de 58,6% e 40,7%, respectivamente, confirmando a tendência ascendente das vendas de produtos industrializados pelo Estado.

Outros serviços

As demais atividades que compõem o setor terciário baiano revelaram comportamento bastante favorável no período examinado, evidenciando forte correlação entre o seu desempenho e o do setor secundário. O resultado mais surpreendente ficou com o segmento de comunicações, cuja taxa de crescimento alcançou 73,4%. A ampliação da oferta dos serviços de telefonia urbana e interurbana pela TELEBAHIA correspondeu ao incremento da demanda, estimulada pela expansão do parque industrial no Estado.

Os serviços de alojamento e alimentação cresceram 22,9%, incentivados pelo bom desempenho da atividade turística. Segundo estimativas realizadas na época pela Coordenação de Fomento ao Turismo, o fluxo de turistas em Salvador, em 1976, superou o do ano anterior em 20%. O aumento do número de visitantes explica-se em grande parte pela implantação do sistema de vôos domésticos, em maio de 1976, que possibilitou substancial redução no custo das viagens.

Já o segmento de transportes cresceu 18,8%, refletindo a ampliação das atividades de transporte aéreo e do transporte ferroviário de cargas. Quanto ao transporte aéreo, o movimento de embarque e desembarque de passageiros no aeroporto de Salvador cresceu 28% e 24,2%, respectivamente. Com relação ao transporte ferroviário, em que pese o crescimento de 33,1% do segmento de cargas (em termos de tonelada/km transportada), o movimento de passageiros foi reduzido em 2,9% (em termos de passageiro/km deslocado).

1977: INDÚSTRIA E SERVIÇOS SUSTENTAM A ECONOMIA BAIANA DIANTE DA CONJUNTURA NACIONAL DESFAVORÁVEL

A despeito da conjuntura macroeconômica nacional pouco favorável, o Produto Interno Bruto (PIB) baiano cresceu 5,8% em 1977, segundo estimativas do CEPLAB. Embora tenha ficado aquém do observado no ano anterior, esse resultado foi superior ao nacional, estimado em 4,9%.

A elevação do ritmo de desenvolvimento da atividade petroquímica e as externalidades positivas geradas para os demais setores produtivos certamente contribuíram para que o estado lograsse um desempenho positivo.

A contribuição mais relevante para esse resultado veio do apreciável crescimento de 32,0% da indústria de transformação. Com os investimentos no Pólo Petroquímico de Camaçari e no Centro Industrial de Aratu, o perfil estrutural da atividade experimentou sensível modificação, ao tempo em que se reduzia o seu grau de dependência dos recursos governamentais. Esse movimento expansionista foi favorecido pela elevada liquidez no mercado financeiro internacional, incentivando as empresas a captar recursos no exterior diante de uma conjuntura de elevação das taxas de juros internas.

Observa-se que as atividades terciárias acompanharam a tendência ascendente do setor industrial, como mostram os resultados expressivos dos seus diversos segmentos: transporte S.A. armazenagem (50,6%); comunicações (27,0%); alojamento/alimentação (17,5%); intermediação financeira (10,3%) e comércio (9,0%).

Não fossem as quedas de produção da agropecuária (-10,6%) e da indústria extrativa mineral (-6,0%) e o crescimento moderado da construção civil (2,3%) o resultado da economia baiana em 1977 teria sido ainda mais expressivo.

Indústria de transformação

Conforme foi salientado anteriormente, a indústria de transformação baiana cresceu 32,0% em 1977. Com tal desempenho, a participação deste setor no PIB baiano saltou de 13,3% em 1976 para 15,5% em 1977.

Na ausência de indicadores que permitissem uma aferição mais precisa do crescimento industrial àquela época, para realizar suas estimativas o CEPLAB recorria a indicadores indiretos, a exemplo do consumo industrial de energia elétrica. Segundo o boletim de análise conjuntural publicada pela instituição em 1977, o consumo industrial de energia apresentou incremento de 16,7% em relação ao ano anterior, o que corrobora o resultado estimado pelo CEPLAB.

Entre os fatores que colaboraram para este resultado, destacam-se os novos aportes de capital nos segmentos de metalurgia, químico, matérias plásticas, produtos alimentares, extrativa mineral e outros.

No ramo metalúrgico, três novos empreendimentos entraram em operação naquele ano, todos localizados no Centro Industrial de Aratu (CIA): a Alumínio São Luiz Ltda, produtora de artefatos de alumínio; FAIBA S.A., fabricante de prensas rotativas e Forja Nordeste S.A., produzindo flange de aço forjado. Além dos novos investimentos, deve-se mencionar que 54,3% do aumento no consumo de energia elétrica pela classe industrial observado naquele ano correspondeu à demanda de quatro unidades do segmento: USIBA, ALCAN, FERBASA e SIBRA.

Com relação ao segmento químico, as unidades inauguradas no Pólo Petroquímico de Camaçari ampliaram e diversificaram a matriz produtiva da incipiente indústria no Estado com a elaboração de produtos mais complexos e, portanto, de maior valor agregado. Merecem destaque a Dow Química, produzindo glicóis, cloro-soda e óxido de propeno; a Nitrocarbono, produzindo caprolactama e sulfato de amônia; a unidade de dimetiltereftalato da PRONOR e a de ácido sulfúrico, da SULFAB. No CIA, entraram em operação a Bayer do Brasil, fabricando inseticida em pó e líquido, e a REFINOR S.A., produzindo óleos refinados.

No ramo de matérias plásticas, três novas empresas entram em operação: a SICOPLAST, produzindo embalagens plásticas em geral no CIA, e a PLASTISULBA, voltada para a produção de sacos plásticos no município de Ilhéus. No segmento de produtos alimentares, os destaques foram as novas empresas Produtos de Cacau S.A., fabricando chocolate não adoçado, e Indústrias Alimentícias Pingüim S.A., produzindo biscoitos, macarrão, derivados do milho e café em pó.

Finalmente, cabe destacar os empreendimentos na área de equipamentos industriais (tanques, separadores centrífugos, polidora e desfibradora de sisal etc), extintores de incêndio, móveis e artefatos de borracha.

Indústria extrativa mineral

No tocante à indústria extrativa mineral, além da instalação de novas unidades produtivas, a atividade contou, ainda, com a ampliação da capacidade de algumas empresas já instaladas. Entre as primeiras estavam a Cal Confiança Indústria S.A., produzindo cal hidratado, cal virgem e filler calcário; União Brasileira de Mineração (UBN), tendo como principal produto minérios moídos; FACOL Mármore S.A., beneficiando mármore e granitos em Juazeiro; e a Cia de Extração Mineral (CIEMIL), beneficiando diatomita em Vitória da Conquista. Em fase de ampliação encontravam-se a Mineração e Química do Nordeste S.A., voltada para produção de salgema em Vera Cruz; SERJANA, localizada no município de Campo Formoso, cujo principal produto era o cromo; e a CISAFA, fabricante de cimento.

A despeito de a indústria extrativa ter sido beneficiada com novos investimentos, sua produção experimentou resultado negativo pelo segundo ano consecutivo (-6,0%), em decorrência do fraco desempenho do subsegmento de minerais energéticos. No ano examinado, declinaram tanto a produção de petróleo (9,0%) quanto a de gás natural (2,4%), refletindo o estado de esgotamento dos poços existentes no Recôncavo baiano e indicando que a reversão da tendência declinante do segmento se condicionava à descoberta de novos poços para exploração.

Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)

Os serviços industriais de utilidade pública registraram crescimento de 8,8% em 1977.

Concorreu para esse bom resultado o aumento de 16,8% do serviço de fornecimento de energia elétrica pela COELBA, observando-se crescimento da demanda em todas as classes de consumo, notadamente a rural (46,6%), a residencial (18,6%) e a comercial (16,0%).

Construção civil

Já a indústria da construção civil cresceu apenas 2,3% em 1977, não conseguindo repetir o excelente resultado do ano anterior (55,0%). Sofrendo forte influência das oscilações do nível de atividade desse segmento, o consumo de cimento aumentou 6,6%, um resultado bem aquém do que apresentou em 1976.

Três fatores explicam a desaceleração do ritmo de crescimento dessa indústria. O primeiro está relacionado à queda do ritmo de construção de imóveis residenciais, ocasionada por redefinições no âmbito da política habitacional. O segundo está localizado no aumento significativo dos preços dos materiais de construção no período. Por fim, resta mencionar o desaquecimento das obras públicas do governo federal, em consequência de sua decisão de efetuar corte nos gastos público.

Agropecuária

A atividade agropecuária apresentou resultado negativo pelo segundo ano consecutivo (-10,6%), espelhando as quedas de produção do cacau (-1,2%), mandioca (-2,7%) e sisal (-10,7%), cultivos com elevado peso na estrutura agrícola do Estado àquela época. Esse fraco desempenho ocorreu a despeito das taxas positivas registradas pela maioria dos cultivos que compunham a pauta agrícola do Estado.

O baixo rendimento da lavoura cacaeira decorreu, mais uma vez, dos problemas climáticos que afetaram as principais regiões produtoras, já bastante atingidas pela incidência da podridão parda. O resultado negativo da cacauicultura explica o decréscimo da produção agropecuária baiana, tendo em vista que o cacau respondia pela maior parcela do valor gerado pela atividade no período.

Entre as lavouras que apresentaram rendimento positivo, destacaram-se o feijão (58,7%), a mamona (31,2%), o algodão herbáceo (30,7%), a cana-de-açúcar (13,2%), o milho (8,4%) e o fumo (1,4%).

Cabe assinalar que se estimava o desempenho da produção pecuária, no período, com base na variação do ICM relativo ao gado bovino, uma vez que não se dispunha de indicadores mais precisos para acompanhar sua evolução. Segundo o boletim de análise conjuntural do CEPLAB, esse tributo registrou aumento de 39,5%, considerando-se as transações interestaduais, e de 59,0%, no movimento interno. No entanto, mesmo sugerindo um desempenho positivo da pecuária, o ICM pode não estar refletindo com a precisão desejada os resultados da pecuária no período, uma vez que o congelamento

dos preços da carne forçou muitos produtores a realizar abates precoces. Ademais, com a estiagem de 1977, muitos produtores se desfizeram dos seus rebanhos, especialmente das fêmeas, de forma mais acentuada do que a habitual.

Comércio

O comércio baiano cresceu 9,0% em 1977, um resultado que ficou aquém do observado no ano anterior (22,3%). Credita-se essa desaceleração às medidas restritivas adotadas no âmbito da política monetária em 1976, a exemplo da elevação das taxas de juros, restringindo o acesso ao crédito ao consumidor, e o enxugamento da liquidez.

Tais dificuldades sugerem que o desempenho do comércio interno não foi tão favorável como o resultado a que chegou o CEPLAB baseando suas estimativas no comportamento da arrecadação do ICM, que naquele ano cresceu 27,3%.

Com relação ao comércio exterior, há fortes indícios de que o seu desempenho tenha sido favorável. O valor global das exportações baianas cresceu 65,2%, em termos nominais, em relação a 1976. A receita cambial com a exportação de produtos básicos aumentou 49,4%, aumentando também aquela originada da venda de produtos industrializados (88,9%). As receitas das vendas externas dos produtos mais representativos da pauta de exportação baiana — cacau em amêndoas, fibra de sisal e fumo em folhas — foram ampliadas naquele ano, apesar da queda no volume físico exportado, graças ao comportamento favorável dos preços externos.

No entanto, apesar do bom desempenho dos produtos básicos, sua participação relativa no valor global das exportações do Estado foi reduzida de 58,7% para 53,0% entre 1976 e 1977, em virtude do grande salto das vendas externas de produtos industrializados.

Na categoria de bens manufaturados, o crescimento das receitas externas deveu-se, sobretudo, aos incrementos nas vendas de chocolate (266,6%) e de cordas, cordéis e cabos de sisal (60,2%). No item semimanufaturados, os maiores incrementos foram observados nas vendas do ferro-manganês (49,3%), magnesita (96,5%), manteiga de cacau (37,5%) e massa de cacau (189,8%). Com isso, a participação da receita originada da venda dos produtos industrializados no valor total das exportações cresceu de 40,7% em 1976 para 46,5% em 1977.

Outros serviços

A exemplo do que ocorreu com o comércio, os demais segmentos do setor terciário apresentaram comportamento ascendente no período em análise. O melhor desempenho foi registrado no subsetor de transportes, haja vista sua expansão de 50,6%. Observado à luz do desempenho dos demais setores, especialmente da indústria de transformação, a boa performance do segmento de transportes indica forte correlação entre seu comporta-

mento e o das demais atividades. Segundo dados da Rede Ferroviária Federal, o transporte ferroviário de carga expandiu-se em 12,5%, apesar da gradual perda de relevância deste meio na matriz de transportes do Estado. Já com relação ao transporte aéreo, as informações disponíveis revelam incrementos significativos no fluxo de passageiros no aeroporto Dois de Julho. O número de embarques aumentou 20,2%, enquanto o movimento de desembarques cresceu 18,5%.

O crescimento da atividade turística na Região Metropolitana de Salvador repercutiu favoravelmente sobre o segmento de alojamento e alimentação que registrou expansão de 17,5% no ano examinado.

Por fim, o setor financeiro experimentou crescimento real de 10,3%. Atestam a boa performance do segmento os aumentos de 6,5% do saldo de empréstimos, e de 25,5% do movimento de compensação de cheques na praça de Salvador.

O crescimento das inversões no Pólo Petroquímico de Camaçari e suas repercussões positivas sobre os demais segmentos da indústria e das atividades ligadas ao setor de serviços sinalizavam que a economia baiana, em 1978, manteria sua tendência de crescimento, como realmente ocorreu.

1978: PÓLO PETROQUÍMICO COMANDA O EXPRESSIVO CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA

Em 1978, a economia baiana cresceu 13,3%, superando com vantagem a média do País (4,9%). Tal desempenho mostra o expressivo dinamismo do Estado, a despeito das condições macroeconômicas pouco favoráveis. A persistência do processo inflacionário, somada às crescentes dificuldades no balanço de pagamentos, levou as autoridades monetárias a intensificar as medidas restritivas que já vinham sendo adotadas no País, a exemplo da restrição do crédito. No entanto, embora tenham afetado alguns segmentos do terciário, o impacto dessas intervenções no resultado global da economia do Estado foi amenizado pela expansão dos setores agropecuário e secundário.

A boa performance da atividade baiana deveu-se principalmente à recuperação da agropecuária, que cresceu 14,4% após ter experimentado taxas negativas por dois anos consecutivos, em decorrência das condições climáticas adversas no período. O desempenho desse setor torna-se ainda mais representativo quando se leva em conta sua elevada participação no Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia em 1978, estimado em 27%. Vale ressaltar que, apesar de ter sido a mais expressiva entre todos os setores, essa participação decresceu em relação a 1977, quando a agropecuária respondeu por 30,5% do PIB estadual.

A redução do peso da atividade na economia do Estado pode ser explicada pelo expressivo crescimento, por vários anos, do setor industrial, o que elevou sensivelmente a participação deste na estrutura produtiva baiana. Cabe ressaltar que a inauguração de novas unidades no Pólo Petroquímico de Camaçari e a entrada em operação de várias unidades

nesse Complexo deram forte impulso à indústria de transformação, propiciando a expansão deste e de outros ramos do setor secundário. Ademais, devem ser ressaltados os reflexos positivos do crescimento da indústria sobre o setor serviços como mais um estímulo para o expressivo desempenho da economia baiana no ano em análise.

Em números, a indústria de transformação cresceu 12,9%, taxa considerada bastante significativa diante da elevada base de comparação, visto que no ano anterior a atividade já havia registrado crescimento expressivo. A construção civil também revelou comportamento bastante favorável, com aumento de 34,4%. Embora registrando taxa mais modesta, os serviços industriais de utilidade pública cresceram 7,8%. A indústria extrativa mineral foi o único segmento do setor secundário que obteve resultado negativo (-4,3%). No que tange ao setor terciário, lograram bons resultados as atividades de alojamento/alimentação (14,3%), comércio (11,4%), comunicações (50,1%) e saúde/educação (14,2%), ressaltando-se que apenas o segmento de transportes e armazenagens apresentou variação negativa de 3,3%.

Indústria de transformação

Tomando-se com base os indicadores de desempenho da atividade industrial, verificou-se que a indústria de transformação cresceu em ritmo acelerado em 1978. O aumento de 27,1% do consumo industrial de energia elétrica, bem como da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) relativos à área industrial, calculado em 3,4% e 28,4%, respectivamente, atestam o excelente desempenho do setor industrial.

O grande salto da indústria de transformação baiana teve início por volta de 1976 com os primeiros investimentos no Pólo Petroquímico de Camaçari. Mas foi em 1978 que o novo empreendimento deslanchou, quando entraram em operação importantes unidades. A montagem do Complexo Petroquímico deu nova dinâmica à estrutura produtiva do Estado, refletindo positivamente sobre as demais atividades industriais, induzindo a modernização tecnológica das empresas já existentes e incentivando a inauguração de novas unidades. Devem ser destacados, também, os seus efeitos indutores sobre o setor terciário, elevando os níveis de emprego (17 mil postos diretos iniciais), renda e arrecadação fiscal. Com tal importância, o Pólo foi considerado um investimento motriz para a economia baiana no período.

Entre as novas unidades que marcaram o início das operações desse Complexo, destaca-se a Central de matérias-primas (CEMAP), formada por duas unidades de processamento, cuja previsão inicial era transformar 1,5 milhão de toneladas/ano de nafta em petroquímicos básicos: olefinas (380,3 mil t/ano de eteno, 200 mil t/ano de propeno e 54,5 t/ano de butadieno) e aromáticos (129,5 mil t/ano de benzeno, 82,6 mil t/ano de P-xileno, 40 mil t/ano de O-xileno, e 17 mil t/ano de tolueno). Assim, a CEMAP era considerada estratégica, uma vez que responderia pelo abastecimento de insumos básicos para

as 42 empresas nas fases de implantação, operação e projeto, permitindo-lhes produzir petroquímicos de primeira e segunda gerações.

Além da Central de Matérias-primas, o Complexo Petroquímico de Camaçari recebeu novas plantas de produção intermediária, as quais entraram em fase de operação em 1978: a Politeno S.A., prevendo produção de 100 mil t/ano de polietileno de baixa densidade; a Polipropileno S.A., com meta de produzir 50 mil t/ano de polipropileno; a Polialden Petroquímica S.A., produtora de polietileno de alta densidade (PEAD); a Estireno do Nordeste S.A. (EDN), com produção estimada de 100 mil t/ano de estireno manômero e de 45 mil t/ano de poliestireno; a Oxiteno Nordeste S.A., com expectativa de produzir, em sua 1ª fase, 52,5 mil t/ano de óxido de eteno, 64 mil t/ano de dietilenoglicol e 430 t/ano de trietilenoglicol; e a Isocianatos do Brasil S.A., prevendo produção de 22,7% mil t/ano de diassocianato de Tolueno (TDI). Ainda no ramo petroquímico, destaca-se a inauguração da Brasquímica, fabricante de emulsão asfáltica no Centro Industrial de Aratu (CIA).

A produção petroquímica baiana, à época, destinava-se basicamente a algumas regiões do país, principalmente o Sudeste, e ao exterior, cristalizando a posição do Estado como produtor de insumos, sobretudo para a indústria paulista. Apesar do efeito multiplicador dos investimentos ter sido bastante restrito, dado o seu limitado poder de atração de novas empresas que absorvessem a produção petroquímica, os seus impactos sobre outros ramos da indústria, especialmente a metalurgia, foram significativos.

No ramo da metalurgia, sobressai a expansão da USIBA, que entrara em operação no ano de 1977 com apenas uma unidade (a de laminação), com capacidade para produzir 420 mil toneladas/ano de fio-máquina, vergalhões, perfis leves e barras. O projeto de ampliação da empresa permitiu que sua capacidade de produção e o seu *mix* de produtos fossem ampliados. Assim, tornou-se capaz de produzir 763,6 toneladas/ano de metalúrgicos, distribuídos entre ferro-esponja (200 mil toneladas/ano), aço líquido (215,2 mil toneladas/ano), tarugos (201,4 mil toneladas/ano) e laminados (147 mil toneladas/ano).

Outras unidades se instalaram na Bahia em diferentes setores que foram impulsionados, principalmente, pelas potencialidades do mercado consumidor, originadas do desenvolvimento de segmentos-chave da indústria. Destacam-se a Alperfil Indústria Técnica de Alumínios Ltda., fabricando esquadrias e outros artigos com anodização em alumínio; a Estamparia e Esmaltização Nordeste S.A. (Esmaltec), produzindo fogões e outros artigos de metalurgia especializada; a Formac Bahia S.A., fazendo recuperação de elos, enchiamentos e usinagem de roletas e montagem de esteiras para tratores; a Hughes Tool do Brasil Equipamento Industrial Ltda, produzindo broca com dente de aço e outras; a Kobe do Brasil S.A., fabricando equipamentos e componentes para bombeamento hidráulico e poços de petróleo; a Plásticos da Bahia S.A. (PLABASA), produzindo espuma de poliuretano e sacos de polietileno; a Cerâmica Poty Ltda e a Cerâmica Três Rios Ltda., ambas fabricando cerâmica vermelha.

Construção civil

Estimativas elaboradas pela CEPLAB revelam que a indústria da construção civil cresceu de modo expressivo em 1978 (34,4%). Esse bom desempenho repercutiu no consumo de cimento — insumo básico do segmento — cujo crescimento alcançou 5,3% no período.

Atribui-se a boa performance da construção civil aos investimentos produtivos realizados na Região Metropolitana de Salvador (RMS) à época, sobretudo no Pólo Petroquímico, gerando a necessidade de construção e/ou ampliação de plantas. Os efeitos positivos desses novos investimentos atenuaram o resultado negativo da construção residencial, que vinha passando por grandes dificuldades em decorrência de mudanças no Sistema Financeiro de Habitação, implementadas com a finalidade de disciplinar o acesso ao crédito para a construção de imóveis.

Indústria extrativa mineral

Contrariando a tendência positiva revelada pelos demais subsetores industriais, a atividade extrativa mineral decresceu 4,3% no período em análise. Com esse resultado, a produção do segmento acumulou três anos consecutivos de desempenho negativo, o que provocou o declínio de sua participação na estrutura do PIB baiano (de 4,3% em 1975 para 3,8% em 1978).

Mais uma vez, o segmento de minerais energéticos foi o principal responsável pela má performance do setor. A produção de petróleo bruto manteve a tendência declinante que já se vinha observando por três anos consecutivos, (queda de 6,5%), refletindo o esgotamento das reservas localizadas na plataforma continental, o que apontava a necessidade de descobrir novas reservas para reativar a produção. No que concerne à produção de gás natural, a redução de 1,5% em relação ao mesmo período anterior acentuou a má fase da exploração dos minerais energéticos no Estado.

De acordo com o CEPLAB, a indústria extrativa mineral teria crescido 7,7% no período se na estimativa do seu desempenho fosse considerado apenas o comportamento da produção dos minerais não-energéticos, uma vez que tanto a produção de petróleo quanto à de gás natural foram inferiores aos resultados do ano anterior.

É importante ressaltar que a performance dos minerais não-energéticos teria sido ainda melhor se algumas das atividades mais importantes do subsegmento não tivessem enfrentado dificuldades como o prolongamento do período chuvoso, afetando diretamente a exploração das jazidas de cromita; a redução de 48% do preço médio de transferência da salgema e de, aproximadamente, 7,0% do preço de venda do concentrado de zinco; e, por fim, o desaquecimento da demanda da FERBASA, em decorrência da paralisação de um dos seus fornos no primeiro semestre, para limpeza e ampliação da capacidade produtiva dessa empresa.

Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)

Os serviços industriais de utilidade pública (SIUP) registraram crescimento de 7,8% em 1978. Tal expansão pode ser creditada ao bom comportamento da agropecuária e da indústria de transformação, ocasionando maior demanda de energia elétrica. Entre janeiro e novembro de 1978, o consumo de energia no Estado aumentou 22,7% em relação ao mesmo período do ano anterior e, tomando-se como referência apenas o volume fornecido pela Coelba, as classes rural e residencial apresentaram taxas de crescimento expressivas de 41,5% e 10,8%, respectivamente.

Já o consumo industrial cresceu 27,1%, sendo absorvidos 53,8% do volume produzido de energia por sete unidades industriais – Alcan, Ferbasa, Sibra, Usiba, Dow Química, Copene e Caraíba Metais –, cujo atendimento é realizado diretamente pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). No ano de 1978, essa empresa forneceu ao Estado um volume de energia superior em 14,8% ao do ano anterior.

Agropecuária

Passados os efeitos negativos da forte estiagem de 1976, que provocaram queda do seu nível de produção por dois anos consecutivos, em 1978 a atividade agropecuária voltou a apresentar resultado positivo de 14,4%. Concorreram para esse bom desempenho a excelente performance das lavouras, que cresceram 12,9% segundo estimativas do Centro Brasileiro de Estatísticas Agropecuárias, e a da pecuária, cuja produção aumentou 7,4%.

Naquele período, a agricultura representava 70,0%, aproximadamente, do valor da produção da agropecuária, exercendo, desse modo, forte influência no seu resultado produtivo. No entanto, apesar de diversificada, a produção agrícola do Estado concentrava-se, basicamente, em três produtos que respondiam por 65,3% do seu valor da produção: o cacau, a mandioca e o feijão, os quais cresceram 31,7%, 21,6% e 12,0%, aproximadamente.

Com relação ao cacau, o seu desempenho produtivo naquele ano não foi merecedor de realce. A safra de 1978 manteve-se relativamente estável em comparação ao período anterior (queda de 0,4%), em que pese o leve aumento de 1,4% da área colhida. O excesso de chuvas durante o verão e a incidência do peço fisiológico prejudicaram a floração nas áreas mais importantes de cultivo, reduzindo o rendimento médio por hectare em 1,8% em relação ao ano anterior. Apesar disso, a receita de exportação do produto conseguiu crescer 7,5%, em consequência do incremento do volume exportado já que o preço médio do cacau declinou de US\$ 4.072,1/t em 1977 para US\$ 3.385,1/t em 1978. No entanto, apesar dessa queda, o cacau era, à época, um dos poucos produtos da pauta de exportação brasileira que ainda tinham boa cotação no mercado internacional.

A mandioca, o segundo cultivo mais importante da pauta agrícola do Estado, registrou incremento de 1,7%. Bastante resistente a variações climáticas e pouco suscetíveis a pra-

gas e doenças, essa lavoura é, também, a mais intensiva em terra e trabalho entre os produtos agrícolas tradicionais. Assim, o moderado crescimento de sua produção física pode ser atribuído ao aumento de 5,4% na área colhida no ano de referência, visto que o rendimento médio foi 3,2% menor. Esse comportamento reflete o baixo nível tecnológico da lavoura e sua elevada dependência da incorporação de novas terras para lograr aumento do volume produzido.

A produção baiana de feijão registrou expansão mais significativa frente às duas lavouras analisadas anteriormente (61,8%). À semelhança da lavoura de mandioca e de outras lavouras tradicionais, a produção de feijão também apresentava forte dependência da agregação de novas terras e baixa incorporação de novas tecnologias que permitissem aumentar sua produtividade. Em 1978, a área colhida expandiu-se em 42,6%, impulsionada pelos bons preços da safra anterior, enquanto o rendimento médio (kg/ha) cresceu 13,5% em relação a 1977.

No que se refere às demais lavouras, a maioria registrou variação positiva na produção física no período em análise, destacando-se o fumo (77,6%), a mamona (57,1%), o milho (53,2%), o algodão herbáceo (27,0%) e a cana-de-açúcar (5,8%), que responderam, juntos, por 23,4% do valor gerado pela produção agrícola no ano de referência. Estas culturas experimentaram, simultaneamente, variações positivas na área colhida e no rendimento médio por hectare plantado.

Devido à maior oferta, os preços dos produtos dessa categoria cresceram 16,9%, ficando bem abaixo da inflação medida pelo Índice Geral Preços (IGP), que registrou variação positiva de 35,0%.

Tabela 3
Variação da área colhida e do rendimento médio e participação na produção agrícola das principais culturas - Bahia: 1977-1978

Lavouras	Participação na produção	da área colhida ¹	do rendimento médio ²
Cacau	31,7	1,4	-1,8
Mandioca	21,6	5,4	-3,2
Feijão	12	42,6	13,5
Mamona	9,3	37,1	14,6
Milho	4,2	40	8,9
Cana-de-açúcar	4,2	8	-2,1
Sisal	4	0	-14,3
Banana	3,6	-6,7	0
Algodão Herbáceo	2,4	2,9	23,5

Fonte: FIBGE/CBEA.

¹. Área colhida medida em ha.

². Rendimento médio medido em kg/ha.

Diante da carência de indicadores mais precisos, o desempenho da pecuária foi aferido com base em algumas estatísticas que sugerem resultado pouco favorável da atividade no período. Comparando-se o número de abates entre janeiro e novembro de 1978 com relação a igual período do ano anterior, percebe-se decréscimo de 22,1%. O abate de

matrizes, apesar de menor, ainda apresentava-se em um patamar bastante elevado (25,4%) em relação ao normalmente aceito para o abate de fêmeas, o que trouxe preocupação com a reprodução/ampliação futura do rebanho. A persistência desse quadro deveu-se às fortes chuvas que favoreceram o ataque das “cigarrinha” às pastagens de importantes áreas produtoras do Estado, afetando a produção e forçando os produtores a vender o gado, inclusive as matrizes, precocemente e em número bastante elevado. Como reflexo dessas dificuldades, os preços dos produtos de origem animal tiveram aumento acumulado de 54,7%, bem acima da variação do nível geral de preços no período (35,0%).

Adicionalmente, a contenção do crédito ao setor agropecuário pelo governo federal visando amenizar o processo inflacionário, reforçaram a tendência à intensificação dos abates descrita acima como forma de promover a solvência financeira dos produtores.

Comércio

Os indicadores de desempenho da atividade comercial apontaram bom comportamento das vendas em 1978, o que se refletiu na taxa de crescimento de 11,4% em relação a 1977. A boa performance do varejo baiano se deu em um ambiente marcado por fortes medidas restritivas que visavam ao controle da inflação. No entanto, a economia baiana vivia um momento peculiar no qual novos investimentos no setor industrial irradiavam efeitos positivos para os demais setores. Nesse contexto, destaca-se o aumento do nível de emprego e da massa salarial proporcionado por essas novas inversões como importante fator na expansão das vendas no Estado.

A avaliação do desempenho do comércio interno fundamentou-se no comportamento de dois indicadores principais: a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e o número de consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Com relação ao primeiro, o seu incremento, a preços reais, foi da ordem de 12,6%. Já no que se refere às consultas ao SPC, registrou-se aumento significativo de 35,0% em relação ao período anterior.

No que concerne ao comércio exterior, a análise do saldo da balança comercial do Estado revela excelente comportamento das vendas externas. O superávit comercial eleva-se de US\$ 480,6 milhões em 1977 para US\$, 644,4 milhões em 1978, o que representa um aumento de 34,0%. As exportações contribuíram muito para tal resultado, haja vista que o seu valor total cresceu 14,6%. Por outro lado, o valor das importações no período sofreu redução de 9,1%, favorecendo o superávit comercial baiano.

A análise do valor das exportações por classe de produtos demonstra que os bens industrializados experimentaram maior incremento na receita cambial (24,0%) em comparação com os produtos básicos (6,3%). Conseqüentemente, a participação destes no valor global das exportações baianas decresceu, passando de 53% em 1977 para 49,2% em 1978. Por sua vez, os bens industrializados ampliaram sua participação na receita total das exportações de 46,5% para 50,3%.

O crescimento moderado das vendas externas de produtos básicos explica-se pelo comportamento de três principais produtos: o cacau em amêndoas, o fumo em folhas e a fibra de sisal, que representaram, respectivamente, 82,5%, 8,2% e 4,9% da receita gerada por esta classe em 1978. Os dois primeiros registraram variação positiva nas exportações, embora a taxa de crescimento das vendas do cacau (7,6%) tenha sido mais modesta em relação àquela verificada para o fumo em folhas (32,7%). Já a receita de vendas da fibra de sisal sofreu acentuada redução (34,3%), declinando de US\$ 36,5 milhões em 1977 para US\$ 24 milhões em 1978.

Na classe de bens industrializados, a receita de exportações relativas às vendas de produtos manufaturados apresentou expressivo crescimento de 132,0%, enquanto a taxa de crescimento registrada pelos semimanufaturados foi mais modesta, (15,0%). Ainda assim, a subcategoria dos semimanufaturados proporcionou a maior parcela da receita cambial da classe de produtos industrializados (85,7%), liderada pelas exportações dos derivados de cacau (liquor, manteiga e torta) e óleo de mamona. No subgrupo dos manufaturados, um novo produto ingressou na pauta, o óxido de propileno, no entanto sua participação ainda era pouco expressiva diante do desempenho dos principais produtos: cordéis, cordas e cabos de sisal.

Outros serviços

As várias atividades que compõe o setor terciário apresentaram evolução significativa, o que sugere estreita relação entre este e os demais setores da economia, sobretudo o secundário. O segmento de comunicações apresentou a taxa de crescimento mais expressiva (50,1%). Os serviços de alojamento e alimentação cresceram 14,3%, sob a influência da contínua expansão do fluxo turístico para Salvador.

Já o setor financeiro registrou crescimento mais moderado (apenas 2,3%), refletindo as medidas de contenção ao crédito, adotadas pelo governo federal, visando ao controle da inflação. Por fim, os serviços de transportes e armazenagem não acompanharam a tendência geral do setor terciário e experimentaram queda de 3,3% após dois anos de crescimento ininterrupto. O subsegmento de transporte ferroviário, cujo desempenho negativo já vinha sendo observado há muitos anos, apresentou retração tanto no transporte de cargas (10,0%) quanto no de passageiros (31,2%). Por seu turno, o transporte aéreo demonstrou boa performance, segundo a observação do comportamento do número de passageiros embarcados e desembarcados no aeroporto Dois de Julho, uma vez que ambos os indicadores experimentaram acréscimos de 15,2% e 15,6%, respectivamente.

1979: CHOQUES EXTERNOS ABALAM A ECONOMIA DO PAÍS E DESACELERAM O RITMO DE CRESCIMENTO NA BAHIA

Com base nas estimativas elaboradas pelo CEPLAB e, posteriormente, atualizadas pela SEI, a economia baiana cresceu 9,4% em 1979. Esta taxa é bastante expressiva em relação àquela registrada pela economia nacional no mesmo período (6,8%). No entanto, revela desaceleração do ritmo de crescimento no Estado quando comparada à expansão de 13,3% em 1978.

O desempenho favorável da atividade econômica estadual verificou-se em um cenário macroeconômico conturbado pelos impactos do 2º choque do petróleo. A inflação, que já vinha em tendência ascendente desde 1974, atingiu 77,2% (medida pelo IGP-FGV no conceito de disponibilidade interna), seu maior nível desde 1964. Entre as principais causas do problema inflacionário na década de 1970 estão os aumentos de preços relativos, em ritmos distintos, dos diversos setores da economia. Vale ressaltar que o II PND intencionava minimizar esses desequilíbrios setoriais, porém sua implementação foi interrompida justamente pela aceleração inflacionária, que levou à adoção de medidas contencionistas. Além da ação desses fatores, a proliferação de mecanismos de indexação na economia reproduzia as elevações de preços provocadas por causas primárias, criando assim um componente inercial da inflação.

De modo semelhante ao do 1º choque do petróleo (1973/1974), as importações voltaram a pressionar a balança comercial, ampliando o déficit e, por consequência, o saldo devedor da balança de transações correntes. Diante da insuficiência das receitas de exportações, restou ao País recorrer à poupança do resto do mundo, avolumando sua dívida externa. Paralelamente, o governo tentava modificar esse quadro recorrendo a instrumentos de política monetária e cambial. Como exemplo desta última, cita-se a maxidesvalorização do cruzeiro em dezembro de 1979.

Com o segundo choque do petróleo, a manutenção da política voltada para o crescimento econômico ficou inviável. A dívida externa brasileira já se encontrava em patamar bastante elevado e não era mais possível combinar alto crescimento com controle da inflação. A elevação das taxas de juros americanas no início dos anos 80 e sua repercussão sobre as taxas no mercado financeiro internacional confirmaram a necessidade de estabelecimento de uma nova rota para a política econômica brasileira.

Além das limitações impostas pela conjuntura nacional em 1979, as adversidades climáticas no Estado comprometeram a performance da produção de importantes lavouras de sua pauta agrícola, arrefecendo a expansão do setor agropecuário e, como consequência, o desempenho da economia baiana.

A modesta taxa de crescimento de 3,0% da produção agropecuária implicou nova diminuição da participação deste setor no PIB estadual, passando de 27,0% em 1978 para 25,0% em 1979. Já a indústria de transformação conseguiu ampliar significativamente sua participação nessa estrutura – de 15,9% passou para 18,3% –, em decorrência do seu expressi-

vo crescimento (29,4%) no ano examinado. Os serviços industriais de utilidade pública (SIUP) também lograram desempenho bastante favorável (incremento de 55%). Porém, os indicadores de desempenho revelam que as indústrias de extração mineral e da construção civil não acompanharam a tendência ascendente dos demais subsetores industriais, tendo decrescido 2,5% a primeira e, a segunda, registrado leve expansão de 3,8%.

No que concerne ao setor terciário, comparando-se a produção do ano analisado com a de 1978, percebe-se que a maioria dos segmentos apresentou comportamento positivo. O crescimento mais expressivo ficou por conta do segmento de comunicações (29,5%). As atividades de alojamento e alimentação expandiram-se em 11,6%, enquanto as de saúde e educação cresceram 19,8%. Apenas o subsetor transportes e armazenagem assinalou variação negativa (- 3,3%).

Indústria de transformação

Uma pesquisa de sondagem conjuntural, realizada pelo CEPLAB com os empresários da indústria, apontou dois principais entraves ao desempenho da atividade industrial no ano em análise: a escassez de recursos para giro e a redução da cota de óleo combustível fornecido a determinados ramos industriais, uma medida adotada pelo governo federal na área energética. Apesar dessas dificuldades, as estimativas realizadas indicaram que a indústria de transformação baiana obteve excelente desempenho em 1979, crescendo 29,4% em relação ao ano anterior.

Confirma tal conclusão o comportamento dos indicadores mais representativos da performance dessa atividade naquela época, a exemplo do consumo industrial de energia elétrica, que cresceu 29,4% em comparação com 1978. Com relação à arrecadação dos impostos gerados pela atividade, o IPI permaneceu praticamente estacionado no mesmo patamar do ano anterior, aumentando modesto 0,1%, enquanto o ICM industrial cresceu de modo mais expressivo (35,5%). Além desses indicadores, confirma o grande vigor da atividade industrial na Bahia no período a expansão de 31,9% do valor das exportações (expresso em US\$) de produtos industrializados entre janeiro e novembro com relação ao mesmo período do ano anterior.

O segmento petroquímico, mais uma vez, destacou-se como locomotiva do crescimento da economia baiana. A inauguração de novas unidades no Complexo Petroquímico de Camaçari atesta a vitalidade desta indústria no Estado, que vinha, ano a ano, influenciando positivamente os seus resultados. Entre os novos investimentos, desatacam-se: a Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC), produzindo MVC, PVC, ácido clorídrico e dicloroetano; a Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENOR), fabricando formaldeído, HMTA, pentaeritritol e formiato de sódio; a Companhia Química do Recôncavo (CQR), produzindo soda cáustica líquida e escama, cloro liquefeito, ácido clorídrico, hipocloreto de sódio, hidrogênio e ácido sulfúrico (regenerado); a Etoxilados do Nordeste S.A., produzindo nonil-fenoletoxilado, polietileno glicóis e outros etoxilados; a Acrilonitrila do Nordeste S.A. (ACRINOR), fabricando acrilonitrila e ácido cianídrico; a Central de

Polímeros da Bahia S.A., produzindo resinas acrílicas e resinas SAN; e a Companhia Baiana de Fibras (COBAFI), cujo investimento estimulou expectativas com relação à implantação da 3ª geração na matriz petroquímica do Estado.

Uma grande parcela da produção petroquímica abastecia as empresas do Sudeste do País e outra se destinava ao mercado externo. Sobressaíram, entre os produtos mais exportados, o etilenoglicol, óxido de propileno tetracloreto de carbono e parafina.

O desenvolvimento deste segmento industrial estimulou os demais subsetores da indústria baiana. De fato, as novas inversões no Pólo Petroquímico ampliaram o mercado consumidor baiano, mediante a criação de numerosos postos de trabalho, e incentivaram a ampliação da infra-estrutura local. Tais fatores favoreciam a atração de novas empresas, sobretudo aquelas voltadas para produção de bens de consumo.

Construção civil

A performance da indústria de construção civil foi bastante afetada pela pressão altista dos preços dos insumos básicos e pela desaceleração do ritmo de construção das obras públicas, em consequência da contenção dos gastos governamentais visando ao controle da inflação. Nesse contexto, a indústria de construção civil cresceu tão-somente 3,8%, resultado que poderia ter sido ainda menor se a atividade não recebesse o impulso das obras demandadas pelos novos empreendimentos que se implantavam no Estado, notadamente o Pólo Petroquímico de Camaçari.

Indústria extrativa mineral

A produção extrativa mineral foi a única atividade do setor secundário a registrar variação negativa (-2,5%) em 1979. Na realidade, esse subsetor já vinha apresentando quedas sucessivas desde 1976. Explica esse comportamento o fraco desempenho da produção de minerais energéticos, que desde aquele ano vinha acumulando declínios sucessivos e tem peso relativo elevado na estrutura dessa indústria. A produção de petróleo bruto declinou 7,9% em relação a 1978 e a de gás natural, 3,0%.

À exceção dos minerais energéticos, os demais ramos da indústria extrativa experimentaram bons resultados, refletidos no comportamento da arrecadação do Imposto Único sobre Minerais (IUM), principal indicador do desempenho da atividade mineral à época, o qual apresentou variação real de 19,6%. Essa boa performance foi alcançada em razão do vigor das grandes jazidas de cromo, cobre, mármore, magnesita e argila exploradas no território baiano.

Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)

Os serviços industriais de utilidade pública experimentaram crescimento de 55,0% em 1979, resultado bastante expressivo em relação aos anos anteriores. O desempenho favo-

rável desses serviços esteve associado à boa performance de vários segmentos da indústria de transformação, que passaram a demandar volumes crescentes de água e energia elétrica para atender às necessidades geradas por processo de expansão que experimentavam.

Segundo informações da Secretaria de Minas e Energia, o consumo total de energia elétrica cresceu 24,7% de janeiro a novembro de 1979 em relação ao mesmo período do ano anterior, observando-se aumentos ainda mais expressivos nas classes: rural (51,0%) e industrial (28,9%). A demanda das classes residencial e comercial cresceu 18,0% no mesmo período.

Agropecuária

Enfrentando condições adversas – ocorrência simultânea de enchentes no Rio São Francisco e escassez de chuvas em outras regiões do Estado – a atividade agropecuária baiana cresceu apenas 3,0% em 1979, não conseguindo repetir o bom desempenho do ano anterior (14,3%), quando havia interrompido uma tendência de queda observada por dois anos consecutivos.

Não fosse o bom desempenho do cacau e da mandioca - os dois produtos mais importantes da pauta agrícola baiana, respondendo, juntos, por 59,0% do valor da produção naquele ano, — o resultado da agropecuária baiana teria sido negativo.

A produção da lavoura cacauzeira registrou incremento de 23,6% no período, creditando-se esse resultado à maior produtividade por hectare plantado (aumento de 9,2%) e à incorporação de novas áreas para cultivo (crescimento de 1,6%). Com isso, cresceu também o volume exportado do produto (15,8%), muito embora a receita gerada pelas vendas externas tenha aumentado apenas 7,3%, sinalizando deterioração dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional.

Tabela 4
Evolução do valor da produção das principais lavouras
Bahia: 1978-1979

Lavouras	Valor da Produção ¹				Variação (%) 79/78
	1978		1979		
	Cr\$	(%)	Cr\$ ²	(%)	
Banana	125.502	3,3	156.250	4	24,5
Cacau	1.344.250	35,7	1.513.142	38,7	12,6
Cana-de-açúcar	145.358	3,9	145.182	3,7	-0,1
Feijão	415.862	11	399.381	10,2	-4
Mamona	388.836	10,3	290.781	7,4	-25,2
Mandioca	746.763	19,8	793.847	20,3	6,3
Milho	147.073	3,9	144.289	3,7	-1,9
Sisal	139.500	3,7	185.926	4,6	33,3
Outros	318.018	8,4	277.460	7,1	-12,8
Total	3.771.162	100	3.906.258	100	-

Fonte: IBGE/CEPAGRO/CEPLAB

Elaboração: SEI/GECCO

Nota: ¹ Em Cr\$ mil de 1973

² Previsão feita em dezembro de 1979

Mais resistente às adversidades climáticas, a mandioca, segundo produto mais importante da pauta agrícola, logrou aumento de produção de 6,3%, em consequência de sua maior produtividade, já que a área colhida reduziu-se em 0,34% (o rendimento médio por ha eleva-se de 15.000 kg para 16.000 kg entre 1978 e 1979).

Entre os cultivos com desempenho positivo, resta destacar o sisal, cuja produção aumentou 33,3% em decorrência da expansão da área colhida e da elevação do rendimento médio. Além de condições climáticas favoráveis à cultura, os produtores contaram ainda com melhores cotações no preço médio do produto.

A cultura do feijão, terceira maior do Estado em termos de valor, não logrou boa performance no ano em análise, encerrando o período com queda de produção estimada em 4,0%. Dividida em duas safras, a primeira (encerrada no mês de outubro) registrou desempenho favorável, expresso no incremento de 6,1% da produção. O aumento no rendimento médio, em função da boa distribuição das chuvas durante o ciclo vegetativo da lavoura e do tempo seco no período da colheita, contribuiu significativamente para tal resultado. Já a segunda safra não contou com a colaboração dos fatores climáticos. A escassez de chuvas no plantio, especialmente nas fases de floração e frutificação, foi a principal causa da redução em 14,7% da quantidade produzida, determinando o resultado final negativo da lavoura. Adicionalmente, a forte retração da área destinada ao plantio (-16,0%), ocasionada pela preferência dos produtores pelo cultivo da mamona, cujos preços estavam elevados no período, foi um outro fator que concorreu para a queda do volume físico da lavoura de feijão.

A observação dos indicadores do comportamento da pecuária disponíveis em 1979 revela que o número de bovinos destinados ao abate sofreu declínio da ordem de 28,2% em relação ao período anterior. Observou-se queda também no número de bovinos destinados a recria no Estado (-20,4%).

Comércio

As estimativas do desempenho do comércio em 1979 apontam crescimento de 9,5% do seu nível de atividade comparativamente ao ano anterior. Tal comportamento sugere que, assim como os demais segmentos do setor terciário, o comércio beneficiou-se da expansão da economia baiana no período, que teve como mola propulsora a indústria de transformação. De fato, o crescimento do nível de ocupação resultante dos novos empreendimentos no Estado e da massa salarial estimulou as atividades comerciais, que registraram resultados favoráveis por quatro anos consecutivos.

Dados fornecidos pelo CEPLAB àquela época e que orientavam as políticas de incentivo à atividade reforçam a avaliação de crescimento positivo. A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) apresentou incremento real de 2,7%. Já as consultas ao Sistema de Proteção ao Crédito (SPC) cresceram 24,4%.

No que se refere ao comércio exterior, os números revelam desempenho igualmente favorável. A receita de exportações da Bahia (em US\$) cresceu, nominalmente, 19,6%, garantindo um superávit da balança comercial superior em 22,1% ao do ano anterior, uma vez que o incremento das importações, em termos nominais, foi menor (15,3%).

A análise do comportamento das vendas externas por categoria de produto revela que os produtos industrializados responderam pela maior parcela da receita cambial (55,5%), enquanto os básicos geraram 44,0% do agregado. Tal estrutura decorre das diferentes performances das exportações desses artigos nos últimos anos e, em especial, no período em análise. Assim, a venda de industrializados experimentou aumento expressivo de 31,9%, enquanto a receita advinda da venda de produtos básicos apresentou variação positiva menos significativa (7,3%).

Do conjunto de produtos industrializados, a maior parte da receita foi originada da venda de semimanufaturados, especialmente, os derivados do cacau (liquor, manteiga e torta). Entre os bens manufaturados, destacaram-se como os mais representativos: cordas, cordéis e cabos de sisal. Finalmente, na categoria de produtos básicos, o cacau em amêndoas manteve-se como principal artigo.

Outros serviços

Os demais segmentos do setor terciário apresentaram bom desempenho quando confrontados o nível de atividade do período em análise e o do ano anterior. Vale destacar que, no plano nacional, as características da política macroeconômica pouco favoreceram tal comportamento, porém, o ciclo de expansão vivido pela economia baiana à época amorteceu os impactos da crise nacional sobre o desempenho do setor terciário no Estado, possibilitando-lhe alcançar resultados positivos. Conforme salientado anteriormente, associa-se essa boa performance ao crescimento da indústria de transformação, particularmente o segmento petroquímico. No entanto, se a atividade industrial estimulou o terciário, não se pode negar que o desenvolvimento deste também incentivava novos investimentos no setor secundário.

No ano examinado, a taxa de crescimento mais expressiva ficou por conta do segmento de comunicações (29,5%), estimulado pelos investimentos feitos pela TELEBAHIA para atender à demanda dos novos consumidores industriais. O segmento financeiro também apresentou crescimento elevado de 9,3%, mesmo num cenário de políticas monetárias restritivas. Por fim, entre os resultados positivos destaca-se ainda o das atividades de alojamento e alimentação, cuja expansão foi da ordem de 11,6%, refletindo o bom desempenho da atividade turística no Estado.

O segmento de transportes foi o único a apresentar taxa negativa no período examinado (-10,7%), influenciando esse resultado o declínio de 12,7% do subsetor de transporte ferroviário de passageiros.

1980: CRISE DA DÍVIDA EXTERNA E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE A ECONOMIA BAIANA

A economia baiana apresentou desempenho bastante favorável em 1980, registrando crescimento de 10,0%. Esse resultado ficou pouco acima da média nacional, estimada em 9,2%, e foi alcançado num contexto de forte aceleração inflacionária no País, refletida no Índice Geral de Preços (IG P-DI), que naquele ano bateu em 110,2%.

Vale salientar que, a despeito do bom desempenho do Produto Interno Bruto, a economia brasileira iniciou a década de 1980 extremamente fragilizada sob o ponto de vista financeiro. Baseado em substituição de importações e fortemente apoiado no endividamento externo, o modelo de desenvolvimento, em vigência desde os anos 1950, entra em crise com a retração da liquidez no mercado financeiro internacional, conforme salientado anteriormente.

No cerne dessa questão encontrava-se a elevação das taxas de juros internacionais, uma medida de política econômica do governo americano para combater a inflação no País que afetou, sobretudo, as economias subdesenvolvidas e com alto endividamento externo, a exemplo do Brasil, à época.

Do ponto de vista das contas externas do País, o seu impacto foi duplamente negativo. De um lado, aumentava a necessidade de divisas para o pagamento dos serviços da dívida, cujo valor crescia substantivamente em função das elevadas taxas de juros sobre os empréstimos internacionais; de outro, a atraente taxa americana absorvia a maior parte desses recursos, restringindo a utilização destes para a rolagem da dívida dos Países devedores.

O agravamento da situação externa, com a pressão sobre o balanço de pagamentos, o surgimento de déficits e a insuficiência de divisas, impunha ao País a necessidade de ajustamento de sua economia diante da escassez de recursos externos para financiamento. Nesse cenário, a política macroeconômica elegeu como prioridade o equilíbrio das contas externas, utilizando-se de instrumentos para conter a demanda interna e estimular as exportações. O objetivo maior era reprimir a demanda interna por produtos importados e, por outro lado, produzir excedentes exportáveis geradores de divisas, mesmo que para isso se desestabilizasse a economia.

Condicionado às políticas macroeconômicas implementadas no País no início dos anos 1980, descritas de modo sucinto, o desempenho das atividades produtivas no Estado não foi homogêneo.

Com relação à agropecuária, a distribuição irregular das chuvas ao longo do ano, com elevados índices pluviométricos nos meses de janeiro e fevereiro, e a forte escassez nos meses subseqüentes impediram que a atividade lograsse taxa de crescimento mais expressiva do que os 5,5% registrados.

Caracterizando-se pela alta dependência de recursos naturais e baixo progresso técnico,

a atividade agropecuária vinha colecionando resultados modestos, algumas vezes até negativos, o que contribuiu para a sua perda de posição relativa na estrutura produtiva do Estado.

Já a indústria de transformação cresceu 26,6% no ano de 1980, consolidando-se como o mais importante setor da estrutura da economia baiana. Esse resultado dá seqüência a uma tendência ascendente esboçada em anos anteriores, refletindo o aporte de investimentos em vários dos seus segmentos, especialmente no petroquímico, cuja implantação representou um avanço na matriz produtiva do Estado, possibilitando à produção industrial do Estado acumular taxas de crescimento crescentes.

Além da indústria de transformação, outras atividades cresceram em ritmo acentuado no ano de 1980, como os serviços industriais de utilidade pública, (28,5%), o segmento de alojamento e alimentação (34,7%) e o de comunicações (26,3%). Já as atividades de comércio (8,0%), transportes e armazenagem (2,4%) e financeiras (4,1%) cresceram a taxas menos expressivas, enquanto a construção civil permaneceu estável e a indústria extrativa mineral sofreu declínio de 1,6%.

Indústria de transformação

Como visto, mais uma vez, a indústria de transformação revelou-se como o segmento mais dinâmico da economia baiana. Impulsionado pela indústria petroquímica, principalmente pelos investimentos associados à implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), o seu expressivo crescimento de 26,6% foi fundamental para o bom resultado que alcançou a economia do Estado em 1980.

No segmento químico, foram observados desempenhos distintos. No primeiro semestre de 1980, a produção de gasolina cresceu 20,0%, enquanto a de óleo combustível foi ampliada em 13,7% e a de óleo diesel em 16,8%. Mas o que mais surpreendeu foi o resultado do gás líquido de petróleo (GLP), elevado em 528,9%. O crescimento de 372,9% das exportações baianas de produtos petroquímicos confirma a boa performance desse segmento industrial no período.

Mas o bom resultado da indústria de transformação em 1980 reflete, também, o desempenho da metalurgia, cabendo observar que, embora a estrutura desse segmento fosse formada por uma parcela significativa de empresas de pequeno porte, cerca de 80,0% do seu valor agregado foram gerados por apenas três grandes unidades: a USIBA, a SIBRA e a FERBASA.

Por sua capacidade de gerar emprego, renda e arrecadação de impostos, modernizando a estrutura produtiva do Estado e induzindo o desenvolvimento das atividades de comércio e serviços, a petroquímica, assim como a metalúrgica, desempenha um papel da maior importância para a economia baiana. No entanto, por ser uma indústria intensiva em capital, os efeitos que provocava sobre o nível de emprego eram limitados.

Ademais, produzindo bens intermediários que se destinavam a empresas produtoras de bens finais instaladas no Centro-Sul, pela inexistência destas na estrutura produtiva do Estado, as indústrias dos ramos petroquímico e metalúrgico provocavam efeitos multiplicadores reduzidos sobre os demais setores da economia baiana. No caso específico do segmento petroquímico, a ausência de investimentos nas indústrias de terceira geração condicionava o desempenho da produção local a uma dinâmica exógena, representada principalmente pela demanda das empresas localizadas na região Sudeste.

Construção civil

O nível de produção da indústria de construção civil manteve-se estável no ano de 1980 graças ao aumento da demanda de obras pela iniciativa privada, uma vez que construção pública apresentou resultado negativo. Maior responsável pelo produto gerado na construção civil, o governo, diante do agravamento da inflação, reduziu drasticamente seus gastos em obras públicas, inclusive em programas de habitação.

O consumo de cimento, considerado o melhor indicador da performance da construção civil, cresceu apenas 0,9% nos seis primeiros meses de 1980. Já a produção de cimento sofreu decréscimo de 4,2% no mesmo período.

Indústria extrativa mineral

A produção da indústria extrativa mineral, que vinha apresentando resultados negativos por vários anos, sofreu mais uma redução de 1,6% em 1980, refletindo, especialmente, a queda de produção de minerais energéticos, subsegmento que tem maior peso em sua estrutura. Desse modo, o leve incremento da produção de gás natural (4,8%) foi insuficiente para compensar a redução de 6,3% da produção de petróleo bruto.

Já os minerais não-energéticos lograram melhor resultado, seja a produção de minerais não-metálicos, seja a de minerais metálicos. Os produtos mais representativos do primeiro grupo, à época, eram a barita, o calcário, a magnesita, o talco e a salgema, com destaque especial para a magnesita, que contribuía com a maior parcela do valor agregado gerado pela atividade mineral do Estado. À exceção do calcário, todos os demais produtos registraram aumentos de produção física, comparando-se o resultado do primeiro semestre de 1980 com igual período do ano anterior — magnesita (44,9%); barita (62,3%); salgema (27,7%) e talco (14,3%).

Quanto à produção de minerais metálicos, o manganês apresentou incremento mais expressivo (48,6%), revelando boas perspectivas para os próximos períodos por conta dos projetos de incorporação de novas áreas produtoras e da retomada das minas momentaneamente paralisadas. A produção de cromita, segundo mais importante produto mineral da Bahia, aumentou 14,3% nos primeiros seis meses. Já o zinco e o chumbo apresentaram incrementos de 39,7% e 17,1%, respectivamente. Além da expansão dos volumes de

produção dos produtos acima, a idealização de novos projetos, principalmente o da implantação da Caraíba Metais S.A., revelavam um cenário bastante promissor para o subsegmento de minerais metálicos.

No primeiro semestre do ano, os preços da maioria dos produtos minerais cresceram acima da inflação (calculada em 40,4%, com base na variação do IGP-DI). Os maiores incrementos foram observados no zinco (369,9%), molibdenita (252,9%), calcário (187,5%), cromo (180,9%), barita (155,4%), calcita (131,9%) e talco (118,0%).

Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)

Os serviços industriais de utilidade pública experimentaram significativa expansão de 28,5% no período em análise. Segundo informações da Secretaria de Minas e Energia, o consumo de energia elétrica nos seis primeiros meses do ano foi 15,8% maior em relação a igual período do ano anterior. A observação do consumo por classe de consumidores revela que o segmento industrial foi o principal responsável por este expressivo crescimento. Representando 74,7% do total da energia consumida na Bahia, o consumo industrial foi o que mais cresceu no período (17%), embora as classes residencial, comercial e rural tenham elevado suas demandas de energia de modo também expressivo: 12,2%; 11,1% e 9,3%, respectivamente.

Agropecuária

Com forte dependência dos fatores naturais, a atividade agropecuária, mais uma vez, teve sua performance comprometida pelas adversidades climáticas, crescendo apenas 5,5% no período analisado. A distribuição irregular das chuvas, com forte concentração nos meses de janeiro e fevereiro, e escassez nos meses subseqüentes arrefeceram o desempenho das principais lavouras do Estado.

A produção de cacau, cultivo que participava com a maior parcela do valor adicionado da agropecuária à época, foi reduzida em 5,8% comparando-se o resultado de 1980 com o do ano anterior. (Ver tabela 5). A queda do rendimento médio responde por esse fraco desempenho, visto que houve incremento de 4,4% na área colhida. O menor rendimento da lavoura cacauzeira reflete as dificuldades encontradas pelos produtores em erradicar as pragas que vinham dizimando as áreas produtoras.

A mandioca, produto também importante na pauta agrícola estadual e mais resistente às intempéries climáticas, apresentou leve incremento no volume produzido (3,7%). As lavouras de feijão e milho, que normalmente disputam as áreas disponíveis, apresentaram bons resultados na 1ª safra e desempenhos negativos na 2ª; comportamento que reflete as dificuldades climáticas que atingiram cerca de 2/3 do território baiano, com reflexos na queda do rendimento médio daquelas culturas.

Concluída em abril, a primeira safra de feijão, foi considerada recorde, com expansão da ordem de 117,7% em relação à de 1979. Alguns fatores colaboraram especialmente para esse resultado, destacando-se: os bons preços alcançados na safra passada incentivaram os produtores, os quais ampliaram expressivamente as áreas destinadas ao cultivo; as condições climáticas favoráveis; a menor incidência de pragas; e a presença de mecanismos financeiros facilitadores – instituição do “bônus colheita” por intermédio do Banco do Brasil, auxiliando a cobertura dos custos, e outros mecanismos de crédito para o custeio.

Tabela 5
Variação da produção física, área colhida e rendimento médio das principais lavouras
Bahia: 1979-1980

Lavouras	Produção (mil t)			Área (mil ha)			Rendimento Médio (kg/ha)		
	1979	1980	(%)	1979	1980	(%)	1979	1980	(%)
Cacau	321,1	302,5	-5,8	420,0	438,0	4,4	765,0	690,0	-9,8
Mandioca	4704,9	4880,0	3,7	294,0	305,0	3,7	16000,0	16000,0	-
Feijão 1ª safra	102,5	223,2	117,7	190,0	310,0	63,2	540,0	720,0	33,3
Feijão 2ª safra	78,0	41,9	-46,3	186,0	137,0	-26,3	420,0	306,0	-27,1
Cana-de-açúcar	3135,0	3204,0	2,2	76,0	76,0	0,4	41250,0	41992,0	1,8
Mamona	172,0	129,6	-24,7	215,0	288,0	34,0	800,0	450,0	-43,8
Milho 1ª safra	222,1	244,4	10,0	247,0	291,0	17,9	900,0	840,0	-6,7
Milho 2ª safra	95,0	38,1	-60,0	198,0	130,0	-34,4	840,0	293,0	-65,1
Fumo	36,5	37,3	2,2	48,0	47,0	-2,9	760,0	800,0	5,3
Sisal	100,0	133,0	33,1	140,0	140,0	-	714,0	950,0	33,1

Fonte: IBGE/CEPAGRO/CEPLAB/CPE
Elaboração: SEI/GECCO

Entre os produtos agrícolas que apresentaram performances negativas, destaca-se a mamona, cultivo responsável por uma parcela expressiva do valor da produção agrícola no período, cuja produção declinou 24,7%. Já a produção de sisal cresceu 33,1% mesmo não havendo expansão da área cultivada, o que evidencia elevação do rendimento médio do cultivo.

As perspectivas para a agropecuária baiana eram favoráveis ao desenvolvimento da produção de café no Estado. A expansão da fronteira cafeeira no País, incentivada pelo Plano de Renovação dos Cafezais, repercutiu favoravelmente na Bahia, que teve novas regiões habitadas para o plantio do produto, alimentando previsões de uma maior participação dessa lavoura no resultado total no País.

No que se refere à atividade pecuária, os baixos preços da produção leiteira incentivaram a migração de muitos produtores para a produção de carne, cujos preços eram mais atrativos. Entre janeiro e junho de 1980, houve aumento de 14,0% no número de abates em relação ao observado no mesmo período do ano anterior. Quanto ao número de cabeças destinadas a recria, houve redução de 18,3%.

Comércio

Os impactos dos novos investimentos industriais sobre os níveis de renda no Estado exerceram grande influência no desenvolvimento e modernização das atividades do comércio baiano. Apesar desse impulso, não se pode negligenciar a dinâmica própria dessas atividades, o que se refletiu no crescimento de 8,0% das vendas do setor em 1980.

O crescimento de 11,9%, no primeiro semestre de 1980, da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) – principal indicador do desempenho da atividade àquela época – confirma o desempenho satisfatório do comércio. Por outro lado, o aumento das consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito (25,8%), no mesmo período, indica expansão da demanda por crédito, sugerindo comportamento positivo das vendas a prazo.

O setor externo, por sua vez, apresentou performance desanimadora, com o valor das exportações baianas recuando 3,5% nos seis primeiros meses de 1980, atribuindo-se tal comportamento à conjuntura internacional adversa – recessão nos principais Países compradores, notadamente os Estados Unidos –, à queda dos preços reais dos principais produtos da pauta de exportações e à baixa remuneração por US\$ exportado, uma vez que os efeitos positivos da desvalorização cambial de dezembro de 1979 já haviam sido totalmente corroídos pela inflação interna, fazendo-se necessárias novas desvalorizações para estimular o aumento das vendas externas.

A análise por classe de produtos revela que os produtos básicos sofreram maior retração (-30,3%), em razão de sua forte dependência das vendas de cacau em amêndoas, que registram queda de 45,0%. À exceção da fibra de sisal (122,8%), quase todos os produtos sofreram redução de receitas de exportação.

No segmento de produtos industrializados, o melhor desempenho ficou com os produtos manufaturados, cujas vendas cresceram 223,6%. Já os semimanufaturados apresentaram fraco desempenho (-19,7%), muito embora as vendas de magnésita calcinada (39,9%) e manteiga de cacau tenham crescido 39,9% e 35,4%, respectivamente.

No que concerne à estrutura da pauta de exportação baiana, observa-se que os produtos industrializados elevam sua participação no valor total das vendas de 62,3% em 1979 para 72,3% em 1980, permanecendo como os mais representativos. Já os produtos básicos perdem participação relativa nessa estrutura (de 37,1% para 26,8% entre os dois anos citados).

Outros serviços

Entre as demais atividades de serviços, os resultados mais expressivos foram alcançados pelos segmentos de alojamento/alimentação (34,7%) — indicando expansão do turismo no Estado — e de comunicações (26,3%), este último refletindo os novos investimentos industriais e o conseqüente aumento da demanda pelos serviços que oferece.

A expansão industrial explica, também, o crescimento de 10,7% da atividade aluguel de imóveis e bens residenciais. Os investimentos realizados no setor industrial, além de provocar efeitos positivos notórios sobre os níveis de renda no Estado, geraram novas demandas de recursos humanos, atraindo mão-de-obra de outros Estados. Por fim, os serviços de transportes e armazenagem cresceram moderadamente no período examinado (2,4%).

1981: CRISE ECONÔMICA NACIONAL PROVOCA RECESSÃO NA ECONOMIA BAIANA

A avaliação do desempenho do PIB baiano em 1981, com base nas estimativas do Centro de Planejamento e Estudos da Bahia (CPE), revela uma retração de 1,3% da economia estadual. No mesmo período, a economia do País apresenta retração bem mais acentuada (-4,3%), marcando o início da crise econômica que perduraria ao longo dos anos 1980 e se estenderia pela década seguinte.

A crise da dívida que marcou o período ocasionou interrupção do crescimento econômico; deterioração das contas externas do País — expressa na crescente dificuldade de equilibrar o balanço de pagamentos; na aceleração do processo inflacionário; na fragilização financeira do Estado, materializada na retração dos investimentos estatais e piora da qualidade dos bens e serviços públicos ofertados; e no crescimento do desemprego.

Diante da impossibilidade de obter recursos externos e da necessidade de ajustar as contas externas do País, foram adotadas medidas de política macroeconômica visando à obtenção de saldos positivos na balança comercial. No ano em análise, elabora-se uma política de “ajuste monetário do balanço de pagamentos” que só foi implementada em 1983 com a assinatura da primeira carta de intenções entre o Brasil e o FMI. De cunho fortemente recessivo, tal política sustentava-se no pressuposto de que as importações eram elevadas porque o País consumia acima da sua capacidade de produção, preconizando, portanto, a redução acentuada dos gastos públicos.

Paralelamente à contração na demanda do setor público, foram praticadas desvalorizações cambiais com o intuito de estimular as exportações e inibir as importações. Tais objetivos foram alcançados, porém, às custas do aumento da taxa de inflação.

Percebe-se que, no período analisado, a política macroeconômica visou, primordialmente, à geração de divisas — via promoção das exportações — para cobrir os déficits crescentes na balança de serviços do balanço de pagamentos. Estes, por sua vez, avolumavam-se com a aceleração do montante relativo aos serviços da dívida diante da elevação das taxas de juros internacionais. Todo o esforço empreendido pelos condutores da política econômica nacional foi recompensado com o resultado positivo da balança comercial em 1981 (US\$ 1,2 bilhão). No entanto, em contrapartida, a economia nacional sofreu acentuada retração (-4,3%), observando-se a disparada do processo inflacionário.

No ambiente externo, o quadro também se apresentava pouco favorável. Além da elevação das taxas de juros internacionais, assistia-se à estagnação da produção e ao crescimento da inflação e do desemprego na maioria dos Países. É nesse cenário nebuloso para as economias nacional e mundial que se deve analisar o fraco desempenho do PIB baiano (queda de 1,3%). Afinal, os segmentos mais dinâmicos do Estado mantinham-se estreitamente vinculados aos pólos industriais do Centro-Sul através da exportação interestadual de bens intermediários, e também à economia mundial, por intermédio da exportação de produtos primários.

O crescimento industrial na Bahia, que se mantinha bastante expressivo nos anos anteriores, arrefeceu, decrescendo 4,5% no período analisado. Esse comportamento reflete a forte dependência da indústria baiana — produtora de bens intermediários — da demanda das indústrias de bens finais instaladas no Centro-Sul.

No que concerne à agropecuária, a redução do crédito nos bancos oficiais e as dificuldades climáticas acabaram comprometendo o seu desempenho, visto que o seu resultado produtivo foi negativo (-8,6%). Para essa má performance contribuiu sobremaneira o resultado negativo da lavoura cacaueteira, que tinha elevado peso na composição do valor gerado pelo setor. Alia-se a esses fatores a deterioração dos preços do cultivo no mercado internacional.

A indústria da construção civil foi o setor mais afetado pela crise econômica, retraindo-se 15,0%, a maior redução observada entre todos os setores da economia baiana. Apenas as atividades de serviços alcançaram taxas positivas de incremento, o que concorreu para atenuar o resultado negativo do PIB da Bahia em 1981.

Indústria de transformação

Com taxas de crescimento bastante expressivas desde 1977, a indústria de transformação baiana experimentou declínio de 1,1% no período em análise. Confirma esse resultado o nível de utilização da capacidade instalada da atividade no período, que se manteve em torno de 74,0% de acordo com a sondagem industrial realizada pelo Centro de Planejamento e de Estudos (CPE).

Tal comportamento reflete, em grande parte, à má performance da indústria petroquímica, segmento mais importante da estrutura produtiva baiana, severamente afetada pela conjuntura nacional adversa. Em conseqüência das medidas de política econômica implementadas à época, o consumo foi desestimulado em todo o País, ocasionando sensível redução da demanda por petroquímicos. A indústria automobilística e a da construção civil, grandes consumidoras desses produtos, estavam entre os setores mais afetados pela desaceleração da economia, sendo, portanto, pressionadas a rever os seus níveis de produção, com inevitáveis conseqüências sobre a demanda por insumos petroquímicos e sobre o desempenho de outras atividades do parque industrial baiano. Estima-se que a petroquímica estadual tenha sido mais atingida pela contração da demanda do que a sua

concorrente paulista, cujas unidades, além de já consolidadas no mercado, localizam-se mais próximo dos centros consumidores, contando, portanto, com a vantagem de arcar com fretes mais baixos.

A retração da demanda do segmento petroquímico refletiu-se na elevação dos estoques das empresas. No entanto, os altos níveis alcançados decorreram, em parte, da política deliberada de formação de estoques que colocaram em prática no começo do ano diante da crescente elevação dos preços dos insumos básicos e das previsões de reaquecimento da economia pelo governo, embasado no crescimento de 10,0% do mercado interno no ano anterior.

Diante da redução da demanda interna, restou, como alternativa, o mercado externo. Porém, as vendas externas esbarravam na baixa competitividade dos produtos e na falta de tradição das empresas brasileiras no mercado internacional. Enquanto o mercado nacional absorvia toda a produção do País, o fato de os preços internacionais dos petroquímicos não cobrirem os custos de produção não se constituía em um grande problema. No entanto, diante da retração do mercado nacional, o governo teve que intervir para facilitar o escoamento da produção petroquímica no mercado internacional, oferecendo incentivos que se materializavam, sobretudo, nas políticas de preços. Por meio destas, os produtos brasileiros, cujos preços internos eram bem mais elevados do que àqueles praticados no mercado internacional, conseguiam competir nesse mercado, mas era uma competitividade espúria. Não fossem os incentivos concedidos pelo governo, as vendas externas seriam desvantajosas, dado o alto custo da produção interna em relação à oferta internacional.

Os dados relativos às exportações de produtos petroquímicos revelam que ocorreu, de fato, uma reorientação da produção desse segmento para o mercado externo, em consequência da contração da demanda de setores-chave internos. As maiores taxas de crescimento das vendas externas no ano de 1981 ficaram por conta dos seguintes produtos: parafina (298,9%), tereftalato dimetila (137,8%), propileno glicol (131,1%) e óxido de propileno (109,4%).

A exemplo do que ocorreu com a petroquímica, a produção do ramo metalúrgico, o segundo mais importante na estrutura da indústria de transformação baiana, também experimentou visível desaceleração do seu ritmo de crescimento. O comportamento das duas atividades se assemelha pelo fato de ambas produzirem bens intermediários consumidos no Centro-Sul e no Sudeste do País, já que inexistiam no Estado, indústrias a jusante que transformassem a produção dos dois segmentos, ficando essa oferta condicionada às demandas das indústrias daquelas Regiões. Assim, qualquer movimento de desaceleração dessas economias rebatia no nível de atividade das duas indústrias na Bahia.

A queda de 8,0% no consumo de energia das empresas metalúrgicas no período janeiro/setembro de 1981 ante os mesmos meses do ano anterior atesta o comportamento negativo da produção metalúrgica naquele ano.

Construção civil

Em conjunturas adversas como aquela que caracterizava a economia nacional no ano de 1981, com forte retração da demanda, os planos de construção de novas plantas, bem como os de expansão daquelas já existentes costumam ser adiados. Isto reflete a racionalidade dos empresários, que não realizam novos investimentos produtivos, exceto diante da expectativa de um crescimento do mercado interno suficiente para absorver o maior nível de produção. Como essa expectativa não existia no período em questão, é fácil imaginar o impacto do cancelamento dos planos de inversão sobre o ramo da construção civil. Os dados do CPE apontam uma contração de 15,1% nessa atividade em relação ao período anterior.

Além do cancelamento de obras industriais, influenciou também esse resultado o recuo da demanda do setor público, pressionado pela necessidade de redução de seus gastos. As obras públicas, que antes constituíam a principal parcela do valor gerado pela construção civil, perdiam, gradualmente, representatividade em sua estrutura, associando-se esse fato à idéia prevalecente de que o processo inflacionário tinha como causa a elevação do consumo além da capacidade interna de produção, devendo-se, portanto, reduzir os níveis de demanda.

Indústria extrativa mineral

A produção da indústria extrativa mineral acompanhou a tendência declinante dos demais segmentos industriais e registrou queda de 1,4% no período analisado. Contribuiu, significativamente, para tal resultado a queda de 5,7% da produção de petróleo. Com isso, o Estado diminuiu sua participação no resultado nacional, porém, embora mantivesse assegurada sua posição de maior produtor do País. Já a produção de gás natural ficou praticamente estável, apresentando leve incremento de 1,3%.

Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)

No ano de 2001, os serviços industriais de utilidade pública registraram crescimento de 4,1%, desempenho que se deve principalmente ao crescimento do consumo de energia elétrica no Estado (6,7%). Apesar da desaceleração do ritmo de crescimento da atividade industrial no período, o seu consumo apresentou leve incremento (5,0%). Já o consumo rural apresentou variação mais expressiva: 42,0%.

Agropecuária

O desempenho da produção agropecuária baiana em 1981 refletiu o ambiente macroeconômico desfavorável e as dificuldades climáticas que enfrentaram algumas regiões produtoras ao longo do ano. A produção do setor declinou 8,6%, contribuindo decisivamente para tal resultado a performance negativa da cacauicultura, visto que ainda ocupava posição de liderança no *ranking* do valor agregado gerado pelo setor agrícola no Estado. Além da lavoura cacauera, culturas como o feijão e milho também registraram desempenho aquém do observado no período anterior, o que contribuiu significativamente para o resultado negativo da atividade agropecuária no geral (Tabela 6).

As demais lavouras lograram bom comportamento, traduzido nos incrementos significativos do volume físico produzido. Entre os produtos que detinham participação expressiva na pauta agrícola do Estado à época, a mamona (45,4%), o fumo (21,4%), a mandioca, (14,8%) e a cana-de-açúcar (13,1%) apresentaram os resultados mais expressivos.

Fatores diversos explicam as quedas de produção do cacau, milho e feijão. Os dois últimos, normalmente plantados em regime de consórcio, tiveram suas primeiras safras comprometidas pela forte estiagem nas zonas produtoras, o que ocasionou declínio do rendimento médio. No caso do feijão, a menor colheita na primeira safra sofreu influência adicional da redução da área colhida. Ambos os cultivos recuperaram-se na segunda safra, sem conseguir, contudo, alcançar os níveis obtidos no ano anterior.

Além das adversidades climáticas, os produtores de cacau sofreram com mais um ataque da podridão parda e com o declínio acentuado dos preços do produto no mercado internacional. Pelo quinto ano consecutivo, o mercado mundial foi surpreendido por uma superprodução, para a qual a produção dos Países africanos contribuiu decisivamente.

Tabela 6
Variação da produção física, área colhida e rendimento médio das principais lavouras
Bahia: 1980-1981

Lavouras	Produção (mil t)			Área (mil ha)			Rendimento Médio (kg/ha)		
	1980	1981	(%)	1980	1981	(%)	1980	1981	(%)
Cacau	302,5	283,3	-6,3	438,0	443,0	1,1	690,0	635,0	-8,0
Mandioca	4880,0	5600,0	14,8	305,0	350,0	14,8	16000,0	16000,0	-
Feijão 1ª safra	223,2	118,8	-46,8	310,0	292,0	-5,8	720,0	303,0	-57,9
Feijão 2ª safra	41,9	105,3	151,3	136,9	231,4	69,0	306,0	455,0	48,7
Cana-de-açúcar	3204,0	3624,9	13,1	76,3	82,4	8,0	41992,0	44000,0	4,8
Mamona	129,6	188,4	45,4	288,0	319,3	10,9	450,0	590,0	31,1
Milho 1ª safra	244,4	74,2	-69,6	291,0	376,6	29,4	840,0	197,0	-76,5
Milho 2ª safra	38,0	116,9	207,6	129,9	229,6	76,8	293,0	509,0	73,7
Fumo	37,3	45,3	21,4	46,6	55,1	18,2	800,0	823,0	2,9
Sisal	133,0	138,2	3,9	140,0	154,5	10,4	950,0	894,0	-5,9

Fonte: IBGE/ CEPAGRO/ CEPLAB/CPE
Elaboração: SEI/ GECO

No que se refere à atividade pecuária, predominava na Bahia a atividade de corte, especificamente cria e recria, na maior parte dos estabelecimentos pecuaristas. Poucos pecuaristas dedicavam-se às atividades de corte e produção de leite. Por esse motivo, para o exame das condições de desenvolvimento da atividade no Estado, será tomado como referência apenas o desempenho da pecuária de corte. Nesta, o regime de criação era um dos principais fatores condicionantes do seu crescimento. A maior parte das áreas produtoras praticava a pecuária extensiva primitiva ou a pecuária extensiva melhorada. A primeira caracterizava-se pelo uso de pastagens naturais, de baixo valor nutritivo, criação em campos abertos e baixo emprego de mão-de-obra. O segundo regime de criação diferenciava-se do primeiro por utilizar pastagens naturais e artificiais, campos abertos e cercados. Logo, nas áreas onde prevalecia tal método obtinha-se maior produtividade.

Apenas em 8% das áreas destinadas à exploração da atividade no Estado praticava-se a pecuária semi-intensiva, com pastagens artificiais, fornecimento de sais e concentrados, campos cercados, vacinação periódica e utilização de inseminação artificial. Além do reduzido grau de tecnificação, a inadequação de determinadas áreas, quanto ao clima e ao tipo de solo, e as limitações de crédito constituíam dificuldades adicionais para a expansão da criação bovina.

Comércio

A atividade comercial permaneceu praticamente estável no ano em consideração, com pequena variação de 0,3%, segundo dados do CPE. De fato, a conjuntura econômica desfavorável, com altas taxas de juros e redução do volume de crédito ao consumidor, impediu a expansão das vendas do comércio baiano, especialmente daqueles bens cuja compra requer financiamento para sua efetivação.

Quanto ao comércio exterior, os dados revelam expansão de 4,2% do valor global das exportações no ano de 1981. Contribuiu, bastante, para este resultado o bom desempenho das vendas externas de produtos industrializados, cujo incremento foi da ordem de 18,6% em relação ao ano anterior. Essa boa performance decorreu, em grande parte, do esforço empreendido pelas empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari para expandir suas vendas ao mercado externo diante da contração da demanda interna.

A contribuição das vendas de produtos industrializados para o resultado positivo das exportações baianas ganha ainda maior relevância ao se considerar que as vendas de produtos básicos decresceram 20,4% no mesmo período. Tal desempenho deveu-se principalmente à redução em 20,0% do valor das exportações de cacau em amêndoas, produto mais importante na pauta de produtos básicos. Considerando-se que, em termos de volume, as vendas externas do cacau para o exterior foram inferiores ao resultado do ano anterior em apenas 2,0%, conclui-se que o declínio do valor das exportações do produto resultou das cotações mais baixas no mercado internacional.

Outros serviços

A despeito da conjuntura econômica adversa, as atividades de serviços, em sua maioria, lograram bons resultados no ano examinado, destacando-se o do setor financeiro (18,3%), o melhor entre todos os setores da economia baiana. Em um cenário de inflação alta, não surpreende o bom desempenho das atividades financeiras.

Resultado igualmente expressivo foi alcançado pelos serviços de comunicações (17,8%), refletindo, ainda, a expansão da demanda provocada pelas novas instalações industriais no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Os serviços de transportes e armazenagens cresceram 12,1%, confirmando o bom desempenho do "setor terciário" no período, malgrado o desaquecimento das atividades industriais. Por fim, contrariando a tendência positiva dos serviços, o segmento de alojamento/alimentação apresentou incremento modesto (0,2%), sugerindo desaceleração do crescimento do turismo no Estado no período analisado.

1982: PIB DA BAHIA CRESCE FRENTE À ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL

Em 1982, a economia baiana cresceu 5,8%, considerado um bom resultado diante da taxa modesta alcançada pelo PIB do País (0,8%), da aceleração do processo inflacionário e do agravamento da crise da dívida externa, levando as autoridades monetárias a privilegiar o equilíbrio das contas externas no âmbito da política macroeconômica do País. Para isso, foram mantidos os incentivos às exportações, sobretudo por meio de desvalorizações cambiais, desestimulando-se, paralelamente, as importações. Como resultado dessas políticas, o superávit da balança comercial alcançou US\$ 0,8 bilhão naquele ano.

Além dessas, outras medidas foram adotadas para conter a demanda interna e produzir saldos comerciais positivos, destacando-se: a elevação das taxas de juros domésticas; a diminuição do poder de compra dos trabalhadores, por meio de pressão sobre os salários reais e redução dos gastos públicos. Se do ponto de vista do equilíbrio das contas externas essas intervenções produziram o resultado desejado, os seus efeitos negativos sobre o crescimento da economia brasileira foram notórios.

Essa conjuntura adversa teve rebatimento no desempenho econômico do Estado, especialmente sobre o setor industrial, que cresceu apenas 0,7%, evidenciando a forte relação de dependência da indústria baiana com a do Centro Sul do País.

A agropecuária, segunda mais importante atividade econômica do Estado à época, cresceu 3,1%. A boa performance das lavouras de feijão e milho contribuiu para esse resultado que só não foi mais favorável porque a oferta de crédito pelos bancos oficiais era restrita e as condições climáticas eram adversas.

O grande destaque foi a construção civil, que cresceu 19,5% recuperando o seu nível de

atividade, reduzido com a forte retração do ano anterior. Mais uma vez, as atividades de serviços alcançaram taxas positivas, refletindo, especialmente, o crescimento apresentado pelo conjunto da economia estadual.

Indústria de transformação

Depois de apresentar resultado negativo do ano anterior, em 1982 a indústria de transformação apresentou leve crescimento (0,7%). A retração da demanda no País contribuiu decisivamente para esse comportamento, visto que os principais segmentos da matriz industrial baiana consolidaram-se como produtores de bens intermediários, o que condicionava o desempenho da atividade ao nível de operação das unidades produtoras de bens finais localizadas fora do Estado.

Com relação ao ramo petroquímico, as empresas do segmento buscavam os mercados externos como forma de compensar a contração da demanda interna e de manter inalterados os níveis de produção. No entanto, a recessão econômica da Argentina neste período, um dos principais mercados para os petroquímicos produzidos no Pólo de Camaçari, limitou os efeitos dessa estratégia, como comprovam os dados relativos às vendas externas desses produtos, cujo crescimento foi modesto no período. Em 1982, a receita derivada da exportação de 464.840 toneladas de produtos petroquímicos alcançou US\$ 244 milhões, o que representa incrementos de 4,1% e 11,2%, considerando-se a receita e as quantidades vendidas, respectivamente. Em termos de valor das vendas, os melhores desempenhos ficaram por conta do buteno (559,9%), do polietileno de baixa densidade (263,1%) e do poliestireno (127,6%). Apesar da redução do valor das exportações de acrilonitrila, este produto permanecia como o principal destaque na pauta de exportações de petroquímicos na Bahia.

A exemplo da petroquímica, o segmento metalúrgico revelava forte dependência do mercado internacional. Com a contração do nível de atividade interna, vários segmentos industriais foram forçados a deslocar suas vendas para outros Países, especialmente a indústria metalúrgica, que não conseguiu alcançar os resultados esperados dessa estratégia por ter enfrentado dificuldades no mercado internacional.

No entanto, com a inauguração da nova unidade da Caraíba Metais em Camaçari, em 1981, abriram-se novas possibilidades para o desenvolvimento de indústrias transformadoras de metais não-ferrosos no Estado. O novo complexo responsável pela produção de cobre dispunha, também, de unidades de ácido sulfúrico e de ácido fosfórico, estando aparelhado para o aproveitamento de sulfato de níquel, selênio e outros minerais contidos no concentrado de cobre. Ao entrar em funcionamento, previa-se que sua produção anual atingisse 120 mil toneladas de vergalhão de cobre e 30 mil toneladas de catodos de cobre, perfazendo um total de 150 mil toneladas de cobre metálico e 165 mil toneladas de ácido fosfórico.

Com a chegada desse investimento, ampliaram-se as perspectivas de crescimento econômico no Estado, considerando-se os seus efeitos sobre outras atividades, a exemplo da extração mineral. Por outro lado, a existência de alguns recursos minerais importantes no território baiano representava um incentivo ao desenvolvimento da metalurgia dos não-ferrosos. No entanto, o sucesso do projeto Caraíba depende da instalação de uma indústria transformadora da metalurgia do cobre no Estado, a exemplo de unidades laminadoras e extrusoras, caso contrário, seus efeitos sobre a estrutura econômica local tenderão a ser bastante limitados.

Construção civil

A indústria da construção civil registrou crescimento expressivo em 1982 (19,5%), associando-se esse resultado às obras de implantação de novas unidades produtivas no parque industrial baiano, a exemplo da Caraíba Metais. Refletindo o bom desempenho desse ramo industrial, a produção de cimento no Estado aumentou 4,5% no mesmo período.

Indústria extrativa mineral

A produção extrativa mineral declinou 0,7% no ano examinado, espelhando os fracos desempenhos de atividades que utilizam largamente insumos minerais em seus processos produtivos. Para enfrentar a conjuntura adversa, àquela época os empresários da mineração tiveram que fazer ajustes no patamar de produção, adequando-o aos níveis de demanda.

O resultado negativo do ramo foi influenciado, também, pela má performance dos minerais energéticos, evidenciando o esgotamento dos poços explorados e a necessidade de novas descobertas que possibilitassem o aumento da produção de petróleo e gás natural no Estado.

Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)

Os serviços industriais de utilidade pública lograram resultado favorável no ano de 1982. Comparando-se o valor da produção desse ano com o registrado no ano anterior, observa-se incremento de 8,1%, para o qual contribuiu, especialmente, o crescimento de 15,6% da produção de energia elétrica pela CHESF.

Do lado do consumo, a maior expansão foi observada na classe residencial (12,7%), uma vez que a indústria apresentou variação bem mais modesta (0,7%). Entretanto, quando se desagrega o consumo industrial por segmento, percebe-se aumento significativo da demanda de energia pela construção civil (33,5%), enquanto a indústria de transformação reduziu o seu consumo em 0,9%.

Agropecuária

A atividade agropecuária baiana apresentou desempenho pouco expressivo em 1982, observando-se crescimento de apenas 3,1% em relação ao ano anterior. Este resultado associa-se, principalmente, à performance negativa de importantes lavouras do Estado. Devido à forte estiagem nas principais regiões produtoras, diminuíram as quantidades produzidas de vários cultivos, a exemplo da mandioca (-20,7%), cana-de-açúcar (-3,1%), mamona (-52,2%) e fumo (13,9%) (Tabela 7).

Os resultados positivos ficaram por conta do feijão e do milho. As boas condições climáticas, a partir do mês de abril, superaram a situação inicial de desestímulo provocada pela estiagem e pela falta de crédito na fase de pré-plantio. De fato, não fosse o bom desempenho desses cultivos, a produção agropecuária baiana poderia ter declinado, uma vez que a produção de cacau, principal lavoura do Estado, foi reduzida em 2,0% em relação ao volume alcançado em 1981. Além dos problemas com as pragas que atingiam as plantações e a elevação dos custos de produção, os produtores enfrentaram também a depressão dos preços no mercado internacional, ocasionada pelo aumento da produção e redução da demanda nos últimos anos. Assim, assistia-se a uma corrosão crescente dos lucros, associada a três causas básicas: redução do rendimento médio, elevação dos custos e menor volume de receita.

Tabela 7
Variação da produção física, área colhida e rendimento médio das principais lavouras
Bahia: 1981-1982

Lavouras	Produção (mil t)			Área (mil ha)			Rendimento Médio (kg/ha)		
	1981	1982	(%)	1981	1982	(%)	1981	1982	(%)
Cacau	283,3	277,6	-2,0	443,0	459,3	3,7	635,0	604,0	-4,9
Mandioca	5600,0	4439,2	-20,7	350,0	358,0	2,3	16000,0	12400,0	-22,5
Feijão 1ª safra	118,8	68,6	-42,3	292,0	463,7	58,8	303,0	148,0	-51,2
Feijão 2ª safra	105,3	155,9	48,1	231,4	225,9	-2,4	455,0	690,0	51,6
Cana-de-açúcar	3624,9	3510,9	-3,1	82,4	84,2	2,2	44000,0	41500,0	-5,7
Mamona	188,4	90,0	-52,2	319,3	340,9	6,8	590,0	264,0	-55,3
Milho 1ª safra	74,2	127,6	72,0	376,6	450,8	19,7	197,0	283,0	43,7
Milho 2ª safra	116,9	184,7	58,0	229,6	228,0	-0,7	509,0	810,0	59,1
Fumo	45,3	39,0	-13,9	55,1	54,0	-2,0	823,0	823,0	-
Sisal	138,2	150,0	8,5	154,5	187,5	21,4	894,0	800,0	-10,5

Fonte: IBGE/CEPAGRO/CEPLAB
Elaboração: SEI/ GECO

As informações relativas à pecuária também eram pouco animadoras. A atividade passava por uma profunda crise, para a qual contribuiu as dificuldades impostas pela conjuntura econômica, especialmente às altas taxas de juros cobrados no mercado financeiro, o que ocasionou a descapitalização do setor. Outro agravante dessa situação foi a perda de renda dos produtores, provocada pelos reajustes dos preços da pecuária abaixo da inflação. Diante da crescente queda na rentabilidade do setor, muitos pecuaristas redirecionaram os seus recursos para atividades mais rentáveis, seja para a área produtiva, seja para a especulação financeira.

Os problemas da pecuária observados no âmbito nacional reproduziam-se no plano estadual. Na Bahia, a despeito do crescimento da área ocupada pela pecuária, assistia-se à redução acentuada de um rebanho de nove milhões de cabeças, à época.

Comércio

Levando-se em conta a desaceleração do crescimento de vários setores da economia estadual, o comércio baiano surpreendeu no período, com o aumento de 11,4% do seu volume de vendas. Segundo pesquisa do CEI, algumas atividades do comércio apresentaram resultados expressivos, a exemplo de móveis, objetos e decorações; jóias, óticas e relógios; e calçados e artefatos de couro. Ainda de acordo com o mesmo levantamento, as vendas pelo sistema de crediário representaram a maior parcela das transações efetuadas pelo comércio baiano no período.

No que se refere ao comércio exterior, o desempenho não foi muito animador. Diante da conjuntura internacional desfavorável, em que pesaram as baixas cotações externas dos principais produtos básicos e a estagnação e o desemprego crescente em grande parte das economias mundiais, a receita obtida com as vendas externas cresceu apenas 0,1% em relação ao ano anterior. No entanto, quando se analisa o volume transacionado, observa-se incremento de 33,9%, o que confirma os preços desfavoráveis no mercado internacional.

Analisando-se a composição das exportações baianas por categoria de produtos, percebe-se que a queda da receita das vendas dos semimanufaturados foi significativamente maior (-25,9%) do que a das quantidades vendidas (-3,6%). A manteiga e o licor de cacau registraram quedas acentuadas de receita de exportação (52,4% e 46,5%, respectivamente) no ano analisado.

Os produtos básicos também se mostraram vulneráveis à conjuntura internacional adversa; suas vendas, em volume físico, foram inferiores em 7,8% ao resultado do ano anterior, com reflexos visíveis sobre o valor exportado (-6,9%). Nesse segmento, o montante mais expressivo de receita é gerado pelo cacau em amêndoas, produto que enfrentou a maior redução de preço no mercado externo (20,0%).

Em oposição aos fracos desempenhos das categorias anteriores, os produtos manufaturados mostraram resultados bastante animadores, seja o das quantidades exportadas (58,4%), seja o da receita originada de suas vendas (28,2%).

Outros serviços

Os demais serviços cresceram em ritmo acelerado, contribuindo para a boa performance da economia baiana no período. Favorecido por uma conjuntura em que predominavam inflação e taxas de juros elevadas, o setor financeiro também mereceu destaque, crescendo 12,7%.

Além dos serviços financeiros, pode-se apontar o comportamento das atividades de alojamento e alimentação como um dos mais favoráveis no período (11,4%), impulsionadas pela expansão do movimento turístico no Estado. Por fim, a atividade de transportes e armazenagem obteve crescimento de 6,1%, resultado que se associa ao crescimento do comércio baiano.

1983: RECESSÃO NACIONAL IMPEDE CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA

Em 1983, a economia brasileira apresentou acentuada contração de 2,3%, mergulhando em profunda recessão. Com a queda de 2,3% do PIB e o crescimento de 2,5% da população no período, a renda per capita do País foi reduzida em mais de 5,0%.

O resultado negativo da economia brasileira no período foi determinado, especialmente, pela redução dos níveis de atividade das indústrias de transformação e construção civil (-8,0% e -18,0%, respectivamente), as quais foram fortemente afetadas pelas políticas recessivas implementadas no País visando ao equilíbrio do setor externo da economia.

A contínua redução dos índices de produção industrial afetou, com maior intensidade, o setor de bens de capital, o qual teve sua produção reduzida em 20,0% entre 1982 e 1983. A capacidade de produção desse segmento industrial foi baixa, situando-se na faixa de 50,0%, refletindo a redução das encomendas do setor público, em decorrência da pouca disponibilidade de recursos para investimentos.

No segmento de bens intermediários, o declínio da produção foi menos significativo, pois, embora o mercado externo se mantivesse deprimido, as exportações evoluíram significativamente. Já no de bens de consumo, o desempenho positivo dos bens de consumo durável, notadamente a indústria automobilística, evitou uma redução mais acentuada dos níveis de produção.

A construção civil foi, sem dúvida, a atividade mais duramente atingida pelo processo recessivo, o que provocou efeitos notórios no mercado de trabalho. O segmento da construção imobiliária reduziu acentuadamente a execução de novos lançamentos e o de obras públicas teve seu comportamento afetado diretamente pela redução dos gastos públicos federais e pela desaceleração das obras dos Estados e municípios, restritas aos limites exíguos dos orçamentos. Refletindo essa situação, a produção de cimento foi reduzida em mais de 18,0% em relação ao ano de 1982.

Em meio aos desempenhos negativos, o produto do setor agropecuário cresceu 2,3%, estimulado pelo bom desempenho das culturas voltadas para o mercado externo. No entanto, a queda da produção destinada ao abastecimento interno exerceu forte pressão sobre os preços desses produtos, concorrendo para a elevação do patamar inflacionário. Com efeito, a taxa de inflação, medida pelo IGP-DI, alcançou 200,0% em 1983, representando mais do dobro da registrada em igual período do ano anterior, sendo ainda mais expressiva a elevação dos preços por atacado dos produtos agrícolas (363,0%).

Essa aceleração do processo inflacionário ocasionou perda real do poder de compra dos assalariados, uma vez que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, utilizado como base dos reajustes salariais, bateu em 174,0%.

Como causas prováveis dessa expansão desenfreada dos índices inflacionários podem ser citados a maxidesvalorização do cruzeiro, a indexação generalizada da economia e o choque da oferta de alimentos.

Ressalve-se que, entre as metas negociadas com o FMI e programadas para o ano de 1983, apenas aquelas que visavam à obtenção de saldos positivos na balança comercial foram alcançadas e, mesmo assim, a um custo social bastante elevado. Com efeito, o prognóstico das autoridades monetárias de que o superávit da balança comercial seria superior a US\$ 6 bilhões de dólares foi confirmado, mas muito mais em função de uma brutal contenção das importações do que de um excepcional desempenho das exportações. As exportações brasileiras cresceram 8,3% em 1983, enquanto as importações declinaram 21,0%. O custo embutido nessa expressiva redução de importações essenciais ao funcionamento do parque produtivo podia ser avaliado no aumento da capacidade ociosa da economia e na redução dos investimentos. Esses sintomas, associados à queda na demanda interna, configuravam um quadro de recessão econômica.

Esse enorme esforço, como mencionado, teve como objetivo básico viabilizar o pagamento dos juros e amortizações da dívida externa brasileira. O *superávit* de US\$ 6 bilhões, no entanto, não foi suficiente para saldar os compromissos externos do País. Durante o ano de 1983, o pagamento atrasado dos juros da dívida atingiu cifras consideráveis e a escassez de divisas induziu o estabelecimento do controle estatal do câmbio. O fechamento das contas externas brasileiras só foi possível com a contratação de um empréstimo de US\$ 6,5 bilhões no final do ano, o qual, embora liberado com grande resistência pelos bancos europeus, evitou a virtual inadimplência do País.

Os efeitos desse quadro fortemente recessivo ficaram evidentes no agravamento do desemprego no conjunto das principais Regiões Metropolitanas pesquisadas no período, estimando-se em um milhão o número de desempregados na indústria. Na construção civil, a redução dos níveis de emprego nessas Regiões foi igualmente acentuada, enquanto crescia o número de pessoas ocupadas no mercado informal da economia.

A agudização da tendência recessiva se refletiu no desempenho do comércio varejista, cujo faturamento declinou mais de 4,0% em 1983. Todos os segmentos desta atividade apresentaram resultados negativos no período, caracterizando forte retração da demanda interna e perda do poder aquisitivo da população.

Essa visão panorâmica da economia brasileira em 1983 mostra o agravamento da crise e o equívoco de se buscar o equacionamento dessas dificuldades por meio de uma política ortodoxa de corte nitidamente recessivo. A preservação da estrutura industrial do País, a redução dos problemas sociais e o aumento dos níveis de emprego são, indiscutivelmente, pré-requisitos básicos do crescimento econômico.

Essas adversidades da economia nacional repercutiram de modo distinto nas economias estaduais, cujo comportamento difere, em muitos aspectos, do padrão nacional. As especificidades inerentes a cada Estado determinam como e em que proporção suas economias são afetadas pela crise e quais os setores mais diretamente atingidos. Isso explica porque o PIB do Brasil decresceu 2,3% enquanto o baiano declinou apenas 0,2%, permanecendo, portanto, no mesmo patamar de 1982.

Agropecuária

Sob essa ótica, procurou-se coletar as informações disponíveis sobre a evolução da economia baiana em 1983 de forma a avaliar o desempenho do Estado e medir o impacto da recessão sobre os seus diversos setores produtivos. A agropecuária, por exemplo, teve o seu comportamento influenciado pela seca que vinha devastando o semi-árido baiano no período. Mesmo assim, o desempenho do setor primário estadual foi positivo no período, espelhando o ligeiro acréscimo da produção de algumas de suas principais lavouras, destacando-se o feijão (3,0%) e a mandioca (4,2%), esta última em razão de sua boa adaptação ao clima da Região Nordeste. A soja, que em 1983 ainda não possuía posição de destaque, logrou expansão de 300,0%.

Exercendo pressões negativas, sobressaem o milho (-57,0%), que não se beneficiou do período chuvoso que contribuiu para a expansão do feijão e o cacau, cuja produção foi reduzida em 8,1% em função da descapitalização dos agricultores.

Com relação aos preços, cita-se como um dos principais motivos que limitaram o crescimento da produção agrícola no Estado os baixos preços médios recebidos pelos produtores. De uma lista de 23 produtos, apenas 11 registraram variação superior ao índice inflacionário do período. O cacau, por exemplo, principal produto agrícola da Bahia no período, teve seus preços aumentados em 155,0% contra uma inflação de 200,0%.

Ainda com relação às principais lavouras do Estado, cabe mencionar a redução de 23,0% na área colhida. Dito de outra forma, os 3,1 milhões de hectares colhidos em 1982 reduziram-se a 2,4 milhões em 1983. Mais grave, no entanto, foi o declínio dos níveis de produtividade da maioria das lavouras do Estado no período. O rendimento médio do cacau foi diminuído em 11,9% e o do feijão, em 29,8%.

Vários fatores contribuíram para esse fraco desempenho da atividade agrícola no Estado, entre eles a prolongada estiagem, que teve em 1981 seu ano mais crítico, afetando praticamente todas as regiões, foi determinante, embora a dificuldade de recursos para o custeio e a desvalorização dos preços agrícolas na safra anterior tenham também contribuído para o agravamento da situação.

Setor industrial

No que se refere ao setor industrial, vale ressaltar a importância do ramo químico/ petroquímico em sua estrutura, responsável por mais de 50,0% do valor de transformação industrial do Estado, à época. Assim, a evolução da indústria baiana esteve condicionada, em grande medida, ao desempenho da indústria química, fortemente afetada pela recessão econômica no período. Com isso, a demanda interna por petroquímicos apresentou redução considerável e só foi possível manter o crescimento desse ramo industrial estimulando-se as vendas externas, as quais cresceram 18,0%.

Com base nos dados disponíveis, verifica-se que em 1983 a indústria baiana de transformação cresceu 8,9% ante 1982, destacando-se pelos melhores desempenhos os ramos químico (8,1%), metalúrgico (11,4%) e a indústria de produtos alimentares (5,6%), esta sendo a única a destinar sua produção para o mercado interno.

Uma alternativa que se buscou para aferir o crescimento industrial foi acompanhar a evolução do consumo industrial de energia elétrica, que no período examinado cresceu 9,0%. É importante ressaltar que, em 1983, ainda não existiam levantamentos estatísticos diretos como as pesquisas que medem o desempenho mensal e anual da indústria, realizadas atualmente pelo IBGE.

O comportamento da arrecadação do IPI foi também utilizado como indicador do desempenho industrial na Bahia, observando-se crescimento de 10,0% desse tributo no ano examinado.

O resultado mais desfavorável de 1983 ficou por conta da indústria da construção civil (queda de quase 30,0%), explicando esse declínio à conjuntura nacional, que se mostrava adversa no período, conforme salientado anteriormente.

Setor de serviços

No que se refere ao comércio exterior baiano, os resultados foram bastante promissores. O valor das exportações baianas atingiu US\$ 1,3 bilhões em 1983, o que representa aumento real de 18,5% com relação ao ano anterior. A balança comercial apresentou superávit de cerca de US\$ 1 bilhão, gerando, assim, 15,0% do superávit verificado na balança comercial brasileira.

Esse significativo desempenho deveu-se, basicamente, ao crescimento das exportações de petroquímicos e derivados de petróleo (18,1% e 36,1%, respectivamente), que responderam, juntos, por quase 50,0% das exportações baianas.

Já o crescimento da arrecadação do ICM, que se constitui em um valioso indicador do desempenho da atividade econômica, foi superior ao de todos os Estados brasileiros, embora estivesse abaixo dos níveis de inflação. Com efeito, o montante arrecadado desse tributo no Estado passou de Cr\$ 110,35 bilhões em 1982 para Cr\$ 284,0 bi-

lhões em 1983, representando um aumento de 157,3%, superior ao crescimento nacional e ao da região Nordeste (123,1 % e 163,1%, respectivamente). Responderam por esse bom desempenho os resultados positivos do Pólo Petroquímico de Camaçari, que responde por 23,0% da arrecadação estadual; do Centro Industrial de Aratú (8,0%); e da produção de cacau e derivados, que participava com 10,0% do total de ICM arrecadado no Estado.

Apesar disso, a elevada inflação que atingiu patamares superiores a 200,0% e a inércia de correção diminuíram, em muito, o poder de compra real da população. A diminuição de crescimento da economia nacional gerou uma situação crítica para o comércio interno da Bahia, que nesse período registrou queda de 7,8% contrariando a tendência que vinha apresentando em anos anteriores.

Praticamente todos os setores de atividade registraram queda de faturamento real no período, sendo observada a maior delas no segmento de supermercados (11,9%), refletindo a diminuição do poder aquisitivo da população, cujos aumentos salariais não acompanhavam o crescimento da inflação. O segmento de vestuário foi outro a registrar queda de quase 9,0%, observando-se que o resultado do comércio teria sido pior se as vendas de veículos, que têm peso relevante em sua estrutura, não apresentassem leve incremento de 1,2%.

Apesar desse fraco desempenho do comércio, outros segmentos do setor serviços apresentaram taxas significativas de expansão. Entre eles, merecem destaque as atividades de comunicações (incremento de 18,8%) e transportes (11,3%), este último sendo beneficiado pelo aumento da demanda por transporte de cargas na indústria e na agropecuária. Os serviços de transporte rodoviário e aéreo (segmento de cargas) cresceram 9,9% e 14,0%, respectivamente.

Em linhas gerais, esse foi o perfil do desempenho da economia baiana em 1983. A julgar pelos números apresentados, embora a recessão econômica tenha restringido a expansão dos mais importantes segmentos da estrutura produtiva baiana, os seus efeitos sobre o desempenho econômico do Estado foram mais brandos comparativamente a outras Unidades da Federação.

1984: METALURGIA E PETROQUÍMICA GARANTEM O MODESTO CRESCIMENTO DO PIB BAIANO

Segundo estimativas do CEI, no ano de 1984 o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia apresentou resultado positivo de 1,6%. No mesmo período, as vendas externas do estado foram ampliadas em 10,5%, confirmando a tendência de aumento da participação das exportações no PIB.

Baseada na petroquímica, a nova indústria baiana montada na década anterior veio se somar ao segmento de refino do petróleo para formar um segmento químico de grandes proporções no Estado, o qual respondia, àquela época, por cerca de 50,0% do valor

agregado pela indústria baiana de transformação. O cacau, por sua vez, representava em torno da metade do valor de produção agrícola, evidenciando-se também neste setor o alto grau de concentração da economia baiana.

Poder-se-ia dizer que, no limite, analisar a economia baiana em 1984 seria, de certa forma, analisar o comportamento e as perspectivas para o cacau e o segmento petróleo-petroquímica, assim como suas possíveis inter-relações e reflexos sobre os demais setores da economia estadual. Nesse quadro, assumem particular proeminência aspectos relativos aos mercados nacional e internacional, tanto do cacau e seus derivados como dos produtos petroquímicos, já que uma quebra de safra, retração de demanda ou oscilação significativa dos preços desses produtos traria sérias conseqüências para a economia baiana.

Desse modo, considerando-se a peculiar estrutura produtiva baiana, o crescimento de 1,6% do PIB estadual deve ser avaliado a partir do exame do comportamento dessas atividades. Em primeiro lugar, o crescimento da indústria de transformação (6,7%), setor da economia que detinha o maior peso relativo em sua estrutura, foi sustentado fundamentalmente pelo crescimento do segmento químico (8,8%), que seguiu ampliando suas vendas para o exterior. Em segundo lugar, o declínio da lavoura cacauzeira teve expressiva influência redutora sobre o resultado do macroindicador. Calculado sem levar em conta o cacau, o PIB baiano teria crescido em torno 4,0% entre 1983 e 1984. Provocada pelo excesso de chuvas na região produtora, a queda de produção dessa lavoura, de aproximadamente 15,0%, puxou o crescimento do PIB para uma taxa aquém da esperada no final de 1983. Obviamente, sua influência foi ainda maior sobre o "PIB Agropecuário", que declinou 2,2% em 1984 e teria crescido 1,6% se fosse calculado sem o cacau.

Setor industrial

Em 1984, a indústria baiana de transformação apresentou desempenho bastante favorável, crescendo 6,7% graças aos bons resultados dos gêneros químico e metalúrgico (8,8% e 6,7%, respectivamente). Explica a influência desses segmentos o fato de responderem, conjuntamente, por cerca de 60,0% do valor agregado da indústria de transformação.

Dois fatores contribuíram de forma peculiar para esse bom desempenho. De um lado, os excelentes resultados do setor exportador, incentivado por uma conjuntura internacional favorável e pelo esforço desenvolvido pela Petrobrás para aumentar as vendas externas. De outro, a especificidade da estrutura industrial baiana, fortemente concentrada no gênero químico e, em particular, na petroquímica. O crescimento desse setor de ponta, altamente gerador de renda e com forte participação do capital estatal no período, independe do nível de renda interna do Estado, uma vez que os seus principais mercados localizam-se no Centro-Sul do País, cuja economia apresentou boa recuperação em 1984, e também no exterior.

Além disso, a indústria química baiana contou com uma série de fatores positivos que ajudam a explicar o seu crescimento de 8,8%. Primeiro, os bons preços alcançados pelo petróleo e seus derivados em 1984; segundo, a diversificação dos mercados consumidores de produtos intermediários petroquímicos; terceiro, o forte incentivo do capital estatal ao setor químico, sob a forma tributária, por intermédio de isenções fiscais, fornecimento de créditos e empréstimos e, ainda, o estímulo às exportações e a abertura de novos mercados.

Quanto à metalurgia, que também tem peso considerável na estrutura da indústria baiana de transformação (pouco mais de 6,0%), foi observado incremento de sua produção de aproximadamente 6,7%, decorrente de expansões dos segmentos siderúrgico (7,5%) e metais não-ferrosos (6,0%). No entanto, apesar de significativas, essas taxas ficaram bem abaixo da média nacional (13,3%).

No segmento siderúrgico destaca-se o crescimento da produção de ferro-liga, aço e laminados. Para a análise do desempenho do sub-setor de metais não ferrosos deve-se considerar a entrada em operação da Caraíba Metais, em 1982, que provocou um "salto" nos seus índices de crescimento já a partir do ano subsequente e fez com que o cobre passasse a exercer influência preponderante nos resultados da indústria metalúrgica no Estado.

A indústria tradicional de produtos alimentares, que já vinha apresentando fraco crescimento (2,5%) nos primeiros anos da década de 1980, apresentou queda de 0,9% em 1984, acompanhando o resultado médio nacional (-0,1%). O principal responsável por esse declínio foi o grupo industrial "cacau e derivados", que era predominante na estrutura do gênero produtos alimentares e teve sua produção reduzida em 7,7% naquele ano. Houve crescimento da produção de produtos de padarias, confeitarias e pastelarias (11,4%), açúcar (18,6%) e leite e laticínios (10,4%), enquanto a atividade "moagem e torrefação de café" declinou 1,7%, mantendo a tendência de queda observada desde o início da década.

Nos demais setores, houve relativa estabilidade, com especial destaque para o segmento de bebidas, que apresentou ligeiro crescimento de 2,9% sem atingir, no entanto, o nível de produção de 1980. A estagnação da produção de bebidas, aliada ao forte crescimento de outros gêneros, como a química, vem fazendo com que esse tradicional segmento diminua ainda mais sua já reduzida participação relativa no valor gerado pela indústria baiana.

Indústria extrativa mineral

A produção extrativa mineral apresentou expansão de 2,9% em 1984, resultado bem aquém da média nacional (28,0%). O seu desempenho foi influenciado, principalmente, pelo segmento de petróleo e gás natural, que tem elevada participação na estrutura dessa indústria (mais de 83,0% em 1984).

Os progressos observados na extração de petróleo e gás natural, a partir de 1983, revertem à tendência declinante que a atividade vinha apresentando, com uma expansão de 1,4% do sub-setor de combustíveis. Apesar de sua baixa participação na estrutura da extrativa mineral (10,0% e 5,8%, respectivamente), os minerais metálicos e não-metálicos cresceram em ritmo significativo em 1984 (22,1% e 6,8% respectivamente), contribuindo para o crescimento desse gênero industrial.

Merecem destaque o incremento observado na extração do cobre e a recuperação da produção do cromo e manganês. No sub-setor de minerais não-metálicos, cresceram a produção de magnesita e a de ouro. A primeira, em queda desde 1980, se recupera a partir de 1983, atingindo o patamar de 310 mil toneladas em 1984, o que corresponde a um incremento de 44,6% em relação ao ano anterior.

Construção civil

A indústria da construção civil apresentou retração pelo segundo ano consecutivo (aproximadamente 2,0%), relacionando-se esse fraco resultado à política econômica do governo federal, que desativou uma série de obras públicas previstas buscando reduzir os seus gastos. Some-se a isso a menor procura por imóveis, uma vez que os níveis salariais vigentes à época eram baixos e existiam dificuldades para obtenção de financiamentos de longo prazo, o que praticamente inviabilizava o acesso a esses bens. O desemprego, o alto custo do dinheiro e as elevadas taxas de inflação ocasionaram percalços no sistema financeiro de habitação, o que resultou em restrição do crédito para construção.

Agropecuária

Refletindo o resultado negativo do cacau, a produção agropecuária apresentou queda de 2,2% em relação a 1983. Com esse fraco desempenho, a atividade perde participação relativa no PIB estadual, uma tendência que já se vinha manifestando desde o final da década de 1970 e que pode ser explicada pela frágil inter-relação entre a atividade agropecuária e a indústria de ponta que se instalava no Estado.

A queda do desempenho da agricultura de (-8,0%), deveu-se, em grande parte, às intempéries climáticas: a seca que perdurou em 1984, atingindo a maior parte das produções e o excesso de chuvas que castigaram a região produtora de cacau. Contudo, na agricultura evoluíram a área colhida e as relações de troca entre os preços recebidos e os pagos pelo produtor.

Representada, sobretudo, pela bovinocultura, a produção pecuária declinou 0,7%. A oferta de carne bovina foi menor que a do ano de 1983, embora tenham crescido o rebanho e o consumo industrial de leite. Já a silvicultura obteve crescimento de 30,0%, notadamente o carvão vegetal, o mais importante produto da atividade de exploração vegetal na Bahia.

O acentuado decréscimo da produção agrícola expressa o grande peso da produção de

cacau, que sofreu revezes climáticos no período. Além do cacau, declinaram as quantidades produzidas de café, fumo, milho e arroz. Nos demais cultivos, os resultados foram positivos em relação a 1983, embora insuficientes para a retomada dos níveis de produção de 1980. Esse desempenho insuficiente pode ser creditado, em boa parte, à seca que atingiu as regiões produtoras. Observa-se que, no geral, a área aumentou 10,0%. Mas o declínio da produção acabou ocasionando queda de produtividade física nas principais lavouras.

Concomitante à queda da produção local, decresceu o volume de crédito destinado à agropecuária baiana e foram mantidos os encargos financeiros do custeio.

A produção de alimentos cresceu 2,6% no período. Esse incremento deveu-se aos acréscimos das quantidades produzidas de cebola, feijão, mandioca, laranja e tomate, uma vez que o milho e o arroz registraram desempenhos negativos. Porém, quando se comparam às safras desse ano com os resultados de 1980, percebe-se que somente a cebola, a laranja e o tomate lograram aumentos de produção no período, o que pode ser creditado às intempéries climáticas, tanto as estiagens quanto o excesso de chuvas. As lavouras foram atingidas, também, pelo aumento dos encargos financeiros do crédito de custeio, que entrou em vigência desde 1982, aliado à elevação do custo dos insumos básicos para os produtores e à política de abastecimento do País.

O grupo de produtos destinados à indústria, compreendendo os cultivos do algodão, cana-de-açúcar, mamona, sisal e soja, cresceu 29,0% em relação ao ano anterior, merecendo destaque a cana-de-açúcar, cuja produção cresceu 30,0% mesmo enfrentando condições adversas, como a seca que atingiu parte dos municípios produtores e o reajuste de seus preços abaixo do reivindicado pelos produtores, fato que decorreu da destinação do produto para a produção de álcool hidratado. Além do álcool, cresceu também a produção de açúcar, estimulada pela introdução da agricultura irrigada no Vale do Rio São Francisco.

Em 1984, houve recuperação de cultivos tradicionais no Estado, como o sisal e o algodão. Além de sua maior resistência a períodos de estiagem, essas lavouras foram beneficiadas por medidas de estímulo às vendas externas no âmbito da política agrícola do País. Em 1984, a produção de algodão cresceu sensivelmente na Serra Geral, tradicional região produtora do Estado, onde o beneficiamento local realizado em maior escala e a possibilidade de escoamento do produto para o mercado externo abriram novas perspectivas para os produtores.

Já os produtos destinados à exportação apresentaram resultados negativos tanto em relação a 1983 (-18,0%) como a 1980 (-5,6%). Essas quedas foram localizadas em lavouras representativas da agricultura estadual, como o cacau e o café, reduzindo-se, também, a produção do fumo em folha, confirmando a tendência verificada desde os anos 1970.

A produção de cacau foi inferior à de 1983 em 15,0%. Essa redução se deveu, conforme salientado anteriormente, ao excesso de chuva na região produtora. Vale observar que o

cacau contribuiu com 54,0% do valor da produção agrícola em 1984 e, junto aos derivados, respondeu por 33,0% da receita global do comércio exterior baiano no período. Dada a sua importância na estrutura agrícola do Estado, pode-se inferir que o seu resultado negativo em 1984 foi o principal responsável pelo fraco desempenho da agricultura e do conjunto da agropecuária.

Em que pese o crescimento do rebanho bovino (1,6%), que representava 60,0% do valor da produção animal em 1984, a produção pecuária registrou queda de 0,7% naquele ano, o que fez reduzir para 13,0% sua participação relativa no valor agregado bruto da agropecuária.

O emprego de métodos rudimentares de produção e a extensividade na criação caracterizavam o perfil tradicional da pecuária bovina no Estado àquela época, o que resultava em baixo índice de produtividade e em uma densidade da ordem de 0,6 cabeça por hectare. A produtividade da criação bovina pode ser avaliada pela maturidade do rebanho para corte. Na Bahia, a idade de abate girava em torno de 44 meses, praticamente o dobro da idade de uma produção empresarial. Com isso, a evolução do bovino estadual deriva, em parte, do padrão antigo de criação e das condições climáticas vigentes.

Os principais produtos bovinos — a carne e o leite — destinavam-se ao abastecimento alimentar da população e às indústrias. A Bahia não exportava nenhum dos dois, ao contrário, importava carne de diferentes procedências e leite *in natura* de Sergipe, para consumo industrial. A quantidade beneficiada de leite aumentou no ano em questão em 13,1%. Com relação ao abate bovino, foi observada redução de 18,0% dessa atividade em relação a 1983.

Respondendo por 8,0% do valor agregado da agropecuária, a produção das atividades relacionadas à silvicultura (extração e exploração florestal) cresceu 30,0% em 1984. Entre as principais espécies nativas, estavam incluídos o angico, aroeira, murici, ipê e peroba, usadas na produção de carvão vegetal, estacas, lenha e madeira. Na exploração plantada (reflorestamento), destacavam-se o pinus e o eucalipto, utilizados como matéria-prima na indústria de madeira e celulose. No conjunto, as espécies extrativas eram pouco representativas em termos econômicos, observando-se que o crescimento da silvicultura no período derivou do bom desempenho da atividade reflorestadora.

A produção de carvão vegetal em 1984 correspondeu ao dobro do resultado do ano anterior. Do total produzido pela Bahia, praticamente a metade era consumida internamente pelas indústrias e a outra metade era exportada para outros Estados, notadamente o Espírito Santo e Minas Gerais. Ainda que as alternativas de substituição energética não se resumam à produção florestal, a disponibilidade de terras baratas, facilidade de mão-de-obra, incentivos e condições climáticas favoráveis determinaram o crescimento do plantio e, conseqüentemente, da produção de carvão vegetal para substituir derivados do petróleo. O crescimento da atividade reflorestadora, do consumo interno e da exportação de carvão, principalmente em 1984, aliado à política de ordenamento florestal, criou perspectivas favoráveis ao fortalecimento da atividade reflorestadora sustentada no carvão vegetal.

Setor de serviços

Apesar da escassez de estatísticas consistentes e contínuas que permitissem medir o desempenho do comércio com a precisão desejada, com os dados disponíveis foi possível estimar que a atividade apresentou queda de 2,9%, aproximadamente, em 1984. Esse resultado reflete a recessão nacional e a queda do poder aquisitivo da população, que não apresentou melhorias significativas em relação a 1983.

Quanto ao comércio de alimentos, principal ramo de comércio varejista do Estado, as informações disponíveis indicam retração das vendas, principalmente nos gêneros de hortaliças, frutas, cereais, aves, ovos e pescados. Entre 1983 e 1984, as vendas no atacado diminuíram 2,9%, sendo ainda mais acentuada a queda do volume comercializado no varejo — mercados e supermercados —, estimada em 15,7%.

Um outro indicador do comportamento do comércio de alimentos é o consumo de derivados do trigo, que inclui itens como pão, massas e biscoitos, que têm participação significativa no consumo alimentar, sobretudo o das famílias de baixa renda. Em 1984, a demanda por esses produtos aumentou significativamente (11,4%), indicando que os preços de outros itens que compõe a cesta alimentar básica se tornaram tão proibitivos para a maioria da população que forçaram a sua substituição por alimentos mais baratos, a exemplo dos derivados do trigo.

Pode-se concluir, portanto, que embora o resultado do comércio de alimentos em 1984 não tenha sido tão desfavorável quanto o de 1983, ano em que os preços dos alimentos cresceram em ritmo acelerado,³ a queda continuada dos rendimentos da população, sobretudo da parcela que compromete a maior parte do seu orçamento na compra da cesta básica, afetou sensivelmente o desempenho da atividade. No ano de 1984, em face de uma elevação mais branda do preço dos alimentos, a participação relativa do valor da cesta básica no salário mínimo foi menor que em 1983.

Dois outros segmentos que vinham se ressentido da queda do poder aquisitivo foram o comércio de tecidos, vestuário, calçados e o de móveis e eletrodomésticos, que apresentaram entre 1983 e 1984 queda real de 29,0% e 2,5%, respectivamente.

As lojas de departamentos, cujo desempenho é considerado termômetro do nível de consumo das famílias de renda média e alta, amargaram queda de vendas de 12,0% em 1984, contribuindo para esse resultado as elevadas taxas de juros do crédito ao consumidor. Outro resultado negativo foi observado no varejo de eletrodomésticos, móveis e utensílios diversos (-5,8%).

³ Segundo dados do CEI, o subgrupo alimentação na residência apresentou variação acumulada de 225,0%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor.

O desempenho dos ramos que comercializam bens duráveis é determinado, em grande parte, pela capacidade de endividamento dos consumidores, cuja maior parcela é constituída por famílias de classe média, que vêm acumulando quedas no seu poder aquisitivo por vários anos, em decorrência dos reajustes das faixas salariais mais elevadas bem abaixo da inflação.

Nesse ramo de bens duráveis, destacam-se as vendas de veículos, que apresentaram decréscimo de 5,4%, em função da conjuntura que se caracterizava pelo elevado custo do financiamento e aumento mensal dos preços dos automóveis.

Em 1984, as relações comerciais da Bahia com o mercado internacional apresentaram, em linhas gerais, melhor desempenho do que no ano anterior. Aprofundaram-se, significativamente, as tendências de crescimento das exportações que têm marcado o comércio exterior nos últimos anos. Registrou-se, também, certa recuperação dos preços dos produtos baianos lançados no mercado internacional com relação a 1983. O saldo da balança comercial baiana foi positivo em mais de um bilhão de dólares, destacando-se, principalmente, o considerável crescimento dos derivados de petróleo que foi capaz de minimizar as perdas com a venda de cacau.

No âmbito do setor serviços, mereceu especial destaque, também, o segmento de alojamento e alimentação, que logrou crescimento de 7,1%. Apesar das adversidades que marcaram a conjuntura nacional em 1984, a Bahia já se posicionava àquela época como o terceiro mais importante destino turístico de lazer do País. O número de visitantes estrangeiros e brasileiros no Estado cresceu aproximadamente 49,0%, apesar de ter caído de 3,9 dias para 3,5 dias a taxa de permanência média nos leitos dos hotéis classificados com relação ao ano de 1983.

Mesmo enfrentado uma conjuntura adversa — crise na economia internacional, política econômica recessiva no País e, ainda, alguns reveses climáticos que afetaram produtos agrícolas importantes para o Estado —, em 1984 a economia baiana apresentou um crescimento modesto, mas que não deixa de ser favorável porquanto cresceram exatamente os seus segmentos mais modernos e com maior capacidade de geração de excedente.

1985: RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL IMPULSIONA A ATIVIDADE ECONÔMICA NO ESTADO

Avaliando-se o desempenho da economia baiana no ano de 1985 com base no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), evidencia-se que, com o crescimento de 10,0%, a Bahia se inseriu perfeitamente no processo de recuperação que envolveu a economia nacional, uma vez que o seu resultado produtivo se aproxima das médias regional e nacional. Nesse período, o PIB do Brasil apresentou crescimento de 7,9%.

A análise setorial da evolução da atividade interna revela uma dinâmica diferente da observada no ano anterior. Em 1985, a agropecuária liderou o crescimento, atingindo

um patamar 30,0% maior em relação ao ano precedente. A atividade industrial também corroborou para a taxa de expansão do PIB, crescendo 7,0%, resultado que esteve associado, mais uma vez, ao bom comportamento da indústria de transformação e, mais especificamente, do segmento químico-petroquímico. Também o setor de serviços apresentou expansão bastante satisfatória (6,1%), capitaneado pelos segmentos de comunicações (35,3%), alojamento e alimentação (10,3%) e pelo comércio que, depois de amargar dois anos consecutivos de retração, cresceu 9,0%.

Agropecuária

O desempenho da produção agropecuária baiana em 1985 foi bastante favorável. A taxa de crescimento de 2,1% fez com que o setor voltasse a ganhar participação na composição do PIB, uma vez que a indústria, crescendo de modo ininterrupto, derrubou progressivamente o agro baiano do posto de maior gerador de valor agregado. Merece destaque à produção agrícola, que cresceu 50,0% enquanto o conjunto da pecuária teve queda de 3,3%.

Impulsionado pelo bom desempenho dos alimentos, o volume físico da agricultura cresceu 48,7%. Esse comportamento deveu-se ao aumento da área colhida em cerca de 24,0% e a ganhos de produtividade que, em termos médios, cresceram 22,0%. As relações de troca entre a agricultura e os setores a montante da produção (indústrias de fertilizantes, sacarias, defensivos, combustíveis e produção de sementes) foram, em geral, desvantajosas para a agricultura. Entre 1984 e 1985, os preços pagos pelos produtores cresceram 221,0% e os recebidos, 176,0%. Na estrutura dos preços recebidos pelo setor agrícola, os produtos exportáveis tinham peso significativo, já que representavam mais da metade da produção agrícola estadual. Para esses produtos, as relações de troca foram favoráveis, com os preços recebidos superiores aos pagos em 24,0%. Para os produtores dos segmentos industriais e alimentícios as relações de troca mantinham-se deterioradas, com os preços recebidos sendo inferiores aos pagos em aproximadamente 40,0% e 26,0%, respectivamente.

O nível de preços dos produtos agrícolas, na ponta do consumo, esteve elevado no País, pressionando a inflação para cima. Isso se deveu a pressões da demanda, resultante, em parte, do crescimento da massa de salários. Contudo, os preços recebidos pelos produtores no período de comercialização estiveram abaixo dos níveis esperados. Esse fato obrigou o governo a adquirir parcela da produção e a financiar a formação de estoques em mãos de agricultores e intermediários. A safra colhida em 1985 foi influenciada por medidas de política econômica tomadas ainda em 1984 e nos primeiros meses de 1985.

Entre essas medidas, destacaram-se as modificações nos valores básicos do custeio e nos preços mínimos, elevando-os, em média, a níveis superiores à inflação, o que, de certa forma, garantiu um maior volume de recursos. Em 1985, o volume dos recursos para o financiamento à agropecuária baiana apresentou crescimento real de 38,0% em relação ao ano anterior. Esse crescimento deveu-se, unicamente, à agricultura, já que montante de crédito para a pecuária foi reduzido.

O crédito para custeio agrícola foi o principal responsável pelo crescimento dos recursos para a agropecuária no período. Cerca de 80,0% do incremento desses recursos deveu-se a esse tipo de crédito. O financiamento para investimentos e comercialização da agricultura representou 8,3% e 13,4%, respectivamente, do aumento da oferta de dinheiro.

As culturas mais beneficiadas com a disponibilidade de recursos para custeio no período foram as da soja, algodão, cana-de-açúcar, café e cacau. A pecuária, por ser um dos segmentos mais capitalizados, não ensejou prioridade no sistema de crédito, já que os tomadores, em princípio, tinham condições de aplicar parte dos recursos próprios para reinvestimento no setor. Em 1985, a atividade pecuária do Estado recebeu créditos no valor de Cr\$ 2,5 bilhões, o que equivale a 1,8% menos do que no ano anterior.

O valor agregado bruto da agricultura cresceu 55,0% em 1985 e o seu volume físico, 48,6%. Esse desempenho foi considerado excepcional, e não apenas pelo fato de, pela primeira vez na década, o volume físico da produção ter ultrapassado os níveis de 1980 (estimando-se esse aumento em 30,0%), mas também pela pressão exercida pela produção de alimentos sobre esse resultado, uma vez que 45,0% do crescimento do volume da produção agrícola no período associaram-se ao bom desempenho do gênero alimentício. Com o crescimento do valor agregado bruto superior à expansão do volume físico da produção, a agricultura baiana expressa o seu melhor desempenho, sustentado pelo aumento da produtividade física de 21,4%.

O aumento de produtividade também foi acompanhado pelo aumento expressivo da área colhida (24,0%), o que confirma o bom desempenho da produção de 1985, observando-se que tanto a produtividade quanto a área colhida apresentaram comportamentos semelhantes aos dos anos áureos do início da década de 1980.

Apesar da elevação dos custos financeiros, decorrente do aumento dos juros do crédito rural nos últimos anos, os agricultores tiveram boas razões para ampliar a área cultivada: os preços recebidos em 1984; acréscimos dos valores básicos do custeio e dos preços mínimos em níveis superiores aos da inflação; e as boas condições climáticas nas épocas de plantio.

Os ganhos de produtividade podem ser creditados às condições climáticas favoráveis, à maturação de plantações de culturas permanentes realizadas no final da década de 1970, como é o caso do café, e à realização de tratamentos culturais, estimulados pelos preços recebidos pelos agricultores em 1984.

O grupo de produtos exportáveis, apesar de vir perdendo participação no total da produção agrícola desde 1983 — quando representou cerca de dois terços da produção —, continua respondendo pela parcela mais significativa do produto agrícola. Em 1985, esse grupo foi responsável por mais da metade da produção. Os alimentícios ampliaram sua participação em quase 30,0%, passando a representar cerca de 33,0% do volume físico. Os industriais mantiveram-se, mesmo com uma pequena perda, no mesmo patamar.

As relações de troca da agricultura apresentaram uma deterioração de 14,0% do poder de compra dos agricultores entre 1984 e 1985. Entre os diversos grupos de produtos, as perdas mais significativas foram sentidas pelos produtores de alimentos, com uma evolução dos preços recebidos menor que a dos preços pagos em mais de 45,0%, e de produtos industriais, em torno de 33,0%. Os preços recebidos pelos cultivos de exportáveis foram superiores aos preços pagos em 24,0%.

Os preços dos produtos agrícolas são bastante sensíveis aos choques de oferta. Isso significa dizer que altos níveis de produção correspondem, geralmente, a baixa remuneração para os produtores e que frustrações de safras determinam, quase sempre, níveis de preços elevados. Alia-se a isso, o fato de a produção encontrar-se geralmente dispersa entre numerosos produtores em uma mesma região, ou em regiões diferentes, e de ser reunida uma quantidade menor de comerciantes e especuladores, o que reforça a posição destes na disputa de preços. Desse modo, a um nível baixo de preços pagos aos produtores pode corresponder uma queda menor de preços nos mercados consumidores, ou mesmo um aumento de preços representando uma maior margem de lucro para os comerciantes e especuladores.

A deterioração dos preços recebidos pelos agricultores e empresários rurais (3,8% em 1985), evidenciada pelas relações de troca e aumento dos preços das mercadorias de origem agrícola nos mercados urbanos, indica que a parcela mais importante do excedente gerado na agricultura foi apropriada pela cadeia de intermediação e/ou pelos agentes financeiros.

O crescimento agrícola do Estado, em 1985, esteve vinculado ao comportamento dos gêneros alimentícios, que evoluíram 85,0% em relação à safra de 1984. Entre os produtos do grupo, os melhores desempenhos ficaram com o milho (411,0%), feijão (172,0%) e arroz (119,0%). A rigor, apenas a cebola decresceu em 1985 (-71,0%), como resultado do excesso de chuvas na safra principal. Sob a ótica da contribuição para o incremento do volume físico, devem ser destacadas as culturas de feijão (responsável por cerca de 51,0% do crescimento), milho (34,0%) e mandioca (12,0%).

A expansão do produto agrícola deveu-se ao crescimento de 35,0% da área colhida e de 37,0% da produtividade. Os destaques quanto à evolução da área deveram-se ao milho e ao feijão, com crescimentos de 94,0% e 34,0%, respectivamente. As áreas cultivadas com cebola e arroz decresceram 57,0% e 10,0%, respectivamente. O declínio da área colhida com arroz foi amplamente compensado pelo aumento excepcional de sua produtividade física.

Depois de vários anos enfrentando condições climáticas adversas, em 1985 algumas lavouras baianas, notadamente os cultivos da safra de verão, revelaram melhorias de eficiência produtiva. A produtividade do milho cresceu 173,0%, a do arroz 144,0% e a do feijão 103,0%. Já os resultados dos cultivos de mandioca, laranja e tomate foram mais modestos (15,0%), observando-se, no entanto, que a cebola não logrou resultado positivo (queda de 35,0%).

Na região de Irecê, onde se concentra a produção estadual de feijão, assim como a de

mamona e milho, os índices pluviométricos, durante a safra 1984-1985, foram considerados satisfatório, sobretudo na de feijão (plantado entre o final de outubro e dezembro e colhido entre fevereiro e março), com as precipitações pluviométricas atingindo, entre outubro e fevereiro, a média mensal de 147 mm, a melhor desde 1980.

Apesar do crescimento dos preços dos alimentos, as relações de troca entre produtores agrícolas e fornecedores de insumos deterioraram-se no período. Os preços recebidos pelos produtores estavam abaixo dos pagos em 40,1%, identificando-se essa desvantagem, sobretudo, naqueles produtos de consumo mais disseminado, a exemplo do feijão (com preços abaixo dos preços pagos em 56,7%), mandioca (42,4%), milho (27,8%), tomate (26,7%) e arroz (6,0%). Apenas para os produtores de cebola e laranja as relações de troca foram favoráveis (30,5% e 41,2%, respectivamente).

Examinando-se o desempenho agrícola segundo os grupos de produtos, observa-se que aqueles destinados à transformação industrial cresceram 75,0% em 1985, contribuindo com cerca de 23,0% para o incremento da produção total do setor. O aumento do volume físico da produção em relação a 1980 foi de 125,0%. Entre esses, destacaram-se com os melhores desempenhos na safra de 1985 a mamona (186,0%), o algodão (139,0%) e a soja (110,0%). Apesar de elevadas, as taxas de crescimento da produção de sisal e cana-de-açúcar foram inferiores às de 1984 em 60,0% e 35,0%, respectivamente.

Já o bom desempenho da mamona, cultura que respondia por cerca de 32,0% do crescimento do volume físico dos produtos agrícolas industriais no ano examinado, foi favorecido por três fatores principais: as boas condições climáticas nas principais regiões produtoras (Irecê, Jacobina e Senhor do Bonfim); os excelentes preços praticados na safra de 1984, estimulando o crescimento da área de plantio; e o elevado crédito para custeio. No entanto, apesar do bom resultado, sua safra ficou comprometida pela incidência de pragas, afetando a qualidade do produto e a sua cotação.

Cultivo tradicional do Estado, o algodão apresentou crescimento acentuado em 1985, repetindo o bom desempenho de anos anteriores. Neste período, cerca de 19,0% do incremento do volume físico e de 15,0% da área colhida com produtos agrícolas industriais podem ser creditados à expansão da cotonicultura, concentrada espacialmente em Guanambi e Bom Jesus da Lapa. O bom desempenho produtivo desse cultivo posicionou a Bahia como o quinto maior produtor do País, superado apenas pelos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Ceará.

O ano de 1985 marcou o final da segunda etapa do PROALCOOL, que em 1986 completou dez anos de implantação em uma conjuntura de excesso de oferta e deterioração dos preços internacionais do açúcar e do petróleo. Regionalmente, a produção de cana-de-açúcar cresceu 300,0% entre 1980 e 1985, como resultado de um aumento de produtividade de 270,0% e do incremento de 10,0% da área colhida. O volume físico da produção da cana-de-açúcar, em 1985, representou 36,0% da produção dos industriais e 6,0% da produção das quinze principais lavouras da Bahia.

O crescimento da produção agrícola industrial em 1985 esteve associado a uma perda nas relações de troca pelos agricultores. Os índices de preços recebidos pelos agricultores estiveram abaixo dos índices de preços pagos em 26,0%. Nesse grupo, a mamona teve os seus preços mais corroídos. Os preços recebidos pelos produtos aumentaram 40,0% contra um crescimento de 221,0% dos preços pagos. Os índices de preços recebidos pelo algodão estiveram abaixo dos pagos em 12,0%, os da cana-de-açúcar, em 10,0% e os do sisal, em 31,0%. Apenas os produtores da soja receberam preços superiores aos pagos (cerca de 3,8%).

Pressionados pelo crescimento da produção de café, os produtos agrícolas do grupo dos exportáveis evoluíram 26,4% em 1985. Cerca de 32,0% do aumento do volume físico da agricultura deveu-se ao incremento desses cultivos, a parcela mais importante da produção agrícola do Estado. Esse comportamento excepcional deveu-se às boas condições climáticas registradas no ano, sobretudo nas regiões cafeeiras. A produção de café cresceu em 1985 cerca de 160,0%, como resultado do aumento da produtividade de igual magnitude. O café foi responsável por mais de 70,0% do aumento da produção no grupo. A produção de cacau cresceu 9,3%, compensando uma perda relativa dos preços, decrescendo 15,3% a de fumo.

A produtividade dos cultivos de exportação cresceu 19,3% e a área, 6,0%. Esse aumento deveu-se exclusivamente ao cacau, cuja área colhida, além de representar mais de 80,0% da área total do grupo, aumentou 7,6%. Já a do café permaneceu praticamente estável, como resultado da ausência de crédito para financiamento de novas plantações, e a do fumo decresceu cerca de 7,0%.

A história recente do cultivo do fumo na Bahia revela franca decadência da cultura fumageira no Estado, a qual se manifesta na perda de importância da produção estadual no resultado do País (em 1981 a Bahia participava com 14,0% da produção nacional, caindo esse percentual para 4,0% em 1985) e na redução da área cultivada, da produção e da produtividade.

O destino da produção de fumo no Estado tende a ser a manufatura de charutos (para o mercado interno e para exportação), corda ou rolo de fumo e, secundariamente a composição de misturas para cigarros. O cultivo é praticado por pequenos produtores descapitalizados e dependentes de intermediários e fornecedores. Na medida em que se reduz o mercado de charuto e de fumo de corda, como resultado da mudança de hábitos, diminuem o volume de crédito e o adiantamento dos intermediários, assim como a área e o volume de produção. Entre 1980 e 1985, a área colhida e a produção reduziram-se em 54,0% e a produtividade, em 5,4%.

As relações de troca dos produtos exportáveis deterioraram-se em 6,7% entre 1984 e 1985. Apesar disso, a evolução dos preços vigentes a partir de 1980 revela que os preços recebidos mantiveram-se superiores aos pagos em 24,3%. A deterioração das relações de troca esteve estritamente vinculada à queda dos preços do cacau. Os preços recebidos

pelos cacauicultores, em 1985, aumentaram 198,5% e os preços pagos cresceram 220,8%, o que equivale a uma perda de 10,1% para os produtores.

A pecuária baiana, em seu conjunto, decresceu 3,3% em 1985. Na estrutura do setor, os bovinos permaneceram como a espécie animal mais representativa, ficando inalteradas, também, as características básicas da criação: métodos rudimentares de produção e extensividade na criação.

Fruto de um sistema pouco empresarial e tecnologicamente atrasado, o método de produção empregado na atividade gerava dependência excessiva de chuvas regulares, podendo-se observar os resultados desse procedimento em anos posteriores.

A extensividade da criação em áreas onde o preço das terras gera uma estrutura fundiária concentrada fortalece um sistema de criação rústico, em que a idade de abate se situa em torno de 40 meses e os índices de produtividade leiteira são baixos. Dado o sistema de produção, a produtividade bovina, tanto para carne como para o leite, foi diretamente influenciada pela boa distribuição das chuvas em 1985, uma vez que a criação era pouco concentrada nas diversas regiões do Estado.

No caso do leite, cuja resposta é mais imediata, houve pequeno incremento de 1,0% na produção em relação ao ano anterior. Entre os principais derivados, decresceu apenas a produção do leite em pó. Com relação à carne em 1985, houve acréscimo da oferta estadual de 0,7%, ao lado do crescimento de 1,0% do efetivo.

Os resultados do efetivo bovino e da produção de leite foram insuficientes para atenuar o mau desempenho dos demais efetivos no Estado em 1985. Mesmo assim, é importante ressaltar que, nos últimos dez anos, tanto a produção bovina quanto a de leite asseguraram um incremento médio de 8,3% para o conjunto da agropecuária baiana.

Um último aspecto que merece destaque, já que está relacionado com o resultado da pecuária em 1985, diz respeito ao volume de crédito destinado à atividade que, embora tenha apresentado incremento de 8,0% para o custeio, decresceu tanto para novos investimentos como para a comercialização em 4,2% e 69,0%, respectivamente.

Setor industrial

A atividade industrial baiana manteve em 1985 o mesmo ritmo de expansão do ano anterior, crescendo 6,5%. No entanto, as taxas semelhantes escondem diferenças quanto à natureza dessa evolução. Enquanto o crescimento de 1984 foi sustentado pelas exportações, em 1985 foi o mercado interno quem deu maior estímulo à atividade. Tal fato tem ligação estreita com o movimento de recuperação da economia nacional.

Entre os setores que compõem a indústria baiana, o maior destaque do ano coube à indústria de transformação (crescimento de quase 9,0%), seguida pela construção civil, que declinou 6,4% após dois anos de franca desaceleração. A indústria extrativa mineral

cresceu 3,2%, enquanto os serviços industriais de utilidade pública registraram queda de 1,3%.

Indústria de transformação

A expansão da indústria de transformação, setor que participa com a maior parcela do valor agregado gerado na Bahia (aproximadamente 26,0%), pode ser creditada ao excelente resultado da metalurgia (21,0%), com destaque para o cobre (54,0%), fumo (43,0%), borracha (2,0%) e material elétrico (17,0%), cuja produção é voltada, predominantemente, para o mercado interno.

Depois de aumentar significativamente em 1983 e em 1984, a produção química apresentou resultado mais modesto em 1985, crescendo 3,0%. O segmento petroquímico também não repetiu o bom desempenho de anos anteriores, quando liderava o crescimento industrial no Estado, apresentando incremento de 4,8%. A entrada em operação dos pólos petroquímicos da Arábia Saudita, Canadá e Rio Grande do Sul ocasionou um rearranjo de preços em decorrência da ampliação da oferta. A petroquímica baiana, apesar de manter o nível de volume exportado mediante substituições na pauta de exportação, sofreu perdas generalizadas no *front* externo no que se refere a preços. O aumento da competição provocou desaceleração da produção e das vendas de determinados produtos que vinham se expandindo significativamente, a exemplo do segmento de plásticos.

Em que pese à conjuntura desfavorável no mercado internacional, para onde se destinam quase 40,0% da produção petroquímica, a indústria de transformação baiana conseguiu crescer aumentando suas vendas para o mercado interno, reaquecido pelo aumento do poder de compra dos salários e do nível de emprego.

Ainda em 1985, problemas de ordem trabalhista motivaram a paralisação de algumas empresas entre os meses de julho e agosto, acarretando quedas de produção de alguns produtos, notadamente do estireno e etilbenzeno.

No que diz respeito ao segmento de refino, vale mencionar que para os estoques de petróleo o ano de 1985 também não foi favorável. O modesto crescimento de 0,3% deveu-se basicamente ao aumento das vendas no mercado interno, já que no externo os derivados sofreram, sem distinção, quedas de preços.

Na década de 1980, a produção de derivados de petróleo não apresentou sinais significativos de expansão, não conseguindo recuperar o patamar do ano de 1981. Apesar dos aumentos de produção de óleo diesel e gasolina, os resultados do óleo combustível e do querosene foram negativos.

O fraco desempenho do principal segmento da indústria baiana mostra a imprescindibilidade de uma política industrial para o Estado, apontando, também, a necessidade de ampliação do mercado interno e de diversificação da produção estadual. Esse esforço deve ser direcionado para a desconcentração da atividade, merecendo prioridade gêneros/produ-

tos de maior valor agregado e com maior potencial para estimular o crescimento industrial do Estado.

No que diz respeito à metalurgia, o seu excelente crescimento de 20,8% superou, largamente, a reativação do gênero em termos nacionais (7,0%) e esteve associado, mais uma vez, ao aumento de 54,0% da produção de cobre pela Caraíba Metais (94.000 toneladas em 1985 contra 61.000 toneladas em 1984). A venda dessa produção para o mercado interno, sob a forma de cátodos e vergalhões permitiu uma economia de US\$ 170 milhões de divisas ao País. O bom desempenho do cobre, aliado à produção estável do alumínio e do chumbo, provocou crescimento de 34,0% dos metais não-ferrosos, resultado bem superior à expansão de 6,0% do ano anterior.

Revertendo a tendência declinante manifestada nos primeiros anos da década, o subsetor siderúrgico cresceu 7,8% em 1985, acompanhando a tendência nacional. Com esse resultado, estimulou o crescimento de outras atividades, como a extração do cromo e a do manganês. Observaram-se crescimentos expressivos dos principais produtos siderúrgicos, em especial o da produção de ferro esponja (25,0%). Já o aumento de 5,0% da produção de ferro-liga foi ocasionado principalmente, pela expansão do mercado externo. No grupo dos laminados, cuja produção aumentou 7,8%, o grande destaque coube às exportações de vergalhões de aço, que cresceram 43,0% em volume e 1,0% em preço. Após as incertezas do início do ano, causadas pelo protecionismo americano, as exportações de vergalhões dirigiram-se para China Continental, atingindo uma receita de aproximados US\$ 40 milhões, o que representou um dos melhores desempenhos da pauta de exportações baiana. A expansão da produção de laminados no Brasil atingiu apenas 3,0%, bem aquém, portanto, do resultado do subsetor baiano.

O desempenho do grupo de produtos alimentares é influenciado de forma determinante pelo beneficiamento do cacau, que representa mais da metade do valor agregado do gênero. Assim, o resultado positivo de 3,8% reflete, sobretudo, a expansão de 15,7% desse produto, já que quase todos os demais itens registraram níveis de produção estáveis ou declinantes.

A moagem de trigo manteve-se estável nos três anos anteriores, não conseguindo retomar os níveis de 1980. A torrefação e moagem de café seguiram a tendência declinante observada desde o início da década, declinando 6,4% em 1985. Já a produção de leite e laticínios, que vinha obtendo resultados positivos nos últimos anos, apresentou decréscimo de 6,0%, e a atividade de fabricação e refinação do açúcar, após apresentar excelente desempenho em 1984, estabilizou sua produção nos níveis de 1983. Após sucessivas quedas de produção, o abate cresceu significativamente em 1985, sem atingir, no entanto, o nível de 1980.

Os resultados das indústrias de borracha e material elétrico também se destacaram no período (21,5% e 16,7%, respectivamente), cabendo assinalar que ambas foram estimuladas pela reativação da indústria nacional de veículos. Já o crescimento da produção de

borracha foi creditado ao excepcional aumento da produção de pneumáticos.

Fortemente influenciada pelo reaquecimento da produção de cigarros, a produção de fumo cresceu 42,6%, compensando a queda de 28,0% no ano de 1984 e ultrapassando o patamar de 1983. Esse desempenho situou-se, inclusive, bem acima da média de crescimento nacional (10,5%).

Já no ramo de bebidas, o crescimento de 5,7% foi suficiente apenas para recolocar sua produção no patamar de 1980, além da taxa registrada na Bahia ter sido menor do que a do País (11,0%).

Os dados disponíveis para indústria de papel e celulose indicam que sua produção manteve-se estável em relação ao ano anterior. No que diz respeito ao subsetor de minerais não metálicos, o resultado positivo de 3,5%, após sucessivos anos de produção declinante, é reflexo do aumento da produção de estruturas de cimento (66,0%).

Por fim, vale mencionar que o emprego na indústria de transformação estadual cresceu 2,0% e que a margem de capacidade ociosa da atividade foi reduzida de 20,0% em 1984 para 19,0% em 1985.

Indústria extrativa mineral

A produção da indústria extrativa mineral baiana cresceu 3,2% em 1985, resultado que ficou bem acima da média do Nordeste (1,4%) e abaixo da nacional (11,5%). Tal desempenho foi determinado, basicamente, pelo subsetor de combustíveis (petróleo e gás natural), que tem elevado peso relativo na estrutura do valor agregado bruto da extrativa mineral. Esse subsetor, que vinha apresentando taxas negativas desde 1982, conseguiu reverter essa tendência, a partir de 1983, e manter um ritmo de crescimento moderado no período, atingindo 3,0% em 1985. Em virtude de ter sido dada prioridade à delimitação e ao desenvolvimento de novas áreas produtoras no recôncavo baiano, ao final do exercício 1.645 poços produtores estavam em atividade no Estado.

A produção mineral baiana continuou apresentando taxas significativas de crescimento, consolidando a posição da Bahia entre os principais Estados mineradores do País. O destaque do ano coube ao subsetor de minerais metálicos, que cresceu 14,7% graças ao excepcional comportamento da produção do ouro e cobre, que cresceram, respectivamente, 24,0% e 23,0%.

O ouro, de uma modesta produção de 61kg em 1980 atingiu 2.060kg em 1985, resultado que o posiciona como uma das principais substâncias minerais do Estado. Tal desempenho pode ser creditado à maturação do projeto da mineração Morro Velho, na serra de Jacobina, e à mineração do município de Teofilândia pela Companhia do Vale do Rio Doce.

Entre os metálicos, merece também destaque a produção de cromo, que vinha se recuperando do declínio de 1983 e registrou, em 1985, incremento de 11,0%, refletindo a reativação

dos mercados siderúrgico nacional e mundial. O volume exportado de ferro cromo aumentou 14,0% em 1985, beneficiando-se de um incremento de 4,5% no seu preço médio.

A intensificação das atividades exploratórias nos principais distritos de magnésio do Estado (Jacaraci e Caetité), em decorrência da reativação do setor siderúrgico, resultou em uma expansão de 2,0% de sua produção, que passou de 111 mil toneladas em 1984 para 113 mil toneladas em 1985.

O grupo de minerais não-metálicos foi responsável pelo crescimento de 5,0% da extrativa mineral. Entre os principais produtos desse grupo, destaca-se a magnesita, apesar de sua produção ter sido diminuída como reflexo da retração de 18,0% das vendas para o mercado externo e do seu preço médio ter declinado 3,2%. As taxas de crescimento da produção mais expressivas foram alcançadas pela pedra britada (15,6%) e pelo talco (12,6%).

Associam-se os bons resultados da extrativa mineral, em particular dos subsetores metálicos e não-metálicos, à grande potencialidade da Bahia nessa área. Os levantamentos de reservas existentes apontaram o setor mineral baiano como um dos mais promissores da atividade industrial no período.

Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)

Os serviços industriais de utilidade pública apresentaram resultado desfavorável em 1985, retraindo 1,3%. Mantendo a tendência já manifestada nos primeiros seis meses do ano examinado, a geração e o consumo de energia, que respondem por aproximadamente 70,0% do valor agregado gerado pelo setor no Estado, foram reduzidos em 7,4% em relação a 1984.

Essa queda relaciona-se com a entrada em operação da Hidrelétrica de Tucuruí, o que liberou a CHESF do fornecimento energético aos Estados do Maranhão e Pará, aos quais atendia desde Imperatriz até Belém.

Com relação ao fornecimento de água, houve expansão de 7,9%, o que minimizou os impactos negativos do subsetor elétrico. O comportamento da produção foi ascendente, o mesmo acontecendo com o consumo, especialmente o residencial, que se manteve em nível significativamente elevado (80,0% do total de água tratada).

Comércio

A reativação do comércio e, mais especificamente, do setor varejista, foi um dos fatos mais destacados no cenário econômico nacional em 1985. Desde o início do ano, percebiam-se claros sinais de recuperação da atividade, com aumento das vendas nas principais cidades do País, uma tendência que se acentuou no segundo semestre do ano. O dinamismo apresentado pela economia brasileira, superando as expectativas iniciais, traduziu-se rapidamente em uma expansão da demanda de bens de consumo, profundamente deprimida ao longo dos anos da recessão.

Diversos fatores contribuíram para estimular o aumento dos gastos em consumo, entre os quais, seguramente, a maior flexibilidade da política salarial vigente àquela época, ensejando uma certa recuperação do poder aquisitivo em geral e, de forma mais acentuada, das camadas médias de renda. O paulatino, mas persistente, aumento do nível geral de emprego e as expectativas em torno da política econômica do novo governo, anunciada como não recessiva, restabeleceram uma certa confiança quanto ao rumo que tomaria o País, diminuindo, em conseqüência, o receio de um desemprego generalizado.

Acompanhando a tendência de recuperação observada no País, a atividade comercial na Bahia cresceu 9,1% em 1985. Entre os seus segmentos mais importantes, o de veículos e autopeças foi o que obteve o melhor resultado em termos relativos, registrando taxa de crescimento de 7,0%. O crescimento de 9,9% no comércio de alimentos foi igualmente, embora não compensando o declínio de 10,3% no ano anterior. Já os combustíveis foram prejudicados pela queda das exportações de derivados de petróleo (-9,1%) e do consumo doméstico (-9,0%), resultando em uma taxa negativa de 5,7% da comercialização desses produtos. Juntos, os três segmentos representavam cerca de 70,0% do comércio da Bahia.

Merece destaque o crescimento de 19,0% do comércio varejista, sugerindo uma possível reversão de tendência após dois anos de acentuadas quedas das vendas. Esse crescimento foi sustentado, sobretudo, pelo subsetor de consumo durável, cujas vendas cresceram 30,3%, ante uma média nacional de 28,0%. Nesse grupo, sobressaem as vendas do segmento de utilidades domésticas, que cresceram 23,0%, o seu melhor resultado desde 1978.

Na categoria de bens de consumo imediato (expansão de 15,0%), vale ressaltar o ramo de supermercados, um segmento com elevada representatividade no comércio varejista de alimentos. A recuperação desse segmento poderia indicar uma expansão do mercado consumidor, ainda que relativamente menor que a verificada no mercado de bens duráveis. No entanto, considerando-se que mais de 70,0% da população economicamente ativa da Bahia recebia até três salários mínimos e que os preços dos alimentos em 1985 variaram acima do índice geral do custo de vida, pode-se inferir que o nível do consumo alimentar da maioria permaneceu insatisfatório.

O crescimento das vendas do segmento varejista superou, inclusive, as previsões mais otimistas, tendo em vista a persistência da inflação e as altas taxas de juros cobradas nos contratos de financiamentos, com prazos mais reduzidos a partir do segundo semestre por determinação do Governo Federal. Ao que parece, as perspectivas de agravamento desse quadro provocaram maior corrida às lojas, com os consumidores procurando antecipar suas compras. Ilustrativo dessa situação é o crescimento das vendas das lojas de departamento em mais de 60,0% em 1985, visto que o desempenho desse segmento funciona como termômetro do consumo da classe média em geral.

Outros serviços

Muito embora não existissem, à época, informações desagregadas para uma análise mais detalhada dos demais setores que compõem o PIB, em 1985 há que se destacar, também, o bom resultado do segmento de comunicações, que cresceu 35,3% em função de dois fatores principais: a maturação de investimentos iniciada no início da década e a ligeira recuperação do poder aquisitivo e do nível de emprego, o que possibilitou o acesso de um maior número de usuários aos serviços de comunicações. Outra atividade que merece destaque, não por sua participação no valor agregado total (participa com apenas 2,2% do PIB estadual), mas por sua dinâmica interna, é a de alojamento e alimentação, que nesse ano logrou expansão de 10,3%, associando-se esse bom resultado ao crescimento do movimento turístico no Estado.

1986: ECONOMIA BAIANA MANTÉM CRESCIMENTO, EMBALADA PELA EXPANSÃO DA ECONOMIA NACIONAL

Na observação da conjuntura econômica, política e social do Brasil, o ano de 1986 aparecerá sempre como um marco. No âmbito do Plano Cruzado, foram implementadas medidas de política econômica que não seguiam o receituário convencional e se constituíram em ponto de inflexão. Proposto pelo Governo Federal, o congelamento de preços beneficiou ou prejudicou, aleatoriamente, os diversos setores/segmentos da economia, agravando ou gerando distorções. Diante desse quadro, surgem pressões do grande empresariado de diversos setores da economia, traduzidas, algumas vezes, em boicote deliberado ao cumprimento das medidas adotadas. Foi comum, nessa época, o aparecimento de mercados paralelos de produtos, além da cobrança de ágio, maquiagem de preços e, até mesmo, desabastecimento.

Nesse contexto, em 1986 o PIB baiano cresceu 7,9% comparativamente ao ano anterior, expansão levemente superior à registrada pela economia nacional, que se situou em 7,4%, segundo dados do IBGE. Nesse ano, à exceção da Indústria extrativa mineral, que registrou queda na produção de 3,8%, todos os demais setores da economia baiana registraram taxas de expansão relevantes, destacando-se a Agropecuária, que cresceu mais de 7,0% ainda que esta taxa tenha ficado aquém do resultado de 1985 (quando o seu incremento foi de 27,3%). A Indústria de Transformação, o mais importante setor econômico do Estado em termos de valor agregado, cresceu 8,3% em relação ao ano anterior. Já as vendas do comércio foram ampliadas em 13,1%, recuperando-se das perdas de 1983 e 1984, quando a atividade apresentou quedas de 7,8% e 2,9%, respectivamente.

Favorecido, principalmente, por um maior volume de crédito e por condições climáticas favoráveis, o agro baiano mostrou, pelo segundo ano consecutivo, bom dinamismo, próprio a seu novo estágio produtivo, alcançando crescimento de 7,3% sobre o já elevado patamar do ano anterior.

Agropecuária

A avaliação do desempenho da agropecuária em 1986 implica, necessariamente, o exame dos efeitos da reforma monetária desencadeada pelo Plano Cruzado sobre a economia estadual e dos ajustes realizados durante o ano sobre o mercado consumidor. Com o objetivo de reduzir a inflação sem perda do crescimento, o Plano Cruzado criou para os agropecuaristas diferentes expectativas: melhoria dos preços reais, via tabelamento que penalizasse, sobretudo, os intermediários, diminuindo as margens de comercialização, e redução dos custos de produção, mediante extinção da correção monetária.

A agricultura (que gerava aproximadamente 73,0% do valor agregado da agropecuária baiana) apresentou uma performance altamente promissora, com crescimento de 16,7% sobreposto aos mais de 50,0% observados em 1985. Este resultado torna-se ainda mais significativo quando se considera que, no período, a agricultura baiana estava mais diversificada e, portanto, mais fortalecida, embora o cacau ainda fosse a sua principal lavoura. Apesar dessa diversificação, o cacau continua a determinar o comportamento da produção agrícola, além de influenciar diretamente o dinamismo econômico de sua região produtora.

Constata-se que houve em 1986 pequena elevação do rendimento físico das lavouras estaduais, ou seja, a relação entre produção e área cultivada aponta um crescimento médio de 1,3% nas quantidades produzidas por hectare. Os principais responsáveis por esse desempenho foram as culturas de alho, cebola, soja, tomate e abacaxi. Ao contrário destas, as lavouras de amendoim, mamona, milho e sisal registraram queda de produtividade e as demais sofreram pequenas alterações.

Dos três principais produtos da pauta de exportação agrícola da Bahia — cacau, café e fumo —, dois apresentaram taxas positivas de crescimento: o cacau, que obteve expansão de 9,3%, e o café, com expressivo crescimento de 49,2%, o mesmo acontecendo com a produção, comparativamente à excelente safra do ano de 1985. O fumo, por sua vez, apresentou resultado inverso. A decadência dessa cultura vem se acentuando desde o início dos anos 1980, concorrendo para a sua paulatina perda de participação na estrutura dos principais produtos agrícolas do Estado. Em 1986, sua produção caiu 11,7%, refletindo, sobretudo, o desestímulo dos produtores pela ausência de crédito e de preços mínimos.

O algodão e a soja receberam grande impulso em 1986. O cultivo da soja, ainda incipiente no período, cresceu 85,7%. Este bom desempenho resultou da ampliação da área cultivada, assim como da evolução do rendimento físico. Já o algodão foi beneficiado desde a fase de plantio, quando contou com excelentes condições climáticas, disponibilidade de sementes de boa qualidade e crédito em volume adequado, o que estimulou o seu crescimento de 36,1%.

Sobrepondo-se ao excepcional crescimento do ano anterior, o feijão alcançou incremento

de 10,4%, significativo pelo seu peso em termos de área cultivada e pelo quantitativo da produção. A safra de 1986 foi influenciada pela boa distribuição de chuvas na região de Irecê, principal produtora do Estado.

Embora contribuindo com uma parcela reduzida do valor bruto da produção agrícola, a cebola, o alho e o arroz revelaram crescimento apreciável no ano examinado (118,2%, 82,3% e 58,5%, respectivamente). Já o milho registrou queda de produção de 27,4%.

Não encontrando as mesmas condições favoráveis que estimularam o crescimento da agricultura, isto é, preços baixos e produção relativamente elevada, a produção pecuária baiana registrou queda de 23,1% em 1986.

Com o Plano Cruzado, a oferta de carne foi drasticamente reduzida, uma vez que os criadores, inconformados com o tabelamento dos preços, reforçaram sua decisão de manter o gado bovino no pasto ao invés de vendê-lo para abate. O fato de ter diminuído o abate explica a queda da produção de carne para o consumo. Contudo, com as medidas adotadas pelo Governo Federal com relação à pecuária durante a vigência do Plano, esperava-se que a manutenção do gado em pasto possibilitasse o aumento do efetivo dos rebanhos e, conseqüentemente, da produção, porém isso não ocorreu.

Indústria de transformação

À exceção de perfumaria e gêneros alimentícios, todos os demais gêneros da indústria baiana de transformação apresentaram desempenho considerável em 1986, o que concorreu para o crescimento de 8,3% da atividade no período.

O destaque principal, mais uma vez, ficou por conta do segmento químico/petroquímico (9,4%), que representava mais da metade do valor agregado do segmento industrial baiano. Esse crescimento deveu-se ao bom resultado do refino de petróleo, puxado, principalmente, pelo forte incremento da produção de óleo diesel e, em menor medida, de óleo combustível.

O gênero metalúrgico, respondendo por pouco mais de 10,5% do valor total gerado pela indústria baiana de transformação, registrou crescimento de 12,9%. O elevado crescimento da produção de cobre (23,0%) sustentou, mais uma vez, o bom desempenho da metalurgia baiana.

Em meio a esses resultados positivos, a indústria de produtos alimentícios, que participava com aproximadamente 14,5% do valor agregado da indústria de transformação no Estado, registrou queda de 8,4%, associando-se esse declínio à má performance dos derivados de cacau, seja com relação às quantidades produzidas (-12,0%), seja quanto ao volume exportado (-19,0%), cabendo registrar que o crescimento do mercado interno não chegou a exercer pressão relevante sobre a produção, que respondia, principalmente, aos influxos do mercado internacional. Em 1986, os derivados do cacau respondiam por, aproximadamente, metade do valor gerado pela indústria de produtos alimentares no Estado.

O gênero papel e papelão, apesar de participar com menos de 2,0% do valor total da produção industrial baiana, mereceu destaque pelo seu dinamismo. Com efeito, no período 1980-1986 essa indústria cresceu 20,2% a.a e mesmo sendo inferior à de 1976 (cerca de 11,7% a.a) essa taxa adquire maior expressividade pelo fato da produção do segmento ter declinado 0,4% em 1985, ano tomado como base de comparação. Já àquela época, tal resultado apontava boas perspectivas para a expansão dessa indústria no Estado.

Participando com 4,3% do produto da indústria de transformação e destinando sua produção, essencialmente, para a construção civil, o gênero de minerais não-metálicos cresceu 37,0% em 1986, beneficiando-se do surto de reformas e construções residenciais deflagrado pelo Plano Cruzado.

Entre os gêneros mais representativos da indústria de transformação baiana, merecem realce as indústrias de bebidas, que cresceu 37,7% mesmo operando quase a plena capacidade; borracha, cuja expansão de 30,3% foi fortemente influenciada pelo crescimento de borracha sólida e látex; e, finalmente, material elétrico e comunicações, que se expandiu em 26% em função do aumento da demanda internacional.

Comércio

No ano do Plano Cruzado, *o comércio baiano* conseguiu crescer 13,1%, uma taxa bastante elevada em comparação com outros setores da economia do Estado. Já em 1985, sob o impulso da retomada do crescimento econômico no País, a atividade iniciava sua recuperação no Estado após ter sofrido quedas por dois anos consecutivos.

Os destaques do ano de 1986 foram as vendas de veículos e autopeças, que cresceram 14,3% apesar das medidas impostas pelo Plano Cruzado que incentivaram a cobrança de ágios no setor; o comércio de combustíveis e lubrificantes, com crescimento de 11,9%, e o comércio supermercadista (14,7%). Os três segmentos representam 30,0%, aproximadamente, do comércio formal da Bahia.

No caso dos supermercados, que respondem pela maior parcela do comércio de alimentos, a crise de abastecimento exerceu maior influência sobre o seu desempenho do que nos demais ramos. No entanto, o desempenho dos supermercados não deve ser considerado o único indicador de comportamento das vendas de produtos alimentícios, uma vez que o Plano Cruzado ensejou o aparecimento de mecanismos alternativos de abastecimento, de forma que o resultado das vendas dos supermercados pode não estar revelando o aumento real do consumo de alguns itens que sumiram de suas prateleiras no período, como ovos, leite, carne e outros, que eram consumidos por alguns segmentos da população que podiam pagar ágio sobre os seus preços.

O congelamento de preços no varejo, apesar de todos os seus percalços, ensejou uma breve melhoria no padrão de consumo dos assalariados em geral e a entrada no mercado consumidor de uma fatia da população antes dele alijada. Além da brusca queda da infla-

ção, outras medidas alimentaram o crescimento da demanda. Por exemplo, ao ser reduzido o imposto de renda na fonte, uma parcela considerável da renda adicional disponível foi carregada para o consumo, principalmente de produtos duráveis e semiduráveis (crescimento superior a 23,0%). Também o comércio de tecidos, vestuário e calçados se beneficiou desta situação. Em 1986 o crescimento das vendas reais destes produtos foi aproximadamente 50,0% maior que o registrado em 1985.

Com relação ao comércio exterior, houve, pela primeira vez na década, queda das exportações superior a 20,0% em relação ao ano anterior. A principal causa do desempenho negativo das exportações baianas reside na queda de cotação de seus principais produtos no mercado internacional, que nesse ano alcançaram o mais baixo índice observado desde 1980, apresentando redução de 8,6% em relação a 1985.

Apesar disso, na pauta de exportação de produtos agrícolas no Estado foi observada inversão radical, com a participação dos produtos básicos passando de 64,0% em 1970 para 27,0% em 1986, enquanto os produtos industrializados (manufaturados e semimanufaturados) passaram de 36,0% para 73,0% no mesmo período.

Esses resultados fizeram do Estado da Bahia o maior exportador de manufaturados do Nordeste. Ampliaram-se consideravelmente os mercados para colocação de seus produtos, abrangendo os cinco continentes, com venda de aço para a China; petroquímicos para a Índia, Japão e América Latina; suco de frutas para a Indonésia e Cingapura; papel Kraft para o Irã e o Paquistão; e sisal para a União Soviética e Marrocos.

Do lado das importações, os dispêndios do Estado foram relativamente baixos em 1986, embora tenha sido observado incremento de 11,2% em relação ao ano anterior, associado, principalmente, às compras de propano (derivado de petróleo) e minério de cobre, matéria-prima importante para a indústria baiana de transformação.

1987: ADVERSIDADES CLIMÁTICAS INTERROMPEM A TRAJETÓRIA ASCENDENTE DA ECONOMIA BAIANA

O PIB do Estado da Bahia apresentou variação negativa em 1987, fato que não acontecia desde 1984. Com efeito, a queda de 4,6% registrada na atividade refletiu tanto impasses estruturais quanto problemas conjunturais que marcaram negativamente a economia do Estado naquele ano. No Brasil, a taxa de crescimento do PIB foi de 3,5%, segundo dados do IBGE.

Atividade	Bahia (%)	Brasil (%)
Agropecuária	-22,4	23,9
Indústria Transformação	1,5	0,9
Comércio	-0,8	-2,4
PIB	-4,6	3,5

Fonte: SEI/IBGE

Além do pequeno crescimento apresentando pela indústria de transformação (1,5%) — segmento da economia baiana que participava com 27,0% do valor agregado total em 1987 —, influiu decisivamente para o mau desempenho da economia estadual a violenta queda do produto agropecuário, em função, basicamente, da seca que atingiu grande parte do território baiano, inclusive áreas onde a incidência desse fenômeno não é frequente, como a região cacauzeira.

Agropecuária

Em meados do ano, a seca já havia atingido 238 municípios e cerca de 78,0% do território encontravam-se, então, em “estado de calamidade”. A intensidade da seca fica evidenciada quando se compara a produtividade física da agropecuária em 1987 com aquelas registradas ao longo da série 1975-1986. Observa-se, então, que a seca daquele ano implicou a perda de rendimento mais acentuada da história recente do Estado. A queda da produção agropecuária baiana foi superior a 22,4%.

A produção de cacau, ainda responsável pela maior parte da geração do valor adicionado pela agricultura do Estado, apresentou redução de 31,8% em relação a 1986. Isoladamente, esse fato já afetaria profundamente o desempenho do setor. Entretanto, considerando-se os dez principais produtos do agro baiano, não se registra uma única taxa de crescimento positiva, havendo vários casos de queda superior a 50,0%, a exemplo da mamona (-66,4%), algodão (-58,0%), feijão (-53,8%) e milho (-51,0%). No grupo formado pelos produtos alimentícios, industriais e exportáveis foi observado declínio de 30%, aproximadamente. Apenas aquelas culturas que tinham pequena participação no conjunto da produção agrícola do Estado evoluíram favoravelmente, merecendo destaque à soja, que cresceu 5,9% apesar do declínio do seu rendimento físico.

Tabela 9
Ranking dos 10 principais produtos agrícolas - Bahia: 1987

Produtos Agrícolas	Valor da Produção (CZ\$ 1.000,00)	Estrutura (%)	Ranking Agrícola
Cacau	15.769.829	29	1º
Mamão	8.386.874	15,4	2º
Mandioca	7.519.097	13,8	3º
Feijão	3.185.382	5,8	4º
Cana-de-Açúcar	3.071.042	5,6	5º
Café	2.843.991	5,2	6º
Banana	1.784.346	3,3	7º
Milho	1.426.148	2,6	8º
Tomate	1.324.017	2,4	9º
Laranja	1.167.855	2,1	10º

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE)

Outras culturas tradicionais apresentaram queda na produção, a exemplo da mandioca (-27,7%) e do café (-43,8%). Entre as frutas, destacam-se os resultados negativos do mamão (-29,1%) e do coco (-19,6%, aproximadamente). Já o fumo, que acumulara

perdas consecutivas, apresentou pequena expansão de 4,3% como reflexo do aumento da demanda internacional.

Comércio

Além da agropecuária, a atividade comercial foi outra a frustrar as expectativas favoráveis para o ano de 1987. Depois de crescer 13,1% em 1986, o comércio voltou a registrar baixa no nível de expansão, retraindo-se aproximadamente 1,0%. Explicam essa queda a retração da demanda, provocada pela rápida aceleração do processo inflacionário, e a política de contenção salarial, com a conseqüente redução do poder aquisitivo em geral.

O comércio de veículos sofreu a maior baixa do setor, com queda de aproximadamente 13,0%. Passada a euforia consumista do ano anterior (ano de implementação do Cruzado, em que a inflação foi contida e cresceu a massa salarial), a realidade observada no ano de 1987 mostra que a queda dos níveis de emprego e renda no Estado repercutiu negativamente nas vendas de bens duráveis.

Além disso, deve-se considerar que a elevação das taxas de juros do crédito ao consumidor, a um ritmo superior ao da inflação, prejudicou bastante o uso do crediário, causando, por conseguinte, desaquecimento do comércio de bens duráveis e semiduráveis, cujo crescimento tem forte correlação com a intensidade de utilização desse recurso.

Mesmo as vendas dos supermercados, que comercializavam predominantemente gêneros alimentícios, ficaram praticamente estabilizadas no patamar de 1986 (crescimento de 0,9%). Entretanto, esse resultado modesto pode não estar refletindo, com a precisão desejada, o desempenho do comércio entre 1986 e 1987, uma vez que o comércio supermercadista foi visivelmente afetado pelo desabastecimento. Vários artigos de amplo consumo sumiram das prateleiras e a população passou a comprar em outros pontos, mesmo com ágio nos preços. Os exemplos mais expressivos foram os da carne e do leite e derivados.

O fato é que, mesmo com a aplicação do Plano Bresser (junho/87), os assalariados foram duramente atingidos pela queda de seu poder de compra. Essa redução real da renda e a menor procura por crédito explicam, de maneira geral, o fraco desempenho do comércio no ano analisado.

Indústria de transformação

Na avaliação do resultado da indústria de transformação, deve-se lembrar do alto grau de especialização de seu parque industrial na produção de bens intermediários para o abastecimento de mercados localizados fora do Estado. A taxa de crescimento da atividade no ano de 1987, estimada em 1,5%, é reflexo do crescimento de 4,2% da produção do gênero químico, atenuando o fraco desempenho que se desenhava para a atividade industrial baiana.

Crescendo 3,0% e 4,0%, respectivamente, os segmentos petroquímico e de refino do petróleo responderam pelo bom desempenho da indústria química no período, uma vez que assumiam posição relevante na pauta de exportações do Estado. Mereceu destaque a produção de gasolina, que foi ampliada em 9,6% como resposta ao aumento da procura no mercado interno e ao esforço do Governo para melhorar a situação da balança comercial do País.

Em que pese a retração dos produtos siderúrgicos, em grande parte determinada pelo racionamento de energia elétrica e, em alguma medida, respondendo à desaceleração da indústria da construção civil, sua grande consumidora, o desempenho da indústria metalúrgica no Estado, em 1987, pode ser considerado bastante satisfatório. O crescimento de 5,7% foi maior que o registrado em 1986, cabendo assinalar que essa taxa assume maior destaque quando se observa que, a partir de 1987, a metalurgia transforma-se no segundo segmento mais importante da indústria de transformação do Estado em termos de geração de valor agregado (participava com aproximadamente 12,5%), sendo superada apenas pela química, que contribuía com 53,2% do total.

Em 1987, apesar da redução da produção de siderúrgicos (em função dos fatores já mencionados), a produção de não-ferrosos continuou crescendo a uma taxa bastante elevada (19,5%), tal como ocorrera em 1986, quando esse aumento foi de 18,2%. Como vinha acontecendo nos últimos anos, esse expressivo crescimento foi determinado pela expansão da produção de cobre, que era predominante no grupo dos não-ferrosos. A produção baiana desse metal respondia, à época, por cerca de 96,0% do total produzido no País e abastecia 55,0% do mercado interno.

Refletindo a conjuntura adversa ao processamento do cacau, em 1987 a indústria baiana de produtos alimentícios apresentou resultado negativo pelo segundo ano consecutivo (-8,2%). A queda de, aproximadamente, 11,1% dos derivados de cacau está relacionada a fatores internos — quebra da safra do produto agrícola —, e externos — diminuição da procura internacional. Na Bahia, os derivados de cacau respondiam, no período, por cerca de 50,0% do total da indústria de gêneros alimentícios do Estado. Além disso, o arrefecimento salarial e o aumento de preços ocorrido em 1987 provocaram declínio da produção de praticamente todos os demais segmentos que compõem essa indústria: leites e derivados (-1,2%); produtos de padaria, confeitaria, pastelaria, massas e biscoitos (-4,5%) e alimentos diversos (-8,1%). Com esses resultados, a indústria de produtos alimentares caiu para o terceiro posto na geração do valor agregado total da indústria de transformação do Estado, participando com, aproximadamente, 11,4%.

Nos demais setores da economia, as perdas foram reflexos do desempenho previsto para o ano. Tanto a construção civil como os serviços industriais de utilidade pública registraram elevadas quedas dos seus níveis de atividade (12,7% e 13,2%, respectivamente), como resultado da desaceleração do crescimento econômico no Estado e suas conseqüências sobre a geração de renda.

1988: A RECUPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E O BOM DESEMPENHO DO COMÉRCIO GARANTEM EXPANSÃO DO PIB DA BAHIA

Superando as previsões mais otimistas, em 1988 o Produto Interno Bruto da Bahia cresceu de modo surpreendente (5,9%), diferente do que ocorreu em 1987, quando a economia baiana apresentou forte retração. Esse resultado mostra que o Estado reagiu bem às dificuldades impostas pela conjuntura econômica adversa.

A taxa de crescimento do PIB da Bahia superou o resultado médio do Nordeste (3,1%) e foi sustentada, basicamente, pelos bons desempenhos da agropecuária, que depois de crescer 23,0% aumentou sua participação no valor agregado do Estado de 16,5% em 1987 para 19,4% em 1988; e pelo comércio, que cresceu 14,4% contrariando todas as expectativas, sendo este o seu melhor resultado desde o ano de 1976.

Atividade	Bahia (%)	Nordeste (%)	Brasil (%)
Agropecuária	23,3	14,5	-1,9
Indústria transformação	-2,7	-2,8	-1,5
Comércio	14,4	7,2	5,4
PIB	5,9	3,1	-0,1

Fonte: SEI/IBGE

Indústria de transformação

O resultado negativo do ano de 1988 ficou por conta da indústria de transformação, que decresceu 2,7%, mantendo a tendência de desaceleração observada desde o ano anterior. Esse fraco desempenho repercutiu na economia baiana como um todo, uma vez que a atividade respondia, à época, por quase um quarto do PIB do Estado.

A queda de produção do segmento químico explica esse resultado, em virtude do elevado peso do segmento na estrutura industrial do Estado. Apesar dos altos preços no mercado internacional e do aumento da demanda interna de produtos químicos e petroquímicos, a produção do segmento declinou 3,6%, aproximadamente. Uma parada para manutenção técnica na COPENE contribuiu para esse fraco resultado.

O gênero produtos alimentícios manteve sua tendência declinante, reduzindo, ano a ano, sua participação no produto industrial do Estado. A queda de 5,5% é a terceira consecutiva, associando-se ao declínio da produção de derivados de cacau em aproximadamente 6,2%. Os produtos derivados do leite também sofreram queda de 1,0%.

O resultado da indústria em 1988 só não foi pior porque o segmento metalúrgico logrou crescimento de 3,8%, evidenciando que a metalurgia baiana reagiu bem ao cenário de crise nacional, embora crescendo a uma taxa mais baixa que as observadas em anos anteriores. O alcance dessa taxa pode ser creditado à indústria siderúrgica, cuja produ-

ção cresceu 4,6%, aproximadamente, beneficiada pela elevada cotação dos preços do aço no mercado internacional.

No ano de 1988, chamou a atenção o expressivo aumento de 23,0% da produção das indústrias têxteis baianas. Com a recente reestruturação pela qual vinha passando esse ramo, os custos de produção de fibras e tecidos sintéticos foram bastante reduzidos, fazendo com que as vendas aumentassem no mercado interno. Além disso, muitas indústrias baianas ganharam competitividade no mercado internacional, onde predominavam os Países do continente asiático. No entanto, segundo especialistas do setor, o crescimento de 1988 pode estar associado ao aumento da procura interna e à redução dos níveis de estoques desses produtos nas unidades industriais.

Agropecuária

Após o fraco desempenho observado em 1987, a agropecuária baiana apresentou expansão apreciável em 1988, crescendo 23,3%, o seu segundo melhor resultado desde o ano de 1975.

A agricultura liderou essa expansão, não só por sua elevada participação na geração do valor agregado do agro baiano (mais de 76,0%), como também por sua elevada expansão produtiva: crescimento de aproximadamente 31,0% em relação ao ano de 1987.

Essa taxa torna-se ainda mais relevante quando se leva em conta que sua estimativa foi feita com base em uma metodologia que incorpora ao cálculo os resultados de 1987, quando a Bahia enfrentou a maior seca de sua história, prejudicando, sensivelmente, o desempenho agrícola do Estado naquele período.

Praticamente todos os cultivos cresceram a taxas bastante relevantes, a exemplo do algodão herbáceo, que se tornou o sexto produto mais importante na geração do valor bruto da produção agrícola do Estado depois de alcançar incremento de 251,0%. Outra cultura que se destacou bastante foi a soja. Sua produção aumentou 146,0%, concorrendo para que viesse a figurar entre os dez primeiros produtos agrícolas do Estado em termos de valor de produção (ver Tabela 11).

Já o cacau apresentou fortes indícios de recuperação, crescendo 21,4% em 1988, o que o manteve como o principal produto do setor agropecuário baiano (graças à safra de 1988, o cacau passou a representar quase 40,0% do valor da produção agrícola do Estado).

Com os investimentos em irrigação realizados pelo governo do Estado e o excelente período chuvoso, notadamente na região de Irecê, o feijão atingiu crescimento superior a 100,0%. Ressalte-se que, embora a cultura não tenha apresentado uma safra recorde, esse resultado contribuiu para elevar sua posição no *ranking* da produção agrícola do Estado em 1988, quando passou a ocupar o terceiro lugar na estrutura do valor bruto da produção agrícola.

Tabela 11
Ranking dos 10 principais produtos agrícolas - Bahia: 1988

Produtos Agrícolas	Valor da Produção (CZ\$ mil)	Estrutura (%)	Ranking	Taxa de Crescimento (%)
Cacau	204.150.395	36,9	1º	21,4
Mandioca	83.680.686	15,1	2º	-12,3
Feijão	52.932.660	9,6	3º	100,3
Café	35.698.942	6,5	4º	17,6
Cana-de-Açúcar	27.982.186	5,1	5º	9,6
Algodão Herbáceo	22.329.310	4	6º	251,2
Milho	21.245.646	3,8	7º	158,3
Mamão	15.457.456	2,8	8º	42,6
Soja	11.858.695	2,1	9º	146
Banana	11.847.301	2,1	10º	4,4

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE)

Comércio

O crescimento real do comércio foi expressivo em 1988 (mais de 14,0%), considerando-se a inflação de 879,0% acumulada no período — medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC/SEI) — e a taxa de juros internos sensivelmente elevada. Desse modo, surpreendeu o aumento superior a 20,0% das vendas de veículos, um segmento que tem peso expressivo na estrutura da atividade no Estado, mesmo porque, sob as condições assinaladas, a procura por crédito diminuiu, tendendo a decrescer, também, as vendas de produtos semiduráveis e duráveis. Mas não foi isso que aconteceu. Em 1988, as vendas de duráveis na Bahia aumentaram 14,0%.

Surpreendeu, também, o bom resultado do segmento de supermercados, levando-se em conta a aceleração do processo inflacionário e a conseqüente perda do poder de compra dos trabalhadores no período. Como se sabe, há forte correlação entre o desempenho das vendas de gêneros alimentícios e o crescimento do salário real. Vale acrescentar que, em 1988, os supermercados da Bahia venderam 23,0% mais do que no ano anterior. No ramo de artigos de vestuário e calçados foi observado incremento expressivo de 11,0% e no de combustíveis e lubrificantes as vendas ainda cresceram 0,4%, a despeito dos preços desses produtos terem crescido em função da hiperinflação que marcou esse período.

É importante assinalar, no entanto, que a conjuntura adversa do ano anterior fez com que, praticamente, todos os ramos do comércio apresentassem resultados negativos, o que explica os números significativos de 1988.

Além disso, o desaparecimento de produtos de primeira necessidade das prateleiras dos supermercados, bem como a não-observância do congelamento dos preços, medida prescrita pelo governo federal, induziu os consumidores a fazer estoques de mercadorias para enfrentar o desabastecimento, o que concorreu para o aumento de suas despesas com gêneros alimentícios. Isso explica o crescimento das vendas dos supermercados e de equipamentos duráveis (geladeiras e *freezers*) necessários à realização de estoques de alimentos.

1989: INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO IMPEDE RECESSÃO DA ECONOMIA BAIANA

Em 1989, o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia ficou estabilizado no patamar do ano anterior. No mesmo período, o PIB do País cresceu 3,2%. Esse resultado modesto da economia baiana confirmou os prognósticos realizados pela SEI ao longo do ano, levando em conta a forte aceleração do processo inflacionário (naquele ano, o IPC/ Salvador calculado pela SEI acumulou crescimento de 2.071,0%), a indexação da economia e a austera política fiscal implementada pelo governo para reduzir o déficit público.

Praticamente todos os setores que têm participação relevante no PIB registram queda de nível de atividade em comparação ao ano anterior. Participando com aproximadamente 17,0% da economia baiana, a produção agropecuária declinou 5,2%, refletindo o tímido desempenho das principais lavouras agrícolas do Estado. Fortemente influenciadas pela conjuntura econômica, as vendas do comércio foram reduzidas em 1,7%. Outros setores, como a construção civil e os serviços industriais de utilidade pública, cujo comportamento tem forte correlação com o crescimento econômico, também apresentaram resultados negativos. O destaque do ano ficou com a indústria de transformação, que cresceu 2,9%, evitando que o resultado da economia baiana no período fosse negativo em virtude de seu elevado peso na estrutura do macroindicador.

Agropecuária

O fraco desempenho da agropecuária está associado a queda de produção das duas principais atividades que compõem a sua estrutura: a agricultura, que respondia por 72,0%, aproximadamente, do valor agregado do segmento, apresentou retração de 5,3%; e a pecuária (cerca de 15,0%), que apresentou resultado produtivo inferior em 10,4% ao registrado em 1988. Em meio a esses declínios, a atividade pesqueira logrou crescimento de quase 40,0%, mas influenciou muito pouco o resultado da agropecuária por responder por apenas 3,9% do valor gerado por essa atividade no Estado.

O acentuado decréscimo da produção agrícola resulta, em parte, do grande peso da lavoura cacaueteira, que sofreu revezes climáticos e teve sua produção praticamente estagnada no período (cresceu 0,9%). Em 1989, além do fraco desempenho do cacau, decresceram as produções de café (-7,7%), fumo (-16,2%), milho (-28,8%) e arroz (-13,0%). Esse desempenho é resultado de dois fatores principais: primeiro, da seca que prejudicou algumas das principais regiões produtoras do interior do Estado; segundo, da diminuição do volume de crédito nacional destinado à agricultura baiana, em que pese a manutenção dos elevados encargos do custeio agrícola.

Em 1989, houve recuperação de algumas culturas que integram os denominados "produtos industriais", devido às condições favoráveis encontradas em seus principais mercados. Destacam-se a cana-de-açúcar, o algodão, a mamona, o sisal e a soja. A produção de sisal cresceu 35,4%, estimulada pela política agrícola nacional e por sua maior resistência aos períodos de estiagem.

No grupo de produtos alimentícios, o feijão e a mandioca, duas das mais importantes lavouras do Estado, apresentaram quedas tanto na produção física como na produtividade. A área colhida do feijão, por exemplo, reduziu-se em 27,0%. Extremamente sensíveis às variações climáticas, esses dois produtos foram bastante prejudicados pela falta de chuvas nas principais regiões produtoras. O feijão foi uma das lavouras mais atingidas pelo aumento dos encargos financeiros do crédito de custeio, além da elevação do custo dos insumos básicos para os produtores. A produção desse cultivo decresceu 33,2% e a da mandioca, 2,5%.

O principal componente da pecuária baiana são os bovinos, participando com cerca de 58,0% da produção animal em 1989. Em seguida, vêm os efetivos de suínos (5,3%), caprinos (4,3%), ovinos (3,9%) e outros. A retração da atividade pecuária no período está associada à diminuição da produção bovina em, aproximadamente, 14,0%.

Dois características básicas do perfil da pecuária bovina no Estado — métodos rudimentares de produção e extensividade de criação — ocasionaram baixos índices de produtividade dos rebanhos e de densidade de cabeças por hectare (0,7). Com isso, a evolução do rebanho bovino estadual está condicionada, em parte, ao padrão do produtor e às condições climáticas vigentes.

Indústria

Em 1989, a atividade industrial baiana permaneceu praticamente estável — crescimento de 0,4% —, refletindo os resultados negativos de três dos seus quatro subsetores: a indústria extrativa mineral (-0,4%), a construção civil (-5,2%) e os serviços industriais de utilidade pública (-6,4%).

A indústria baiana de transformação foi a única a apresentar expansão no período (2,9%), movida principalmente pelo desempenho positivo das indústrias: química (5,6%), metalúrgica (3,5%) e de produtos alimentares (3,8%), que respondem, juntas, por cerca de 74,0% do valor agregado gerado pelo setor no Estado.

Pode-se associar esse desempenho da indústria de transformação do Estado a dois fatores principais: de um lado, os bons resultados do setor exportador, incentivado por uma conjuntura internacional favorável e pelo esforço dos empresários para aumentar as vendas de produtos químicos e metalúrgicos. De outro, a especificidade da estrutura industrial baiana, fortemente concentrada no gênero químico e, em particular, na petroquímica — cerca de 45,0% da produção da indústria de transformação é gerada por estes gêneros. A expansão desse segmento de ponta, altamente gerador de renda, independe do nível de renda interna do Estado, situando-se os seus principais mercados no Centro-Sul e no exterior.

Tabela 12
Estrutura da indústria de transformação
Bahia: 1989

Atividades	Participação (%)
Minerais Não-Metálicos	4,7
Metalurgia	17,1
Material Elétrico e Comunicações	2,8
Papel e Papelão	1,2
Borracha	0,3
Química	45,1
Perfumaria Sabões e Velas	0,5
Têxtil	5,3
Produtos Alimentares	11,4
Bebidas	1,4
Outros	10,2
Total	100

Fonte: SEI

Além disso, a indústria química baiana contou com uma série de fatores positivos que lhe emprestaram especial flexibilidade para escapar dos efeitos adversos da crise nacional: os bons preços do petróleo e derivados no mercado internacional; e o forte incentivo do capital estatal ao setor químico, sob a forma tributária, mediante a concessão de isenções fiscais, créditos prêmios e empréstimos, ou por meio do estímulo às exportações e à abertura de novos mercados.

A metalurgia, que tem peso considerável na indústria de transformação do Estado (pouco mais de 17,0%) registrou expansão de 3,5% em 1989, decorrente dos incrementos aos subsetores siderúrgico (3,1%) e metais ferrosos (3,7%). Cresceram a produção de ferro-ligas e a de aço e laminados, as quais se destinam ao mercado internacional. Com relação aos metais não ferrosos, houve expressivo aumento da produção de alumínio e de chumbo, insuficiente, no entanto, para sustentar a queda de produção de cobre, o principal produto da metalurgia baiana, cujas vendas estavam desaquecidas devido ao aumento dos estoques mundiais.

Terceiro maior segmento da indústria de transformação baiana (participava com 11,4%, aproximadamente, do valor agregado total da indústria), o segmento de produtos alimentares também apresentou resultado positivo, embora mais modesto, no ano examinado. Respondeu por esse bom desempenho o grupo "cacau e derivados", o mais representativo em sua estrutura, cuja produção aumentou 1,9%. Nos demais gêneros, cresceram a produção de leite e laticínios (6,3%) e a de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria (1,9%). Já o subsetor de moagem e torrefação de café sofreu queda de 5,1%.

Para o grupo dos produtos de minerais não metálicos foi estimada uma queda de 4,9%, embora a escassez de dados relativos ao subsetor de "estruturas de cimento", indústria excessivamente dispersa pelo Estado, tenha dificultado enormemente esse cálculo. O único dado disponível relaciona-se à produção de cimento, evidenciando que esta foi reduzida em 3,9% no período examinado, uma tendência observada desde 1987. Tal performance está diretamente vinculada à crise da construção civil, podendo servir como indicador parcial do comportamento desse gênero industrial.

Indústria extrativa mineral

A indústria extrativa mineral apresentou comportamento praticamente estável, reduzindo-se em 0,4% sua produção. Esse desempenho foi determinado, principalmente, pela queda de 0,8% da produção do subsetor de combustíveis (petróleo e gás natural), que participava com 79,0% do valor agregado bruto da extrativa mineral baiana. Os outros dois subsetores — extração de minerais metálicos e de não-metálicos —, também apresentaram incrementos discretos. O primeiro cresceu 1,2%, aproximadamente, em decorrência do aumento da extração de cobre e da recuperação dos níveis de produção do cromo e do manganês. Quanto ao segundo, foi observado incremento de apenas 0,1%.

Comércio

Os principais indicadores de vendas do *comércio baiano* mostram queda da atividade de 1,7%, aproximadamente, em 1989. Exerceram influência sobre esse resultado as medidas adotadas no primeiro ano de vigência do Plano Verão com o objetivo de desacelerar o processo inflacionário e corrigir distorções dos Planos Cruzado e Bresser, implementados anteriormente.

No âmbito do Plano Verão, o governo elegeu o congelamento de preços como principal medida para coibir a aceleração do processo inflacionário, sem buscar alternativas para o alcance desse objetivo, como, por exemplo, proibir a emissão monetária para financiar o déficit público. Paralelamente, com base no diagnóstico que apontava o déficit nas contas públicas como uma das causas da inflação, implementou uma política de contenção dos gastos, reduzindo os investimentos do setor estatal.

As medidas implementadas ao longo da vigência do Plano Verão promoveram uma verdadeira desobediência civil quanto ao congelamento de preços, o que forçou o governo a tornar sem efeito essa determinação, ocasionando total descontrole do crescimento inflacionário. No último trimestre do ano, a inflação do Brasil ultrapassava os 50,0% ao mês, causando um relativo caos no sistema econômico, principalmente na produção e distribuição dos serviços, entre os quais se destaca a atividade comercial.

O desempenho dos ramos que comercializam bens duráveis é, em grande parte, determinado pela capacidade de endividamento dos consumidores, cuja maior parcela é constituída por famílias de classe média. Estas já vinham acumulando quedas sucessivas em seu poder aquisitivo, em decorrência da política salarial que determinava reajustes bem abaixo da inflação para as faixas salariais mais elevadas. Isso explica a grande retração das vendas de bens duráveis no comércio baiano em 1989, com queda acentuada na comercialização de veículos (4,6%), que participava com aproximadamente 9,0% do valor agregado da atividade.

O “relativo” controle do processo inflacionário nos primeiros meses do ano, bem como a desconfiança dos consumidores em relação a um possível “sumiço” dos alimentos de

primeira necessidade nas prateleiras dos supermercados responderam pelo aumento de 11,0% das vendas desses estabelecimentos no ano examinado. Foi justamente esse desempenho que freou uma queda mais acentuada do comércio, pelo peso que esse setor tem na estrutura da atividade no Estado.

Além do desaquecimento do comércio formal, houve também uma drástica redução de, aproximadamente, 15,0% do comércio informal. Em uma conjuntura marcada por juros altos e descontrole inflacionário, os vendedores do setor informal perdem, praticamente, todo o seu poder de barganha. Além disso, esse setor tende a "inchar" com a diminuição do crescimento econômico e o aumento do desemprego, que provocam aumento da concorrência e perda de rendimento.

Outros serviços

Fortemente influenciado pelo ritmo da atividade econômica como um todo, o segmento de transportes apresentou, em 1989, um desempenho que refletiu a evolução do conjunto da economia baiana, declinando 3,1% em relação ao ano anterior. Contribuíram para esse resultado as quedas verificadas no transporte rodoviário de passageiros e de carga (-6,8%); no transporte marítimo por vias internas e cabotagem (-1,8%) e no transporte ferroviário (-7,0%). Juntos, estes subsetores totalizavam 87,0% do valor agregado do setor transportes na Bahia em 1989. O resultado positivo de 13,0% do transporte aéreo atenuou a retração apresentada pelo segmento.

Outra atividade que guarda forte ligação com o desempenho da economia é a de serviços financeiros. Em 1989, a taxa de crescimento desses serviços foi bastante influenciada pela conjuntura econômica do País (0,2%). Com a perda de rendimento das empresas e dos trabalhadores, houve grande redução da procura por financiamentos de médio e longo prazo nos bancos comerciais, o que representou diminuição de uma das principais fontes de recursos do sistema financeiro e justificou o fraco desempenho da atividade tanto na Bahia como no Brasil.

1990: FORTE RECESSÃO DA ECONOMIA NACIONAL RESTRINGE DESEMPENHO DA ECONOMIA BAIANA

Segundo cálculos realizados pela SEI, o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia apresentou leve declínio de 0,3% em 1990. No mesmo período, o PIB do País decresceu 4,4%, aproximadamente, o seu pior resultado desde meados da década de 1940.

Esses números refletiram as dificuldades impostas pela recessão econômica — retração dos mercados, quedas do poder de compra da população (fruto da tentativa de estabilização monetária por intermédio do Plano Collor) e redução dos gastos públicos — afetando, particularmente, a indústria e o comércio.

Agropecuária

O setor agropecuário apresentou queda de 5,0% no ano de 1990, um dos desempenhos mais fracos da economia estadual, observando-se que as quedas mais acentuadas localizaram-se justamente na agricultura (-2,8%) e na pecuária (-22,0%), as atividades mais representativas em sua estrutura. Nesse ano, a pesca também apresentou redução estimada em 7,2%.

Associam-se esses fracos resultados às medidas econômicas impostas pelo Plano Collor. O plantio da safra 1989/1990 foi bastante prejudicado pela alta dos preços dos insumos, elevação das taxas de juros internas, diminuição do crédito agrícola, ausência de uma política de preços mínimos mais estimulante e ameaça constante de hiperinflação, agravando esse quadro o reduzido período de chuvas nas principais regiões produtoras da Bahia. Além disso, ao confiscar os depósitos em contas correntes e cadernetas de poupança, o governo deixou a maior parte dos agricultores sem recursos para cobrir os custos das colheitas. Esse cenário fez com que a área colhida na Bahia fosse reduzida em 11,5%.

Assim, os declínios mais acentuados foram justamente daqueles cultivos que mais dependiam de financiamentos governamentais, a exemplo do milho, que apresentou queda de produção de 55,0%, do algodão (-4,2%) e do cacau (-9,9%), este acumulando perdas por dois anos consecutivos. A soja apresentou a mais elevada redução entre as lavouras agrícolas, com quebra de safra estimada em 62,0%.

Até mesmo o cultivo de lavouras típicas dos pequenos agricultores, os chamados "agricultores de fundo de quintal", apresentaram quedas de produção. A do fumo foi a maior delas (aproximadamente 30,0%), seguida pela cana-de-açúcar (-6,0%). Já a mandioca, o mais tradicional entre esses produtos, obteve ótimo desempenho, crescendo 24,0%.

O desempenho agrícola só não foi pior porque produtos importantes que lideravam o *ranking* da produção agrícola baiana, como o feijão e o café, lograram crescer 13,3% e 4,6%, respectivamente, a despeito do cenário adverso.

A queda da produção pecuária está ligada à falta de incentivo aos pecuaristas no período de vigência do Plano Collor. Diante da redução da oferta do crédito rural, do confisco dos ativos financeiros e da falta de chuvas em muitas regiões produtoras, ficou cada vez mais difícil reverter a tendência de queda que vinha apresentando a atividade. Pontualmente, pode-se afirmar que a principal causa do declínio da produção pecuária em 1990 está associada à diminuição da produção de bovinos (20,1%), que respondia por 51,0% do valor agregado da agropecuária no Estado.

Setor industrial

A produção física da indústria baiana de transformação apresentou, em 1990, queda de 1,6%. Este resultado foi fortemente influenciado pelo desempenho negativo dos gêneros químico e metalúrgico que representavam, juntos, quase 61,0% do valor agregado da

atividade. O destaque do ano coube a indústria de produtos alimentares, cuja produção cresceu 20,7%, elevando sua participação no conjunto da indústria de transformação de 11,4% para 14,8% entre 1989 e 1990.

O gênero químico, o mais importante da indústria baiana no período, foi visivelmente afetado pelos conflitos no Golfo Pérsico, pela conturbada conjuntura econômica brasileira e pelas greves e paradas para manutenção nas indústrias refinadoras de petróleo. A ação conjunta desses fatores ocasionou queda de 6,8% na produção química do Estado. O maior declínio foi registrado pelo subsetor refino de petróleo (-10,2%), embora a produção petroquímica tenha, também, decrescido em 3,0%, aproximadamente.

O desempenho do segmento metalúrgico, igualmente negativo (-0,3%), deveu-se não só aos efeitos da recessão interna, mas também ao acirramento da concorrência internacional, especialmente no mercado de ferro-ligas (um dos produtos mais representativos do gênero), ocasionado pela maior oferta dos Países africanos no mercado mundial.

O único destaque do ano coube à indústria de produtos alimentícios, cuja produção cresceu mais de 20,0%, como já mencionado, freando o ritmo de queda da indústria de transformação no Estado graças ao aumento da produção de derivados de cacau de leite e derivados.

Entre os gêneros da indústria que registraram desempenhos mais fracos no ano, encontram-se papel e celulose e têxtil, uma vez que ambos estão condicionados ao comportamento do mercado internacional. Esses setores apresentaram quedas de produção da ordem de 10,7% e 12,6%, respectivamente. Com a abertura da economia brasileira ao mercado internacional, promovida pelo Governo Collor, muitos segmentos da indústria deram início a processos de reestruturação produtiva, de modo a enfrentar a acirrada concorrência internacional. Um dos mais atingidos foi o têxtil, que vem sofrendo concorrência bastante desleal após a entrada dos produtos asiáticos no mercado, em função, sobretudo, das relações de trabalho que vigem naquele continente e tornam sua oferta mais competitiva.

A produção da indústria extrativa mineral apresentou queda de 4,5% em relação a 1989. Além da conjuntura nacional desfavorável, as greves ocorridas no segmento de extração do petróleo contribuíram para que o principal grupo de produtos dessa indústria — os energéticos — tivesse o seu desempenho bastante afetado (redução de 4,0%).

Já os serviços industriais de utilidade pública cresceram 5,6%, refletindo a expansão de 8,5% dos serviços de eletricidade (geração e distribuição de energia), em consequência do aumento da demanda das indústrias produtoras de bens não derivados de petróleo. Na construção civil, a taxa de crescimento foi ainda mais expressiva, um resultado que surpreende, considerando-se a forte correlação entre o desempenho dessa indústria e o crescimento da economia como um todo.

Serviços

O desempenho do comércio baiano em 1990 revela que as medidas de contenção monetária estabelecidas no Plano Collor surtiram efeito moderado sobre o seu nível de atividade, que foi reduzido em 0,9%, aproximadamente.

O comportamento das vendas no segmento alimentício, principal indicador do desempenho do comércio, foi desfavorável (queda de 10,2%), evidenciando uma perda do poder de compra dos salários sem precedente e que se acentuou no período examinado em decorrência da compressão da massa salarial. Para se ter uma idéia, segundo o DIEESE, o salário médio de 1990 representou apenas 60,0% da média registrada em 1985.

Obstinado no combate à hiperinflação, o governo Collor lançou mão de uma diversidade de instrumentos de política econômica, entre os quais, a rígida e abrangente reforma monetária que ressuscitou o expediente do confisco irrestrito de vários ativos financeiros. A não menos austera política fiscal e a ausência, logo nos meses subsequentes, de uma política de rendas, evidenciaram o propósito do governo de conter a demanda global, não obstante o reconhecimento dos seus efeitos sobre o dinamismo econômico.

Dessa forma, em cadência com as atividades produtivas, foi-se observando uma paulatina desaceleração do setor comercial no curso do ano de 1990, quando se tornaram cada vez mais restritivas as possibilidades de expansão do volume de vendas.

Neste contexto, as vendas de veículos e autopeças, outro setor relevante na estrutura do comércio baiano, declinaram cerca de 11,0% em comparação com 1989. Esse resultado refletiu o comportamento do comércio de bens duráveis, que foi reduzido em cerca de 9% em função das medidas implementadas pelo governo, destacando-se a elevação significativa da taxa de juros interna, o que restringiu o acesso dos comerciantes às fontes de financiamento.

A inflação acumulada no ano — mais de 1.700,0% — mostra que as medidas implementadas no Plano Collor causaram retração econômica e descontrole inflacionário, afetando, sensivelmente, as economias regionais e a do País. Os salários congelados, o confisco dos ativos financeiros, o aumento da taxa de juros e a hiperinflação desautorizavam expectativas favoráveis para a atividade comercial baiana no ano subsequente.

A demanda por serviços de alojamento e alimentação declinou 5,9%, como reflexo de uma conjuntura pouco propícia à realização de gastos com lazer, entretenimento e turismo. O segmento de alojamento, apesar da oferta de promoções e das campanhas de publicidade, amargou grande prejuízo. Tanto a permanência média quanto o número de hóspedes nos leitos hoteleiros baianos reduziram-se, ocasionando queda da atividade estimada em 16,0%. No de alimentação, o resultado também foi negativo (-12,9%).

1991: POLÍTICA ECONÔMICA CONTRACIONISTA AFETA COMPORTAMENTO DO PIB DA BAHIA⁴

O Produto Interno Bruto da Bahia apresentou contração de 1,5% em 1991. É necessário lembrar que esse ano foi marcado por uma conjuntura recessiva que se caracterizava pela estagnação dos setores produtivos, aceleração do ritmo inflacionário e redução do nível de emprego e do poder aquisitivo de boa parcela da população, agravando esse quadro as medidas recessivas no âmbito do governo federal, a exemplo da manutenção do confisco dos ativos reais, do encurtamento da liquidez, da alta da taxa de juros e do arrocho salarial.

Pelo que mostram as estatísticas, essas medidas atingiram mais fortemente o PIB baiano do que o nacional, que registrou leve expansão de pouco mais de 1,0%. Na Bahia, o comportamento de dois dos principais setores de sua economia, a indústria de transformação e o comércio, explica a má performance da economia no ano em análise. O primeiro teve o seu nível de atividade reduzido em 9,0%. Já o comércio, mantendo a tendência do ano anterior, retraiu-se em 3,9%. Juntos, os dois setores representam, aproximadamente, 33,0% do valor agregado global da economia baiana. Quanto à agropecuária, o seu crescimento de 7,8% atenuou a retração do PIB da Bahia em 1991, por sua elevada participação na estrutura desse agregado macroeconômico.

Setor industrial

A indústria baiana de transformação não logrou bom resultado em 1991, devido ao fraco desempenho dos seus principais segmentos, a saber: produtos alimentares (-17,1%), químico (-7,6%) e metalúrgico (-6,7%). Somados, os três representam 77,0% do valor agregado gerado pelo setor de transformação baiano.

O resultado negativo da indústria de produtos alimentares decorreu do fraco desempenho dos derivados do cacau, que têm elevada representatividade na estrutura desse segmento. Tais produtos dependiam fortemente do setor externo, uma vez que a maior parte de sua produção dirigia-se para o comércio internacional. Com o declínio nos preços externos, decorrente do aumento da competição internacional, reduziram-se substantivamente as exportações de cacau e derivados pelo Estado. Acordos comerciais entre as antigas colônias da África Ocidental com a comunidade Européia, principal comprador dos derivados de cacau, criaram, nesse período, vantagens competitivas para o continente africano — a exemplo da redução de tarifas de importação de produtos primários africanos —, o que provocou redução das encomendas feitas à indústria brasileira e, mais especificamente, à baiana.

⁴ As informações qualitativas que embasaram a elaboração deste trabalho devem ser creditadas à equipe do Centro de Estatística e Informação da Bahia (CEI). Diferente do que ocorreu até 1990, a partir do ano de 1991, quase não foram encontradas referências bibliográficas das publicações do CEI, que são a base deste documento.

O fraco desempenho da produção química decorreu da retração econômica no País, do efeito provocado pela greve da Petrobrás e das paradas para manutenção em várias empresas. Já os efeitos da crise econômica sobre a indústria metalúrgica manifestaram-se na contração nas vendas. Além disso, houve retração do consumo e aumento da competição com os produtos importados, principalmente os de origem africana, que tiveram redução em suas tarifas aduaneiras, sendo mais afetados pela concorrência internacional os produtos ferro-ligas e os metais não ferrosos.

Comércio

No que tange ao comércio baiano, é necessário fazer algumas considerações antes de apreciar o seu resultado. O ano de 1991 foi iniciado com um congelamento de preços e salários. Em oposição a essas medidas, o governo decretou um aumento substancial das tarifas públicas, o chamado "tarifaço". Os preços dos produtos foram congelados em patamares elevados, pois já haviam sido majorados previamente por conta da antecipação do congelamento. Em que pese a influência desses fatores, o comércio na Bahia já vinha desenhando uma trajetória de desaceleração, sinalizando que a recuperação das vendas era praticamente improvável.

A elevação do custo do dinheiro influenciou diretamente a produção industrial, uma vez que houve cancelamento de pedidos feitos a indústria pelos lojistas. Nem mesmo a liberação, no segundo semestre, de uma parcela do dinheiro confiscado pelo Banco Central reanimou o consumo. Diante dos salários baixos, a população foi atraída pela taxa de juros elevada, mantendo o seu dinheiro em aplicações financeiras.

Com os juros elevados, reduziram-se as vendas pelo sistema de crediário. O segmento alimentício teve queda de 19,7%, evidenciando perda do poder de compra dos salários. Diante desse cenário, não surpreendeu a retração de 3,9% do comércio baiano em 1991.

Agropecuária

A agropecuária baiana registrou crescimento de 7,8% no ano de 1991, ainda que alguns dos seus segmentos apresentassem resultados negativos. A agricultura cresceu 10,9% e a pecuária 1,9%, mas o segmento de granja sofreu queda de aproximadamente 4,0%. O desempenho do agro baiano assume proporções maiores ao se mencionar os atrasos e indefinições nas regras da política agrícola do governo federal, limitando o crédito agrícola, importante instrumento de estímulo à atividade agropecuária. Além disso, boa parte dos produtores rurais do Estado enfrentava, à época, o problema da descapitalização, em decorrência de quebras de safras agrícolas e declínios da produção animal por dois anos consecutivos.

O desempenho satisfatório da agropecuária em 1991 foi, assim, motivado por dois fatores principais, entre os quais, as boas condições climáticas e o avanço da agricultura irrigada no Estado, desenvolvida pelos governos federal, estadual e pelas empresas privadas, notadamente na Região Oeste do Estado, em Irecê e Juazeiro.

Pode-se creditar à produção agrícola o resultado favorável da agropecuária em 1991. Nesse ano, assistiu-se ao bom desempenho dos seus principais produtos, a exemplo da soja, cuja produção cresceu 100,1%; do milho, que teve o seu resultado produtivo aumentado em 246,0%; e do feijão, que cresceu 57,3% e se posiciona como o segundo produto mais importante da pauta agrícola baiana em termo de valor da produção. Esses cultivos geram a maior parcela do valor agregado da agricultura no Estado (72,0%, aproximadamente). Beneficiada pela irrigação na microrregião de Juazeiro, a uva apresentou resultado igualmente satisfatório (crescimento de 40,0%).

Outro produto que merece destaque é o algodão herbáceo. Sua produção aumentou 26,0% em 1991, espelhando o bom resultado produtivo na Serra Geral da Bahia, tradicional região produtora. A ampliação do processo de beneficiamento local e o estímulo às exportações abriram novas perspectivas para os produtores.

O desempenho agrícola na Bahia em 1991 só não foi melhor porque o cacau, que ainda figurava como a principal lavoura da agricultura baiana (participava com 32,0%, aproximadamente, da estrutura agrícola) apresentou retração de quase 13,0%. Esse fraco desempenho pode ser explicado por uma conjunção de fatores, destacando-se o avanço da praga “vassoura de bruxa”, o aumento da concorrência internacional e a menor oferta de crédito agrícola para os produtores do interior do Estado, notadamente na Região Sul.

Descapitalizada e desestimulada pela redução de programas voltados para o seu desenvolvimento, a pecuária baiana exibiu resultado bem modesto em 1991 (1,9%). Nas primeiras estimativas do ano, a produção de bovinos recuou 5,5%, enquanto a produção de leite e derivados aumentou 6,9%, estimulada pelo aumento dos preços internos. Juntos, os dois subitens da pecuária baiana geram, aproximadamente, 76,0% do valor da produção de origem animal.

Os setores de transporte e construção civil apresentaram declínios de 3,4% e 1,8%, respectivamente, refletindo a crise generalizada na economia.

1992: ECONOMIA BAIANA INICIA RECUPERAÇÃO APÓS TRÊS ANOS DE DESACELERAÇÃO

Após ter revelado tendência declinante por três anos consecutivos, em 1992 a economia baiana voltou a crescer, embora em ritmo moderado (1,8%). No mesmo período, refletindo a crise econômica e suas conseqüências sobre o mercado interno, o Produto Interno Bruto do País (PIB) apresentou queda de 0,6%. Vale observar que, mesmo sob condições adversas, a Bahia logrou não apenas crescer, mas assistiu, também, a alguma diversificação e desconcentração geográfica de sua produção industrial e agrícola, o que ampliou as possibilidades de colocação de seus produtos no mercado internacional.

Setor industrial

Segundo estimativas da CEI, a produção industrial baiana cresceu 2,7% em 1992. A entrada em operação de grandes unidades de produção e a ampliação de plantas estratégicas, principalmente nos segmentos químico e de papel e celulose, deram forte estímulo ao crescimento de 4,2% da indústria de transformação, atenuando os efeitos negativos da crise nacional e da queda dos preços de seus produtos no mercado internacional.

A indústria de papel e celulose apresentou excepcional crescimento de 116,5% no período, influenciando o resultado global da indústria baiana de transformação. Vale observar que a reversão da tendência de declínio dos preços no mercado externo fez com que as empresas implantadas no País operassem a plena carga, confirmando o seu perfil internacionalizado.

Depois da expressiva queda registrada em 1991, decorrente da queda dos preços internacionais, do controle de preços pelo governo e da abertura do mercado interno aos produtos importados, o segmento químico cresceu 9,6% em 1992. Apesar da expectativa de super-oferta mundial, da crise política interna e da instabilidade nas regras da economia, foram realizados investimentos significativos no segmento petroquímico, e não apenas na central de matérias-primas, mas também na produção de termoplásticos.

O subsetor de refino do petróleo apresentou crescimento expressivo de 11,5% em 1992, período em que não ocorreram greves na Petrobrás, consideradas a principal causa do seu fraco desempenho em 1991.

Após dois anos de retração, em 1992 a indústria metalúrgica baiana voltou a crescer (9,0%), refletindo o bom desempenho da siderurgia, cuja produção cresceu 9,1%, impulsionada pelo aumento da demanda nos mercados emergentes, a exemplo dos denominados Tigres Asiáticos. A expressiva retomada das vendas de catodo de cobre para o mercado internacional, no segundo semestre daquele ano, garantiu o resultado positivo de 8,9% dos metais não ferrosos.

Depois de registrar crescimento relevante em 1990, a indústria de produtos alimentares amargou mais um ano de forte retração (-12,7%). Nem mesmo as agressivas campanhas publicitárias foram capazes de reverter sua tendência ao declínio, em virtude da persistência de condições adversas, como a redução do poder aquisitivo do consumidor, cujos reajustes salariais não acompanhavam o aumento dos preços dos produtos desse ramo da indústria, liberados desde meados de 1991.

A indústria têxtil seguiu a mesma tendência declinante. A queda de 12,9% de sua produção, a quarta consecutiva, mostra que essa indústria não satisfazia às exigências impostas pela abertura comercial da economia brasileira. Incapaz de concorrer com os mercados asiáticos (pelas condições de trabalho "quase escravas" naquele continente), a produção têxtil vinha perdendo participação relativa também no mercado nacional, observando-se que sua contribuição para o valor agregado da indústria de transformação baiana foi de apenas 1,2% (em 1985, participava com 4,0%).

Nos demais setores de atividade, poucos mereceram destaque, considerando-se os baixos resultados observados. Ressalte-se, contudo, a expansão de 8,5% dos serviços industriais de utilidade pública — eletricidade e abastecimento de água, no caso da Bahia. O bom desempenho do subsetor de eletricidade (geração e distribuição), que cresceu 10,0%, aproximadamente, decorreu do aumento do consumo industrial. Vale observar que os serviços industriais de utilidade pública respondiam por 3,7% do PIB do Estado no período.

Agropecuária

A agropecuária baiana cresceu 2,0% em 1992. A agricultura, que gerava cerca de 70,0% do valor agregado desse setor, apresentou aumento de 2,6%. Já a produção pecuária, a segunda mais importante (19,0%), registrou queda de quase 10,0%. Nos demais subsetores, foram observados comportamentos também distintos: a produção da granja cresceu 3,9%, enquanto a atividade extrativa vegetal revelou pequeno decréscimo de 1,2%.

Apesar das chuvas fora de época e das perdas nas safras de alguns produtos estratégicos, a exemplo do milho e do algodão, o setor agrícola baiano conseguiu, uma vez mais, influenciar positivamente o desempenho econômico do Estado, impulsionado pela expansão do cacau e da maioria dos grãos. A safra baiana de grãos — soja, milho, feijão e arroz — atingiu 1,48 milhões de toneladas em 1992, crescendo 10,2% em relação ao ano anterior.

A Bahia colheu, em 1992, a maior safra de feijão de sua história. Foram 449 mil toneladas, representando, aproximadamente, 15,0% da produção brasileira. A excelência produtiva se deveu, fundamentalmente, a ganhos de rendimentos físicos nas plantações, especialmente à produtividade da primeira safra e ao cultivo irrigado da segunda. Destacaram-se, ainda, os acréscimos na produção de uva (127,7%), laranja (16,8%), abacaxi (34,7%), banana (9,5%), alho (23,5%), batata doce (3,1%), batata inglesa (86,3%), coco-da-baía (3,6%) e cacau (1,4%).

As quedas ocorreram, principalmente, entre os produtos mais tradicionais da agricultura baiana, que são, também, aqueles que mais ocupam força de trabalho no campo, fundamentalmente por meio do pequeno produtor familiar. Destacam-se, entre eles, a mandioca (-11,1%), a mamona (-7,0%), o sisal (-11,1%) e a cana-de-açúcar (-3,2%).

Observou-se, também, queda em produtos mais modernos tanto do ponto de vista das relações de produção como de sua importância na economia regional. O principal deles é o tomate, que tem boa parte de sua produção destinada às indústrias de alimentos e experimentou queda de 3,4%. A cebola regrediu em 41,9% e o algodão herbáceo em 24,2%. Este último atravessa uma crise profunda desde meados da década de 1980. Para se ter uma idéia mais aproximada dessas dificuldades, basta citar que apenas duas das 38 usinas beneficiadoras de algodão existentes no município de Guanambi (concen-

tram-se neste cerca de 90,0% das usinas existentes no Estado) operavam em 1992 e, assim mesmo, com capacidade ociosa.

Comércio

O comércio baiano, em franca recessão, registrou queda pelo quarto ano consecutivo. O resultado negativo de 2,8% em 1992 foi influenciado pela retração das vendas de produtos alimentícios (-8,7%), um dos principais segmentos do comércio do Estado, explicando essa má performance à perda do poder de compra dos salários. Essa conjuntura desfavorável afetou, também, o varejo de bens duráveis, citando-se como exemplo a diminuição das vendas de veículos e acessórios em aproximadamente 1,6%. O mesmo comportamento foi observado nas vendas de combustíveis e lubrificantes (queda de 2,2%).

A persistente elevação dos preços — a inflação acumulada pelo IPC Salvador, calculado pela SEI, foi superior a 1.255,0% — e das taxas de juros e a redução do nível de emprego dificultaram um melhor desempenho deste setor.

1993: ATIVIDADE INDUSTRIAL IMPULSIONA ECONOMIA BAIANA

Mantendo a tendência ascendente iniciada no ano anterior, em 1993 o PIB baiano apresentou expansão de 3,1%. Os destaques do ano ficaram por conta da indústria de transformação e do comércio, que registrou relevante crescimento mesmo perdendo forças para a inflação. Cabe também destacar o fraco desempenho da agropecuária que, pouco favorecida por fatores climáticos, apresentou queda de 5,4%. A Tabela 13 sintetiza o desempenho dos diversos segmentos que compõem o PIB do Brasil e da Bahia.

Atividades	Bahia (%)	Brasil (%)
Agropecuária	-5,4	-0,1
Indústria de Transformação	6,4	8,7
Ind Extrativa Mineral	4,7	3,3
Comércio	5,5	10,6
Comunicações	9,7	8,7
PIB	3,1	4,9

Fonte: SEI/IBGE

Agropecuária

A queda da produção agropecuária em 1993 está associada à retração da atividade agrícola do Estado no período. Como se sabe, a agricultura gerava aproximadamente 69,0% do valor agregado do setor na Bahia, definindo, praticamente, os seus resultados.

Atingidas pela maior seca dos últimos 30 anos, quase todas as culturas tradicionais apresentaram quebra de safras. O café, mesmo favorecido pelos elevados preços, sofreu a maior baixa (-46,4%). O feijão, a segunda principal lavoura do Estado, teve sua produção reduzida em 30,1%. Apesar disso, com os novos investimentos do Governo do Estado na área da agricultura irrigada na região de Irecê (maior produtora de feijão da Bahia), espera-se, já para os próximos anos, que diminua a dependência dessa cultura de períodos chuvosos. A mandioca, outro cultivo que, a cada ano, vem ganhando participação na atividade agrícola da Bahia, também registrou queda de 21,2% em 1993.

Outras culturas de menor peso na estrutura agrícola baiana também registraram queda de produção, a exemplo do fumo e do arroz em (-30,6%) e (-19,3%), respectivamente.

O resultado produtivo do setor só não foi pior porque duas das principais culturas do Estado tiveram desempenho considerável: o cacau, que lidera o *ranking* da produção agrícola baiana e foi favorecido pela alta dos preços no mercado internacional, redução dos estoques mundiais e o aumento do consumo nos Estados Unidos e Europa, crescendo 5,4%; e a soja, com crescimento bastante expressivo de 23,4% no ano.

Indústria

Em meio a esses resultados negativos, a produção industrial⁵ cresceu 4,8% graças ao bom resultado da Indústria de Transformação, que registrou sua melhor performance na década crescendo 6,4% em relação ao ano anterior.

À exceção da transformação de minerais não metálicos e dos ramos têxteis e de perfumarias, todos os demais segmentos da indústria de transformação registraram taxas de crescimento positivas. Os desempenhos mais relevantes estiveram associados aos segmentos químico, petroquímico e de papel e celulose que cresceram 8,1% e 95,4%, respectivamente.

Credita-se o bom resultado da petroquímica ao aumento da demanda interna dos pólos localizados na Região Sul do País, os quais demandam os produtos baianos para a geração de bens finais. Os baixos preços no mercado internacional desestimularam as vendas para o exterior. No entanto, para enfrentar a grande concorrência no mercado internacional, grande parte das unidades instaladas no Estado passou por um visível processo de reestruturação produtiva, o que diminuiu o custo de produção e, o que é mais importante, aumentou a produtividade do segmento.

Em 1993, a produção de papel e celulose registrou a segunda maior alta de sua história até aquele período. Com o fechamento de muitas unidades produtoras, devido ao pesado investimento que demandam, a oferta mundial de celulose diminuiu sensivelmente, o que concorreu para a recuperação dos preços. A Bahia foi favorecida com esse cenário. Das

⁵ Segundo a metodologia das Contas Regionais do Brasil, o setor industrial compreende a indústria de transformação, indústria extrativa mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública (SIUP).

361 mil toneladas de celulose produzidas no Estado naquele ano, 306 mil foram destinadas ao mercado internacional.

Já a metalurgia apresentou resultado modesto (crescimento de 1,4% maior em relação a 1992), em decorrência da queda de produção de dois dos seus principais metais: o cobre e o ouro. O cobre enfrentou uma conjuntura nada favorável. Seu preço no mercado internacional caiu de US\$ 3 mil/t para US\$ 1,6 mil/t, o que desestimulou a produção para o mercado externo. A produção de ouro, por sua vez, ficou praticamente estabilizada no patamar do ano anterior, em virtude do declínio da atividade de exploração de jazidas no interior do Estado.

Com relação ao ramo têxtil, sua queda de 8,9% é explicada pela grande seca que castigou a Região Nordeste em 1993, tornando escassas as matérias-primas consumidas pela indústria e elevando os seus custos. Como salientado anteriormente, a indústria têxtil brasileira foi duramente afetada pela concorrência internacional, sobretudo dos mercados asiáticos. Sua estrutura de custos de produção, relativamente mais alta em comparação com esses produtores, repercutiu na redução das vendas. A modernização do parque têxtil baiano e uma maior agressividade do *marketing* para o mercado externo foram algumas das medidas tomadas para reverter esse quadro.

Comércio e comunicações

No comércio, o aumento das vendas de veículos (35,0% maior do que em 1992) praticamente determinou o crescimento de 5,5% da atividade em 1993. O desempenho do segmento de veículos deveu-se, em grande parte, a dois fatores principais: a redução de alguns impostos, acarretando queda dos preços, e a expectativa de mudanças no Plano Econômico vigente à época, o que induziu a população a comprar automóveis como forma de imobilizar seus recursos financeiros disponíveis.

A perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, em decorrência do aumento mais do que proporcional dos preços em relação aos salários, fez com que praticamente todos os demais setores do comércio registrassem quedas nesse ano. As vendas nos supermercados foram reduzidas em mais de 8,0%, declinando também o varejo de combustíveis (-2,8%). Até mesmo o comércio informal diminuiu suas atividades em 5,0%, aproximadamente, evidenciando desorganização da economia pela inflação.

Finalizando esta análise do desempenho da economia baiana em 1993, merece especial destaque o setor de comunicações, que apresentou taxa de crescimento de 9,7%. No período, a empresa estatal que operava na área de telefonia no Estado investiu mais de US\$ 80 milhões na ampliação e melhoria de seus serviços e na implantação de novas tecnologias — a exemplo da telefonia celular móvel —, o que resultou em expressivo crescimento da atividade (10,0%). Em paralelo, os serviços de correios, principalmente aqueles prestados às grandes empresas, cresceram 7,7%, o que concorreu, também, para o bom desempenho do segmento.

O contínuo crescimento da atividade de comunicações fez com que a participação dessa atividade na economia baiana evoluísse de 0,8% em 1985 para 1,8% em 1993.

1994: PLANO REAL ESTIMULA CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA

A economia baiana cresceu 3,6% em 1994, ano em que o governo fez outra intervenção importante na economia, visando a conter o ritmo de crescimento dos preços, que ocasionava sérios desequilíbrios na atividade produtiva e efeitos perversos sobre a capacidade aquisitiva da população. A implementação do Plano de Estabilização Econômica (Plano Real), em julho de 1994, provocou efeitos imediatos sobre o processo inflacionário, cuja desaceleração refletiu-se nos diversos índices que aferem a variação dos preços no País. Na Bahia, o IPC/Salvador calculado pela SEI mostrou variação de 21,8% dos preços em Salvador entre julho e dezembro, um resultado sensivelmente menor do que a inflação acumulada em 1993 (2.709,7%).

Em meio a esse quadro, o PIB da Bahia cresceu 3,6%, mantendo a tendência ascendente que vinha apresentando desde 1992. Responderam por esse bom resultado a indústria de transformação (4,5%) e o comércio (8,3%), este se destacando, pelo segundo ano consecutivo, como um dos setores que mais contribuíram para o crescimento estadual. Além da estabilidade dos preços, suas vendas foram estimuladas pela flexibilização do sistema de crediário e pela melhoria do poder aquisitivo das camadas mais pobres da população, que não tinham acesso a mecanismos de defesas durante o vigor inflacionário e, por esse motivo, ficavam excluídas do mercado consumidor.

Setor industrial

Respondendo por mais de 22,0% do Produto Interno Bruto estadual, a produção industrial cresceu 4,5% no período, atribuindo-se esse resultado aos gêneros químico, sobretudo a produção petroquímica, papel e celulose e têxtil, todos alcançando taxas de crescimento significativas no período.

A produção do gênero químico, que representava mais da metade do Valor Agregado da indústria de transformação baiana, foi beneficiada no período pela alta expressiva dos seus preços no mercado externo, espelhando, também, a ampliação da demanda. Ressalte-se que, com o choque de competitividade provocado pela abertura abrupta e indiscriminada da economia brasileira, o segmento passou a buscar sua reorganização para fazer frente ao novo cenário competitivo.

Resultado ainda mais expressivo obteve a indústria de papel e celulose, (crescimento superior a 27,0%), estimulada pela retomada dos preços no mercado internacional, para onde se destina mais da metade de sua produção.

Já a indústria metalúrgica apresentou crescimento moderado (0,8%), em que pese a

forte valorização dos preços do cobre metálico no mercado externo. Esse comportamento está associado ao corte de investimentos e à parada para manutenção da principal unidade voltada para a transformação de derivados de cobre na Bahia.

Por fim, cabe destacar o resultado da indústria têxtil, que cresceu mais de 11,0% em 1994, após o fraco desempenho do ano anterior. A modernização do parque industrial têxtil, a equiparação dos níveis de qualidade dos produtos baianos aos padrões internacionais e o aumento do consumo interno podem ser apontados como fatos geradores desse resultado. A sobrevalorização cambial no período, que elevou sensivelmente os preços da produção têxtil baiana no mercado internacional e ocasionou queda das exportações, freou o ritmo de crescimento dessa indústria, que poderia ter sido mais expressivo em 1994.

Além da atividade de transformação, a construção civil também sobressaiu em 1994, crescendo 3,7% no período. Esse bom resultado deveu-se, em grande parte, à expansão do mercado imobiliário, que cresceu 56,0% no período estimulado pelo Plano Real.

Agropecuária

A produção agropecuária apresentou os primeiros sinais de reativação já no final do primeiro semestre de 1994, mesmo ainda ressentindo-se das pesadas perdas que sofreu em 1993. Embora esse setor tenha apresentado desempenho modesto (0,6%), alguns cultivos agrícolas foram bem-sucedidos, a exemplo da soja (47,0%), que puxou o resultado dos grãos para aproximadamente 29,0%; do café, que foi beneficiado pelos preços mais altos e teve sua safra ampliada em 107,2%; e do fumo, cujo resultado foi igualmente expressivo (113,8%). Já o cultivo do feijão ressentiu-se da falta de chuvas nas regiões produtoras, o que se refletiu no seu insuficiente resultado produtivo no período (queda de 3,3%).

O cacau, embora se mantivesse na liderança do *ranking* da atividade agrícola no Estado, não conseguiu repetir o bom resultado de 1993, apresentando queda de produção estimada em 2,1%.

Serviços

Pelos resultados expressivos alcançados no ano em apreciação, outras atividades econômicas devem ser destacadas, ainda que tenham pouca representatividade na estrutura da economia estadual. Citam-se como exemplos, alojamento/alimentação e comunicações, ambas evoluindo satisfatoriamente em 1994 (7,6% e 18,7%, respectivamente). O bom desempenho do segmento de alojamento e alimentação deveu-se ao expressivo resultado da hotelaria no período. Segundo informações da Secretaria da Cultura e Turismo, em 1994 aportaram na Bahia 2,5 milhões de turistas, atraídos pela exuberância do litoral baiano.

1995: AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA

O PIB da Bahia cresceu 1,0% em 1995, taxa que pode parecer modesta à primeira vista. No entanto, adquire maior relevância pelo fato de a base de comparação ter sido o ano de 1994, quando a economia estadual havia crescido 4,0%, aproximadamente.

A desaceleração do ritmo de crescimento do PIB estadual em 1995 reflete a política macroeconômica restritiva implementada pelo governo federal para assegurar a estabilidade dos preços no País naquele ano, somando-se a esse condicionante o fraco desempenho do setor agrícola, ocasionado pela crise que enfrenta a lavoura cacaueteira por longo período e que levou a agricultura do Estado a apresentar um dos seus piores resultados, até então.

Sedimentada na produção de bens intermediários (notadamente os petroquímicos) de alto valor agregado, a estrutura industrial baiana ressentiu-se da ausência de maior diversificação, o que a tornava mais vulnerável aos movimentos da indústria produtora de bens finais com sede no Centro-Sul do País.

Considerando a limitada capacidade de investimento do Estado e os requerimentos do padrão de desenvolvimento econômico vigente em escala mundial — em que as vantagens competitivas se tornam em elemento catalisador das inversões —, o governo estadual vinha traçando estratégias que previam uma participação mais efetiva do setor privado na economia baiana, sobretudo em áreas onde os investimentos públicos ainda não produziam os resultados desejados.

As suas ações direcionavam-se, sobretudo, para a criação de oportunidades atrativas para empreendedores em diferentes ramos de atividade, o que já se fazia refletir no volume de desembolsos previsto para a Bahia.

Depois dos resultados expressivos de 1993 e 1994 (5,5% e 8,3%, respectivamente), o comércio estadual cresceu em ritmo mais lento (1,4%) em 1995, em função das austeras medidas de contenção da demanda agregada implementadas pelo governo.

A relativa estabilidade dos preços dos alimentos, especialmente se cotejados com aqueles em vigência no passado recente, foi facilitando o acesso do contingente de baixa renda ao mercado consumidor, provocando elevação substantiva das vendas do segmento supermercadista. O crescimento de 11,9% alcançado nesse ano foi considerado o seu melhor resultado da década de 1990.

Embora com menor intensidade, a comercialização de combustíveis evoluiu em ritmo também satisfatório (7,3%).

Já a indústria de transformação cresceu moderadamente (1,0%) no período, ficando a sua produção praticamente estabilizada no patamar de 1994. Esse resultado interrompeu uma seqüência de três anos consecutivos de expansão (4,2%, 6,4%, 4,5% em 1992, 1993 e 1994, respectivamente). Fortemente concentrada em poucos gêneros e fracamente vinculada à demanda local, a atividade de transformação na Bahia permanecia tendo no Centro-Sul o seu

principal mercado, onde se localizam as grandes unidades produtoras de bens finais.

O prolongamento dos efeitos do Plano Real sobre as vendas em seu primeiro ano de vigência estimulou o crescimento da produção nas unidades petroquímicas, elevando os níveis de estoques existentes no período e inviabilizando aumentos de produção já nos três últimos meses de 1995, quando a demanda foi estimulada pela flexibilização das medidas restritivas ao consumo. Como decorrência, o gênero químico cresceu apenas 0,3%.

Enquanto a produção química manteve-se praticamente inalterada em relação a 1994, outros gêneros industriais importantes apresentaram resultados negativos — a exemplo da metalurgia (-4,9%) e dos produtos alimentares (-0,6%) —, influenciando a queda do nível de atividade da indústria de transformação no Estado.

A produção agropecuária apresentou retração de 1,5% no período, em virtude principalmente do resultado negativo da agricultura (-5,4%), que nesse ano foi considerado um dos mais fracos em relação aos demais setores produtivos da Bahia. Com os seus preços deprimidos há quase uma década, a atividade agrícola vinha sendo duramente afetada pelas medidas implementadas no período de vigência do plano de estabilização econômica. Às condições climáticas desfavoráveis às lavouras no Estado, associava-se à longa crise que já vinha enfrentando a cacauicultura, refletida na queda paulatina de sua produção, que em 1995 atingiu 9,4%.

As estatísticas fornecidas pelos organismos vinculados ao cultivo confirmam os números divulgados pela CEPLAC — o principal responsável pelo gerenciamento da lavoura —, que apontam redução de mais de um milhão de sacas de cacau em relação a 1994.

Segundo a Comissão de Comércio de Cacau do Brasil, com a redução da safra em 1995, os processadores foram obrigados a importar amêndoas e diversos subprodutos, como liquor e manteiga, para suprir a demanda da indústria chocolateira instalada no País.

Ressentindo-se das condições climáticas adversas, outras lavouras importantes do Estado também apresentaram queda de produção em 1995, a exemplo do milho (-5,0%), feijão (-17,2%) e café (-32,1%).

Em meio a esses resultados negativos, surpreendeu o bom desempenho da soja (22,8%), cultura que vinha atingindo níveis de produção e de produtividade elevados e já ocupava posição de destaque na estrutura agrícola do Estado. Resultados igualmente expressivos foram alcançados pela cana-de-açúcar (13,3%), batata inglesa (18,6%) e arroz (47,7%).

Os serviços industriais de utilidade pública, que compreendem as atividades de produção e distribuição de eletricidade, água e utilidades, apresentaram declínio de 9,9% em 1995. Essa queda está associada ao resultado acentuadamente negativo do setor elétrico (-13,2%). Com a entrada em funcionamento da usina de Xingó (Alagoas) e a conseqüente redistribuição de carga, a parcela de energia gerada no território baiano sofreu redução, embora a produção do sistema CHESF como um todo tenha aumentado no período.

Finalizando, merecem especial destaque em 1995 as atividades de comunicações e constru-

ção civil, que no período foram beneficiados pelos investimentos realizados pelos governos federal e estadual em obras de infra-estrutura, crescendo 16,9% e 3,3%, respectivamente.

1996: INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E COMÉRCIO IMPULSIONAM ATIVIDADE ECONÔMICA NA BAHIA

Em 1996, o PIB da Bahia cresceu 2,7%, confirmando prognósticos veiculados pela SEI no mês de dezembro de 1995. Com esse resultado, o PIB estadual, em valores correntes, atingiu R\$ 32,9 bilhões. No mesmo período, o PIB *per capita* do Estado aumentou 1,6%.

Pelo bom desempenho que apresentaram, o comércio e a indústria de transformação foram os destaques de 1995. O comércio cresceu 6,4%, assumindo a liderança do crescimento estadual depois de ter declinado no ano anterior. Já a indústria de transformação elevou o seu patamar produtivo em 6,0%, associando-se tal resultado ao aumento da produção no ramo metalúrgico.

O comportamento da taxa de crescimento foi positivo na maioria das atividades que integram a estrutura econômica do Estado em 1996, sobressaindo a agropecuária que, revertendo a tendência esboçada no ano anterior, cresceu 2,9% no período. Esse resultado espelha o avanço da produção pecuária (40,0%), sugerindo o aumento dos níveis de consumo de carne e de outros derivados da produção animal no Estado. Os indicadores de desempenho da pecuária vêm evidenciando o seu crescimento desde a implantação do Plano Real, sugerindo que a estabilização dos preços provocou aumento da capacidade aquisitiva da população, sobretudo daquela parcela que permanecia à margem do mercado.

Esse bom desempenho não se repetiu na agricultura, que apresentou declínio de 6,8%, em que pese os resultados positivos de importantes lavouras, a exemplo do feijão (28,1%), milho (9,6%) e laranja (5,7%).

Observa-se que em 1996 a queda da produção agrícola no Estado foi generalizada, notadamente de cultivos como o arroz (-40,1%), o algodão (-32,0%) e a mandioca (-3,6%). No entanto, o declínio da agricultura associa-se mais diretamente aos resultados negativos de três produtos que têm participação expressiva na estrutura do setor no Estado: a soja (-34,0%), o café (-24,6%) e o cacau (17,1%). O comportamento descendente da soja foi ocasionado pela restrição do crédito agrícola para o plantio, refletindo também os baixos preços do cultivo em importantes mercados e a ausência de chuvas nas regiões produtoras à época de floração do grão. Já o resultado do café frustrou as expectativas mais otimistas que convergiam para uma retomada dos níveis de produção de anos anteriores, valendo lembrar que a retração deste cultivo se deu numa conjuntura favorável, quando os seus preços estavam elevados no mercado internacional em decorrência do baixo nível de estoques nos Países produtores e da elevação da demanda.

Atravessando longa e permanente crise, que reduziu sensivelmente os seus níveis de produção e produtividade, em 1996, a lavoura cacaeira apresentou resultado negativo, mais uma vez, deprimindo o Valor Bruto da Produção Agrícola por sua expressiva contribuição para o agregado.

Tabela 14
Ranking dos 10 principais produtos agrícolas
Bahia: 1996

Produtos	Estrutura (%)
Cacau	15,0
Feijão	10,4
Mandioca	8,0
Coco-da-baía	7,7
Banana	7,5
Milho	6,9
Cana-de-açúcar	6,1
Café	5,6
Soja	4,6
Tomate	4,3

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE)

A indústria de transformação cresceu 6,0%. Esse resultado foi da maior importância para o crescimento econômico estadual, visto que o setor participa com mais de 20,0% do PIB da Bahia. Três atividades industriais responderam por esse bom desempenho: a química (3,1%) — responsável por cerca de metade do produto industrial; a metalurgia (26,4%) e o ramo material elétrico e de comunicações (26,2%). O excelente desempenho da produção metalúrgica reflete o processo de reestruturação a que foram submetidas suas principais plantas, especialmente depois da mudança do controle acionário de uma importante unidade do setor siderúrgico.

Entre as atividades industriais que declinaram em 1995, sobressai a indústria têxtil (7,7%), atribuindo-se tal comportamento à perda de competitividade do ramo no mercado internacional, atualmente dominado pelos tigres asiáticos.

Pelo terceiro ano consecutivo a indústria extrativa mineral exibiu resultado negativo (6,3%), residindo a causa deste comportamento no declínio da atividade de extração de petróleo no Estado, que participa com mais de 60,0% em sua estrutura.

Refletindo o maior dinamismo do transporte rodoviário de cargas (11,9%) em 1995, solidamente atrelado ao comportamento da economia estadual, o segmento de transportes e armazenagem apresentou crescimento surpreendente no período (12,0%).

Já o resultado do segmento de alojamento e alimentação foi inferior ao de 1995 em 3,4%. A julgar pelos resultados positivos que alcançou por cinco anos ininterruptos, a atividade ressentiu-se da redução do fluxo turístico interno no período, quando a estabilidade da moeda e a paridade cambial facilitaram sobremodo o deslocamento de brasileiros para o exterior. A retração da atividade alojamento foi expressiva em 1996 (superior a 7,0%).

1997: AGROPECUÁRIA LIDERA EXPRESSIVO CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA

A economia baiana cresceu 6,6% no ano de 1997. Com esse resultado, o PIB estadual

alcançou o sexto ano de expansão ininterrupta, acumulando crescimento real superior a 18,0% no período, segundo estimativas da SEI.

Além de ser o melhor resultado da década passada, o crescimento de 1997 evidencia a capacidade de resposta da economia baiana aos pesados investimentos que vem realizando o governo estadual, com o intuito de promover maior diversificação da base produtiva do Estado.

A expansão do PIB da Bahia no período refletiu basicamente o crescimento da produção agropecuária — que apresentou nesse ano o melhor resultado da década (12,3%) — e da indústria de transformação (1,7%) que, mesmo crescendo em ritmo mais lento, influenciou o resultado global do Estado pelo elevado peso que tem em sua estrutura econômica. O comércio seguiu a mesma tendência ascendente, registrando mais uma vez incremento expressivo (4,4%).

Tabela 15
Taxa de crescimento das principais atividades econômicas - Bahia e Brasil: 1997

Atividades	Bahia (%)	Brasil (%)
Agropecuária	12,3	1,8
Indústria de Transformação	1,7	5,7
Indústria Extrativa	-5,9	7,3
Comércio	4,4	2,1
Construção	21,5	7,5
Comunicações	19,8	5
PIB	6,6	3,3

Fonte: SEI/IBGE

O bom desempenho da Agropecuária recebeu forte contribuição da agricultura, cujo crescimento foi da ordem de 18% em 1997, beneficiada por uma conjunção de fatores, destacando-se as condições climáticas favoráveis, a desoneração das exportações de produtos agrícolas (com a retirada do ICMS) e a melhoria dos preços internacionais das principais *commodities*. A safra de grãos superou a do ano anterior em cerca de 44,5%, em virtude, sobretudo, dos bons resultados de cultivos como feijão (47,0%), soja (44,7%), milho (44,1%), cana-de-açúcar (12,5%), café (12,3%) e mandioca (3,7%).

Aumento igualmente expressivo apresentou a produção de cacau, alcançando 10,4% nesse ano, segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE). Não obstante as condições adversas que vinha enfrentando, agravadas pela quebra de safra e pelo atraso na liberação dos recursos para investimento e custeio, essa cultura figurou, ainda, com destaque no *ranking* da produção agrícola do Estado.

A persistente alta das *commodities* agrícolas e a nova dimensão do mercado mundial de alimentos abriram novas perspectivas para o Estado, com repercussões sobre o desempenho das exportações. Importa ressaltar os efeitos da expansão da fruticultura, que passou a incorporar tecnologia das mais avançadas ao seu processo produtivo e, desde os anos 1980, vem sustentando a posição de destaque que a Bahia mantém na Região Nordeste.

Nos anos mais recentes, produtos da fruticultura baiana passaram a ter peso destacado na pauta de exportação do Estado.

Acompanhando a tendência observada em nível nacional, a indústria baiana de transformação encerrou o ano com resultado satisfatório, crescendo 1,7% sobre 1996, em virtude do bom desempenho do gênero químico (6,1%), que exerceu forte influência nessa taxa pelo peso preponderante que tem na estrutura industrial baiana.

Mas o crescimento da indústria do Estado em 1997 foi favorecido, também, pelo expressivo aumento da produção de papel e papelão (9,1%) que, desde o final de 1996, se beneficia da elevada cotação dos seus preços no mercado internacional, para onde destina a maior parcela de sua produção. Em 1997, as vendas de celulose para o exterior foram ampliadas em cerca de 40,0%, elevando o posicionamento dessa indústria na pauta de exportação do Estado.

Desempenho equivalente apresentou a produção do gênero têxtil, crescendo 9,1% após o fraco desempenho do ano anterior (- 7,7%).

Já o resultado da metalurgia foi inexpressivo no período (0,1%), evidenciando que o volume produzido por essa indústria ficou praticamente estabilizado no nível do ano anterior, quando a metalurgia experimentou forte expansão, ocasionada pelo processo de reestruturação a que foram submetidas suas principais plantas.

Os demais gêneros industriais não lograram resultados favoráveis em 1997, conforme mostram os dados da Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física, do IBGE. Entre esses, sobressai o de produtos alimentares, cujo volume físico registrou decréscimo de 9,1% em oposição ao desempenho favorável do ano anterior.

A atividade comercial cresceu mais de 4,0% em 1997. Observado pelo quinto ano consecutivo, esse resultado positivo espelhou a conjuntura econômica favorável, com a moeda do País estabilizada e o sistema de crediário facilitando o acesso das camadas mais pobres da população ao mercado consumidor. Essa conjuntura beneficiou particularmente o segmento de veículos, cujas vendas cresceram 8,8% no período.

Mas, apesar de positivo, o resultado do comércio em 1997 ficou aquém das expectativas, com o movimento de vendas apenas acompanhando a média dos últimos quatro anos, influenciada particularmente pelo crescimento nos períodos sazonais, quando o nível de atividade do varejo atinge o seu ápice.

Alcançando os resultados mais expressivos de todas as atividades que conformam a estrutura do PIB, a construção civil e o segmento de comunicações foram destaques em 1997, crescendo 21,5% e 19,8%, respectivamente. Marcando o início do processo de concessão desses serviços no País, a privatização da banda B da telefonia celular nesse ano deu grande estímulo às telecomunicações, o mesmo acontecendo com a telefonia fixa e a ampliação dos terminais telefônicos no interior do Estado.

Já a construção civil foi beneficiada, em grande parte, pelos importantes investimentos públicos e privados realizados na Bahia, a exemplo da duplicação de estradas estaduais (linha verde); obras de infra-estrutura em áreas vocacionadas para a indústria (pólo calçadista); construção de aeroportos em cidades turísticas e o início das obras do complexo Sauípe, além de investimentos canalizados para a ampliação da rede hoteleira de importantes municípios turísticos do interior e para o Programa Bahia Azul.

1998: INSTABILIDADES NO CENÁRIO INTERNACIONAL ARREFECEM O RITMO DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA

As condições que enfrentou a economia brasileira em 1998 foram distintas de períodos anteriores. O aprofundamento da crise financeira mundial, com o desequilíbrio das economias da Ásia, em outubro de 1997, e da Rússia, no segundo semestre de 1998, ocasionou a fuga de capitais e pressão sobre a taxa de câmbio, levando o governo federal a orientar a política macroeconômica do País para conter a evasão de divisas, bem como equilibrar as contas externas diante dos recorrentes *déficits* em transações correntes.

Assistiu-se, também nesse período, ao gradual processo de esgotamento dos efeitos benéficos do Plano Real sobre o poder de compra de grande parte da população, associado principalmente ao limite da capacidade de endividamento das famílias. Em meio a esse cenário, acompanhando a tendência nacional, o ritmo de crescimento econômico do Estado perdeu aceleração, o que se refletiu no resultado mais modesto do PIB da Bahia em 1998 (1,7%).

Essa taxa, no entanto, adquire maior relevância quando se considera que em 1997 o Estado alcançou um dos resultados mais expressivos do País (6,6%), favorecendo o expressivo crescimento acumulado do agregado no período 1992-1998 (cerca de 20,0%).

A indústria de transformação foi o principal destaque em 1998, registrando crescimento de 6,3%. Com esse resultado, a Bahia alcançou a quarta posição no *ranking* do País, superada apenas pelo Mato Grosso (8,0%), Acre (7,7%) e o Distrito Federal (7,7%).

O dinamismo industrial baiano no ano em exame foi sustentado, basicamente, pelo segmento químico (crescimento de 10,0%), que tem a participação mais expressiva na estrutura do setor. Uma parte significativa dessa expansão resulta do aumento da produção de derivados de petróleo, em decorrência da ampliação da refinaria Landulpho Alves.

Mas não apenas o segmento químico respondeu pelo bom desempenho do setor industrial baiano em 1998. O ramo metalúrgico também exerceu influência nesse resultado, depois de crescer mais de 13,0%, estimulado pelo aumento da produção de vergalhões, cobre e alumínio em lingotes.

Pelo resultado expressivo que alcançou, merece destaque também o segmento de transformação de produtos minerais não metálicos (26,7%).

Em contraposição a esses desempenhos favoráveis, quatro ramos industriais apresentaram queda nos níveis de produção no período: o têxtil (-42,8%) — refletindo o declínio da fabricação de tecidos impermeáveis e algodão em pluma; papel e papelão (-22,6%) — ocasionado pelos baixos preços vigentes no mercado internacional; perfumaria, sabões e velas (-16,3%) e bebidas (-8,3%), estes últimos sofrendo declínios de produção sucessivos desde 1996.

Depois de evoluir positivamente por três anos consecutivos sob o estímulo do Plano Real, o comércio baiano passou a perder dinamismo, tal como observado em todo o País. Por ser muito suscetível às oscilações da política macroeconômica, a atividade encerrou o ano na Bahia com o pior resultado da década (retração de 5,8%), espelhando o recrudescimento das medidas de contenção da demanda interna, implementadas mais recentemente pelo governo federal no bojo dos ajustes negociados com o FMI.

Observa-se que alguns ramos do comércio foram mais afetados, a exemplo dos bens de consumo duráveis e semiduráveis. Com os juros mantidos em patamares sensivelmente elevados, as vendas nesse segmento experimentaram forte desaceleração, em face do seu forte condicionamento ao sistema de crediário. Foi o que aconteceu com o comércio de veículos, que em 1998 vendeu 24,0% menos do que no ano anterior.

Entretanto, a julgar pelo resultado do ramo supermercadista no período (crescimento de 1,6%), o impacto das medidas econômica sobre o seu desempenho parece ter sido menor. Evoluindo positivamente, embora em ritmo mais lento, as vendas nestes estabelecimentos acabaram contribuindo para atenuar o resultado negativo do comércio, considerando-se que representam mais de 20,0% das receitas do setor.

Já a produção agropecuária não logrou bons resultados em 1998, decrescendo 5,5% em virtude da queda da produção agrícola (-10,2) que, fortemente condicionada às variações climáticas, não resistiu aos efeitos provocados pelo fenômeno *El Niño*. Diversas lavouras foram atingidas pela seca na maioria dos municípios baianos, a exemplo do feijão (-53,2%), milho (-40,6%), mamona (-86,0%), algodão herbáceo (-49,6%) e café (-19,9%). Resistindo aos rigores climáticos, outras culturas, no entanto, apresentaram bons resultados, citando-se como exemplos a pimenta-do-reino (13,4%), soja (17,2%), coco-da-baía (12,2%), cebola (8,0%) e abacaxi (33,6%). À exceção da soja e do coco-da-baía, pela reduzida participação que têm no Valor da Produção Agrícola, os demais cultivos exerceram pouca influência no seu resultado.

Pelo bom desempenho que apresentaram, a despeito da instabilidade climática, dois cultivos tradicionais foram merecedores de realce: a cana-de-açúcar, com expansão de 7,0%, e o cacau que, estimulado pela elevação dos seus preços no mercado internacional, apresentou bom desempenho no período (4,2%), depois de acumular perdas sucessivas.

No âmbito dos serviços, sobressaíram os bons desempenhos de dois segmentos: o de alojamento e alimentação, que se recuperou após dois anos ininterruptos de fracos resultados, refletindo, possivelmente, a conjuntura nacional favorável ao incremento do ramo

alimentação no Estado (cerca de 19,0%) e o de comunicações, que manteve a tendência do ano anterior. Objeto de expressivos investimentos, em 1998 esse serviço alcançou o seu melhor resultado (23,6%) desde 1980. Como consequência, cresceu surpreendentemente o número de terminais em serviços implantados pela empresa de telefonia no interior, confirmando os dados da ANATEL, segundo a qual, os investimentos realizados na Bahia na expansão da telefonia fixa superaram a marca de US\$ 1 bilhão. Ademais, o acirramento da concorrência na área da telefonia móvel vem contribuindo visivelmente para baratear o custo desse serviço, incentivando o aumento do seu consumo.

1999: INCERTEZAS NO CENÁRIO NACIONAL REPERCUTEM NAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO BRASIL E DA BAHIA

A evolução da economia brasileira em 1999 foi condicionada basicamente pela mudança do regime cambial. Em janeiro daquele ano, o regime de câmbio fixo foi substituído pelo câmbio flutuante, gerando dúvidas quanto à influência dessa mudança sobre o comportamento da inflação, até então mantida em patamares aceitáveis. As expectativas de que o nível de atividade econômica apresentaria queda entre 3,0% e 4,0% não se confirmaram. O PIB brasileiro registrou leve crescimento de 0,8% em 1999, sustentado, principalmente, pelo desempenho positivo do setor agropecuário (7,4%).

A Bahia apresentou indicadores mais positivos no período, embora enfrentasse problemas similares aos que abalaram a economia nacional. Segundo cálculos da SEI, o PIB do Estado cresceu 2,2% em 1999. Como consequência desse resultado, o PIB *per capita* apresentou variação real positiva de 1,6%, atingindo o seu valor nominal R\$ 3.230,00.

O exame do desempenho setorial da economia baiana revela que a indústria de transformação e a construção civil lograram resultados positivos em 1999, evoluindo 1,3% e 6,1%, respectivamente, o mesmo se verificando na agropecuária, cuja expansão de 2,2% decorreu do aumento da safra de grãos, e na atividade alojamento e alimentação, que manteve a tendência ascendente dos últimos anos (6,4%) estimulada, sobretudo, pela ampliação do fluxo turístico no Estado.

Em 1999, apenas dois setores econômicos na Bahia apresentaram variação negativa: os serviços industriais de utilidade pública (-2,7%) e a indústria extrativa mineral (-7,7%).

Setor agropecuário

O crescimento da agropecuária baiana em 1999 resultou da ação de um conjunto de fatores positivos, destacando-se as condições climáticas favoráveis e a repercussão da mudança do regime cambial sobre a competitividade externa dos produtos agrícolas. No entanto, essa mudança não tem efeito imediato sobre o aumento das vendas externas, o que leva algum tempo, pelo menos até o término dos contratos estabelecidos durante o

regime de câmbio anterior e a realização de novos contratos com base em novas taxas, mais desvalorizadas. Ainda assim, não se pode desprezar o impacto dessa medida sobre as expectativas dos produtores e, por conseguinte, sobre suas decisões de investimento.

Além do estímulo da mudança na política cambial, a expansão das áreas irrigadas e a adoção de técnicas modernas de cultivo em várias regiões do Estado, notadamente no Oeste e no Médio São Francisco, também contribuíram positivamente para o bom desempenho agrícola. É importante lembrar que as mudanças no ambiente competitivo, determinadas, sobretudo, pela abertura comercial no início da década, impuseram a necessidade de reorganização da atividade, o que se fez com o incremento substancial do uso de novas tecnologias. A utilização de técnicas modernas em algumas regiões produtoras do Estado corrobora a idéia de que no Brasil dos anos 1990 realiza-se um processo de modernização e mecanização de maior amplitude em relação àquele dos anos 1970, que se concentrou apenas nas Regiões Sul e Sudeste do País.

A produção de grãos na Bahia ficou próxima de 2,5 milhões de toneladas, crescendo 18,5% sobre o ano anterior. Responderam por esse incremento os cultivos de feijão e milho. Alcançando 348 mil toneladas, a produção de feijão aumentou 57,8% no período, favorecida pelo excelente resultado (261,0%) da primeira safra (safra de verão). Já o volume produzido de milho cresceu 41,3%, somando 895 mil toneladas. A recuperação de alguns produtos tradicionais foi uma outra tendência positiva que apresentou a agricultura baiana em 1999, destacando-se o resultado do cultivo de mandioca, que nesse ano superou a marca de 3 mil toneladas, correspondendo a um crescimento de 9,3%.

Mas este bom desempenho da agricultura não se repetiu na produção pecuária. Afetada pela seca que castigou boa parte das regiões produtoras e ocasionou queda de produção generalizada no Estado, a atividade declinou 1,5%.

Setor industrial

O setor industrial registrou crescimento de 2,1% em 1999, um desempenho considerado pouco satisfatório se comparado com os anos anteriores. Para esse resultado foi importante a contribuição da construção civil, que nesse ano cresceu 6,1%.

Embora evoluindo em ritmo mais lento (1,3%), a indústria de transformação acompanhou este movimento ascendente, impulsionada, sobretudo, pelo desempenho positivo da produção química (cerca de 3,0%). A desvalorização cambial do período favoreceu o resultado desse gênero, elevando sua competitividade no mercado externo.

Contabilizando mais um resultado positivo, a indústria de papel e celulose cresceu 9,5% em 1999, ainda sob o estímulo da alta cotação dos seus preços no mercado internacional, em franca expansão desde 1996.

O mesmo impulso recebeu a produção metalúrgica, cujo crescimento de 8,9%, deveu-se principalmente à alta dos preços externos do cobre, o produto mais representativo de sua

estrutura. O resultado desse esforço produtivo da metalurgia está refletido no crescimento das exportações, que nesse ano alcançou 23,7%.⁶

Já a performance da indústria extrativa não foi favorável, conforme se pode inferir do resultado negativo (-7,7%) da produção física da atividade no período. Essa taxa espelhou o declínio da extração de petróleo em 1999, segmento que responde por mais de 90,0% da produção do setor no Estado.

Construção civil

O crescimento da construção civil, uma das atividades econômicas de maior relevo na estrutura do PIB da Bahia, associa-se em grande medida à implementação de infraestrutura em centros de lazer, entretenimento e turismo na Grande Salvador, assim como às obras do Complexo Sauípe e de construção e duplicação de aeroportos em áreas turísticas do Estado. Não menos importante é o impulso que a atividade vem recebendo do pólo calçadista recém-implantado no interior da Bahia, considerando-se os pesados investimentos em implantação de infra-estrutura que demandam as áreas industriais.

Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)

A queda do nível de atividade dos serviços industriais de utilidade pública em 1999 resultou do fraco desempenho (-4,8%) do setor elétrico,⁷ sobretudo do segmento de geração de energia, cujo declínio foi visivelmente acentuado no período (-10,0%). Esse resultado refletiu a queda de produção nas usinas de Paulo Afonso e Sobradinho, estimada em 7,9% e 21,2%, respectivamente, uma vez que as duas unidades respondem por quase 98% do total de energia gerado no Estado. Já o declínio na área de distribuição foi bem mais leve (-0,4%), indicando que a oferta desse serviço ficou praticamente estabilizada no patamar do ano anterior.

Com relação ao setor serviços, destacaram-se em 1999 o comércio, que experimentou leve recuperação nesse ano, e o segmento de alojamento/alimentação.

Comércio

Mesmo recebendo importante contribuição do segmento dos autônomos, cujas vendas cresceram 8,9%, a atividade comercial evoluiu modestamente (0,4%) em 1999, não conseguindo compensar a acentuada queda (-5,8%) do seu nível de atividade no ano anterior.

Em meio aos desempenhos negativos dos seus diversos ramos, o comércio de alimentos/

⁶ Em 1999, a participação do gênero metalúrgico no total das exportações baianas foi de 11,0%, aproximadamente.

⁷ Além do setor elétrico, o SIUP engloba as atividades de água e saneamento. Entretanto, em termos de participação, o setor elétrico é o mais relevante, compreendendo cerca de 70,0% da estrutura desses serviços.

bebidas e fumo cresceu 3,4%, sendo o grande responsável pelo resultado positivo da atividade no ano. Convém lembrar que o fechamento de grandes lojas de departamento e pequenos supermercados na Bahia afetou sensivelmente o desempenho do segmento varejista na Bahia em 1999, acentuando os efeitos perversos da crise econômica sobre a atividade. Tal crise pode ser caracterizada por elevado nível de endividamento e inadimplência da população, estagnação salarial, aumento do desemprego e altas taxas de juros. Como se sabe, a atividade comercial é, particularmente, vulnerável às alterações da política macroeconômica, que no período foi direcionada mais uma vez para a contenção dos níveis de demanda agregada.

Alojamento/alimentação

Espelhando a ampliação do fluxo turístico na Bahia, em 1999 a atividade de alojamento/alimentação cresceu 6,4%. Conforme mostram as estatísticas da Bahiatursa, o número de hóspedes nos meios de hospedagem classificados da Bahia aumentou 20,0% em 1999, crescendo também a taxa de permanência média destes visitantes (10,0%). Esse bom resultado refletiu a aceleração do movimento turístico em períodos de baixa estação, refletido na elevada média de ocupação dos leitos hoteleiros, que superou o resultado de 1998. Ainda de acordo com a Bahiatursa, em 1999 a Bahia recebeu cerca de 48,0% do total de estrangeiros que chegou ao Nordeste, participando com 15,0% desse fluxo em nível do País.

Creditam-se estes bons resultados à desvalorização cambial, que atraiu turistas estrangeiros para o País e desestimulou as saídas de brasileiros, redirecionando uma parcela desse fluxo para o mercado doméstico. Esta conjuntura foi particularmente benéfica para a Bahia, favorecida por eventos que ampliam sua oferta na alta estação, a exemplo do carnaval e do "prolongado" verão baiano que atrai turistas de todas as partes do mundo. Ademais, a atividade conta a seu favor com incentivos institucionais e logísticos direcionados para o chamado "turismo de negócios", concedidos na Bahia desde 1999.

Representando aproximadamente 31,0% do setor em exame, o segmento de alimentação cresceu moderadamente no período analisado (1,1%), mesmo sendo estimulado pela conjuntura favorável do País e pela expansão do movimento turístico no Estado.

2000: AGROPECUÁRIA E COMÉRCIO IMPULSIONAM A ECONOMIA BAIANA

Após dois anos de expansão moderada, no ano 2000 a economia brasileira retomou o seu ritmo de crescimento (4,4%), passado o período de turbulência que desestabilizou a política cambial do País. Uma parte considerável desse resultado foi sustentada pelo crescimento industrial (4,8%), influenciado pelo expressivo desempenho da indústria de transformação (6,2%), que nesse ano respondeu por mais de 25,0% do total da riqueza gerada no País.

De acordo com o IBGE, o crescimento da economia nacional no período foi alavancado

pelo consumo de bens duráveis e semiduráveis, que respondem por dois terços do incremento do PIB, cujo resultado se deveu à redução das taxas de juros internas — ainda mantidas em patamar elevado —, à expansão do crédito e à melhoria das expectativas dos consumidores.

No que tange à economia baiana no ano 2000 o PIB da Bahia cresceu 3,9%, resultado que se aproxima da expansão nacional. Como conseqüência, o PIB *per capita* aumentou 2,9%, atingindo R\$ 3.665,81 nesse ano. O desempenho econômico da Bahia no período recebeu forte contribuição da agropecuária e do comércio, ambos crescendo 22,4% e 4,7%, respectivamente, uma vez que a indústria de transformação, isoladamente o setor de maior peso (25,6%) na estrutura da economia estadual, apresentou queda de 2,6%, influenciando negativamente o resultado do Produto. Esse fraco desempenho industrial inverte a tendência dos últimos anos, quando o seu dinamismo sustentou o crescimento econômico da Bahia.

Agropecuária

O resultado expressivo de 22,4% da produção agropecuária no ano 2000 deveu-se à importante contribuição da agricultura, que nesse ano alcançou 18,8%. Vários fatores concorreram para esse desempenho, destacando-se as condições pluviométricas favoráveis, à diferença do que ocorreu em outras regiões do País, e a elevação dos preços de algumas *commodities* agrícolas no mercado externo.

A safra de grãos superou o resultado do ano anterior em cerca de 44,0%, refletindo, sobretudo, o aumento da produção de milho (47,6%), feijão (54,8%), soja (31,1%) e algodão (164,6%), produtos de alta relevância na estrutura agrícola do Estado. O elevado incremento da produção de feijão decorreu da melhoria das técnicas agrícolas empregadas (especialmente a ampliação das áreas irrigadas), o que contribuiu para elevar o rendimento médio da cultura. Outros cultivos mereceram destaque, a exemplo da batata inglesa (77,9%); uva (46,0%); mandioca (31,5%), que ocupa posição privilegiada no *ranking* da produção agrícola baiana, e café (10,0%). A mandioca expandiu-se ocupando, gradativamente, as áreas antes destinadas à cultura fumageira, em virtude do aprofundamento da crise que atravessa esse cultivo no Estado e, especialmente, do baixo custo que envolve esse processo.

O aumento da área plantada (8,3%) e os preços mais baixos do hectare de terra na Bahia, comparativamente a outras regiões do País, estimularam o crescimento de 30,0% da produção de soja no ano 2000, quando a cultura se posicionou como a terceira maior lavoura do Estado em termos de Valor Bruto da Produção, alcançando rendimento médio de 2.400 kg/ha.

Já o cacau reduziu sua produção em cerca de 14,0% no período, embora ainda figure como a principal lavoura da agricultura estadual e por isso mesmo tenha impedido que o resultado da agrícola fosse mais expressivo. Residem as causas deste fraco desempenho

na disseminação da praga “vassoura de bruxa” em toda a região cacauceira e na redução dos programas agrícolas de incentivo à exportação desta importante *commodity*. Para os próximos anos, os cacauicultores esperam obter melhores resultados, contando com o aumento da produção clonada e dos preços no mercado internacional.

A pecuária apresentou incremento de 33,7%, decorrente em sua maior parte do bom desempenho da produção bovina (37,0%). O resultado da pesca (6,9%) também foi favorável no ano 2000. Já a produção extrativa vegetal apresentou queda de 10,8%, pouco influenciando o resultado agropecuário em virtude do reduzido peso (0,4%) que tem na sua estrutura.

Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)

Os serviços industriais de utilidade pública englobam as atividades de geração e consumo de energia, além de água e saneamento. No ano 2000, a atividade cresceu 7,8%. Participando com aproximadamente 70,0% nesta estrutura, o segmento elétrico registrou incremento de 7,1%, observando-se variações positivas tanto na geração quanto no consumo deste serviço. Segundo a ANEEL, o volume de energia gerado no estado cresceu 14,0% no ano 2000, atingindo 17.446.263 Mwh a quantidade consumida, um resultado superior em 7,1% ao do ano de 1999. Quanto à distribuição setorial, observa-se que o aumento mais expressivo do consumo se verificou na área comercial (13,0%), seguida da industrial (7,4%) e residencial (7,3%). Nas demais classes, a demanda por energia elétrica cresceu moderadamente (0,6%).

Embora represente a menor parcela do Valor Agregado gerado no âmbito dos serviços industriais de utilidade pública, pela expressividade do seu resultado (8,1%) o segmento de água e saneamento exerceu alguma influência na formação da taxa de crescimento da atividade.

Indústria de transformação

Contrariando a tendência observada no País, a produção industrial baiana registrou queda de 2,6% no ano 2000, ocasionada, sobretudo pelo fraco desempenho do gênero químico (-6,1%). Uma parada de emergência para manutenção em uma das unidades da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) em Mataripe interrompeu por cerca de dois meses a produção de derivados de petróleo no segundo semestre, o mesmo ocorrendo na COPENE, principal indústria química da Bahia, levando esta empresa a reduzir o fornecimento de eteno, insumo básico para a produção em outras unidades do Pólo de Camaçari. Tais ocorrências explicam a queda de produção do gênero químico.

Já a indústria metalúrgica cresceu estimulada pelas condições favoráveis ao cobre no mercado internacional. Com os estoques do metal mantidos em níveis baixos no estado e o aumento da demanda mundial, sobretudo após a recuperação econômica da Ásia (grande consumidora da produção do País), sua cotação aumentou no mercado externo, estimulando a produção na Bahia.

Os altos preços no mercado internacional explicam também o crescimento de 5,4% da indústria de papel e celulose, considerando-se que este é o maior mercado consumidor de sua produção. Os itens mais demandados foram as caixas de papelão corrugado e de papel higiênico, contribuindo para elevar o posicionamento desta indústria na pauta de exportação baiana.

Indústria extrativa mineral

A atividade de extração mineral registrou queda de 0,2% no ano 2000, refletindo mais um resultado negativo da extração de petróleo (-1,8%) nas bacias do Estado — 16,848 milhões de barris no ano 2000 contra 17,164 milhões em 1999. Como se sabe, o petróleo responde por aproximadamente 80,0% da estrutura do setor extrativo mineral baiano, o que explica a forte influência que exerce no desempenho da atividade.

Apesar desta redução, este foi o melhor resultado desta indústria desde 1993. A descoberta de novas bacias de gás natural na Baía de Camamu, no litoral sul do Estado, abriu novas perspectivas para a atividade nos próximos anos.

Construção civil

Movido pela aceleração das obras do complexo *Amazon* (Ford), o setor de construção civil da Bahia cresceu aproximadamente 2,5% no ano 2000, prevendo-se que se prolonguem os efeitos desses investimentos sobre a atividade nos próximos anos, em função da atração de novas indústrias de apoio e complementação ao pólo automotivo que se instala no estado.

Cabe mencionar ainda as obras de ampliação do aeroporto internacional de Salvador (primeira etapa), além da implantação de infra-estrutura turística no interior do estado, mais precisamente no extremo-sul, onde se desenvolve intenso programa de recuperação de estradas e implantação de sistemas de esgotamento sanitário. Parte dessas reformas pode ser associada ao período festivo de comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil, completados no ano 2000.

Ressalte-se, por fim, o pólo calçadista em funcionamento no interior do Estado, cuja ampliação vem dando mais um estímulo à construção civil. O aumento da produção deste ramo está refletido no crescimento do emprego industrial. Segundo o IBGE, o número de ocupados na atividade cresceu 1,2% em relação ao ano anterior.

O setor serviços apresentou incremento de 3,6%, com destaque para os setores do comércio, comunicações e alojamento/alimentação, os quais cresceram 4,7%, 17,5% e 5,3%, respectivamente.

Comércio

Os indicadores de desempenho da atividade comercial evidenciaram recuperação das vendas no ano 2000, refletida no crescimento de 4,7%. Tal resultado se deveu em grande

parte à performance positiva (6,8%) dos estabelecimentos comerciais constituídos como empresas — setor formal —, fato não observado no ano anterior.

Como se sabe, o comércio é particularmente sensível a mudanças na política econômica. No ano 2000, a atividade foi beneficiada por uma conjunção de fatores positivos, a saber: queda das taxas de juros internas que, mesmo se mantendo elevadas, permitiram a redução dos níveis de inadimplência; ampliação dos prazos de pagamento pelo sistema de crediário, facilitando o aumento das vendas; maior disponibilidade de recursos para financiamentos, decorrente da redução do depósito compulsório, além de uma relativa estabilidade da taxa de câmbio, proporcionando aumento do fluxo do comércio exterior. Como resposta, ampliaram-se as vendas de bens duráveis, especialmente no segmento de automóveis (cerca de 25,0%) e de móveis e eletrodomésticos (mais de 8,0%). O comércio de veículos foi estimulado pelas promoções, assim como pela redução dos juros e ampliação dos prazos de financiamento para compra de carros novos, acirrando a concorrência no setor. A importância de medidas como essas reside no fato de que o financiamento se constitui no principal instrumento de vendas de veículos, principalmente para os consumidores da classe média.

Esse desempenho surpreendente, entretanto, não se repetiu no comércio de combustíveis e lubrificantes, que cresceu apenas 3,2% em face dos preços elevados, o que foi provocado pela alta cotação do barril de petróleo no mercado externo.

Já as lojas de departamentos não lograram bom resultado no período em análise (declínio de mais de 7,0%), localizando-se a principal justificativa para esse comportamento na acirrada concorrência que enfrenta o segmento depois que os supermercados e hipermercados passaram a diversificar e sofisticar sua oferta de produtos, introduzindo itens antes vendidos exclusivamente pelas grandes lojas do ramo.

No segmento informal o resultado do ano foi positivo (6,7%), cabendo assinalar que os produtos comercializados pelos vendedores autônomos geraram aproximadamente 17,0% do valor agregado do setor comercial no período.

Comunicações

O segmento de comunicações foi ampliado em 17,5%, acumulando crescimento real superior a 7.200,0% entre 1975 e o ano 2000. Esse notável desempenho espelha o amplo programa de investimentos em expansão e modernização dos serviços de telecomunicações e serviços postais no Estado, a cargo de empresas públicas e privadas.

Em decorrência da significativa ampliação de sua oferta, a telefonia fixa cresceu 18,0% no ano 2000; seguindo a mesma tendência da telefonia móvel, cujo aumento superou a marca de 20,0%. Esses bons resultados refletem o acirramento da competição entre os prestadores do serviço, ocasionando queda nos preços das tarifas cobradas.

Alojamento/alimentação

O crescimento de 5,3% do setor de alojamento e alimentação no ano 2000 ficou próximo do resultado do ano anterior e associa-se à expansão do turismo na Bahia, que proporcionou aumento de 13,0% da taxa de ocupação dos leitos disponíveis nos Meios de Hospedagem do Estado, segundo dados fornecidos pela Bahiatursa.

Apesar da relativa estabilidade cambial no ano 2000 — o que poderia incentivar o movimento de viagens ao exterior —, os pacotes turísticos que tiveram como destino a Bahia cresceram em relação ao ano anterior, observando-se que a Bahia recebeu metade do fluxo que se destinou à Região Nordeste e 16,0%, aproximadamente, dos estrangeiros que ingressaram no País.

2001: CRISE ENERGÉTICA E DIFICULDADES NO CENÁRIO INTERNACIONAL DESAQUECEM ATIVIDADE ECONÔMICA NA BAHIA

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em 2001 o Produto Interno Bruto da Bahia (PIB) apresentou crescimento em torno de 1,0%, apesar das dificuldades enfrentadas pela economia do País no período, seja no plano interno, com a crise do setor elétrico, seja no externo, com o agravamento da crise na Argentina e a desaceleração da economia mundial.

Limitando o crescimento econômico do País a 1,3%, essa conjuntura adversa induziu as autoridades monetárias a acionar mecanismos de política econômica, a exemplo da desvalorização cambial e da elevação da taxa de juros, que acabaram produzindo, simultaneamente, efeitos expansivos e restritivos na economia nacional. Citam-se entre estes, o aumento do desemprego, a queda do nível de ocupação e do rendimento dos trabalhadores e a desaceleração das atividades econômicas, sobretudo do comércio, influenciando negativamente o resultado do País. Destacam-se como fatores expansivos o estímulo às exportações, induzindo o aumento da produção interna e atenuando o impacto negativo dos juros nos custos de produção, e o incremento do turismo, um fato de maior relevância por favorecer a melhoria da posição do País no *ranking* dos principais destinos turísticos em escala mundial.

Esse conjunto de fatores influenciou o resultado baiano sem, contudo, impedir que o Estado viesse a lograr crescimento pelo décimo ano consecutivo. Os setores da economia estadual mais atingidos pela crise foram a indústria de transformação, especialmente o segmento químico, que só começou a esboçar reação no final do ano, e a agricultura, cujo resultado negativo refletiu a forte estiagem em toda a Região Nordeste.

Indústria de transformação

A indústria baiana de transformação encerrou o ano de 2001 com variação positiva de

2,0%, podendo-se concluir que as condições internas do Estado minimizaram os efeitos nefastos da crise. Esse desempenho, entretanto, foi distinto entre os diversos ramos de atividade. Com resultados positivos destacaram-se as indústrias metalúrgicas (2,9%), de papel e papelão (28,2%), química (2,5%) e têxtil. Depois de amargar taxas reduzidas em vários anos, o ramo têxtil conseguiu crescer 3,3% em 2001.

Com relação à indústria química, o seu resultado positivo está associado, principalmente, ao bom desempenho do segmento de derivados de petróleo (20,0%). Explicam essa boa performance a elevação da demanda internacional e o fato da base de comparação ter sido o ano 2000, quando problemas técnicos levaram a RLAM a praticamente parar sua planta de produção nos meses de julho e agosto daquele ano, o que se refletiu no fraco desempenho da atividade.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção de óleo combustível aumentou 26,5% no resultado acumulado de 2001, evoluindo em ritmo ainda mais expressivo a produção de gasolina (60,9%).

Pelo que mostram os dados desagregados, o desempenho do setor químico poderia ter sido melhor, não fosse o comportamento oscilante da produção de nafta, cujo crescimento de 5,3% e 24,0% nos meses de julho e setembro, respectivamente, não foi suficiente para reduzir o ritmo de desaceleração do seu nível de atividade em 2001 (-16,4%).

Vale salientar que, mesmo cumprindo as metas de racionamento de energia elétrica (segundo a Coelba, o patamar de consumo de 69,0% dos seus clientes foi reduzido no segundo semestre), o segmento químico foi pouco afetado por essa medida, uma vez que muitas de suas empresas passaram a utilizar volumes menores desse insumo, por conta de ajustes internos e também pelo fato de a Copene ter assegurado o suprimento de suas demandas. De acordo com informações obtidas no local, essa empresa conseguiu economizar 7MW de energia no período sem precisar recorrer a cortes na produção, graças principalmente à redução do consumo na área industrial.

O mesmo não se pode dizer da indústria metalúrgica que, por ser um ramo altamente intensivo em energia, foi duramente afetada pelo racionamento, além de ter enfrentado condições adversas no mercado externo. Mas, ainda assim, conseguiu crescer 2,9%, estimulada mais uma vez pelo bom desempenho dos derivados do cobre. O resultado desse segmento refletiu os importantes investimentos realizados em autogeração ao longo do ano, garantindo a continuidade da produção, ainda que com custos mais elevados. Suas vendas internas foram reduzidas em face da queda da demanda nas áreas de telecomunicações e construção civil e, pelo que se tem conhecimento, as maiores empresas do setor fora do País anunciaram cortes de produção objetivando a recuperação dos preços do cobre.

O segmento de papel e celulose cresceu 28,2% no ano em exame, influenciando mais uma vez a expansão industrial na Bahia. Esse resultado foi obtido em uma conjuntura de forte redução da demanda de celulose, o que ocasionou elevação dos estoques mun-

diais e queda dos preços dessa *commodity*. O excelente desempenho desse gênero industrial em 2001 refletiu principalmente o forte incremento da produção de papel *Krafte* de caixas de papelão corrugado.

Por fim, vale mencionar o crescimento da indústria têxtil, que atingiu 3,3% em 2001 em decorrência dos ganhos de escala das empresas baianas, as quais vão se tornando cada vez mais competitivas, mesmo para os padrões dos chamados Tigres Asiáticos. A produção de fibras e produtos sintéticos aumentou aproximadamente 10,0% no período, estimulada pelo crescimento da demanda mundial e pela redução dos estoques nos Países asiáticos, o que permitiu a manutenção dos preços praticados pelas indústrias baianas, estimulando a produção estadual.

Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)

Os serviços industriais de utilidade pública registraram queda de aproximadamente 13,4% em 2001, o desempenho mais fraco de todas as atividades que conformam a estrutura do PIB baiano. Concorreu para esse declínio a má performance do segmento elétrico, cuja produção foi inferior em 15,8% à do ano 2000, considerado o seu pior resultado até então.

O impacto da crise energética foi sensivelmente maior nesse segmento, afetando sobretudo as áreas de geração e distribuição de energia, que respondem por mais de 70,0% do seu valor agregado.

Construção civil

Contrariando as expectativas favoráveis ao seu bom desempenho, o setor da construção civil, um dos mais importantes da economia do Estado em geração de valor agregado e emprego, apresentou queda de produção estimada em 1,9% em 2001, resultado que não se observava em sua trajetória desde 1992. Esse comportamento teve reflexos negativos na geração de postos de trabalho no âmbito do setor, segundo mostram os últimos registros da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD/IBGE.

Entretanto, havia perspectivas promissoras para os próximos anos, baseadas na expectativa de maturação dos grandes investimentos no Estado, a exemplo do pólo automotivo recém-implantado na Região Metropolitana de Salvador, originando novas necessidades de ampliação da atual infra-estrutura de apoio. Além disso, o avanço do pólo calçadista no interior do Estado e o início das obras do sistema metroviário de Salvador davam indícios de que o nível de atividade da construção civil na Bahia tendia a crescer, sob o impulso dos vultosos recursos financeiros alocados nessas atividades.

Comércio

O setor do comércio na Bahia encerrou o ano com crescimento de 2,9%. De acordo com

os resultados da Pesquisa Mensal do Comércio, dos cinco ramos que compõem o Índice Geral do Varejo, o que deu maior contribuição para esse resultado foi o de combustíveis e lubrificantes (que cresceu 5,2%), vindo a seguir os demais artigos de uso pessoal e doméstico (4,0%) e tecidos, vestuário e calçados (0,2%). Sendo os mais representativos na estrutura do varejo na Bahia, os hipermercados e supermercados, assim como os produtos alimentícios, bebidas e fumo e móveis e eletrodomésticos apresentaram os declínios mais acentuados do período, estimados em 3,0%, e 10,1%, respectivamente.

Como se tem conhecimento, as alterações da política macroeconômica têm rebatimento mais imediato na atividade comercial, o que se pode confirmar no aquecimento das vendas no final do ano 2000 e nos primeiros meses de 2001, exatamente no período em que os indicadores de emprego e renda no Estado deram sinais de recuperação.

Quando se examinam os indicadores do varejo na Bahia segundo os ramos de atividade, observa-se que o desempenho mais expressivo de 2001 ficou por conta do grupo combustíveis e lubrificantes, que logrou aumento de 5,2%. Atribui-se tal impulso às promoções realizadas no período e às facilidades oferecidas pelas vendas por cartões de crédito e cheques pré-datados. Por se tratar de um segmento cujos preços são administrados pelo governo, o primeiro reajuste destes ocorrendo já no mês de julho acabou provocando impacto nos índices de preços do País, comprometendo, assim, a meta de inflação prevista para aquele ano.

Já no segmento de bens de consumo duráveis, considerado o mais dinâmico do varejo, a recuperação econômica do Estado no ano 2000 e os primeiros sintomas de que essa tendência se manteria em 2001 funcionaram, a princípio, como estímulo para as vendas dos produtos do ramo. Entretanto, já a partir de maio, o comércio de móveis e eletrodomésticos sinalizou queda do seu nível de atividade, sendo o único segmento do varejo a encerrar o período 2001/2000 com desempenho negativo (10,1%). Esse arrefecimento sugere que o racionamento imposto pelo governo para atenuar a crise de energia atingiu sobremaneira as vendas de eletrodomésticos. A essa intervenção, aliam-se à alta dos juros e a desvalorização cambial, duas medidas que acentuaram o quadro recessivo do País, trazendo conseqüências perversas para o segmento.

Com relação ao comércio exterior baiano, os resultados do período foram considerados satisfatórios, com as exportações alcançando US\$ 2,1 bilhões, ou seja, crescendo 9,1% em relação a igual período de 2000. As importações aumentaram 1,6%, somando US\$ 2,3 bilhões, devido principalmente ao preço do petróleo e a internalização de automóveis pelo Porto de Salvador.

Essa medida e a recuperação da atividade econômica respondem pelo saldo deficitário da balança comercial da Bahia, tendência que se vem mantendo desde o ano 2000.

No ano examinado, destacaram-se os produtos básicos e os semimanufaturados, observando-se que os seus preços vêm apresentando ligeira recuperação no mercado internaci-

onal. Entretanto, os químicos e petroquímicos (25,5%) continuaram na liderança da pauta, seguidos pelos derivados de petróleo (24,5%) e papel e celulose (10,2%).

A maior parcela das vendas externas da Bahia destinou-se aos EUA (35,0%), vindo a seguir a União Européia e o Mercosul, neste destacando-se a Argentina, que responde por 11,1% das exportações do Estado.

Alojamento/alimentação

Os episódios internacionais que envolveram, principalmente os Estados Unidos, criaram expectativas favoráveis ao crescimento da indústria do turismo no Brasil. Segundo analistas da área, o resultado da atividade no País, em 2001, foi positivo em 5,0%.

Embora os setores produtivos, indistintamente, tenham sido afetados pela política macroeconômica, o turismo tem-se beneficiado de algumas medidas, mais especificamente da desvalorização cambial, que tem estimulado o ingresso de visitantes por motivo de negócios (sobretudo em setores voltados para a exportação de produtos fabricados no Brasil) e também de estrangeiros que viajam a lazer. Segundo a Embratur, no ano 2000 o País recebeu 5,4 milhões de turistas dessa procedência, um resultado que superou o de 2001 em mais de um milhão de pessoas. Foram, ao todo, 6,5 milhões de turistas, resultado que espelha o efeito migratório dos atos terroristas, provocando redistribuição do fluxo internacional.

Na Bahia, o movimento turístico cresceu 2,0% no período, cabendo observar que o segmento internacional foi o que apresentou o melhor resultado (crescimento de 4,7%). O incremento da demanda turística nacional foi da ordem de 2,0%, enquanto o turismo intra-Bahia aumentou 0,8%. No tocante aos mercados emissores internacionais, a Argentina se mantém na liderança (24,9%), seguida dos EUA (13,3%) e da Itália (9,7%). Portugal (9,6%), Alemanha (8,8%) e França (7,7%) figuram também com destaque entre os seis primeiros emissores.

Com relação ao segmento doméstico, verifica-se que os seis principais mercados representaram 82,6% do fluxo que recebeu o Estado em 2001, cabendo salientar que o fluxo intra-Bahia foi o mais expressivo, embora tenham se destacado, também, os Estados de São Paulo (23,4%) e Rio de Janeiro (11,6%).

Apesar do otimismo quanto ao incremento do turismo no País, não se pode contar como certo que, no curto prazo, a Bahia volte a alcançar os bons resultados de anos anteriores, considerando-se a grave crise que atravessa a Argentina, o seu principal mercado emissor estrangeiro, e a elevação dos preços dos pacotes turísticos que têm como destino a Bahia, este sendo um recurso que têm utilizado as agências de turismo para compensar suas perdas após a retração da demanda por viagens para o exterior. Também não se podem desprezar as conseqüências do possível agravamento da crise de energia elétrica sobre o desempenho da atividade.

Mas, apesar desse quadro, quando se examina o movimento de hóspedes registrados nos meios de hospedagem classificados da Bahia, verifica-se variação positiva de 3,6%,

o que sugere ter sido menor do que o esperado o impacto negativo dos fatores mencionados anteriormente sobre o turismo baiano no período analisado.

Aliados ao excelente desempenho dos serviços de alimentação (crescimento de aproximadamente 9,1%), esses resultados concorreram para que o segmento de alojamento e alimentação crescesse 7,3%, mantendo a tendência de alta que vinha registrando nos três anos anteriores.

Agropecuária

A agropecuária baiana apresentou expansão de 0,4% em 2001, desempenho que poderia ter sido melhor se acontecimentos como a forte estiagem e a crise energética não afetassem o desempenho das lavouras, notadamente nos perímetros irrigados e em estabelecimentos agrícolas que utilizam a irrigação e a eletricidade como principais fatores de produção. Em consequência, o resultado da agricultura, atividade mais relevante do setor agropecuário na Bahia, foi negativo em 5,3%.

A safra de grãos foi reduzida no Estado em 20,9%, conforme dados da PAM/IBGE, observando-se as maiores perdas na produção de sorgo (-63,8%), arroz (-56,1%), feijão (-54,4%) e milho (-24,9%). Já o algodão cresceu expressivamente (28,2%), conforme ilustra a Tabela 16, o que se deveu ao aumento da produtividade da lavoura após a introdução de novos cultivares, tratamentos culturais e manejos adequados, fatores que atenuaram os efeitos da prolongada estiagem.

Convém salientar que nem mesmo a expansão da área plantada no oeste do Estado conseguiu evitar o declínio da produção agrícola, observando-se que se confirmaram as estimativas de queda de produtividade de vários produtos, o que significou, no caso da soja, retração de aproximadamente 15,0%, enquanto a área plantada com o cultivo cresceu 10,0% e o volume produzido caiu 6,7%.

Tabela 16
Variação do rendimento, produção e área plantada dos principais produtos agrícolas
Bahia: 2001

Produtos	Área ¹	Rendimento ¹	Produção		
			Taxa de Crescimento ¹	Participação (%) BA/BR 2000 ²	Participação (%) BA/BR 2001 ³
Algodão	4,8	26,7	28,2	6,6	6,1
Cacau	-5,5	-2,7	-7,8	71,3	67,5
Café	12,6	7,7	32,0	3,4	4,0
Cana	-13,4	2,9	-10,7	1,5	1,4
Feijão	-17,0	-32,5	-54,4	17,8	11,0
Mandioca	0,4	-4,2	-13,9	17,8	16,4
Milho	2,2	-9,5	-24,9	4,2	2,4
Soja	9,8	-15	-6,7	4,6	3,8

Fonte: IBGE-LSPA

Nota: ¹ Variação Percentual entre os anos 2000 e 2001 para a Bahia

² Participação da produção total da Bahia na produção total do Brasil para o ano 2000

³ Participação da produção total da Bahia na produção total do Brasil para o ano 2001

Já os resultados das culturas tradicionais mais importantes do Estado, a exemplo da mandioca, cana-de-açúcar, cacau e café, foram quase todos negativos, à exceção do café. No caso da mandioca, a longa estiagem provocou redução significativa tanto do rendimento físico da lavoura quanto da sua produção. A oscilação dos preços do açúcar e do álcool foi responsável pela retração da área plantada e do volume produzido de cana-de-açúcar no período, apesar do aumento da produtividade do cultivo. Já o cacau ressentiu-se do não-cumprimento do acordo de revitalização da lavoura, o que implicou atraso na implementação do processo de clonagem e dos tratos culturais demandados, ocasionando redução dos níveis de produção e erradicação de algumas áreas plantadas.

No que diz respeito à lavoura cafeeira, são visíveis os resultados de sua ampliação em várias regiões da Bahia, verificando-se que, além do crescimento das áreas plantadas com o café consorciado com o cacau, intensifica-se também o processo de substituição deste pelo primeiro. As novas áreas cafeeiras plantadas com a variedade *conillon* na região sul e Chapada Diamantina e a expansão da área plantada com a variedade arábica nos cerrados abrem novas perspectivas para o cultivo num futuro próximo, seja de que cresça sua produção, seja de que se obtenha um produto de melhor qualidade. Em 2001, o resultado produtivo do café foi favorável (32,0%), apesar da vigência de preços muito baixos, crescendo também a área plantada (12,6%) e o rendimento do cultivo (aproximadamente, 7,7%).

Refletindo o fraco desempenho de algumas de suas principais lavouras, destacando-se, como visto, o cacau, o feijão, a mandioca e o milho, a agricultura baiana vem perdendo, gradativamente, posição relativa no total produzido no País (Tabela 16).

Conforme salientado anteriormente, a estiagem e a crise energética limitaram o desempenho agropecuário do Estado em 2001. Como se tem conhecimento, por serem sazonais, alguns cultivos elevam substantivamente sua demanda de energia elétrica em determinados meses do ano, o que significa dizer que racionar implica automaticamente reduzir a produção. Podem ser citados vários exemplos de área/atividades, cuja produção está condicionada ao uso desse insumo: a ordenha das vacas e o resfriamento do leite; o armazenamento de grãos em silos (secagem); a fruticultura; os grãos e o café irrigados; a iluminação, incubadoras e chocadeiras em granjas (avicultura), entre outras.

Paralelamente à agricultura, a bovinocultura baiana obteve o certificado de zona livre de febre aftosa com vacinação, o que trouxe notórios benefícios para os produtores, notadamente para aqueles que abastecem o mercado nacional. As exigências são bem maiores quando se quer atingir o mercado externo, sendo obrigatório o fornecimento da certificação de zona livre sem vacinação e a presença de um grande aparato de frigoríficos e abatedouros com certificação de qualidade e higiene. Atender a estes pré-requisitos é o caminho mais curto para impulsionar a pecuária na Bahia, resgatando sua posição de outras épocas, quando era considerado um grande negócio para o Estado. Em 2001, foi o seu resultado expressivo (8,3%) que compensou o fraco desempenho agrícola.

Em meio a esse cenário, o retorno de uma empresa processadora de tomates no submédio São Francisco e a introdução de novas atividades no campo criaram expectativas otimistas quanto ao aumento da produção e à diversificação da matriz produtiva no Estado, incentivando os produtores a buscar novas alternativas de renda. A piscicultura, desenvolvida ao longo do rio São Francisco, o aumento da exportação de camarões, a agricultura orgânica e a floricultura, entre outras, apresentam-se como novas atividades que se orientam para mercados específicos e com nichos que remuneram melhor a produção, elevando sua rentabilidade.

2002: POLÍTICA ECONÔMICA CONTRACIONISTA DESACELERA CRESCIMENTO ECONÔMICO DA BAHIA

O cálculo do PIB da Bahia em 2002, realizado pela SEI, revela que nesse ano a economia do Estado cresceu 1,2%. Este resultado acompanha a média nacional, refletindo a conjuntura instável que atravessou o País no período, caracterizada por sucessivas crises de natureza econômica e política. As incertezas colocadas pela eleição presidencial provocaram oscilações nos índices de confiança dos investidores (Risco-País e câmbio), refletindo-se na manutenção do caráter contencionista da política econômica, com a persistência de taxas de juros elevadas. Buscava-se a qualquer custo conter a apreensão do mercado e a queda dos investimentos externos. Também agravaram esse cenário os reflexos da crise do petróleo no Oriente Médio, a menor oferta de crédito dos bancos internacionais e a gravidade da crise Argentina, importante parceiro comercial do Brasil.

Esse panorama se refletiu na Bahia em diversos indicadores, sobretudo nos elevados índices de desemprego, redução da renda real dos trabalhadores e aumento da inflação, que atingiu 11,4% no acumulado do ano, segundo o IPC-Salvador, calculado pela SEI.

A desvalorização cambial teve reflexos imediatos no comportamento dos preços dos produtos importados. A elevação das taxas de juros no sistema de crediário, impulsionada pela alta da taxa SELIC, reduziu o consumo de bens duráveis e desestimulou as compras a prazo, afetando o resultado da atividade produtiva.

Esse quadro adverso afetou com intensidades distintas as atividades econômicas no Estado ao longo de 2002. A agropecuária e o segmento de outros serviços pessoais e coletivos apresentaram as melhores performances, tendo a primeira crescido 8,0% enquanto o segundo expandiu-se em 6,4%. Embora em ritmo menos intenso, cresceram também os serviços industriais de utilidade pública (4,9%) e o setor de transportes (4,3%), em oposição ao setor industrial, que nesse ano apresentou fraco desempenho, refletindo quedas de produção da extrativa mineral (-1,0%) e da indústria de transformação (-0,1%).

Indústria de transformação e extrativa mineral

Os indicadores de desempenho mensal, dados pela Pesquisa Industrial Mensal de Produ-

ção Física do IBGE, revelaram desaceleração da atividade industrial no primeiro semestre do ano de aproximadamente 5,2%. Esse declínio é explicado pela parada para manutenção das plantas na indústria petroquímica, mas refletem também o fraco desempenho do gênero metalúrgico, que tem peso relevante na estrutura do valor agregado da indústria de transformação no Estado. A mesma pesquisa revela uma leve recuperação da atividade industrial ao longo do segundo semestre, à exceção dos meses de setembro e outubro. Com essa oscilação de desempenho, a atividade encerra o ano com o seu nível de produção praticamente estabilizado no patamar do ano anterior — queda de 0,1%.

Os destaques da indústria baiana de transformação em 2002 ficaram com os gêneros químico, papel e papelão e matérias plásticas, que cresceram 3,3%, 16,0% e 26,5%, respectivamente. O aumento da produção química foi proporcionado pelo bom desempenho do segmento de refino de petróleo. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção de gasolina-A cresceu de modo expressivo no período (45,5%).

Já a expansão do segmento de matérias plásticas está associada ao continuado programa de investimentos do governo estadual nesse ramo, espelhando também o efeito base de comparação.

A indústria de papel e papelão vem sendo beneficiada pela expansão de sua cadeia produtiva, acarretando aumento de sua participação na pauta de exportação do Estado. O seu bom desempenho no mercado externo foi favorecido pelo crescimento da demanda nos Países europeus e asiáticos, pela desvalorização cambial e pela gradativa recuperação dos preços da celulose branqueada de eucalipto na Europa e nos Estados Unidos, um forte estímulo à produção direcionada para o exterior.

Em meio aos resultados positivos, chama a atenção o declínio da produção dos gêneros metalúrgico (14,6%) e produtos alimentares (4,7%), que exercem influência relevante no resultado da indústria pela representatividade de ambos em sua estrutura. A queda da produção metalúrgica está relacionada à redução da produção de vergalhões de cobre, catodos e anodos, refletindo o menor consumo dos principais setores demandantes — telecomunicações, construção civil e energia elétrica —, assim como à crise na Argentina, que sendo um importante mercado para a produção de anodos e catodos desestimulou a produção desses produtos. Já a indústria alimentícia foi afetada pela redução da demanda de manteiga de cacau e chocolate amargo no mercado externo, especialmente nos Países europeus, refletindo também o menor volume processado de derivados de cacau.

Por fim, cabe assinalar que o nível de atividade da indústria extrativa foi reduzido em 1,0%, uma tendência que já se vinha observando pelo nono ano consecutivo, refletindo a queda de produção no segmento de extração de petróleo nas principais bacias da Bahia. Mas o aumento da produção de gás natural no interior do Estado trouxe boas perspectivas para a atividade.

Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)

Os serviços industriais de utilidade pública apresentaram crescimento de 4,9% em 2002. Esse resultado reflete o bom desempenho dos segmentos de energia elétrica e água. Participando de modo preponderante em sua estrutura, o serviço de energia cresceu 3,7% no período, à diferença do ano anterior, quando o racionamento do consumo provocou queda de 15,8% em seu resultado anual. Já o serviço de distribuição de água apresentou expansão de 7,3% no período, o que pode estar refletindo, entre outras razões, redução dos índices de desperdício de água.

Agropecuária

Crescendo 8,0% em 2002, a agropecuária baiana elevou o seu posicionamento na estrutura do PIB estadual de 10,5% (em 2001) para 12,8% (em 2002). O bom resultado produtivo da atividade nesse ano recebeu importante contribuição da agricultura (10,9%), da pecuária (5,5%) e da pesca (0,6%), os segmentos mais representativos da sua estrutura no Estado. Já as atividades de granja e extrativa vegetal apresentaram resultados negativos (-5,4% e -9,9%, respectivamente).

O crescimento da agricultura resultou do aumento da produção de importantes lavouras, destacando-se a soja (4,0%) e o algodão (5,8)%, dois cultivos que se destacam na pauta de exportação agrícola do Estado. Apresentaram desempenho satisfatório, também, o feijão, que cresceu 52,1% favorecido pelas chuvas nas zonas produtoras de Irecê e Oeste Baiano, a cebola (33%), o tomate (21,7%) e a mandioca (14,6%).

A produção de mandioca, o mais importante cultivo da agricultura familiar baiana e o segundo no *ranking* da produção agrícola do Estado, apresentou crescimento de 14,6%, evidenciando a sua excepcional adaptação às condições climáticas vigentes. Já a cana-de-açúcar expandiu sua produção em 2,1%, impulsionada pela quebra da safra mundial de 2000/2001 que provocou alta dos seus preços no mercado internacional.

Entre os produtos que apresentaram desempenho negativo destaca-se o milho, cuja produção foi reduzida em 14,4%, em virtude da redução da colheita na microrregião de Irecê e no Oeste Baiano. Ao contrário do que ocorreu com o feijão, essa lavoura foi prejudicada pela insuficiência de chuvas no período de plantio, o que explica o seu fraco desempenho. A produção de café, outro grão que vem assumindo papel relevante na agricultura baiana, declinou 1,3%, creditando-se esse fraco resultado à desvalorização cambial, que elevou sensivelmente os seus custos de produção visto que boa parte dos equipamentos e insumos utilizados na cafeicultura é importada.

O cacau acentuou sua trajetória descendente no período, seja em termos de produção (-13,1%), seja de área plantada (-0,6%). Nos últimos anos, houve crescente descapitalização dos produtores e aumento significativo do número de cacauais infectados pela praga vas-

soura-de-bruxa. Entretanto, por seu expressivo valor de produção, o cultivo continuava liderando o *ranking* da produção agrícola no Estado.

A pecuária bovina teve crescimento de 5,5% em 2002 e credencia-se, gradativamente, para abastecer o mercado interno e externo com a criação do novilho precoce, principalmente depois que o Estado obteve o certificado de zona livre de febre aftosa. Os rebanhos ovino, suíno e o caprino aumentaram 2,2%, 1,2% e 0,5%, respectivamente. Espécies tradicionais da pecuária no Estado, o rebanho caprino e o ovino se beneficiavam progressivamente dos investimentos em melhoria do padrão genético, o que transformava essa atividade tradicional em um grande negócio.

Comércio

Calculados no âmbito das Contas Regionais da Bahia, os números do comércio baiano mostram que a atividade declinou 2,1% em 2002, depois de três anos de expansão ininterrupta. A redução da massa salarial, o aumento do desemprego e a política macroeconômica restritiva explicam o fraco desempenho das vendas no Estado.

Examinados os indicadores de desempenho do comércio, mês a mês, observa-se que o resultado das vendas ao longo do ano foi favorável apenas em fevereiro. As causas deste incremento podem ser buscadas na elevação do fluxo turístico no período carnavalesco. Já os feriados da Páscoa, Dia das Mães etc., datas que estimulam o aquecimento das vendas, exerceram pouca influência nos resultados do comércio em 2002, o mesmo ocorrendo no mês de dezembro, tradicionalmente o período mais favorável à atividade, quando aumenta a massa salarial em circulação na economia em virtude da liberação do 13º salário dos trabalhadores.

Apesar de o governo ter adotado medidas que poderiam ter estimulado o comércio, a exemplo da liberação do FGTS com correção dos valores relativos aos períodos de vigência do Plano Collor e Plano Verão, as vendas não foram aquecidas, uma vez que esses recursos foram destinados, preferencialmente, para a liquidação de dívidas passadas dos beneficiários e não para o consumo, como esperavam os lojistas, valendo lembrar que a taxa de juros oferecida pelos bancos para novos empréstimos também não era atrativa no período.

Os indicadores fornecidos pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo IBGE em parceria com a SEI, refletem esse panorama adverso para a atividade ao longo do ano. De acordo com essa fonte, na comparação dos resultados de 2001 e 2002, o melhor resultado da atividade ocorreu em agosto (3,4%), mês em que se comemora o Dia dos Pais.

Já no desempenho setorial destaca-se com o melhor resultado o ramo de combustíveis e lubrificantes, cuja expansão de 4,4% no acumulado do ano refletiu a estabilidade dos preços nos primeiros meses de 2002. Esse resultado teria sido melhor se não houvesse

queda nas vendas no último trimestre, ocasionada pelo aumento do dólar que provocou nova alta nos preços internos. Embora crescendo em ritmo mais lento (1,4%), o ramo de tecidos, vestuário e calçados também se destacou em 2002. O seu resultado positivo se deveu às liquidações ao longo do ano, uma estratégia utilizada habitualmente pelos lojistas para desovar estoques.

Todos os demais segmentos que compõem o indicador do volume de vendas no varejo apresentaram variações negativas. O grupo hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo registrou queda de 4,9%, cabendo salientar que este comportamento decrescente foi observado em todos os meses de 2002, o que pode ser justificado pelo aumento dos preços dos vários itens comercializados neste ramo, sobretudo daqueles que compõem a cesta básica. Já o agrupamento formado pelos artigos de uso pessoal e doméstico apresentou recuo de 0,9% em 2002, à exceção do mês de fevereiro, quando cresceu impulsionado pelo aumento do movimento turístico. O segmento de móveis e eletrodomésticos registrou, mais uma vez, variação negativa de 0,5%, o que comprova o forte condicionamento de suas vendas ao sistema de crédito, pouco acionado em 2002 em virtude da vigência de altas taxas de juros.

Outro declínio significativo foi localizado no ramo de automóveis, partes e peças (-12,5%), influenciando negativamente o desempenho do varejo na Bahia em função da importância que assume essa atividade em sua estrutura. Apesar da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no valor dos carros médios e populares, resultante de um acordo do governo com as montadoras, o aquecimento das vendas não aconteceu de imediato, provocando aumento dos estoques e, como consequência, demissões nas montadoras e concessionárias. Tão logo esse quadro começa a se reverter, os preços dos veículos sofreram novo aumento, anulando praticamente o efeito da medida e provocando, como consequência, nova queda nas vendas. Vale lembrar que essa variação de preços ocorreu numa conjuntura já agravada pela persistência de taxas de juros abusivas, crédito limitado e redução da massa salarial, fatores que influenciaram o fraco desempenho da atividade.

Outros serviços

Em relação aos demais serviços, cabe ressaltar o bom desempenho do segmento de alojamento e alimentação, que apresentou expansão de 2,7% em 2002, atribuindo-se tal resultado à conjuntura econômica do período. Essa taxa torna-se mais notável quando se levam em conta o agravamento da crise na Argentina e a desaceleração da economia norte-americana, dois mercados importantes para o turismo na Bahia. Internamente, o cenário no País era também desfavorável, com a redução da massa salarial e a elevação dos preços dos pacotes turísticos internos, inibindo um maior crescimento nos resultados da atividade alojamento. A grande expansão do turismo de negócios, que movimentou as principais redes hoteleiras do Estado durante praticamente todos os meses do ano, exerceu influência decisiva nesse resultado. Como se sabe, a Bahia é, hoje, o terceiro mais

importante destino do turismo de eventos no País, superada apenas por São Paulo e pelo Rio de Janeiro.

No mesmo sentido do segmento de alojamento e alimentação, a atividade de transportes apresentou resultado positivo (4,3%) em 2002. A expansão da atividade agrícola no período ajuda a explicar esse resultado, uma vez que o desempenho do segmento de transportes está intimamente relacionado ao crescimento econômico do Estado e ao aumento da demanda das várias atividades. Os melhores resultados ficaram por conta dos transportes aéreo e hidroviário (10,9% e 8,7%, respectivamente). O segmento rodoviário apresentou apenas um ligeiro incremento de 0,8%.

Já o setor de comunicações teve desempenho surpreendente em 2002, o que se refletiu na expansão de 4,0% do seu nível de atividade. A expressiva ampliação do serviço de telefonia móvel (incentivado pelas promoções nas principais operadoras da Bahia) contribuiu sobremaneira para esse bom resultado. Ademais, a telefonia fixa vem recebendo forte impulso com o volume expressivo de investimentos em expansão dos terminais em funcionamento no Estado, não podendo ser minimizados também os efeitos da acirrada competição entre as prestadoras desse serviço, provocando redução dos seus preços.

2003: ATIVIDADE INDUSTRIAL ESTIMULA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO

Completando 12 anos de expansão ininterrupta, em 2003 o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia cresceu 2,3%, ultrapassando as médias dos dois anos anteriores. Com esse resultado, a economia baiana revelou maior dinamismo em relação à nacional, cujo crescimento foi estimado em 0,5%.

Alavancado pelo segmento de transformação, o setor industrial foi o principal indutor dessa expansão. Em que pese os números modestos dos seus segmentos mais tradicionais, a indústria baiana de transformação evoluiu positivamente, fechando o ano de 2003 com crescimento de 9,4%, aproximadamente, segundo dados das Contas Regionais. Nesse sentido, importa ressaltar o impulso que recebeu a atividade dos novos arranjos produtivos no segmento industrial, com destaque para o parque automotivo, em Camaçari, que em menos de três anos de funcionamento já atingiu o volume de produção que era previsto para o final de 2005. O seu crescimento de 150,0% foi o grande responsável não só pela expansão registrada no segmento, mas, principalmente, pela mudança que começa a se delinear no panorama industrial do Estado.

Contrariando as previsões do início do ano, quando o panorama mundial mostrava-se desfavorável em virtude da guerra no Iraque, e pairavam incertezas quanto aos rumos da economia do País com o novo governo, o setor industrial baiano cresceu alicerçado exatamente no aumento da demanda por novos produtos da pauta de exportação.

A taxa de crescimento só não foi maior porque importantes segmentos da indústria estadual apresentaram retração, a exemplo do gênero químico (3,6%), refletindo as paradas

para manutenção nas principais plantas industriais do Pólo Petroquímico e o setor de bebidas que apresentou a maior retração dos últimos quatro anos, com queda de 12,6%.

Funcionando como termômetro do desempenho macroeconômico, o comércio apresentou retração de aproximadamente 1,9%, manietado pela política econômica vigente que, durante todo o primeiro semestre do ano, acionou mecanismos preventivos de combate à ameaça de aceleração dos preços, a exemplo da elevação da taxa básica de juros (26,5% ao ano em fevereiro) e da alíquota dos depósitos compulsórios (de 45,0% para 60,0%), limitando o acesso ao crédito.

É certo que o governo federal adotou algumas medidas expansionistas no início do segundo semestre do ano, como a redução dos juros básicos e dos compulsórios, procurando incentivar segmentos representativos do comércio, como o de veículos — que foi beneficiado com a redução do IPI — e o de eletrodomésticos da “linha branca” — contemplado com a criação de linhas especiais de financiamento. No entanto, a desaceleração do ritmo de crescimento da economia provocou aumento do desemprego e queda da renda média do trabalhador brasileiro, afetando os diversos segmentos do varejo, sobretudo o de veículos, motos, partes e peças no Estado, cujas vendas na Bahia foram reduzidas em 0,1%.

O comércio exterior baiano seguiu a mesma tendência do nacional, com as vendas externas crescendo sensivelmente enquanto reduziam-se as importações. Atingindo US\$ 1,33 bilhão entre janeiro e dezembro de 2003, o superávit da balança comercial alcançou novo recorde, em conseqüência do expressivo crescimento das exportações (35,2%) e do pequeno acréscimo de 2,5% das importações.

Com esse excepcional desempenho, a Bahia manteve sua posição de maior Estado exportador do Nordeste, participando com 53,4% das vendas externas da Região, e assumiu o oitavo lugar no *ranking* dos Estados brasileiros (respondia por 4,5% das exportações do País). Cabe ressaltar que, no período, o Estado apresentou um desempenho exportador superior ao do Brasil (35,2% contra 21,1%, respectivamente), em decorrência da diversificação de sua pauta — com o aumento das vendas de bens de consumo duráveis e não-duráveis, sobretudo de automóveis —, bem como de sua composição baseada em *commodities*.

As exportações baianas alcançaram US\$ 3,3 bilhões em 2003, refletindo o aumento das vendas de produtos manufaturados (38,5%) e básicos (52,6%), que participam com 61,1% e 17,4%, respectivamente, do total. O grande destaque do ano foi, sem dúvida, o crescimento expressivo das exportações de Veículos e Acessórios (244,8%) — automóveis com motor a explosão entre 1.500 e 3.000 cm³ e de automóveis com motor a diesel — para a Argentina, México, Chile, Filipinas, Turquia, República Dominicana e Guatemala.

Com relação à agropecuária, os indicadores relativos ao desempenho das principais lavouras no ano de 2003, fornecidos pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE, mostram que nesse ano, a agricultura baiana cresceu 0,7%. A produção agropecuária, como um todo, apresentou uma retração de 1,4% espelhando o fraco desempenho da pecuária.

Mostra o LSPA de dezembro de 2003 que os resultados mais favoráveis ficaram com a produção de milho (70,8%), algodão herbáceo (53,6%) e soja (6,3%), culturas que já se vinham destacando no *ranking* da produção agrícola do Estado.

O crescimento da produção de milho decorreu da expansão da área plantada e do aumento significativo do rendimento médio do cultivo. Os elevados preços vigentes no mercado interno no primeiro semestre do ano e as condições climáticas favoráveis exerceram forte influência nesses resultados. Tais condições favoreceram, também, a cultura do algodão, que vem incorporando índices crescentes de mecanização ao seu processo produtivo, o que concorreu para elevar em cerca de 34,0% o seu rendimento médio.

Figurando, também, entre os destaques de 2003, apesar de ter crescido a uma taxa mais modesta (0,2%), está o cacau, posicionado como o terceiro mais importante produto agrícola da Bahia em termos de valor bruto da produção naquele ano. O rendimento médio de sua produção foi 16,7% maior do que o resultado de 2002.

O sorgo, que vem sendo amplamente utilizado na composição das rações animais como produto alternativo ao milho, registrou incremento de 119,2% na produção e de 99,3% na área plantada, em função dos bons preços que alcançou no mercado interno.

Os demais serviços apresentaram resultados mais modestos em 2003, a exemplo de alojamento e alimentação que cresceu 2,1% estimulado pela expansão do movimento turístico no Estado.

Como se vê, não obstante as condições macroeconômicas adversas, o Estado logrou crescimento superior ao da economia nacional, favorecido pelos novos investimentos em setores de ponta, a exemplo da indústria automotiva, diversificando a estrutura produtiva da economia estadual. No entanto, em que pese a forte vinculação desses novos empreendimentos ao mercado externo, um ambiente macroeconômico favorável constitui o pré-requisito básico do crescimento sustentado. Afinal, a economia baiana permanece estreitamente relacionada à nacional.

BAHIA 2004: CONSOLIDAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Em 2004, a economia baiana cresceu pelo 13º ano consecutivo, quando o Produto Interno Bruto do Estado alcançou o patamar mais elevado dos últimos 20 anos. A taxa de 9,9% ficou cinco pontos percentuais acima do resultado do País, estimado em 4,9%.

Com esse desempenho, o PIB da Bahia atingiu a marca de R\$ 88,4 bilhões no período, confirmando a posição do Estado como a sexta maior economia do País. E mais do que isso, somente após a entrada em funcionamento do Pólo Petroquímico de Camaçari, a economia estadual apresentou crescimento acumulado tão expressivo como o dos últimos anos, o que fez reduzir o hiato entre o seu posicionamento e o da economia do Paraná, que ocupa atualmente a quinta posição no ranking do País.

Explicam o bom resultado de 2004 o acerto das políticas do Governo do Estado, que atraíram investimentos vultosos em novos arranjos industriais, a exemplo do pólo de informática

de Ilhéus, da indústria calçadista e, sobretudo, do pólo automobilístico de Camaçari. Com essa nova configuração, a indústria baiana de transformação cresceu 17,5% no período.

Vale lembrar que, em 2003, a produção industrial baiana já havia crescido 9,4%, o que torna esse resultado ainda mais expressivo, sobretudo quando comparado aos de outros Estados do País, a exemplo de Minas Gerais, onde o crescimento industrial no período permitiu apenas a retomada do patamar produtivo desse setor em 2002. A taxa de crescimento de 2004 sugere que a Bahia tem potencialidades para se tornar um grande centro de desenvolvimento industrial, além de sua comprovada vocação para o setor de serviços.

Com o crescimento apreciável de 56,0% da indústria automobilística em 2004, além dos bons resultados do refino de petróleo (27,0%) e da metalurgia (7,0%) — que foram estimulados pelo crescimento da demanda na indústria automobilística —, o valor agregado da indústria de transformação atingiu a marca de R\$ 29,6 bilhões, elevando para 35,5% sua participação no PIB estadual. Apenas como ilustração, esse montante equivale ao PIB do Ceará, terceira mais importante economia da Região Nordeste.

Merece destaque, também, o fato de o crescimento baiano ter-se alicerçado em fatores endógenos, mais uma vez. Além do bom desempenho da indústria, a construção civil expandiu-se em 1,7%, como resposta ao aumento dos investimentos produtivos. Já o setor serviços cresceu 4,4% em decorrência dos bons resultados dos segmentos de transportes e armazenagem, assim como de atividades ligados ao turismo. O crescimento de 13,6% dos serviços de transportes e armazenagem reflete, em primeiro lugar, o aumento da produção baiana e o seu escoamento para além das fronteiras do Estado; relaciona-se, também, ao incremento do turismo, principalmente o de negócios/congressos/convenções, que vem atraindo para a Bahia um número expressivo de visitantes ao longo do ano, já posicionando o Estado como o terceiro destino do País mais procurado pelos turistas desse segmento; e, finalmente, ao excelente desempenho do agronegócio baiano, que vem merecendo prioridade no âmbito das políticas setoriais do Governo estadual.

A agropecuária baiana bateu mais um recorde em 2004. Sua produção cresceu 15,0%, aproximadamente, como resposta ao aumento da produção de grãos no Estado, que atingiu 4,4 milhões de toneladas (a maior desde o ano de 1975), o que equivale a um aumento de 50,7% com relação à safra do ano anterior. A área plantada com grãos (cerca de 2,7 milhões de hectares) foi 5,0% maior que a de 2003 e o rendimento médio por hectare, de 2.042 kg, superou em 40,3% o da safra passada.

Em 2004, praticamente todas as culturas cresceram em termos do valor da produção, destacando-se a soja, que cresceu 52,0% em decorrência do aumento da produtividade média por área plantada na região oeste da Bahia, além de ter recebido incentivo do Governo do Estado por meio dos programas de capacitação e controle da ferrugem, praga que vem atacando grande parte da região produtora. Resultados expressivos foram alcançados, também, pelo feijão (28,0%); milho (42,0%); café, cuja expansão de 10,0% está atrelada ao aumento do rendimento da lavoura; e, sobretudo, pela cultura do algodão (150,0%), que duplicou sua área plantada entre as safras de 2003 e 2004.

O terceiro e último destaque do ano foi o setor comercial. O comércio externo alcançou resultados auspiciosos no período. Com um *superávit* de pouco mais de US\$ 1 bilhão, a Bahia teve vários motivos para comemorar esse resultado. Primeiro, porque já é o Estado que tem maior representatividade no comércio exterior do Nordeste, participando com mais de 50,0% das exportações da Região; segundo, porque o aumento de 55,0% das importações no período comprova a expansão dos investimentos produtivos no Estado, o que tem estimulado as compras no exterior.

No exame da pauta de exportações da Bahia pode-se comprovar, também, a diversificação da base produtiva do Estado. Apesar da predominância do segmento químico/petroquímico no comércio exterior baiano (cerca de 23,6%), em 2004 o grupo dos derivados de petróleo perde participação relativa nessa estrutura (13,5%), dando lugar ao segmento automotivo (16,0%). O crescimento das vendas externas de automóveis produzidos no Estado alcançou, segundo os dados da Promo - BA, 61,0% em relação a 2003, atingindo, no ano de 2004, cerca de US\$ 641 milhões. No entanto, o aumento mais expressivo do ano ficou com o segmento de grãos, óleos e ceras vegetais, cujas vendas cresceram 113,0% estimuladas pelo bom desempenho da soja e o aumento dos preços das *commodities* exportadas pelo Estado, para esse resultado concorrendo, também, o crescimento da economia mundial.

Esses números mudaram o panorama das exportações baianas, passando o segmento de automotivos a ser o segundo mais importante, em termos de valor, seguido pelos derivados de petróleo (13,5%), produtos metalúrgicos (9,5%) e grãos (8,5%), estes passando da sétima para a quinta posição no ranking das exportações baianas em 2004. Somadas, as exportações da Bahia chegaram a US\$ 4,1 bilhões, um recorde histórico para o Estado.

O bom desempenho do comércio interno também autoriza atitudes de otimismo. Mesmo com as medidas restritivas ao consumo adotadas pelo Banco Central do Brasil, que elevou as taxas de juros básicas da economia para o patamar de 18,25% ao ano, o comércio baiano, embora muito atrelado ao sistema de crediário, conseguiu recuperar-se das perdas de 2003 e atingiu uma evolução real nas vendas de, aproximadamente, 10,5%. Beneficiado pelo aumento do nível de emprego e renda, assim como pelas promoções, inclusive na forma de pagamento, o comércio baiano vem se expandindo desde dezembro de 2003 de forma ininterrupta. Cita-se, como exemplo, o crescimento de 12,0%, aproximadamente, das vendas de automóveis, motos, partes e peças.

Concluindo, o resultado de 2004 reflete, sobretudo, a maturação de novos investimentos estaduais (na indústria e na agricultura), além da boa recuperação de outros setores atrelados ao desempenho das economias brasileira e internacional (como o comércio e o setor "exportador"). Até o ano de 2010, estão previstos para a Bahia mais de R\$ 25 bilhões em novos investimentos industriais. Além da geração de mais postos de trabalhos, os efeitos positivos desse aporte de recursos na economia baiana passam, necessariamente, pela desconcentração e modernização do parque industrial e pela continuidade do crescimento econômico no Estado.

| CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do desempenho anual da economia baiana entre os anos de 1975 e 2004 permite que se chegue a algumas conclusões acerca das principais mudanças ocorridas no período e, a partir delas, se desenhem alguns cenários para os próximos anos. Um primeiro elemento a ressaltar é a visível diversificação da economia, atestada pelo desenvolvimento de novas atividades em todos os seus setores/segmentos.

Na indústria, essa diversificação resultou de blocos de investimentos em poucas atividades produtivas e em períodos distintos. Até o final da década de 1980, os recursos mais vultosos foram canalizados para a produção de bens intermediários, cuja transformação se dava notadamente nas Regiões Sul e Sudeste e fora do País. Já nos anos 1990, novas atividades adentram pelo Estado, dessa vez mais voltadas para a produção de bens finais, suscitando grandes expectativas de reversão do antigo padrão industrial baseado na produção de insumos, com fracas relações intersetoriais e forte concentração na RMS.

A produção agropecuária também passou por significativa diversificação. Na atividade agrícola, assistiu-se ao deslocamento da cacauicultura da posição mais importante que ocupava na pauta agrícola. Além da crise que atingiu a lavoura, o aparecimento de novas culturas contribuiu para desconcentrar a produção agrícola no Estado. Nesse processo, há de se mencionar, também, a expansão da criação de ovinos e caprinos.

Não obstante os bons resultados da agropecuária, sobretudo do seu ramo mais dinâmico — o agronegócio —, verifica-se que a atividade vem perdendo participação relativa no Produto Interno Bruto do Estado, seja em produção, seja em valor. Desse modo, apesar do seu crescimento em termos absolutos, o desempenho da agropecuária foi suplantado por uma performance mais robusta de outros setores, principalmente da indústria, que assumiu maior importância na estrutura produtiva.

Essas transformações repercutiram, também, na pauta do comércio exterior, com os produtos básicos perdendo peso frente ao avanço dos produtos industrializados, especialmente dos segmentos químico/petroquímico, metalúrgico, de papel e celulose e automobilístico.

Ao longo do período, o setor de serviços ganha bastante dinamismo, impulsionado, entre outros fatores, pelo bom desempenho do turismo no Estado. Deve-se mencionar, também, a crescente oferta de serviços de maior conteúdo tecnológico, impulsionada pela expansão de outras atividades produtivas. Ademais, não se deve desprezar o efeito do aumento de renda (provocado por alguns investimentos) sobre a propensão a consumir de alguns segmentos da população, o que deu importante impulso ao desenvolvimento de atividades do terciário. Mas apesar dos efeitos benéficos do crescimento da indústria e da agricultura sobre o seu desenvolvimento, não se pode desconsiderar a dinâmica própria desse setor.

Em suma, as últimas transformações em curso na economia baiana vêm suscitando fortes expectativas de uma nova fase de desenvolvimento econômico no Estado. Não obstante a importância dos condicionantes microeconômicos locais para o alcance desse objetivo, cabe lembrar que a economia baiana permanece articulada aos movimentos das economias nacional e internacional. Analisando-se a composição dos investimentos baianos na década de 1990, por exemplo, percebe-se que aqueles mais expressivos correspondem a empreendimentos de corporações transnacionais, estando, por isso, inseridos em suas estratégias. Como se vê, o novo padrão de desenvolvimento baiano está condicionado ao modelo macroeconômico nacional e à dinâmica da acumulação capitalista nesse contexto de crescente internacionalização da economia.

REFERÊNCIAS

AMITRANO, C. R. Crescimento sustentado e sinal trocado da política econômica. *Política Econômica em Foco*, Campinas, n. 4, maio/out. 2004. Seção 5. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim4/VersaoIntegral4>. Acesso em: 10 mar 2005.

ANÁLISE CONJUNTURAL. Salvador: CPE, v. 2, 1975.

_____. Salvador: CEPLAB, v. 2. 1975.

_____. Salvador: CEPLAB, v. 3. 1976.

_____. Salvador: CEPLAB, v. 4. 1977.

_____. Salvador: CEPLAB, v. 5. 1978.

_____. Salvador: CEPLAB, v. 6. 1979.

ANÁLISE CONJUNTURAL. Salvador: CEPLAB, v. 7; n. 1/2, jan./jun. 1980. 131 p.

ANDRADE, Margarida M. de; CARVALHO JUNIOR, Cesar Vaz de; CHATEAUBRIAND, Luiz. Grãos sustentam o crescimento. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 1, n. 3, p. 13-17, dez. 1991.

_____. Ilhas de prosperidade. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 1, n. 3, p. 18-24, dez. 1991.

_____. Desempenho da agricultura baiana – 1992. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 2, n. 3, p. 49-56, dez. 1992.

ANDRADE, Margarida M.; et al. Economia baiana: desempenho no 1º semestre. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 27, p. 11-15, ago. 1996.

ANDRADE, Margarida M.; RIBEIRO, Sônia P. Desempenho da agricultura baiana – 1995. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 5, n. 3, p. 140-144, dez. 1995.

AUGEL, Johannes; FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro. Monocultura e urbanização na região cacauieira da Bahia. *Planejamento*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 53-78, jan./mar. 1976.

BAHIA, Aída; CARNEIRO, Roberto F.; REIS, Frederico. A indústria baiana na atualidade: retrospectiva e tendências. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 6, n. 3, p. 25-28, dez. 1996.

BAHIA, Aída; CARVALHO JUNIOR, Cesar Vaz de. Desempenho da economia baiana 1999 e tendências para 2000. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 22-36, dez. 1999.

BAHIA, Aída; GÓIS, Zélia. Comércio: futuro incerto. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 8, n. 2/3, p. 35-39, set./dez. 1998.

BAHIA, Aída; REIS, Frederico S. do. O aquecimento da indústria baiana de transformação. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 7, n. 3, p. 19-22, dez. 1997.

BATISTA JR., P. N. Déficit e financiamento do setor público brasileiro: 1983-1988. *Revista de Economia Política*, v. 10, n. 4, p. 5-29, out./dez. 1990.

_____. Vulnerabilidade externa da economia brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 173-185, 2002.

BATISTA, J. C. A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 7, n. 2, p. 66-80, abr./jun. 1987.

BORGES, Luciano Diniz. O turismo em Salvador e as imposições externas. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 135-141, dez. 2002.

- BRITTO, Elissandra; et al. O desempenho da economia baiana em 2003. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 13, n. 3, p. 575-589, dez. 2003.
- _____. Conjunturas brasileira e baiana em 2004. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 14, n. 3, p. 423-437, dez. 2004.
- _____. A possibilidade de sustentação do crescimento econômico observada no último trimestre. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 30, p. 3-5, nov. 1996.
- _____. Sinais de recuperação na economia baiana? *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 112, p. 3-15, set. 2003.
- BRITTO, Elissandra; NASCIMENTO, Carla do. Conjuntura brasileira e baiana em retrospectiva. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 124, p. 4-10, set. 2004.
- BURMAN, Grazia. Turismo na Bahia: crescimento e perspectivas. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 4, n. 2/3, p. 115-120, dez. 1994.
- _____. As novas tendências do turismo. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 5, n. 3, p. 119-124, dez. 1995.
- BURMAN, Grazia; et al. O desempenho da economia baiana no semestre. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 39, p. 9-17, ago. 1997.
- CAIRES, Maria de Lourdes; et al. Desempenho da economia baiana no ano 2000 e tendências para 2001. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 3, p. 52-73, dez. 2000.
- CAMPOS, Marília J. D.; et al. A conjuntura econômica da Bahia no plano real: 1994 – 2003. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 121, p. 16-52, jun. 2004.
- CARNEIRO, Roberto A. Fortuna. Cresce a indústria de transformação da Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 8, n. 2/3, p. 23-26, set./dez. 1998.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Unesp, 2002.
- CERQUEIRA, Patrícia da Silva; ROCHA, Ana Georgina. O desempenho da agricultura no primeiro quadrimestral de 2002. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 96, p. 3-4, maio 2002.
- CHATEAUBRIAND, Luiz. Desempenho da agricultura baiana. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 4, n. 2/3, p. 193-195, dez. 1994.
- _____. Modernidade e tradição: mudanças recentes na estrutura setorial do emprego das RMS. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 8, n. 2/3, p. 46-52, set./dez. 1998.
- CHATEAUBRIAND, Luiz; ANDRADE, Margarida M. Agricultura: outra vez a seca. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 3, n. 3, p. 30-36, dez. 1993.
- COUTO, Vítor de Athayde; ROCHA, Alynson do Santos. Aspectos conjunturais das agriculturas brasileira e baiana. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 95, p. 19-27, abr. 2002.
- COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Agropecuária baiana: transformações e impactos. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 13, n. 4, p. 835-849, mar. 2004.
- COUTO FILHO, Vítor de A.; NASCIMENTO, Ivando. Agricultura: recorde? *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 37-46, dez. 1999.
- DESEMPENHO da economia baiana. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 15, p. 7-16, ago. 1995.
- ECONOMIA baiana e a conjuntura. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 14, p. 21, jul. 1995.
- ECONOMIA baiana – 2000. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 79, p. 3-6, dez. 2000. Equipe de Análise Conjuntural.

FERNANDES, Cláudia Monteiro; LOURENÇO, Renata. Desempenho da economia baiana. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 11, n. 3, p. 13-32, dez. 2001.

FIGUEIRÔA, Edmundo. Indústria baiana de transformação. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 2, n. 3, p. 16-18, dez. 1992.

_____. Indústria baiana de transformação – O reflexo dos investimentos. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 3, n. 3, p. 5-7, dez. 1993.

FIGUEIRÔA, Edmundo; GOTTSCHALL, Carlota. Indústria: mercado interno garante crescimento. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 4, n. 2/3, p. 203-205, dez. 1994.

FIGUEIRÔA, Edmundo; SANTANA, Marivone. Comércio baiano: perfil e desempenho. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 4, n. 2/3, p. 245-254, dez. 1994.

_____; Comércio baiano: três anos na dianteira do crescimento estadual. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 6, n. 3, p. 41-45, dez. 1996.

FREIRE, Jorge Peltier. A economia do consumo industrial no Brasil. *Planejamento*, Salvador, v. 3, p. 47-68, jan./dez. 1975.

GÓIS, Zélia Maria; et al. Retrospectiva da economia baiana no 1º trimestre e perspectivas. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 60, p. 1-9, maio 1999.

GÓIS, Zélia Maria; NASCIMENTO, Carla do. Desempenho da economia baiana no 1º semestre de 1999. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 63, p.1-6, ago. 1999.

_____. Turismo baiano: recuperação e perspectivas. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 68, p. 1-3, jan. 2000.

GÓIS, Zélia Maria; NASCIMENTO, Carla do; et al. Desempenho da economia baiana em 1999 e suas perspectivas. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 70, p. 1-12, mar. 2000.

GÓIS, Zélia Maria; NASCIMENTO, Carla do; et al. Desempenho da economia baiana no 1º trimestre de 2000. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 73, p. 3-14, jun. 2000.

GOMES, Andréa da Silva; PIMENTA, Antônio Carlos Rosa. Desempenho trimestral da economia baiana. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 54, p. 1-9, nov. 1998.

_____. Os dados revisados do PIB para 1997 e tendências para 1998. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 56, p. 1-3, jan. 1999.

GOMES, Andréa da Silva; PIMENTA, Antônio Carlos Rosa; HURST, Marlene Araújo. Desempenho do comércio baiano em 1998. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 58, p. 14-16, mar. 1999.

GOTTSCHALL, Carlota. O Turismo na economia baiana. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 4, n. 2/3, p. 126-134, dez. 1994.

INFORME CONJUNTURAL. Salvador: CPE, n. 1-5, 1981.

_____. Salvador: CPE, n. 6-17, 1982.

_____. Salvador: CPE, n. 18-27, 1983.

_____. Salvador: CEI, v. 4, 1983/84.

_____. Salvador: CEI, v. 4, 1984.

_____. Salvador: CEI, v. 5, 1985.

_____. Salvador: CEI, v. 6, 1986.

_____. Salvador: CEI, v. 7, 1987.

- INFORME CONJUNTURAL. Salvador: CEI, v. 8, 1987.
- _____. Salvador: CEI, v. 9, 1989.
- LIMA, Edson Pitta. O esforço de desenvolvimento do nordeste. *Planejamento*. Salvador, v. 5, n. 1, p. 3-16, jan./mar. 1977.
- LOURENÇO, Roberta; NASCIMENTO, Carla do. Conjuntura baiana: expectativa de recuperação. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 109, p. 3-11, jun. 2003.
- MACHADO, Gustavo. Agricultura em 1998: desempenho e expectativas. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 51, p. 7-11, ago. 1998.
- MENEZES, Vladson. A economia baiana: desafios, óbices e perspectivas. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 5, n. 3, p. 44-58, dez. 1995.
- MENEZES, Vladson. Bahia: Uma economia em transição. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 3, p. 74-83, dez. 2000.
- MESQUITA, Ana C.; OLIVEIRA, Tiago. Crise do estado e a questão regional: elementos para um debate. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 14, n. 3, p. 451-461, dez. 2004.
- MOURA, Antônio Plínio Pires de. A política de desenvolvimento do nordeste. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 3, p. 271-280, jun./set. 1978.
- MOURA, Antônio Plínio Pires de; SOUZA, Ricardo Luciano S. P. de. Conjuntura industrial: as esperanças estão definindo. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 100, p. 23-30, set. 2002.
- _____. Trajetória industrial: acanhamento persiste. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 109, p. 21-24, jun. 2003.
- NASCIMENTO, Carla J. S. do. Economia baiana: em compasso de recuperação. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 71-84, dez. 2002.
- _____. Indústria baiana apresenta recuo da trajetória de queda. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 89, p. 3-6, out. 2001.
- _____. Aspectos conjunturais do turismo. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 90, p. 3-4, nov. 2001.
- _____. Conjuntura baiana: retrospectiva e perspectiva. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 95, p. 1-7, abr. 2002.
- _____. Pesquisas mostram comportamento da atividade econômica em 2000. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 98, p. 3-14, jul. 2002.
- _____. Emprego industrial na Bahia. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n.111, p. 3-5, ago. 2003.
- _____. Indústria baiana apresenta trajetória de queda. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 99, p. 3-5, ago. 2002.
- _____. Conjuntura baiana: primeiro semestre de 2002. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 100, p. 9-13, set. 2002.
- _____. Conjuntura industrial baiana. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 107, p. 3-5, mai. 2003.
- _____. Novas tendências nos serviços baianos de turismo. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 110, p. 3-6, jul. 2003.
- _____. Conjuntura do mercado de trabalho da RMS em 2003. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 114, p. 3-5, nov. 2003.
- _____. Indústria baiana em perspectiva. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 116, p. 3-5, jan. 2004.

NASCIMENTO, Carla J. S. do. Economia baiana em 2003. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 117, p. 3-5, fev. 2004.

NASCIMENTO, Ivando; COUTO FILHO, Vítor de A.. A agricultura em 1997: um crescimento não sustentável. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 7, n. 3, p. 14-18, dez. 1997.

NÍVEL de atividades da economia baiana. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 3, p. 12, ago. 1994.

NÍVEL de atividade. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 4, p. 17, set. 1994.

_____. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 5, p. 13, out.1994.

_____. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 6, p. 15, nov. 1994.

_____. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 8, p. 15, jan. 1995.

_____. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 9, p. 15, fev. 1995.

_____. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 11, p. 13-14, abr. 1995.

_____. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 12, p. 19-20, maio 1995.

_____. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 13, p. 19-20, jun. 1995.

0 PIB baiano no 1º semestre/95. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 16, p. 6, set. 1995.

PACHECO, Fabiana; SCHMITZ, Arno Paulo. A safra de 2002 na Bahia – algumas considerações. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 106, p. 15-17, mar. 2003.

PACHECO, Fabiana; SOUZA, Roberta Lourenço de. A política de atração de investimentos industriais na Bahia: uma breve análise. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 107, p. 13-20, abr. 2003.

PEREIRA, E. A. Estagnação e limites do crescimento. *Política Econômica em Foco*, Campinas, n. 4, set./dez. 2003. Disponível em: <...>. Acesso em: 10 mar 2005. Seção 5.

PETITINGA, Luiz Alberto. A inflexão do crescimento no segundo ano do real. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 5, n. 3, p. 66-69, dez. 1995.

_____. Crescimento, abertura e fortalecimento do parque industrial. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 6, n. 3, p. 17-20, dez. 1996.

PIMENTA, Antônio Carlos Rosa. Desempenho da indústria baiana em 1998. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 58, p. 1-2, mar. 1999.

PIMENTA, Antônio Carlos Rosa et al. Desempenho da economia baiana – 1º trimestre/98. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 48, p. 1-5, maio 1998.

PIMENTA, Antônio Carlos Rosa; REIS, Frederico Santana dos. Desempenho semestral da economia baiana. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 51, p. 1-6, ago. 1998.

PREVISÃO de safras agrícolas na Bahia. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 14, p. 20, jul. 1995.

PROSÉRPPIO, Renata. Bahia: Perspectiva 1993-2000. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 2, n. 3, p. 5-15, dez. 1992.

_____. A Bahia no final do século. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 4, n. 2/3, p. 7-14, dez. 1994.

_____. Bahia: crescimento ou estagnação? *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 26, p. 6-7, jul. 1996.

- QUEIROZ, Lúcia Aquino de. O desempenho do PIB dos municípios baianos – 1994/1996. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 55, p. 12-16, dez. 1998.
- REIS, Frederico Santana dos. Indústria baiana em 1995: problemas e perspectivas. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 5, n. 3, p. 73-76, dez. 1995.
- REIS, Frederico Santana dos; VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro. PIB da Bahia em 1997 e tendências para 1998. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 50, p. 1-2, jul. 1998.
- ROCHA, Alynson dos Santos; SOUZA, Roberta Lourenço de. Comércio exterior baiano: desempenho do setor agrícola. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 120, p. 3-6, maio 2004.
- SANTANA, Marivone Leite. Comportamento declinante. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 1, n. 3, p. 60-64, dez. 1991.
- _____. Comércio perde a liderança no crescimento da economia estadual. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 7, n. 3, dez. 1997.
- _____. Novo impulso. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 1, n. 3, p. 73-75, dez. 1991.
- _____. Comércio baiano – continuada desaceleração. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 3, n. 3, p. 16-20, dez. 1993.
- _____. Comércio atenua desaceleração da economia baiana. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 5, n. 3, p. 87-93, dez. 1995.
- SATO, Ademar K. Aspectos econômicos do centro da cidade – o valor da cidade. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 4, p. 457-462, out./dez. 1978.
- SERRA, Edelcique Machado; SILVA, Ledna Teixeira. Reflexões sobre aspectos da política regional do desenvolvimento. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 1, jan./mar. 1977.
- SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, L. C. M.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. 4. ed. Campinas: Unicamp. IE, 1998. v. 1, p. 69-138.
- SÍNTESE EXECUTIVA. Turismo. Salvador: CEI, n. 2, jul. 1991.
- _____. Desempenho da indústria química. Salvador: CEI, n. 3, set. 1991.
- _____. Comércio Exterior. Salvador: CEI, n. 4, out. 1991.
- _____. Agricultura. Salvador: CEI, n. 5, nov. 1991.
- _____. 40 anos do PIB. Salvador: CEI, n. 6, dez. 1991.
- SOARES, Vera L. Sales; FILHO, Vítor de A. C. Desempenho do agrobusiness 1995. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 5, n. 3, p. 131-139, dez. 1995.
- SOUZA, Roberta Lourenço de. O Comércio exterior baiano sob os efeitos das conjunturas externas e internas. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 102, p. 3-6, nov. 2002.
- TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3. ed., Campinas, 1998.
- TAVARES, M. C., FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- TEIXEIRA, Francisco, GUERRA, Oswaldo. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, : SEI, v. 10, n. 1, p.87-98, jul. 2000.
- VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro. Dinâmica e inserção das exportações baianas. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 8, n. 2/3, p. 40-45, set./dez. 1998.

TABELAS DO PIB 1975-2004



Tabela 1
Taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto - por período
Brasil: 1985-2004

Ano inicial	Ano final																			2004 (*)
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003		
1985	7,5	5,5	3,6	3,5	1,9	1,7	1,4	1,8	2,3	2,5	2,5	2,6	2,4	2,3	2,4	2,3	2,3	2,2	2,2	2,3
1986		3,5	1,7	2,2	0,5	0,6	0,4	1,1	1,6	1,9	2,0	2,1	1,9	1,9	2,0	2,0	2,0	1,9	1,9	2,1
1987			(0,1)	1,5	(0,5)	(0,1)	(0,2)	0,7	1,4	1,7	1,8	2,0	1,8	1,7	1,9	1,9	1,9	1,8	1,8	2,0
1988				3,2	(0,7)	(0,1)	(0,2)	0,8	1,6	2,0	2,1	2,2	2,0	1,9	2,1	2,0	2,0	1,9	1,9	2,1
1989					(4,4)	(1,7)	(1,3)	0,2	1,3	1,8	1,9	2,1	1,9	1,8	2,0	1,9	1,9	1,8	1,8	2,0
1990						1,0	0,2	1,8	2,8	3,1	3,0	3,0	2,7	2,5	2,6	2,5	2,5	2,3	2,3	2,5
1991							(0,5)	2,2	3,4	3,6	3,4	3,4	2,9	2,6	2,8	2,7	2,6	2,4	2,4	2,6
1992								4,9	5,4	5,0	4,4	4,2	3,5	3,1	3,3	3,0	2,9	2,7	2,7	2,9
1993									5,9	5,0	4,2	4,0	3,2	2,8	3,0	2,8	2,7	2,5	2,5	2,7
1994										4,2	3,4	3,4	2,6	2,2	2,6	2,4	2,3	2,1	2,1	2,4
1995											2,7	3,0	2,0	1,7	2,2	2,1	2,1	1,9	1,9	2,2
1996												3,3	1,7	1,4	2,1	2,0	2,0	1,8	1,8	2,1
1997													0,1	0,5	1,7	1,6	1,7	1,5	1,5	2,0
1998														0,8	2,6	2,1	2,1	1,8	1,8	2,3
1999															4,4	2,8	2,5	2,0	2,0	2,6
2000																1,3	1,6	1,3	1,3	2,2
2001																	1,9	1,2	1,2	2,4
2002																		0,5	0,5	2,7
2003																				4,9

Fonte: IBGE

Elaboração: SEI

* Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as UFs (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 2
Taxa de crescimento acumulado do Produto Interno Bruto - por período
Brasil: 1985-2004

Ano inicial	Ano final																	2004 (*)	
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002		2003
1985	7,5	11,3	11,2	14,7	9,7	10,9	10,3	15,7	22,5	27,6	31,0	35,3	35,5	36,6	42,5	44,4	47,2	48,0	55,2
1986		3,5	3,5	6,7	2,1	3,1	2,6	7,6	13,9	18,8	21,9	25,9	26,1	27,1	32,6	34,3	36,9	37,7	44,4
1987			(0,1)	3,1	(1,4)	(0,4)	(0,9)	4,0	10,1	14,7	17,8	21,6	21,8	22,7	28,1	29,8	32,3	33,0	39,5
1988				3,2	(1,3)	(0,3)	(0,8)	4,0	10,1	14,8	17,8	21,7	21,8	22,8	28,2	29,8	32,3	33,1	39,6
1989					(4,4)	(3,4)	(3,9)	0,8	6,7	11,3	14,2	18,0	18,1	19,0	24,2	25,9	28,3	29,0	35,3
1990						1,0	0,5	5,4	11,6	16,3	19,4	23,3	23,5	24,5	29,9	31,6	34,1	34,8	41,4
1991							(0,5)	4,4	10,5	15,1	18,2	22,1	22,2	23,2	28,6	30,2	32,8	33,5	40,0
1992								4,9	11,1	15,8	18,8	22,7	22,9	23,9	29,3	30,9	33,5	34,2	40,8
1993									5,9	10,3	13,3	17,0	17,1	18,0	23,2	24,8	27,2	27,9	34,1
1994										4,2	7,0	10,5	10,6	11,5	16,4	17,9	20,2	20,8	26,7
1995											2,7	6,0	6,2	7,0	11,7	13,1	15,3	15,9	21,6
1996												3,3	3,4	4,2	8,8	10,2	12,3	12,9	18,4
1997													0,1	0,9	5,3	6,7	8,8	9,3	14,7
1998														0,8	5,2	6,6	8,6	9,2	14,5
1999															4,4	5,7	7,8	8,3	13,6
2000																1,3	3,3	3,8	8,9
2001																	1,9	2,5	7,5
2002																		0,5	5,5
2003																			4,9

Fonte: IBGE

Elaboração: SEI

* Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 3
Produto Interno Bruto total e per capita - Índices e taxas de crescimento
Bahia: 1975-2004

Anos	Unidade Monetária	PIB total (valores Correntes)	Índice do PIB real	Taxa de crescimento	População em 1.000 hab.	PIB per capita (valores correntes)	Índice do PIB per capita real	Taxa do PIB per capita
1975	Cr\$ Milhão	42.465	56,2	...	8.650	4.909	69,0	...
1976	Cr\$ Milhão	67.581	60,6	7,8	8.842	7.643	72,8	5,5
1977	Cr\$ Milhão	107.628	63,8	5,3	9.039	11.907	75,0	3,1
1978	Cr\$ Milhão	160.894	71,4	11,9	9.237	17.418	82,3	9,7
1979	Cr\$ Milhão	278.180	78,4	9,9	9.436	29.481	88,7	7,8
1980	Cr\$ Milhão	590.471	85,8	9,4	9.416	62.708	97,2	9,6
1981	Cr\$ Milhão	1.161.011	84,7	-1,3	9.661	120.179	93,4	-3,9
1982	Cr\$ Milhão	2.324.925	89,6	5,8	9.910	234.613	96,3	3,2
1983	Cr\$ Milhão	5.824.113	89,4	-0,2	10.160	573.223	93,7	-2,7
1984	Cr\$ Milhão	19.208.760	90,9	1,6	10.416	1.844.243	92,9	-0,9
1985	Cr\$ Bilhão	69.437.000	100,0	10,0	10.669	6.508.564	100,0	7,6
1986	Cz\$ Milhão	175.046	107,9	7,9	10.913	16.040	105,6	5,6
1987	Cz\$ Milhão	515.009	103,0	-4,6	11.153	46.176	98,5	-6,8
1988	Cz\$ Milhão	4.002.086	109,1	5,9	11.390	351.375	102,2	3,8
1989	NCz\$ Milhão	57.061	109,0	0,0	11.623	4.909	100,1	-2,1
1990	Cr\$ Milhão	1.427.203	108,7	-0,3	11.848	120.462	97,8	-2,3
1991	Cr\$ Milhão	7.294.189	107,0	-1,5	12.065	604.584	94,5	-3,3
1992	Cr\$ Milhão	77.313.806	108,9	1,8	12.115	6.381.623	95,8	1,4
1993	CR\$ Milhão	1.680.578	112,3	3,1	12.243	137.272	97,8	2,1
1994	R\$ Milhão	14.972	116,3	3,6	12.371	1.210	100,3	2,5
1995	R\$ Milhão	26.769	117,5	1,0	12.499	2.142	100,3	0,0
1996	R\$ Milhão	32.990	120,7	2,7	12.627	2.613	101,9	1,6
1997	R\$ Milhão	37.021	128,6	6,6	12.755	2.902	107,6	5,5
1998	R\$ Milhão	38.759	130,8	1,7	12.885	3.008	108,3	0,7
1999	R\$ Milhão	42.040	133,6	2,2	13.016	3.230	109,6	1,2
2000	R\$ Milhão	48.197	138,8	3,9	13.148	3.666	112,7	2,9
2001	R\$ Milhão	52.249	140,2	1,0	13.281	3.934	112,7	0,0
2002	R\$ Milhão	62.103	141,9	1,2	13.415	4.629	112,9	0,2
2003	R\$ Milhão	73.166	145,1	2,3	13.551	5.399	114,3	1,3
2004*	R\$ Milhão	88.346	159,5	9,9	13.687	6.455	124,5	8,9

Fonte: SEI/IBGE

* Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 4
Produto Interno Bruto total, per capita, população residente e deflator implícito.
Bahia: 1994-2004

Ano	Produto Interno Bruto			População residente 1.000 hab (1)	Produto Interno Bruto Per Capita		Variação real anual em %	Deflator Variação anual em %
	Em R\$1.000		Variação real anual em %		R\$			
	Preços correntes	Preços do ano anterior			Preços correntes	Preços do ano anterior		
1994	14.972.465	633.071	3,6	12.371	1.219	52	2,5	2.265,1
1995	26.769.072	15.126.284	1,0	12.499	2.154	1.219	0,0	77,0
1996	32.989.503	27.484.694	2,7	12.627	2.625	2.190	1,6	20,0
1997	37.020.911	35.153.804	6,6	12.755	2.890	2.770	5,5	5,3
1998	38.759.097	37.646.748	1,7	12.885	3.008	2.910	0,7	3,0
1999	42.040.109	39.604.712	2,2	13.016	3.230	3.043	1,2	6,1
2000	48.197.174	43.674.680	3,9	13.148	3.666	3.323	2,9	10,4
2001	52.249.320	48.674.892	1,0	13.281	3.934	3.665	0,0	7,3
2002	62.102.753	52.873.252	1,2	13.415	4.629	3.941	0,2	17,5
2003	73.166.488	63.523.501	2,3	13.551	5.399	4.688	1,3	15,2
2004*	88.346.411	80.408.858	9,9	13.687	6.455	5.880	8,9	9,9

Fonte: SEI/IBGE

¹ população estimada para 1º de julho.

* Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 5
PIB Brasil, total e per capita e relação PIB Bahia/PIB Brasil
Bahia/Brasil: 1994-2004

Ano	Produto Interno Bruto Brasil			População residente 1.000 hab (¹)	Produto Interno Bruto per capita Brasil			Deflator Brasil Variação anual em %	Participação (%) BA/BR (preços correntes)		
	Em R\$1.000				R\$				Variação real anual em %	PIB total	PIB per capita
	Preços correntes	Preços do ano anterior	Variação real anual em %		Preços correntes	Preços do ano anterior	Variação real anual em %				
1994	349.204.679	14.922.200	5,9	2.232	95	4,2	2.240,2	4,3	54,6		
1995	646.191.517	363.954.364	4,2	4.067	2.291	2,6	77,5	4,1	53,0		
1996	778.886.727	663.371.098	2,7	4.828	4.112	1,1	17,4	4,2	54,4		
1997	870.743.000	804.367.000	3,3	5.317	4.911	1,7	8,3	4,3	54,4		
1998	914.188.000	871.892.000	0,1	5.499	5.244	-1,4	4,9	4,2	54,7		
1999	973.846.000	921.369.000	0,8	5.771	5.460	-0,7	5,7	4,3	56,0		
2000	1.101.255.000	1.016.312.000	4,4	6.430	5.934	2,8	8,4	4,4	57,0		
2001	1.198.736.000	1.115.710.000	1,3	6.896	6.419	-0,2	7,4	4,4	57,0		
2002	1.346.028.000	1.221.834.000	1,9	7.631	6.927	0,4	10,2	4,6	60,7		
2003	1.556.182.000	1.353.363.000	0,5	8.694	7.561	-0,9	15,0	4,7	62,1		
2004*	1.766.621.000	1.636.856.000	4,9	9.743	9.014,1	3,7	8,1	5,0	66,2		

Fonte: SEI/IBGE

¹ População estimada para 10 de julho. Em função dos resultados do Censo Demográfico de 2000 (*), esta estimativa foi revisada para toda a década de 1990.

* Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 6
Taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto - por período
Bahia: 1975-2004

Ano inicial	Ano final																													
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004*	
1975	7,8	6,5	8,3	8,7	8,8	7,1	6,9	6,0	5,5	5,9	6,1	5,2	5,2	4,8	4,5	4,1	4,0	3,9	3,9	3,8	3,7	3,8	3,7	3,7	3,7	3,6	3,5	3,4	3,7	
1976		5,3	8,5	9,0	9,1	6,9	6,7	5,7	5,2	5,7	5,9	4,9	5,0	4,6	4,3	3,9	3,7	3,7	3,7	3,6	3,5	3,6	3,6	3,5	3,5	3,4	3,3	3,3	3,5	
1977			11,9	10,9	10,4	7,3	7,0	5,8	5,2	5,8	6,0	4,9	5,0	4,6	4,2	3,8	3,6	3,6	3,6	3,5	3,4	3,6	3,5	3,4	3,4	3,3	3,2	3,2	3,5	
1978				9,9	9,7	5,9	5,8	4,6	4,1	4,9	5,3	4,2	4,3	3,9	3,6	3,2	3,1	3,1	3,1	3,0	3,0	3,1	3,0	3,1	3,0	3,1	3,0	2,9	3,1	
1979					9,4	3,9	4,5	3,3	3,0	4,1	4,7	3,5	3,7	3,3	3,0	2,6	2,6	2,6	2,6	2,7	2,6	2,6	2,8	2,7	2,7	2,8	2,7	2,6	2,6	2,9
1980						(1,3)	2,2	1,4	1,4	3,1	3,9	2,6	3,0	2,7	2,4	2,0	2,0	2,1	2,2	2,1	2,2	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,3	2,3	2,6
1981							5,8	2,8	2,4	4,2	5,0	3,3	3,7	3,2	2,8	2,4	2,3	2,4	2,5	2,4	2,4	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,5	2,5	2,8
1982								(0,2)	0,7	3,7	4,8	2,8	3,3	2,9	2,4	2,0	2,0	2,1	2,2	2,1	2,2	2,4	2,4	2,4	2,4	2,5	2,4	2,3	2,3	2,7
1983									1,6	5,8	6,5	3,6	4,1	3,4	2,8	2,3	2,2	2,3	2,4	2,3	2,3	2,6	2,6	2,6	2,5	2,6	2,5	2,5	2,8	
1984									10,0	9,0	4,3	4,7	3,7	3,0	2,4	2,3	2,4	2,5	2,4	2,4	2,7	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,5	2,5	2,9	
1985									7,9	1,5	2,9	1,5	2,9	2,2	1,7	1,1	1,2	1,5	1,7	1,6	1,6	2,1	2,1	2,1	2,2	2,1	2,1	2,1	2,1	2,5
1986										(4,6)	0,5	0,3	0,2	(0,2)	0,1	0,6	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1	1,6	1,6	1,7	1,8	1,8	1,7	1,8	1,8	2,2
1987											5,9		5,9	2,9	1,8	1,0	1,1	1,5	1,8	1,7	1,8	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,6
1988														(0,0)	(0,2)	(0,6)	(0,0)	0,6	1,1	1,1	1,3	1,8	1,8	1,8	1,9	2,0	2,0	1,9	1,9	2,4
1989															(0,3)	(0,9)	(0,0)	0,7	1,3	1,3	1,5	2,1	2,0	2,1	2,1	2,2	2,1	2,0	2,1	2,6
1990																(1,5)	0,1	1,1	1,7	1,6	1,8	2,4	2,3	2,3	2,5	2,3	2,2	2,3	2,8	
1991																	1,8	2,4	2,8	2,4	2,4	3,1	2,9	2,8	2,9	2,7	2,6	2,6	3,1	
1992																		3,1	3,4	2,6	2,6	3,4	3,1	3,0	3,1	2,8	2,7	2,6	3,2	
1993																			3,6	2,3	2,4	2,4	3,4	3,1	2,9	3,1	2,8	2,6	3,2	
1994																				1,0	1,8	3,4	3,0	2,8	3,0	2,7	2,5	2,5	3,2	
1995																					2,7	4,6	3,6	3,3	3,4	3,0	2,7	2,7	3,4	
1996																						6,6	4,1	3,5	3,6	3,0	2,7	2,7	3,5	
1997																							1,7	1,9	2,6	2,2	2,0	2,0	3,1	
1998																								2,2	2,2	3,0	2,3	2,1	2,1	3,4
1999																									3,9	2,4	2,0	2,1	3,6	
2000																										1,0	1,1	1,5	3,5	
2001																														4,4
2002																														6,0
2003																														9,9

Fonte:SEI

* Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as UFs (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 7
Taxa de crescimento acumulado do Produto Interno Bruto - por período
Bahia: 1975-2004

Ano inicial	Ano final																															
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004*			
1975	7,8	13,5	27,0	39,5	52,6	50,6	59,3	59,0	61,7	77,9	92,0	83,2	94,0	94,0	93,3	90,4	93,7	99,8	107,0	109,1	114,7	128,8	132,6	137,7	146,9	149,4	152,4	158,1	183,7			
1976		5,3	17,8	29,5	41,7	39,8	47,8	47,6	50,0	65,1	78,2	70,0	80,0	80,0	79,4	76,7	79,8	85,4	92,1	94,0	99,2	112,3	115,9	120,6	129,2	131,4	134,2	139,6	163,3			
1977			11,9	23,0	34,5	32,7	40,4	40,1	42,5	56,7	69,2	61,4	70,9	70,9	70,3	67,7	70,7	76,0	82,4	84,2	89,2	101,6	105,0	109,5	117,6	119,8	122,4	127,5	150,0			
1978				9,9	20,2	18,6	25,5	25,3	27,3	40,1	51,2	44,3	52,8	52,8	52,2	49,9	52,6	57,4	63,0	64,7	69,1	80,2	83,2	87,2	94,5	96,4	98,8	103,3	123,5			
1979					9,4	8,0	14,2	14,0	15,9	27,5	37,6	31,3	39,0	39,0	38,5	36,4	38,8	43,2	48,3	49,8	53,8	63,9	66,7	70,3	77,0	78,7	80,9	85,0	103,3			
1980						(1,3)	4,4	4,2	5,9	16,5	25,8	20,0	27,1	27,1	26,6	24,7	26,9	30,9	35,6	37,0	40,6	49,9	52,4	55,7	61,8	63,4	65,3	69,1	85,8			
1981							5,8	5,6	7,3	18,1	27,5	21,6	28,8	28,8	28,3	26,4	28,6	32,6	37,4	38,8	42,5	51,9	54,4	57,8	63,9	65,6	67,5	71,4	88,3			
1982								(0,2)	1,5	11,7	20,5	15,0	21,8	21,7	21,3	19,5	21,6	25,4	29,9	31,2	34,7	43,6	46,0	49,2	55,0	56,5	58,4	62,0	78,1			
1983									1,6	11,8	20,7	15,2	22,0	21,9	21,5	19,7	21,8	25,6	30,1	31,5	35,0	43,8	46,3	49,5	55,3	56,8	58,7	62,3	78,4			
1984										10,0	18,8	13,3	20,0	20,0	19,6	17,7	19,8	23,6	28,0	29,3	32,8	41,5	43,9	47,0	52,7	54,3	56,1	59,7	75,5			
1985										7,9	3,0	9,1	9,0	9,0	8,7	7,0	8,9	12,3	16,3	17,5	20,7	28,6	30,8	33,6	38,8	40,2	41,9	45,1	59,5			
1986											(4,6)	1,0	1,0	1,0	0,7	(0,9)	0,9	4,1	7,8	8,9	11,8	19,1	21,2	23,8	28,6	29,9	31,4	34,4	47,8			
1987												5,9	5,9	5,9	5,5	3,9	5,7	9,0	13,0	14,1	17,2	24,9	27,0	29,7	34,8	36,1	37,7	40,9	54,8			
1988													(0,0)	(0,0)	(0,4)	(1,9)	(0,1)	3,0	6,7	7,8	10,7	17,9	19,9	22,5	27,3	28,6	30,1	33,1	46,2			
1989															(0,3)	(1,9)	(0,1)	3,0	6,7	7,8	10,7	17,9	19,9	22,6	27,3	28,6	30,1	33,1	46,3			
1990																(1,5)	0,2	3,4	7,1	8,2	11,1	18,4	20,4	23,0	27,8	29,0	30,6	33,6	46,8			
1991																1,8	0,2	4,9	8,7	9,8	12,8	20,2	22,2	24,9	29,7	31,0	32,6	35,6	49,0			
1992																		3,1	6,8	7,9	10,8	18,1	20,1	22,7	27,5	28,7	30,3	33,2	46,4			
1993																			3,6	4,7	7,5	14,5	16,4	19,0	23,6	24,8	26,3	29,2	42,0			
1994																				1,0	3,7	10,5	12,4	14,9	19,3	20,5	21,9	24,7	37,1			
1995																					2,7	9,4	11,3	13,7	18,1	19,3	20,7	23,5	35,7			
1996																						6,6	8,4	10,7	15,0	16,2	17,6	20,2	32,2			
1997																							1,7	3,9	7,9	9,0	10,3	12,8	24,0			
1998																								2,2	6,2	7,2	8,5	11,0	22,0			
1999																									3,9	4,9	6,2	8,6	19,3			
2000																										1,0	2,2	4,5	14,9			
2001																												1,2	3,5	13,8		
2002																													2,3	12,4		
2003																														9,9		

Fonte: SEI

* Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as UFs (Projeto de Contas Regionais - SEI/BGE)

Tabela 8
Taxa média de crescimento do PIB per capita - por período
Bahia: 1975-2004

Ano inicial	Ano final																													
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004*	
1975	5,5	4,3	6,1	6,5	7,1	5,2	4,9	3,9	3,4	3,8	4,0	3,0	3,1	2,7	2,4	2,0	2,0	2,0	2,0	1,9	1,9	2,0	2,0	2,0	1,9	2,0	1,9	1,8	1,8	2,1
1976		3,1	6,3	6,8	7,5	5,1	4,8	3,7	3,1	3,6	3,8	2,8	2,9	2,5	2,1	1,8	1,7	1,8	1,8	1,7	1,7	1,9	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,7	1,7	1,9
1977			9,7	8,7	9,0	5,6	5,1	3,8	3,1	3,7	3,9	2,8	2,9	2,4	2,1	1,7	1,6	1,7	1,7	1,6	1,6	1,8	1,8	1,8	1,7	1,8	1,7	1,6	1,6	1,9
1978				7,8	8,7	4,3	4,0	2,6	2,1	2,8	3,2	2,0	2,2	1,8	1,5	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,6
1979					9,6	2,6	2,8	1,4	0,9	2,0	2,5	1,3	1,6	1,2	0,9	0,5	0,6	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,4
1980						(3,9)	(0,4)	(1,2)	(1,1)	0,6	1,4	0,2	0,6	0,3	0,1	(0,3)	(0,1)	0,0	0,2	0,2	0,2	0,3	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	1,0
1981							3,2	0,2	(0,2)	1,7	2,5	0,9	1,3	0,9	0,5	0,1	0,2	0,4	0,6	0,6	0,5	0,6	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9	1,3
1982								(2,7)	(1,8)	1,2	2,3	0,4	1,0	0,5	0,2	(0,2)	(0,1)	0,1	0,3	0,3	0,3	0,4	0,7	0,7	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8	1,2
1983									(0,9)	3,3	4,1	1,2	1,7	1,1	0,6	0,1	0,2	0,4	0,6	0,6	0,6	0,6	1,0	1,0	1,0	1,1	1,0	1,0	1,0	1,4
1984										7,6	6,6	2,0	2,4	1,5	0,9	0,2	0,4	0,6	0,8	0,8	0,7	0,8	1,1	1,1	1,1	1,2	1,1	1,1	1,1	1,5
1985											5,6	(0,8)	0,7	0,0	(0,4)	(0,9)	(0,6)	(0,3)	0,0	0,0	0,0	0,2	0,6	0,6	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7	1,2
1986												(6,8)	(1,6)	(1,8)	(1,9)	(2,2)	(1,6)	(1,1)	(0,6)	(0,6)	(0,6)	(0,4)	0,2	0,2	0,3	0,5	0,4	0,4	0,5	0,9
1987													3,8	0,8	(0,2)	(1,0)	(0,6)	(0,1)	0,3	0,2	0,2	0,4	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	0,9	1,4
1988														(2,1)	(2,2)	(2,6)	(1,6)	(0,9)	(0,3)	(0,3)	(0,0)	(0,0)	0,6	0,6	0,6	0,8	0,8	0,7	0,8	1,2
1989															(2,3)	(2,8)	(1,4)	(0,6)	0,0	0,0	0,0	0,3	0,9	0,9	0,9	1,1	1,0	0,9	1,0	1,5
1990																(3,3)	(1,0)	(0,0)	0,6	0,5	0,7	1,4	1,3	1,3	1,4	1,3	1,2	1,2	1,7	1,7
1991																	1,4	1,7	2,0	1,5	1,5	2,2	2,0	2,0	1,9	2,0	1,8	1,6	1,6	2,1
1992																		2,1	2,3	1,5	1,6	2,3	2,1	2,1	1,9	2,1	1,8	1,7	1,6	2,2
1993																			2,5		1,3	1,4	2,4	2,1	1,9	2,0	1,8	1,6	1,6	2,2
1994																				(0,0)	0,8	2,4	1,9	1,8	2,0	1,7	1,5	1,5	2,2	2,2
1995																					1,6	3,6	2,6	2,2	2,2	2,4	2,0	1,7	1,7	2,4
1996																						5,5	3,1	3,1	2,4	2,5	2,0	1,7	1,7	2,5
1997																							0,7	0,9	1,6	1,2	2,0	1,0	1,0	2,1
1998																								1,2	2,0	1,3	1,0	1,1	2,4	2,4
1999																										2,9	1,4	1,0	1,1	2,6
2000																										(0,0)	0,1	0,5	2,5	2,5
2001																														3,4
2002																														5,0
2003																														8,9

Fonte:SEI

* Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as UFs (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 9
Taxa de crescimento acumulado do PIB per capita - por período
Bahia: 1975-2004

Ano inicial	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004*
1975	5,5	8,8	19,3	28,6	40,9	35,4	39,7	36,0	34,8	45,0	53,2	42,8	48,2	45,1	41,8	37,1	38,9	41,8	45,4	45,4	47,8	56,0	57,1	58,9	63,5	63,4	63,7	65,8	80,6
1976		3,1	13,1	21,8	33,5	28,3	32,4	28,8	27,7	37,4	45,2	35,3	40,4	37,5	34,4	29,9	31,7	34,4	37,8	37,8	40,1	47,8	48,8	50,6	54,9	54,9	55,1	57,1	71,1
1977			9,7	18,2	29,5	24,5	28,4	25,0	23,9	33,3	40,8	31,3	36,2	33,4	30,4	26,0	27,7	30,4	33,7	33,7	35,9	43,4	44,4	46,0	50,2	50,2	50,5	52,4	66,0
1978				7,8	18,1	13,5	17,1	13,9	13,0	21,5	28,4	19,7	24,2	21,6	18,9	14,9	16,4	18,8	21,9	21,9	23,9	30,7	31,6	33,2	37,0	37,0	37,2	39,0	51,3
1979					9,6	5,3	8,7	5,7	4,8	12,8	19,2	11,1	15,3	12,9	10,3	6,6	8,1	10,3	13,1	13,1	15,0	21,3	22,2	23,6	27,1	27,1	27,3	29,0	40,4
1980						(3,9)	(0,9)	(3,5)	(4,4)	2,9	8,7	1,4	5,2	3,0	0,6	(2,7)	(1,4)	0,6	3,2	3,2	4,9	10,7	11,4	12,7	16,0	16,0	16,2	17,7	28,1
1981							3,2	0,4	(0,5)	7,1	13,1	5,5	9,4	7,2	4,7	1,2	2,6	4,7	7,4	7,4	9,2	15,2	16,0	17,3	20,7	20,7	20,9	22,4	33,3
1982								(2,7)	(3,5)	3,8	9,7	2,2	6,1	3,9	1,5	(1,9)	(0,6)	1,5	4,1	4,1	5,8	11,7	12,4	13,7	17,0	17,0	17,2	18,7	29,2
1983									(0,9)	6,7	12,7	5,1	9,0	6,8	4,3	0,8	2,2	4,3	7,0	7,0	8,7	14,8	15,5	16,9	20,2	20,2	20,4	22,0	32,8
1984										7,6	13,7	6,0	10,0	7,7	5,2	1,7	3,1	5,2	7,9	7,9	9,7	15,7	16,5	17,9	21,3	21,3	21,5	23,0	34,0
1985											5,6	(1,5)	2,2	0,1	(2,2)	(5,5)	(4,2)	(2,2)	0,3	0,3	1,9	7,6	8,3	9,6	12,7	12,7	12,9	14,3	24,5
1986											(6,8)		(3,3)	(5,3)	(7,4)	(10,5)	(9,3)	(7,4)	(5,1)	(5,1)	(3,5)	1,8	2,5	3,7	6,7	6,7	6,9	8,2	17,8
1987													3,8	1,6	(0,7)	(4,0)	(2,7)	(0,7)	1,8	1,8	3,5	9,2	10,0	11,2	14,4	14,4	14,6	16,1	26,4
1988														(2,1)	(4,3)	(7,5)	(6,2)	(4,3)	(1,9)	(1,9)	(0,3)	5,3	6,0	7,2	10,3	10,3	10,5	11,9	21,8
1989															(2,3)	(5,6)	(4,3)	(2,3)	0,2	0,2	1,8	7,5	8,2	9,5	12,6	12,6	12,8	14,2	24,4
1990																(3,3)	(2,0)	(0,0)	2,5	2,5	4,2	10,0	10,7	12,0	15,3	15,2	15,4	16,9	27,3
1991																	1,4	3,4	6,1	6,1	7,8	13,8	14,6	15,9	19,2	19,2	19,4	21,0	31,7
1992																		2,1	4,7	4,7	6,4	12,3	13,0	14,4	17,6	17,6	17,8	19,3	30,0
1993																			2,5	2,5	4,2	10,0	10,8	12,0	15,3	15,2	15,4	16,9	27,3
1994																				(0,0)	1,6	7,3	8,0	9,3	12,4	12,4	12,6	14,0	24,2
1995																					1,6	7,3	8,0	9,3	12,4	12,4	12,6	14,0	24,2
1996																						5,5	6,3	7,5	10,6	10,6	10,8	12,2	22,2
1997																							0,7	1,8	4,8	4,8	4,9	6,3	15,7
1998																								1,2	4,1	4,1	4,2	5,6	15,0
1999																									2,9	2,9	3,0	4,4	13,6
2000																										(0,0)	0,2	1,4	10,5
2001																											0,2	1,5	10,5
2002																											0,2	1,3	10,3
2003																													8,9

Fonte:SEI

* Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 10
Composição Percentual do PIB dos Estados da Região Nordeste e Relação NE/BR
Nordeste/Brasil: 1985-2003

Ano	Participação %										Total NE	NE/BR
	Bahia	Sergipe	Alagoas	Pernambuco	Paraiíba	Rio G. do Norte	Ceará	Piauí	Maranhão			
1985	37,8	6,6	5,2	18,0	5,1	5,7	13,3	2,8	5,5	100,0	14,1	
1986	36,5	6,2	4,7	19,5	5,5	5,4	13,1	3,0	6,0	100,0	14,1	
1987	35,8	5,1	5,4	20,5	5,6	5,6	13,4	2,9	5,8	100,0	13,1	
1988	37,3	4,8	4,6	19,8	5,3	5,4	13,7	2,8	6,3	100,0	12,8	
1989	35,8	4,2	4,5	20,4	5,3	6,0	14,2	3,0	6,5	100,0	12,3	
1990	34,0	4,4	5,3	21,1	6,3	5,4	13,6	3,5	6,4	100,0	12,9	
1991	33,0	4,7	5,4	21,5	6,1	5,7	14,1	3,3	6,2	100,0	13,4	
1992	34,4	4,7	5,6	20,4	5,4	5,6	14,9	2,9	6,2	100,0	12,9	
1993	34,4	4,8	5,0	20,3	5,5	5,8	15,0	3,2	6,0	100,0	12,8	
1994	33,7	4,4	5,3	20,1	6,2	5,7	14,8	3,5	6,3	100,0	12,9	
1995	32,4	4,2	4,9	21,2	6,4	5,7	15,2	3,8	6,1	100,0	12,8	
1996	32,3	4,2	4,9	20,7	6,3	5,7	15,4	3,8	6,7	100,0	13,2	
1997	32,7	4,2	5,1	20,4	6,1	5,9	15,5	3,7	6,5	100,0	13,1	
1998	32,4	4,2	5,2	20,7	6,0	5,7	15,8	3,7	6,1	100,0	13,1	
1999	33,1	4,2	5,1	20,3	6,1	6,0	15,3	3,7	6,3	100,0	13,1	
2000	33,3	4,1	4,9	20,3	6,4	6,4	14,3	3,7	6,5	100,0	13,1	
2001	33,0	5,3	4,9	20,2	6,5	6,2	13,7	3,6	6,6	100,0	13,1	
2002	33,9	5,3	4,8	20,1	6,5	6,4	13,3	3,4	6,3	100,0	13,4	
2003	34,1	5,5	4,8	19,7	6,4	6,4	13,2	3,4	6,5	100,0	13,8	

Elaboração: SEI

Fonte: IBGE

Tabela 11
Produto Interno Bruto segundo atividades
Bahia: 1975-2004

Ano	Moeda	Agropecuária	Ind. Extrativa mineral	Indústria transformação	Serviços Industriais de Util. Pública	Construção	Alojamento e alimentação	Comércio
1975	Cr\$ Milhão	12.555	1.694	6.015	947	2.584	547	3.396
1976	Cr\$ Milhão	18.636	2.958	8.248	1.344	5.543	1.260	5.942
1977	Cr\$ Milhão	30.497	3.876	15.473	2.216	8.428	2.088	9.385
1978	Cr\$ Milhão	40.642	5.656	23.886	3.056	15.744	3.478	15.007
1979	Cr\$ Milhão	65.226	9.695	47.728	7.370	23.689	5.610	25.701
1980	Cr\$ Milhão	114.975	24.803	123.139	18.273	61.340	11.643	54.609
1981	Cr\$ Milhão	199.189	57.816	263.965	40.106	107.250	21.008	116.174
1982	Cr\$ Milhão	320.248	110.815	529.290	88.807	244.142	44.662	249.152
1983	Cr\$ Milhão	929.797	446.699	1.459.593	232.644	407.313	106.490	594.966
1984	Cr\$ Milhão	3.344.162	1.529.662	5.072.962	776.894	1.189.989	324.691	1.841.963
1985	Cr\$ Milhão	12.598.115	4.301.802	17.153.684	2.484.296	4.466.699	1.506.804	6.246.864
1986	Cz\$ Milhão	29.783	8.098	40.957	6.041	15.676	4.085	17.701
1987	Cz\$ Milhão	83.756	18.071	134.618	21.119	27.211	10.612	51.925
1988	Cz\$ Milhão	777.807	120.309	985.815	197.317	190.050	70.708	436.987
1989	Ncz\$ Milhão	10.000	1.368	13.808	2.104	3.588	1.344	5.976
1990	Cr\$ Milhão	142.838	32.881	330.614	53.841	102.501	33.642	157.174
1991	Cr\$ Milhão	751.622	186.370	1.541.387	269.448	476.559	167.042	776.704
1992	Cr\$ Milhão	7.790.639	2.053.417	19.072.943	2.951.306	5.155.351	1.698.584	7.978.252
1993	CR\$ Milhão	165.832	49.697	429.292	71.872	123.096	47.393	174.482
1994	R\$ Milhão	1.980	353	3.194	649	1.258	423	1.419
1995	R\$ Milhão	3.425	473	4.913	854	2.620	688	2.601
1996	R\$ Milhão	3.860	471	6.255	1.090	3.067	766	2.742
1997	R\$ Milhão	4.014	486	6.839	1.382	4.167	768	3.081
1998	R\$ Milhão	3.544	479	7.520	1.430	4.405	867	3.093
1999	R\$ Milhão	3.696	560	9.327	1.473	4.247	835	3.332
2000	R\$ Milhão	4.764	631	11.367	1.598	4.652	961	3.764
2001	R\$ Milhão	5.041	1.382	12.967	1.073	4.535	1.027	4.089
2002	R\$ Milhão	7.418	1.670	16.141	1.911	4.657	1.003	3.977
2003	R\$ Milhão	7.837	2.190	22.390	2.456	4.944	1.083	4.399
2004*	R\$ Milhão	9.171	2.880	28.921	2.821	5.648	1.279	4.904

Continua

Tabela 11
 Produto Interno Bruto segundo atividades
 Bahia: 1975-2004

Ano	Moeda	Transportes e armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel de imóveis	Adm. pública	Saúde e educação	Serviços domésticos	Outros serviços
1975	C-\$ Milhão	1.162	215	2.169	2.245	5.281	1.747	197	154
1976	C-\$ Milhão	1.634	352	4.056	3.644	7.512	2.862	298	387
1977	C-\$ Milhão	3.112	558	6.371	5.758	10.654	3.854	449	558
1978	C-\$ Milhão	4.564	1.044	9.040	8.842	15.368	6.124	661	820
1979	C-\$ Milhão	7.182	1.857	15.149	17.578	28.013	11.403	1.009	1.225
1980	C-\$ Milhão	14.345	3.519	31.171	38.419	51.449	17.027	2.009	2.485
1981	C-\$ Milhão	34.109	8.096	76.909	73.049	98.340	30.468	4.342	5.119
1982	C-\$ Milhão	65.777	17.636	169.455	158.992	216.149	54.248	9.141	10.572
1983	C-\$ Milhão	126.046	41.568	412.390	387.475	446.043	123.109	20.244	34.592
1984	C-\$ Milhão	382.866	134.293	1.292.662	1.233.566	1.281.074	306.555	67.005	115.152
1985	C-\$ Milhão	1.616.289	537.089	4.504.430	4.249.085	5.662.487	1.108.953	239.384	528.200
1986	Cz\$ Milhão	4.230	1.228	6.749	10.654	14.051	2.759	613	1.221
1987	Cz\$ Milhão	12.658	4.713	41.634	37.411	45.234	12.039	1.637	4.125
1988	Cz\$ Milhão	102.517	37.076	312.575	260.740	384.231	82.192	14.912	34.781
1989	NCz\$ Milhão	1.460	644	5.781	3.256	6.046	1.472	208	688
1990	C-\$ Milhão	31.935	15.108	136.681	90.877	171.140	33.129	4.287	30.514
1991	C-\$ Milhão	173.581	90.989	561.883	896.752	819.874	198.969	23.293	188.224
1992	C-\$ Milhão	1.889.793	1.279.161	11.059.320	7.464.386	7.395.302	2.235.104	276.150	2.113.436
1993	CR\$ Milhão	40.363	32.567	269.483	118.358	201.172	46.688	6.893	33.852
1994	R\$ Milhão	329	260	1.354	1.033	1.812	406	59	273
1995	R\$ Milhão	461	525	1.253	2.433	3.538	735	117	568
1996	R\$ Milhão	621	859	1.312	3.808	4.373	1.018	136	779
1997	R\$ Milhão	704	873	1.515	4.438	4.534	1.135	147	959
1998	R\$ Milhão	837	1.022	1.712	4.335	4.896	1.133	159	1.028
1999	R\$ Milhão	868	1.290	1.566	4.613	5.159	1.174	179	1.046
2000	R\$ Milhão	802	966	1.358	4.747	6.293	1.166	196	1.128
2001	R\$ Milhão	804	1.101	1.589	5.098	6.664	1.188	234	1.199
2002	R\$ Milhão	1.019	1.314	2.565	5.340	7.960	1.157	261	1.381
2003	R\$ Milhão	1.261	1.548	2.160	5.495	9.043	1.291	1.511	303
2004*	R\$ Milhão	1.493	2.471	2.639	5.992	10.201	1.678	1.666	340

Continua

Tabela 11
 Produto Interno Bruto segundo atividades
 Bahia: 1975-2004

Ano	Moeda	Sub-total	(-) Dummy financeiroiro	Valor Adicionado A preços Básicos	Impostos Sobre Produtos	PIB	População Residente Em 1.000 hab	PIB per capita em 1,00 unidade monetária
1975	Cr\$ Milhão	40.909	2.222	38.687	3.778	42.465	8.650	4.909
1976	Cr\$ Milhão	64.675	4.026	60.648	6.933	67.581	8.842	7.643
1977	Cr\$ Milhão	103.276	6.381	96.895	10.733	107.628	9.039	11.907
1978	Cr\$ Milhão	153.932	8.762	145.170	15.724	160.894	9.237	17.418
1979	Cr\$ Milhão	268.433	14.531	253.902	24.278	278.180	9.436	29.481
1980	Cr\$ Milhão	569.207	29.040	540.167	50.304	590.471	9.416	62.708
1981	Cr\$ Milhão	1.135.940	73.789	1.062.151	98.860	1.161.011	9.661	120.179
1982	Cr\$ Milhão	2.289.085	167.579	2.121.506	203.419	2.324.925	9.910	234.613
1983	Cr\$ Milhão	5.768.969	417.498	5.351.471	472.642	5.824.113	10.160	573.223
1984	Cr\$ Milhão	18.893.494	1.315.698	17.577.795	1.630.965	19.208.760	10.416	1.844.243
1985	Cr\$ Milhão	67.204.182	4.235.569	62.968.613	6.468.387	69.437.000	10.669	6.508.564
1986	Cz\$ Milhão	163.845	6.398	157.447	17.599	175.046	10.913	16.040
1987	Cz\$ Milhão	506.761	40.979	465.782	49.227	515.009	11.153	46.176
1988	Cz\$ Milhão	4.008.016	314.637	3.693.379	308.707	4.002.086	11.390	351.375
1989	NCz\$ Milhão	57.743	5.802	51.941	5.120	57.061	11.623	4.909
1990	Cr\$ Milhão	1.367.163	143.196	1.223.967	203.236	1.427.203	11.848	120.462
1991	Cr\$ Milhão	7.122.694	548.147	6.574.547	719.642	7.294.189	12.065	604.584
1992	Cr\$ Milhão	80.413.146	10.840.845	69.572.301	7.741.505	77.313.806	12.115	6.381.623
1993	CR\$Milhão	1.811.039	270.047	1.540.992	139.586	1.680.578	12.243	137.272
1994	R\$Milhão	14.800	1.221	13.579	1.393	14.972	12.371	1.210
1995	R\$Milhão	25.204	992	24.212	2.557	26.769	12.499	2.142
1996	R\$Milhão	31.158	1.082	30.076	2.913	32.990	12.627	2.613
1997	R\$Milhão	35.041	1.143	33.898	3.123	37.021	12.755	2.902
1998	R\$Milhão	36.461	1.225	35.236	3.523	38.759	12.885	3.008
1999	R\$Milhão	39.364	1.191	38.173	3.867	42.040	13.016	3.230
2000	R\$Milhão	44.392	1.008	43.384	4.814	48.197	13.148	3.666
2001	R\$Milhão	47.988	1.266	46.721	5.528	52.249	13.281	3.934
2002	R\$Milhão	57.772	2.138	55.635	6.468	62.103	13.415	4.629
2003	R\$Milhão	67.913	1.693	66.220	6.947	73.166	13.551	5.399
2004*	R\$Milhão	82.104	2.124	79.980	8.366	88.346	13.687	6.455

Fonte: SEI

* Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 12
Estrutura do Produto Interno Bruto
Bahia: 1975-2004

Ano	Agropecuária	Ind. extrativa mineral	Indústria transformadora	Serviços Industriais de Util. Pública	Construção	Alojamento e alimentação	Comércio	Transportes e armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel de imóveis	Adm. pública	Saúde e educação	Serviços domésticos	Outros serviços	Total
1975	30,7	4,1	14,7	2,3	6,3	1,3	8,3	2,8	0,5	5,3	5,5	12,9	4,3	0,5	0,4	100,0
1976	28,8	4,6	12,8	2,1	8,6	1,9	9,2	2,5	0,5	6,3	5,6	11,6	4,4	0,5	0,6	100,0
1977	29,5	3,8	15,0	2,1	8,2	2,0	9,1	3,0	0,5	6,2	5,6	10,3	3,7	0,4	0,5	100,0
1978	26,4	3,7	15,5	2,0	10,2	2,3	9,7	3,0	0,7	5,9	5,7	10,0	4,0	0,4	0,5	100,0
1979	24,3	3,6	17,8	2,7	8,8	2,1	9,6	2,7	0,7	5,6	6,5	10,4	4,2	0,4	0,5	100,0
1980	20,2	4,4	21,6	3,2	10,8	2,0	9,6	2,5	0,6	5,5	6,7	9,0	3,0	0,4	0,4	100,0
1981	17,5	5,1	23,2	3,5	9,4	1,8	10,2	3,0	0,7	6,8	6,4	8,7	2,7	0,4	0,5	100,0
1982	14,0	4,8	23,1	3,9	10,7	2,0	10,9	2,9	0,8	7,4	6,9	9,4	2,4	0,4	0,5	100,0
1983	16,1	7,7	25,3	4,0	7,1	1,8	10,3	2,2	0,7	7,1	6,7	7,7	2,1	0,4	0,6	100,0
1984	17,7	8,1	26,9	4,1	6,3	1,7	9,7	2,0	0,7	6,8	6,5	6,8	1,6	0,4	0,6	100,0
1985	18,7	6,4	25,5	3,7	6,6	2,2	9,3	2,4	0,8	6,7	6,3	8,4	1,7	0,4	0,8	100,0
1986	18,2	4,9	25,0	3,7	9,6	2,5	10,8	2,6	0,7	4,1	6,5	8,6	1,7	0,4	0,7	100,0
1987	16,5	3,6	26,6	4,2	5,4	2,1	10,2	2,5	0,9	8,2	7,4	8,9	2,4	0,3	0,8	100,0
1988	19,4	3,0	24,6	4,9	4,7	1,8	10,9	2,6	0,9	7,8	6,5	9,6	2,1	0,4	0,9	100,0
1989	17,3	2,4	23,9	3,6	6,2	2,3	10,3	2,5	1,1	10,0	5,6	10,5	2,5	0,4	1,2	100,0
1990	10,4	2,4	24,2	3,9	7,5	2,5	11,5	2,3	1,1	10,0	6,6	12,5	2,4	0,3	2,2	100,0
1991	10,6	2,6	21,6	3,8	6,7	2,3	10,9	2,4	1,3	7,9	12,6	11,5	2,8	0,3	2,6	100,0
1992	9,7	2,6	23,7	3,7	6,4	2,1	9,9	2,4	1,6	13,8	9,3	9,2	2,8	0,3	2,6	100,0
1993	9,2	2,7	23,7	4,0	6,8	2,6	9,6	2,2	1,8	14,9	6,5	11,1	2,6	0,4	1,9	100,0
1994	13,4	2,4	21,6	4,4	8,5	2,9	9,6	2,2	1,8	9,1	7,0	12,2	2,7	0,4	1,8	100,0
1995	13,6	1,9	19,5	3,4	10,4	2,7	10,3	1,8	2,1	5,0	9,7	14,0	2,9	0,5	2,3	100,0
1996	12,4	1,5	20,1	3,5	9,8	2,5	8,8	2,0	2,8	4,2	12,2	14,0	3,3	0,4	2,5	100,0
1997	11,5	1,4	19,5	3,9	11,9	2,2	8,8	2,0	2,5	4,3	12,7	12,9	3,2	0,4	2,7	100,0
1998	9,7	1,3	20,6	3,9	12,1	2,4	8,5	2,3	2,8	4,7	11,9	13,4	3,1	0,4	2,8	100,0
1999	9,4	1,4	23,7	3,7	10,8	2,1	8,5	2,2	3,3	4,0	11,7	13,1	3,0	0,5	2,7	100,0
2000	10,7	1,4	25,6	3,6	10,5	2,2	8,5	1,8	2,2	3,1	10,7	14,2	2,6	0,4	2,5	100,0
2001	10,5	2,9	27,0	2,2	9,5	2,1	8,5	1,7	2,3	3,3	10,6	13,9	2,5	0,5	2,5	100,0
2002	12,8	2,9	27,9	3,3	8,1	1,7	6,9	1,8	2,3	4,4	9,2	13,8	2,0	0,5	2,4	100,0
2003	11,5	3,2	33,0	3,6	7,3	1,6	6,5	1,9	2,3	3,2	8,1	13,3	1,9	2,2	0,4	100,0
2004*	11,2	3,5	35,2	3,4	6,9	1,6	6,0	1,8	3,0	3,2	7,3	12,4	2,0	2,0	0,4	100,0

Fonte: SEI

Tabela 13
Deflatores implícitos do Produto Interno Bruto
Bahia: 1975-2004

Ano	Agropecuária	Ind. extrativa mineral	Indústria transformação	Serviços Industriais de Util. Pública	Construção	Alojamento e alimentação	Comércio	Transportes e armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel de imóveis	Adm. pública	Saúde e educação	Serviços domésticos	Outros serviços	Total
1975
1976	163,6	187,3	135,5	118,7	138,3	187,3	143,0	118,4	94,3	141,0	148,4	139,2	133,6	146,6	170,0	146,7
1977	183,1	139,4	142,1	151,7	148,6	141,0	144,9	126,4	124,8	142,3	145,8	138,7	126,4	146,4	170,1	151,6
1978	116,5	152,5	136,7	127,9	139,0	145,7	143,5	151,6	124,6	138,7	141,8	141,2	139,1	143,3	143,0	133,2
1979	155,8	175,8	154,4	155,5	145,0	144,5	156,4	176,2	137,3	153,3	183,2	178,4	155,5	148,5	136,8	158,7
1980	167,1	259,9	203,9	193,0	259,0	154,1	196,7	195,0	150,0	197,6	197,4	183,3	154,2	193,9	185,1	193,8
1981	189,5	236,4	216,8	210,9	205,8	180,0	212,1	212,1	195,3	208,5	173,6	187,2	189,7	207,4	173,2	202,2
1982	156,0	192,9	199,2	204,9	190,5	190,8	192,6	181,7	183,2	195,5	208,6	215,3	182,7	202,0	199,7	190,5
1983	283,6	381,5	253,3	247,4	227,1	257,8	259,1	172,1	198,4	253,5	238,4	202,2	207,6	212,5	316,4	252,4
1984	367,6	332,9	325,9	308,3	298,0	284,7	318,8	298,0	325,2	320,2	314,8	281,4	262,8	317,5	313,5	322,2
1985	295,9	272,6	311,0	324,0	352,6	420,9	310,8	412,3	295,6	341,3	332,9	430,0	318,3	342,9	402,7	323,3
1986	220,2	195,8	220,4	221,3	287,6	267,3	250,5	234,7	186,6	138,5	238,2	243,0	243,6	239,1	226,3	225,9
1987	362,6	227,0	323,9	402,6	198,9	239,6	295,8	263,0	356,5	652,3	332,0	315,4	427,5	258,2	331,2	324,1
1988	753,4	665,7	752,7	937,7	682,9	602,7	736,0	849,8	681,1	721,6	669,9	833,0	669,5	772,3	826,8	747,0
1989	1.356,8	1.141,2	1.361,4	1.139,5	1.991,4	1.662,5	1.391,8	1.469,8	1.616,6	1.845,8	1.145,7	1.544,4	1.757,8	1.501,8	1.942,0	1.441,0
1990	1.503,2	2.518,9	2.432,7	2.424,6	2.590,8	2.660,5	2.654,2	2.122,7	2.028,8	2.392,5	2.801,7	2.780,6	2.210,8	1.935,8	4.355,6	2.375,9
1991	488,3	611,7	512,2	487,4	473,4	469,4	514,3	562,7	564,2	419,2	950,4	470,9	590,4	527,1	606,4	529,0
1992	1.015,9	1.057,8	1.187,7	1.009,6	1.150,8	980,4	1.056,5	1.097,3	1.366,4	1.952,2	799,6	890,1	1.108,5	1.150,2	1.108,0	1.109,3
1993	2.250,7	2.312,3	2.115,8	2.346,0	2.395,8	2.773,0	2.073,3	2.077,8	2.320,4	2.346,9	1.523,6	2.687,2	2.063,4	2.255,2	1.582,3	2.184,0
1994	3.264,9	2.007,0	1.957,3	2.416,9	2.710,7	2.279,1	2.065,1	2.295,5	1.850,8	1.336,3	2.332,0	2.447,7	2.361,0	2.211,8	2.190,4	2.169,4
1995	175,6	143,2	152,3	146,2	201,8	152,1	180,8	127,9	172,6	91,9	229,2	193,0	179,2	184,7	205,7	168,6
1996	109,6	106,4	120,1	129,0	119,3	115,3	99,1	120,5	156,5	102,7	151,8	122,2	136,9	122,4	135,6	120,4
1997	92,6	109,6	107,5	118,2	111,8	99,7	107,7	108,9	84,8	108,7	108,5	102,5	110,3	109,4	121,8	105,5
1998	93,5	99,5	103,4	98,2	106,8	99,2	106,6	106,9	94,8	108,6	97,8	106,8	97,6	108,2	106,1	102,3
1999	102,1	126,8	122,4	105,8	90,9	91,2	107,3	98,6	115,2	89,3	104,3	104,2	102,5	105,0	100,5	105,7
2000	105,3	112,8	125,2	100,7	106,9	110,6	107,8	89,1	63,7	84,1	99,6	120,9	98,4	108,7	106,6	108,6
2001	105,4	222,2	111,8	77,5	99,3	101,8	105,6	95,4	101,0	115,8	106,0	105,0	101,0	114,7	105,2	107,0
2002	136,3	122,0	124,7	169,8	106,4	97,1	99,4	121,6	114,8	159,6	104,5	118,2	96,4	110,7	108,3	119,2
2003	107,1	124,9	126,8	124,3	112,0	108,2	112,7	123,2	119,0	82,0	102,3	112,5	110,5	108,5	115,3	114,6
2004*	101,8	124,7	110,0	107,9	112,3	108,1	100,9	104,3	160,9	110,5	105,0	111,7	128,8	109,2	110,9	110,0

Fonte: SEI

* Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 14
Índices do Produto Interno Bruto segundo atividades
Bahia: 1975-2004

Ano	Agropecuária extrativa mineral	Ind. transformação	Indústria de Util. Pública	Serviços Industriais de Util. Pública	Construção	Alojamento e alimentação	Comércio	Transportes e armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel de imóveis	Adm. pública educação	Saúde e educação	Serviços domésticos	Outros serviços	Total
1975	82,6	113,1	32,2	28,1	58,1	33,0	52,1	45,7	8,3	45,8	53,0	82,0	53,4	70,7	42,3	56,2
1976	74,9	105,5	32,6	33,6	90,1	40,6	63,8	54,3	14,3	60,8	58,0	83,8	65,5	72,8	62,3	60,6
1977	67,0	99,1	43,0	36,6	92,2	47,7	69,6	81,8	18,2	67,1	62,9	85,7	69,7	75,0	52,9	63,8
1978	76,6	94,8	48,6	39,4	123,9	54,5	77,5	79,1	27,3	68,6	68,1	87,5	79,7	77,1	54,3	71,4
1979	78,9	92,5	62,9	61,1	128,5	60,9	84,8	70,6	35,4	75,0	73,9	89,4	95,4	79,2	59,3	78,4
1980	83,2	91,0	79,6	78,5	128,5	82,0	91,6	72,3	44,7	78,1	81,8	89,6	92,4	81,3	65,0	85,8
1981	76,1	89,8	78,7	81,7	109,2	82,2	91,9	81,1	52,7	92,5	89,6	91,5	87,1	84,8	77,3	84,7
1982	78,4	89,2	79,2	88,3	130,4	91,6	102,4	86,1	62,6	104,2	93,5	93,4	84,9	88,3	79,9	89,6
1983	80,3	94,2	86,2	93,5	95,8	84,7	94,4	95,8	74,4	100,1	95,6	95,3	92,9	92,1	82,7	89,4
1984	78,5	96,9	92,0	101,3	94,0	90,7	91,6	97,7	73,9	97,9	96,6	97,3	88,0	96,0	87,8	90,9
1985	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1986	107,3	96,2	108,3	109,9	122,0	101,4	113,1	111,5	122,5	108,2	105,3	102,1	102,1	107,1	102,1	107,9
1987	83,3	94,5	109,9	95,4	106,5	110,0	112,2	126,9	131,9	102,3	111,4	104,2	104,2	110,8	104,2	103,0
1988	102,6	94,5	107,0	95,1	109,0	121,6	128,3	120,9	152,3	106,4	115,9	106,3	106,3	130,7	106,3	109,1
1989	97,2	94,2	110,1	88,9	103,3	138,9	126,0	117,1	163,8	106,6	126,3	108,3	108,3	121,4	108,3	109,0
1990	92,4	89,9	108,3	93,9	113,9	130,8	124,9	120,7	189,3	105,4	125,8	110,2	110,2	129,2	110,2	108,7
1991	99,6	83,3	98,6	96,4	111,9	138,3	120,0	116,6	202,0	103,3	130,6	112,1	112,1	133,2	112,1	107,0
1992	101,6	86,8	102,7	104,6	105,2	143,5	116,7	115,7	207,9	104,2	136,0	113,6	113,6	137,3	113,6	108,9
1993	96,1	90,8	109,3	108,6	104,8	144,3	123,1	118,9	228,1	108,2	141,5	115,0	115,0	152,0	115,0	112,3
1994	96,6	88,3	114,2	111,5	108,6	155,3	133,3	116,1	270,6	111,9	145,7	116,4	116,4	162,4	116,4	116,3
1995	95,2	82,7	115,3	100,4	112,2	166,3	135,2	127,2	316,4	112,6	149,7	117,8	117,8	173,5	117,8	117,5
1996	97,9	77,5	122,2	99,3	110,1	160,6	143,8	142,4	331,1	114,8	154,3	119,1	119,1	164,3	119,1	120,7
1997	109,9	72,9	124,3	106,5	133,7	161,4	150,0	148,0	396,6	122,0	165,8	120,5	120,5	162,8	120,5	128,6
1998	103,9	72,1	132,2	112,2	132,4	183,5	141,3	164,8	490,0	127,0	165,6	121,8	123,1	162,6	121,8	130,8
1999	106,1	66,6	133,9	109,2	140,5	195,3	141,9	173,1	536,6	130,0	169,0	123,1	124,5	174,3	123,2	133,6
2000	129,9	66,5	130,4	117,7	143,9	205,6	148,6	179,5	630,4	134,0	174,5	124,3	125,6	175,9	124,6	138,8
2001	130,4	65,5	133,0	101,9	141,3	220,7	152,9	188,7	711,0	135,4	176,7	125,4	126,8	182,8	125,9	140,2
2002	140,8	64,9	132,8	106,9	136,3	226,6	149,7	196,9	739,4	136,9	177,2	126,6	128,1	184,7	133,9	141,9
2003	138,9	68,1	145,3	110,5	129,2	231,3	146,8	197,8	732,3	140,6	178,3	127,9	129,3	135,0	186,2	145,1
2004*	159,6	71,8	170,7	117,6	131,4	252,5	162,2	224,5	726,4	155,5	185,1	129,2	130,6	136,4	188,1	159,5

Fonte: SEI

* Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 15
Contribuição à formação da taxa global de crescimento do Produto Interno Bruto
Bahia: 1975-2004

Ano	Agropecuária	Ind. extrativa mineral	Indústria transformação	Serviços Industriais de Util. Pública	Construção	Alojamento e alimentação	Comércio	Transportes e armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel de imóveis	Adm. Pública	Saúde e educação	Serviços domésticos	Outros serviços	Total
1975
1976	-2,85	-0,28	0,17	0,45	3,48	0,31	1,85	0,53	0,39	1,73	0,52	0,29	0,97	0,01	0,18	7,8
1977	-3,06	-0,27	4,09	0,18	0,20	0,34	0,83	1,28	0,15	0,65	0,47	0,26	0,29	0,01	-0,09	5,3
1978	4,24	-0,16	1,93	0,17	2,81	0,29	1,04	-0,10	0,27	0,14	0,46	0,23	0,53	0,01	0,02	11,9
1979	0,79	-0,09	4,57	1,09	0,38	0,26	0,92	-0,32	0,20	0,55	0,49	0,22	0,79	0,01	0,05	9,9
1980	1,33	-0,06	4,72	0,78	0,00	0,73	0,77	0,06	0,18	0,23	0,70	0,02	-0,13	0,01	0,04	9,4
1981	-1,74	-0,06	-0,25	0,13	-1,62	0,00	0,03	0,31	0,11	1,00	0,64	0,19	-0,17	0,01	0,08	-1,3
1982	0,54	-0,03	0,16	0,29	1,84	0,21	1,16	0,18	0,13	0,86	0,28	0,18	-0,07	0,02	0,02	5,8
1983	0,33	0,27	2,05	0,23	-2,83	-0,15	-0,85	0,33	0,14	-0,30	0,15	0,20	0,22	0,02	0,02	-0,2
1984	-0,35	0,22	1,68	0,34	-0,14	0,13	-0,30	0,04	0,00	-0,15	0,08	0,16	-0,11	0,01	0,04	1,6
1985	4,83	0,26	2,34	-0,05	0,41	0,18	0,89	0,05	0,25	0,14	0,23	0,19	0,22	0,01	0,08	10,0
1986	1,38	-0,25	2,13	0,36	1,46	0,03	1,22	0,28	0,18	0,55	0,33	0,18	0,04	0,03	0,02	7,9
1987	-4,08	-0,08	0,37	-0,49	-1,22	0,21	-0,09	0,36	0,06	-0,22	0,38	0,18	0,03	0,01	0,02	-4,6
1988	3,85	0,00	-0,72	-0,01	0,12	0,22	1,47	-0,12	0,14	0,33	0,30	0,18	0,05	0,06	0,02	5,9
1989	-1,02	-0,01	0,71	-0,32	-0,25	0,25	-0,19	-0,08	0,07	0,02	0,59	0,18	0,04	-0,03	0,02	0,0
1990	-0,86	-0,11	-0,38	0,20	0,64	-0,14	-0,09	0,08	0,17	-0,12	-0,02	0,19	0,05	0,02	0,02	-0,3
1991	0,81	-0,18	-2,17	0,11	-0,13	0,14	-0,45	-0,08	0,07	-0,19	0,25	0,22	0,04	0,01	0,04	-1,5
1992	0,21	0,11	0,91	0,32	-0,40	0,09	-0,30	-0,02	0,04	0,06	0,52	0,15	0,04	0,01	0,04	1,8
1993	-0,53	0,12	1,51	0,14	-0,02	0,01	0,54	0,07	0,15	0,53	0,38	0,11	0,03	0,04	0,03	3,1
1994	0,05	-0,08	1,08	0,11	0,25	0,20	0,80	-0,05	0,34	0,50	0,19	0,13	0,03	0,03	0,02	3,6
1995	-0,20	-0,15	0,21	-0,44	0,28	0,20	0,14	0,21	0,30	0,06	0,19	0,14	0,03	0,03	0,02	1,0
1996	0,39	-0,12	1,16	-0,04	-0,20	-0,09	0,66	0,22	0,10	0,10	0,30	0,16	0,03	-0,02	0,03	2,7
1997	1,52	-0,09	0,35	0,25	2,11	0,01	0,38	0,08	0,55	0,26	0,91	0,16	0,04	0,00	0,03	6,6
1998	-0,63	-0,02	1,24	0,21	-0,12	0,30	-0,51	0,23	0,59	0,18	-0,02	0,14	0,07	0,00	0,03	1,7
1999	0,21	-0,10	0,27	-0,11	0,74	0,15	0,03	0,12	0,27	0,11	0,24	0,15	0,03	0,03	0,03	2,2
2000	2,10	0,00	-0,62	0,29	0,27	0,11	0,40	0,08	0,57	0,12	0,38	0,12	0,03	0,00	0,03	3,9
2001	0,04	-0,02	0,51	-0,48	-0,19	0,16	0,25	0,09	0,28	0,03	0,14	0,13	0,02	0,02	0,03	1,0
2002	0,87	-0,02	0,02	0,12	-0,32	0,06	-0,16	0,08	0,10	0,05	0,05	0,17	0,03	0,01	0,16	1,2
2003	-0,20	0,14	2,54	0,10	-0,44	0,03	-0,15	0,00	-0,03	0,11	0,04	0,11	0,02	0,00	0,01	2,3
2004*	1,72	0,18	5,76	0,23	0,13	0,15	0,68	0,25	-0,02	0,34	0,31	0,13	0,02	0,00	0,02	9,9

Fonte: SEI

* Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SE/IBGE)

Tabela 16
 Produto Interno Bruto - grandes setores
 Bahia: 1975-2004

Ano	Unidade monetária	Setor primário (valor corrente)	Setor secundário (valor corrente)	Setor terciário (valor corrente)
1975	Cr\$ Milhão	12.555	11.240	17.114
1976	Cr\$ Milhão	18.636	18.093	27.947
1977	Cr\$ Milhão	30.497	29.993	42.786
1978	Cr\$ Milhão	40.642	48.342	64.947
1979	Cr\$ Milhão	65.226	88.482	114.726
1980	Cr\$ Milhão	114.975	227.554	226.677
1981	Cr\$ Milhão	199.189	469.137	467.614
1982	Cr\$ Milhão	320.248	973.054	995.783
1983	Cr\$ Milhão	929.797	2.546.249	2.292.924
1984	Cr\$ Milhão	3.344.162	8.569.506	6.979.826
1985	Cr\$ Bilhão	12.598	28.406	26.199.585
1986	Cz\$ Milhão	29.783	70.772	63.291
1987	Cz\$ Milhão	83.756	201.019	221.987
1988	Cz\$ Milhão	777.807	1.493.490	1.736.719
1989	Ncz\$ Milhão	10.000	20.868	26.875
1990	Cr\$ Milhão	142.838	519.836	704.489
1991	Cr\$ Milhão	751.622	2.473.763	3.897.309
1992	Cr\$ Milhão	7.790.639	29.233.017	43.389.490
1993	CR\$Milhão	165.832	673.957	971.250
1994	R\$Milhão	1.980	5.453	7.367
1995	R\$Milhão	3.425	8.861	12.919
1996	R\$Milhão	3.860	10.884	16.415
1997	R\$Milhão	4.014	12.874	18.153
1998	R\$Milhão	3.544	13.833	19.084
1999	R\$Milhão	3.696	15.607	20.061
2000	R\$Milhão	4.764	18.248	21.379
2001	R\$Milhão	5.041	19.957	22.990
2002	R\$Milhão	7.418	24.378	25.976
2003	R\$Milhão	7.837	31.981	28.096
2004*	R\$Milhão	9.171	40.270	32.662

Fonte: SEI

* Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF-s (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 17
Taxa média de crescimento do setor primário - por período
Bahia: 1975-2004

Ano Inicial	Ano final																																
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004*				
1975	(9,3)	(9,9)	(2,5)	(1,1)	0,1	(1,4)	(0,7)	(0,4)	(0,6)	1,9	2,4	0,1	1,7	1,2	0,7	1,2	1,2	0,8	0,8	0,7	0,8	1,3	1,0	1,1	1,8	1,8	2,0	1,9	2,3	2,3			
1976		(10,6)	1,1	1,7	2,7	0,3	0,8	1,0	0,6	3,3	3,7	1,0	2,7	2,0	1,5	1,9	1,9	1,5	1,4	1,3	1,3	1,8	1,5	1,5	2,3	2,2	2,5	2,5	2,3	2,7			
1977			14,4	8,5	7,5	3,2	3,2	3,1	2,3	5,1	5,4	2,2	4,0	3,2	2,5	2,9	2,8	2,3	2,2	2,0	2,0	2,5	2,1	2,1	2,9	2,8	3,0	2,8	3,3				
1978				3,0	4,2	(0,2)	0,6	0,9	0,4	3,9	4,3	0,9	3,0	2,2	1,6	2,0	2,0	1,5	1,5	1,3	1,4	1,9	1,5	1,6	2,1	2,3	2,6	2,4	2,9				
1979					5,5	(1,8)	(0,2)	0,4	(0,1)	4,0	4,5	0,7	3,0	2,1	1,4	2,0	2,0	1,4	1,4	1,2	1,3	1,9	1,5	1,5	2,4	2,3	2,6	2,4	2,9				
1980						(8,6)	(2,9)	(1,2)	(1,4)	3,7	4,3	0,0	2,7	1,7	1,1	1,6	1,7	1,1	1,1	0,9	1,0	1,7	1,2	1,3	2,2	2,2	2,4	2,3	2,8				
1981							3,1	2,7	1,1	7,1	7,1	1,5	4,4	3,1	2,2	2,7	2,7	2,0	1,9	1,6	1,7	2,3	1,8	1,9	2,9	2,7	3,0	2,8	3,3				
1982								2,4	0,1	8,4	8,2	1,2	4,6	3,1	2,1	2,7	2,6	1,9	1,8	1,5	1,6	2,3	1,8	1,8	2,8	2,7	3,0	2,8	3,3				
1983									(2,2)	11,6	10,2	0,9	5,0	3,2	2,0	2,7	2,7	1,8	1,7	1,4	1,5	1,5	2,3	1,7	1,8	2,9	2,7	3,0	2,8	3,3			
1984										27,3	16,9	2,0	6,9	4,4	2,7	3,4	3,3	2,3	2,1	1,8	1,9	2,6	2,0	2,0	3,2	3,0	3,3	3,0	3,6				
1985											7,3	(8,8)	0,9	(0,7)	(1,6)	(0,1)	0,2	(0,5)	(0,4)	(0,5)	(0,2)	0,8	0,3	0,4	1,8	1,7	2,0	1,8	2,5				
1986												(22,4)	(2,2)	(3,2)	(3,7)	(1,5)	(0,9)	(1,6)	(1,3)	(1,3)	(0,9)	0,2	(0,3)	(0,1)	1,4	1,3	1,7	1,5	2,2				
1987													23,3	8,1	3,5	4,6	4,1	2,4	2,2	1,7	1,8	2,8	2,0	2,0	3,5	3,3	3,6	3,3	3,9				
1988													(5,2)	(5,1)	(5,1)	(1,0)	(0,2)	(1,3)	(1,0)	(1,1)	(0,6)	0,8	0,1	0,3	2,0	1,9	2,3	2,0	2,8				
1989															(5,0)	1,2	1,5	(0,3)	(0,1)	(0,4)	0,1	1,5	0,7	0,9	2,7	2,5	2,9	2,6	3,4				
1990																7,8	4,9	1,3	1,1	0,6	1,0	2,5	1,5	1,6	3,5	3,2	3,6	3,2	4,0				
1991																	2,0	(1,8)	(1,0)	(1,1)	(0,3)	1,7	0,6	0,8	3,0	2,7	3,2	2,8	3,7				
1992																		(5,4)	(2,5)	(2,2)	(0,9)	1,6	0,4	0,6	3,1	2,8	3,3	2,9	3,8				
1993																			0,6	(0,5)	0,6	3,4	1,6	1,7	4,4	3,9	4,3	3,8	4,7				
1994																				(1,5)	0,7	4,4	1,8	1,9	5,1	4,4	4,8	4,1	5,1				
1995																					2,9	7,5	3,0	2,8	6,4	5,4	5,8	4,8	5,9				
1996																						12,3	3,0	2,7	7,3	5,9	6,2	5,1	6,3				
1997																							(5,5)	(1,7)	5,7	4,4	5,1	4,0	5,5				
1998																								2,2	11,8	7,9	7,9	6,0	7,4				
1999																									22,4	10,8	9,9	7,0	8,5				
2000																										0,4	4,1	2,3	5,3				
2001																																	
2002																																	
2003																																	
2004																																	
2005																																	

Fonte:SEI

* Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as UFs (Projeto de Contas Regionais - SE/IBGE)

Tabela 18
Taxa de crescimento acumulado do setor primário - por período
Bahia: 1975-2004

Ano	Ano final																													
inicial	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004*	
1975	(9,3)	(18,9)	(7,3)	(4,5)	0,8	(7,9)	(5,1)	(2,8)	(4,9)	21,1	29,9	0,8	24,2	17,7	11,9	20,5	23,0	16,3	17,0	15,2	18,5	33,1	25,7	28,5	57,3	57,8	70,5	68,2	93,2	
1976		(10,6)	2,2	5,3	11,1	1,5	4,6	7,1	4,8	33,4	43,2	11,1	36,9	29,8	23,3	32,9	35,6	28,2	28,9	27,0	30,6	46,7	38,6	41,6	73,4	74,0	87,9	85,4	113,0	
1977			14,4	17,8	24,2	13,6	17,0	19,8	17,2	49,3	60,2	24,3	53,2	45,1	37,9	48,6	51,7	43,4	44,2	42,1	46,1	64,1	55,0	58,4	93,9	94,6	110,2	107,3	138,2	
1978				3,0	8,6	(0,7)	2,3	4,8	2,5	30,5	40,1	8,7	33,9	26,9	20,6	30,0	32,6	25,4	26,1	24,2	27,8	43,5	35,6	38,5	69,6	70,2	83,8	81,3	108,3	
1979					5,5	(3,6)	(0,6)	1,7	(0,5)	26,7	36,0	5,5	30,1	23,2	17,1	26,2	28,8	21,8	22,5	20,6	24,1	39,3	31,6	34,5	64,7	65,2	78,5	76,0	102,3	
1980						(8,6)	(5,8)	(3,5)	(5,6)	20,1	29,0	0,0	23,3	16,8	11,0	19,6	22,1	15,5	16,1	14,4	17,6	32,1	24,8	27,5	56,1	56,7	69,2	66,9	91,8	
1981							3,1	5,5	3,2	31,4	41,1	9,4	34,9	27,8	21,5	30,9	33,6	26,3	27,0	25,1	28,7	44,5	36,5	39,5	70,8	71,4	85,1	82,6	109,8	
1982								2,4	0,2	27,5	36,9	6,2	30,9	24,0	17,8	27,0	29,6	22,6	23,2	21,4	24,9	40,2	32,5	35,4	65,7	66,3	79,6	77,2	103,6	
1983									(2,2)	24,6	33,7	3,7	27,8	21,1	15,1	24,0	26,6	19,7	20,4	18,6	21,9	36,9	29,4	32,2	61,8	62,4	75,4	73,0	98,8	
1984										27,3	36,7	6,0	30,7	23,8	17,6	26,8	29,4	22,3	23,0	21,2	24,6	40,0	32,3	35,1	65,4	66,0	79,3	76,9	103,2	
1985											7,3	(16,7)	2,6	(2,8)	(7,6)	(0,4)	1,6	(3,9)	(3,4)	(4,8)	(2,1)	9,9	3,9	6,1	29,9	30,4	40,8	38,9	59,6	
1986											(22,4)		(4,4)	(9,4)	(13,9)	(7,2)	(5,3)	(10,5)	(10,0)	(11,3)	(8,8)	2,4	(3,2)	(1,1)	21,0	21,5	31,2	29,4	48,7	
1987													23,3	16,8	11,0	19,6	22,0	15,4	16,1	14,3	17,6	32,1	24,8	27,5	56,1	56,6	69,2	66,9	91,7	
1988														(5,2)	(10,0)	(3,0)	(1,0)	(6,4)	(5,8)	(7,3)	(4,6)	7,1	1,2	3,4	26,6	27,1	37,2	35,4	55,5	
1989															(5,0)	2,4	4,5	(1,2)	(0,6)	(2,1)	0,7	13,1	6,8	9,2	33,6	34,1	44,8	42,9	64,1	
1990																7,8	10,0	4,0	4,6	3,0	5,9	19,0	12,4	14,9	40,6	41,1	52,4	50,3	72,7	
1991																	2,0	(3,5)	(3,0)	(4,4)	(1,7)	10,4	4,3	6,6	30,5	30,9	41,4	39,5	60,3	
1992																		(5,4)	(4,9)	(6,3)	(3,6)	8,2	2,2	4,5	27,9	28,3	38,6	36,7	57,1	
1993																			0,6	(0,9)	1,9	14,4	8,1	10,5	35,2	35,7	46,6	44,6	66,1	
1994																					(1,5)	1,3	13,8	7,5	9,8	34,5	34,9	45,7	43,8	65,2
1995																						2,9	15,5	9,1	11,5	36,5	37,0	48,0	45,9	67,7
1996																							12,3	6,1	8,4	32,7	33,2	43,9	41,9	63,0
1997																								(5,5)	(3,5)	18,2	18,6	28,1	26,4	45,2
1998																									2,2	25,1	25,5	35,6	33,7	53,7
1999																										22,4	22,8	32,7	30,9	50,4
2000																										0,4	8,4	6,9	22,9	
2001																											8,0	6,5	22,4	
2002																												(1,4)	13,3	
2003																													14,9	

Fonte:SEI

* Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as UFs (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 19
Taxa média de crescimento do setor secundário - por período
Bahia: 1975-2004

Ano inicial	Ano final																													
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004*	
1975	13,9	14,4	15,1	16,0	16,1	12,4	11,4	9,8	9,2	9,0	8,9	7,9	7,1	6,6	6,2	5,4	5,2	5,2	5,1	4,9	4,7	4,9	4,8	4,7	4,7	4,5	4,3	4,1	4,2	4,5
1976		15,0	15,7	16,7	16,7	12,1	11,0	9,2	8,7	8,4	8,5	7,3	6,6	6,1	5,7	4,9	4,7	4,7	4,7	4,4	4,3	4,4	4,4	4,3	4,1	3,9	3,7	3,8	4,1	
1977			16,3	17,6	17,3	11,4	10,2	8,3	7,8	7,6	7,8	6,6	5,8	5,4	5,0	4,2	4,1	4,1	4,1	3,8	3,8	3,9	3,9	3,8	3,7	3,5	3,3	3,4	3,8	
1978				19,0	17,7	9,8	8,7	6,8	6,4	6,4	6,7	5,6	4,8	4,4	4,1	3,3	3,2	3,3	3,4	3,2	3,1	3,3	3,3	3,3	3,1	3,0	2,8	2,9	3,3	
1979					16,5	5,5	5,5	3,9	4,1	4,5	5,1	4,0	3,4	3,1	2,9	2,1	2,1	2,3	2,4	2,2	2,2	2,5	2,6	2,6	2,4	2,3	2,2	2,3	2,7	
1980						0,4	0,0	1,2	2,2	3,3	3,3	2,3	1,8	1,7	1,6	0,9	1,0	1,3	1,5	1,3	1,4	1,8	1,9	1,9	1,8	1,7	1,6	1,7	2,2	
1981						5,4	2,3	3,1	4,0	4,9	3,5	3,5	2,8	2,5	2,3	1,4	1,5	1,8	1,9	1,8	1,8	2,2	2,2	2,2	2,1	2,0	1,8	2,0	2,5	
1982							(0,7)		4,8	5,6	4,8	3,1	2,9	2,5	2,0	1,1	1,1	1,5	1,7	1,5	1,6	1,9	2,0	2,1	1,9	1,8	1,7	1,9	2,4	
1983										5,6	6,7	4,1	2,9	2,5	2,3	1,2	1,3	1,7	1,9	1,7	1,7	2,1	2,2	2,2	2,1	1,9	1,8	2,0	2,5	
1984										6,5	7,6	3,9	2,5	2,1	1,9	0,7	0,9	1,4	1,6	1,4	1,5	1,9	2,1	2,1	1,9	1,8	1,6	1,9	2,4	
1985											8,8	2,6	1,2	1,0	1,0	(0,3)	0,2	0,7	1,0	0,9	1,0	1,6	1,7	1,7	1,6	1,5	1,4	1,6	2,2	
1986												(3,3)	(2,4)	(1,5)	(0,9)	(2,0)	(1,2)	(0,4)	0,1	0,1	0,3	0,9	1,1	1,2	1,1	1,0	0,9	1,2	1,8	
1987													(1,5)	(0,6)	(0,1)	(1,7)	(0,8)	0,1	0,6	0,5	0,7	1,4	1,6	1,6	1,5	1,3	1,2	1,5	2,1	
1988														0,4	0,7	(1,7)	(0,6)	0,4	1,0	0,8	1,0	1,7	1,9	1,9	1,7	1,6	1,4	1,7	2,4	
1989															1,0	(2,7)	(0,9)	0,5	1,1	0,9	1,1	1,9	2,0	2,1	1,8	1,7	1,5	1,8	2,5	
1990																(6,3)	(1,9)	0,3	1,1	0,8	1,1	2,0	2,2	2,2	1,9	1,7	1,5	1,8	2,6	
1991																	2,7	3,7	3,7	2,7	2,6	3,4	3,4	3,3	2,9	2,6	2,3	2,5	3,3	
1992																		4,8	4,2	2,7	2,6	3,6	3,6	3,4	2,9	2,5	2,2	2,5	3,4	
1993																			3,6	1,7	1,9	1,9	3,3	3,3	3,1	2,6	2,3	1,9	2,3	3,3
1994																				(0,3)	1,0	3,1	3,1	3,2	3,0	2,5	2,1	1,7	2,2	3,2
1995																					2,3	4,9	4,4	4,4	3,9	3,0	2,4	2,0	2,5	3,6
1996																						7,5	5,5	4,4	3,2	2,5	1,9	2,5	3,8	
1997																							3,6	2,8	1,8	1,3	0,9	1,7	3,3	
1998																								2,1	1,0	0,5	0,2	1,3	3,2	
1999																									(0,2)	(0,3)	(0,4)	1,1	3,4	
2000																										(0,5)	(0,6)	1,5	4,4	
2001																												(0,7)	2,5	6,0
2002																													5,8	9,5
2003																														13,4

Fonte: SEI

* Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as UFs (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 20
Taxa de crescimento acumulado do setor secundário - por período
Bahia: 1975-2004

Ano	Ano final																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
inicial	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004*																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	13,9	111,2	101,7	112,7	111,3	121,3	135,7	156,4	148,0	144,2	145,1	147,5	132,0	138,3	149,7	158,8	158,2	164,1	184,0	194,1	200,3	199,8	198,5	196,4	213,6	255,6			81,2	85,4	86,7	85,5	94,3	106,9	125,1	117,7	114,4	115,2	117,3	103,7	109,2	119,2	127,2	126,6	131,9	149,3	158,2	163,7	163,2	162,0	160,2	175,3	212,2			38,4	61,3	62,4	61,3	69,0	80,0	95,8	89,4	86,5	87,1	89,0	77,2	81,9	90,7	97,6	97,1	101,7	116,8	124,6	129,3	128,9	127,9	126,3	139,5	171,5			19,0	38,6	32,4	39,6	38,7	45,3	54,7	68,3	62,8	60,9	62,4	52,3	56,4	63,9	69,9	69,4	73,3	86,4	93,0	97,1	96,8	95,9	94,5	105,8	133,4				16,5	11,3	17,3	16,6	22,1	30,1	41,5	36,8	35,2	36,6	28,0	31,5	37,8	42,8	42,4	45,7	56,7	62,3	65,7	65,4	64,7	63,5	73,0	96,2					0,7	0,0	4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,2	9,9	12,8	18,3	22,6	22,2	25,1	34,5	39,3	42,2	42,0	41,3	40,3	48,5	68,4					4,7	4,7	9,7	16,9	27,1	23,0	21,1	21,5	22,7	15,0	18,1	23,8	28,3	28,0	30,9	40,8	45,8	48,9	48,6	48,0	46,9	55,5	76,3					(0,7)	(0,7)	4,1	10,8	20,6	16,6	14,8	15,2	16,4	9,1	12,0	17,4	21,7	21,4	24,2	33,5	38,3	41,2	41,0	40,3	39,4	47,5	67,2							4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,1	9,8	12,8	18,2	22,5	22,2	25,0	34,4	39,2	42,1	41,9	41,3	40,3	48,5	68,3								6,5	15,9	12,1	10,3	10,7	11,8	4,8	7,7	12,8	16,9	16,6	19,3	28,3	32,9	35,7	35,5	34,9	33,9	41,7	60,6									8,8	5,2	3,6	4,0	5,0	(1,6)	1,1	5,9	9,8	9,5	12,0	20,5	24,8	27,4	27,2	26,6	25,7	33,0	50,8										(3,3)	(4,8)	(4,4)	(3,5)	(9,5)	(7,1)	(2,6)	0,9	0,7	3,0	10,7	14,7	17,1	16,9	16,4	15,6	22,3	38,7											(1,5)	0,4	1,3	(5,0)	(2,4)	2,3	6,0	5,7	8,2	16,3	20,4	23,0	22,8	22,2	21,4	28,4	45,6																0,7	4,4	4,1	6,5	14,5	18,6	21,1	20,9	20,3	19,5	26,5	43,4																			7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4
		81,2	85,4	86,7	85,5	94,3	106,9	125,1	117,7	114,4	115,2	117,3	103,7	109,2	119,2	127,2	126,6	131,9	149,3	158,2	163,7	163,2	162,0	160,2	175,3	212,2			38,4	61,3	62,4	61,3	69,0	80,0	95,8	89,4	86,5	87,1	89,0	77,2	81,9	90,7	97,6	97,1	101,7	116,8	124,6	129,3	128,9	127,9	126,3	139,5	171,5			19,0	38,6	32,4	39,6	38,7	45,3	54,7	68,3	62,8	60,9	62,4	52,3	56,4	63,9	69,9	69,4	73,3	86,4	93,0	97,1	96,8	95,9	94,5	105,8	133,4				16,5	11,3	17,3	16,6	22,1	30,1	41,5	36,8	35,2	36,6	28,0	31,5	37,8	42,8	42,4	45,7	56,7	62,3	65,7	65,4	64,7	63,5	73,0	96,2					0,7	0,0	4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,2	9,9	12,8	18,3	22,6	22,2	25,1	34,5	39,3	42,2	42,0	41,3	40,3	48,5	68,4					4,7	4,7	9,7	16,9	27,1	23,0	21,1	21,5	22,7	15,0	18,1	23,8	28,3	28,0	30,9	40,8	45,8	48,9	48,6	48,0	46,9	55,5	76,3					(0,7)	(0,7)	4,1	10,8	20,6	16,6	14,8	15,2	16,4	9,1	12,0	17,4	21,7	21,4	24,2	33,5	38,3	41,2	41,0	40,3	39,4	47,5	67,2							4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,1	9,8	12,8	18,2	22,5	22,2	25,0	34,4	39,2	42,1	41,9	41,3	40,3	48,5	68,3								6,5	15,9	12,1	10,3	10,7	11,8	4,8	7,7	12,8	16,9	16,6	19,3	28,3	32,9	35,7	35,5	34,9	33,9	41,7	60,6									8,8	5,2	3,6	4,0	5,0	(1,6)	1,1	5,9	9,8	9,5	12,0	20,5	24,8	27,4	27,2	26,6	25,7	33,0	50,8										(3,3)	(4,8)	(4,4)	(3,5)	(9,5)	(7,1)	(2,6)	0,9	0,7	3,0	10,7	14,7	17,1	16,9	16,4	15,6	22,3	38,7											(1,5)	0,4	1,3	(5,0)	(2,4)	2,3	6,0	5,7	8,2	16,3	20,4	23,0	22,8	22,2	21,4	28,4	45,6																0,7	4,4	4,1	6,5	14,5	18,6	21,1	20,9	20,3	19,5	26,5	43,4																			7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																											
		38,4	61,3	62,4	61,3	69,0	80,0	95,8	89,4	86,5	87,1	89,0	77,2	81,9	90,7	97,6	97,1	101,7	116,8	124,6	129,3	128,9	127,9	126,3	139,5	171,5			19,0	38,6	32,4	39,6	38,7	45,3	54,7	68,3	62,8	60,9	62,4	52,3	56,4	63,9	69,9	69,4	73,3	86,4	93,0	97,1	96,8	95,9	94,5	105,8	133,4				16,5	11,3	17,3	16,6	22,1	30,1	41,5	36,8	35,2	36,6	28,0	31,5	37,8	42,8	42,4	45,7	56,7	62,3	65,7	65,4	64,7	63,5	73,0	96,2					0,7	0,0	4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,2	9,9	12,8	18,3	22,6	22,2	25,1	34,5	39,3	42,2	42,0	41,3	40,3	48,5	68,4					4,7	4,7	9,7	16,9	27,1	23,0	21,1	21,5	22,7	15,0	18,1	23,8	28,3	28,0	30,9	40,8	45,8	48,9	48,6	48,0	46,9	55,5	76,3					(0,7)	(0,7)	4,1	10,8	20,6	16,6	14,8	15,2	16,4	9,1	12,0	17,4	21,7	21,4	24,2	33,5	38,3	41,2	41,0	40,3	39,4	47,5	67,2							4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,1	9,8	12,8	18,2	22,5	22,2	25,0	34,4	39,2	42,1	41,9	41,3	40,3	48,5	68,3								6,5	15,9	12,1	10,3	10,7	11,8	4,8	7,7	12,8	16,9	16,6	19,3	28,3	32,9	35,7	35,5	34,9	33,9	41,7	60,6									8,8	5,2	3,6	4,0	5,0	(1,6)	1,1	5,9	9,8	9,5	12,0	20,5	24,8	27,4	27,2	26,6	25,7	33,0	50,8										(3,3)	(4,8)	(4,4)	(3,5)	(9,5)	(7,1)	(2,6)	0,9	0,7	3,0	10,7	14,7	17,1	16,9	16,4	15,6	22,3	38,7											(1,5)	0,4	1,3	(5,0)	(2,4)	2,3	6,0	5,7	8,2	16,3	20,4	23,0	22,8	22,2	21,4	28,4	45,6																0,7	4,4	4,1	6,5	14,5	18,6	21,1	20,9	20,3	19,5	26,5	43,4																			7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																						
		19,0	38,6	32,4	39,6	38,7	45,3	54,7	68,3	62,8	60,9	62,4	52,3	56,4	63,9	69,9	69,4	73,3	86,4	93,0	97,1	96,8	95,9	94,5	105,8	133,4				16,5	11,3	17,3	16,6	22,1	30,1	41,5	36,8	35,2	36,6	28,0	31,5	37,8	42,8	42,4	45,7	56,7	62,3	65,7	65,4	64,7	63,5	73,0	96,2					0,7	0,0	4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,2	9,9	12,8	18,3	22,6	22,2	25,1	34,5	39,3	42,2	42,0	41,3	40,3	48,5	68,4					4,7	4,7	9,7	16,9	27,1	23,0	21,1	21,5	22,7	15,0	18,1	23,8	28,3	28,0	30,9	40,8	45,8	48,9	48,6	48,0	46,9	55,5	76,3					(0,7)	(0,7)	4,1	10,8	20,6	16,6	14,8	15,2	16,4	9,1	12,0	17,4	21,7	21,4	24,2	33,5	38,3	41,2	41,0	40,3	39,4	47,5	67,2							4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,1	9,8	12,8	18,2	22,5	22,2	25,0	34,4	39,2	42,1	41,9	41,3	40,3	48,5	68,3								6,5	15,9	12,1	10,3	10,7	11,8	4,8	7,7	12,8	16,9	16,6	19,3	28,3	32,9	35,7	35,5	34,9	33,9	41,7	60,6									8,8	5,2	3,6	4,0	5,0	(1,6)	1,1	5,9	9,8	9,5	12,0	20,5	24,8	27,4	27,2	26,6	25,7	33,0	50,8										(3,3)	(4,8)	(4,4)	(3,5)	(9,5)	(7,1)	(2,6)	0,9	0,7	3,0	10,7	14,7	17,1	16,9	16,4	15,6	22,3	38,7											(1,5)	0,4	1,3	(5,0)	(2,4)	2,3	6,0	5,7	8,2	16,3	20,4	23,0	22,8	22,2	21,4	28,4	45,6																0,7	4,4	4,1	6,5	14,5	18,6	21,1	20,9	20,3	19,5	26,5	43,4																			7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																	
			16,5	11,3	17,3	16,6	22,1	30,1	41,5	36,8	35,2	36,6	28,0	31,5	37,8	42,8	42,4	45,7	56,7	62,3	65,7	65,4	64,7	63,5	73,0	96,2					0,7	0,0	4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,2	9,9	12,8	18,3	22,6	22,2	25,1	34,5	39,3	42,2	42,0	41,3	40,3	48,5	68,4					4,7	4,7	9,7	16,9	27,1	23,0	21,1	21,5	22,7	15,0	18,1	23,8	28,3	28,0	30,9	40,8	45,8	48,9	48,6	48,0	46,9	55,5	76,3					(0,7)	(0,7)	4,1	10,8	20,6	16,6	14,8	15,2	16,4	9,1	12,0	17,4	21,7	21,4	24,2	33,5	38,3	41,2	41,0	40,3	39,4	47,5	67,2							4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,1	9,8	12,8	18,2	22,5	22,2	25,0	34,4	39,2	42,1	41,9	41,3	40,3	48,5	68,3								6,5	15,9	12,1	10,3	10,7	11,8	4,8	7,7	12,8	16,9	16,6	19,3	28,3	32,9	35,7	35,5	34,9	33,9	41,7	60,6									8,8	5,2	3,6	4,0	5,0	(1,6)	1,1	5,9	9,8	9,5	12,0	20,5	24,8	27,4	27,2	26,6	25,7	33,0	50,8										(3,3)	(4,8)	(4,4)	(3,5)	(9,5)	(7,1)	(2,6)	0,9	0,7	3,0	10,7	14,7	17,1	16,9	16,4	15,6	22,3	38,7											(1,5)	0,4	1,3	(5,0)	(2,4)	2,3	6,0	5,7	8,2	16,3	20,4	23,0	22,8	22,2	21,4	28,4	45,6																0,7	4,4	4,1	6,5	14,5	18,6	21,1	20,9	20,3	19,5	26,5	43,4																			7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																												
				0,7	0,0	4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,2	9,9	12,8	18,3	22,6	22,2	25,1	34,5	39,3	42,2	42,0	41,3	40,3	48,5	68,4					4,7	4,7	9,7	16,9	27,1	23,0	21,1	21,5	22,7	15,0	18,1	23,8	28,3	28,0	30,9	40,8	45,8	48,9	48,6	48,0	46,9	55,5	76,3					(0,7)	(0,7)	4,1	10,8	20,6	16,6	14,8	15,2	16,4	9,1	12,0	17,4	21,7	21,4	24,2	33,5	38,3	41,2	41,0	40,3	39,4	47,5	67,2							4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,1	9,8	12,8	18,2	22,5	22,2	25,0	34,4	39,2	42,1	41,9	41,3	40,3	48,5	68,3								6,5	15,9	12,1	10,3	10,7	11,8	4,8	7,7	12,8	16,9	16,6	19,3	28,3	32,9	35,7	35,5	34,9	33,9	41,7	60,6									8,8	5,2	3,6	4,0	5,0	(1,6)	1,1	5,9	9,8	9,5	12,0	20,5	24,8	27,4	27,2	26,6	25,7	33,0	50,8										(3,3)	(4,8)	(4,4)	(3,5)	(9,5)	(7,1)	(2,6)	0,9	0,7	3,0	10,7	14,7	17,1	16,9	16,4	15,6	22,3	38,7											(1,5)	0,4	1,3	(5,0)	(2,4)	2,3	6,0	5,7	8,2	16,3	20,4	23,0	22,8	22,2	21,4	28,4	45,6																0,7	4,4	4,1	6,5	14,5	18,6	21,1	20,9	20,3	19,5	26,5	43,4																			7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																							
				4,7	4,7	9,7	16,9	27,1	23,0	21,1	21,5	22,7	15,0	18,1	23,8	28,3	28,0	30,9	40,8	45,8	48,9	48,6	48,0	46,9	55,5	76,3					(0,7)	(0,7)	4,1	10,8	20,6	16,6	14,8	15,2	16,4	9,1	12,0	17,4	21,7	21,4	24,2	33,5	38,3	41,2	41,0	40,3	39,4	47,5	67,2							4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,1	9,8	12,8	18,2	22,5	22,2	25,0	34,4	39,2	42,1	41,9	41,3	40,3	48,5	68,3								6,5	15,9	12,1	10,3	10,7	11,8	4,8	7,7	12,8	16,9	16,6	19,3	28,3	32,9	35,7	35,5	34,9	33,9	41,7	60,6									8,8	5,2	3,6	4,0	5,0	(1,6)	1,1	5,9	9,8	9,5	12,0	20,5	24,8	27,4	27,2	26,6	25,7	33,0	50,8										(3,3)	(4,8)	(4,4)	(3,5)	(9,5)	(7,1)	(2,6)	0,9	0,7	3,0	10,7	14,7	17,1	16,9	16,4	15,6	22,3	38,7											(1,5)	0,4	1,3	(5,0)	(2,4)	2,3	6,0	5,7	8,2	16,3	20,4	23,0	22,8	22,2	21,4	28,4	45,6																0,7	4,4	4,1	6,5	14,5	18,6	21,1	20,9	20,3	19,5	26,5	43,4																			7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																		
				(0,7)	(0,7)	4,1	10,8	20,6	16,6	14,8	15,2	16,4	9,1	12,0	17,4	21,7	21,4	24,2	33,5	38,3	41,2	41,0	40,3	39,4	47,5	67,2							4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,1	9,8	12,8	18,2	22,5	22,2	25,0	34,4	39,2	42,1	41,9	41,3	40,3	48,5	68,3								6,5	15,9	12,1	10,3	10,7	11,8	4,8	7,7	12,8	16,9	16,6	19,3	28,3	32,9	35,7	35,5	34,9	33,9	41,7	60,6									8,8	5,2	3,6	4,0	5,0	(1,6)	1,1	5,9	9,8	9,5	12,0	20,5	24,8	27,4	27,2	26,6	25,7	33,0	50,8										(3,3)	(4,8)	(4,4)	(3,5)	(9,5)	(7,1)	(2,6)	0,9	0,7	3,0	10,7	14,7	17,1	16,9	16,4	15,6	22,3	38,7											(1,5)	0,4	1,3	(5,0)	(2,4)	2,3	6,0	5,7	8,2	16,3	20,4	23,0	22,8	22,2	21,4	28,4	45,6																0,7	4,4	4,1	6,5	14,5	18,6	21,1	20,9	20,3	19,5	26,5	43,4																			7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																													
						4,8	11,6	21,4	17,4	15,6	16,0	17,1	9,8	12,8	18,2	22,5	22,2	25,0	34,4	39,2	42,1	41,9	41,3	40,3	48,5	68,3								6,5	15,9	12,1	10,3	10,7	11,8	4,8	7,7	12,8	16,9	16,6	19,3	28,3	32,9	35,7	35,5	34,9	33,9	41,7	60,6									8,8	5,2	3,6	4,0	5,0	(1,6)	1,1	5,9	9,8	9,5	12,0	20,5	24,8	27,4	27,2	26,6	25,7	33,0	50,8										(3,3)	(4,8)	(4,4)	(3,5)	(9,5)	(7,1)	(2,6)	0,9	0,7	3,0	10,7	14,7	17,1	16,9	16,4	15,6	22,3	38,7											(1,5)	0,4	1,3	(5,0)	(2,4)	2,3	6,0	5,7	8,2	16,3	20,4	23,0	22,8	22,2	21,4	28,4	45,6																0,7	4,4	4,1	6,5	14,5	18,6	21,1	20,9	20,3	19,5	26,5	43,4																			7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																								
							6,5	15,9	12,1	10,3	10,7	11,8	4,8	7,7	12,8	16,9	16,6	19,3	28,3	32,9	35,7	35,5	34,9	33,9	41,7	60,6									8,8	5,2	3,6	4,0	5,0	(1,6)	1,1	5,9	9,8	9,5	12,0	20,5	24,8	27,4	27,2	26,6	25,7	33,0	50,8										(3,3)	(4,8)	(4,4)	(3,5)	(9,5)	(7,1)	(2,6)	0,9	0,7	3,0	10,7	14,7	17,1	16,9	16,4	15,6	22,3	38,7											(1,5)	0,4	1,3	(5,0)	(2,4)	2,3	6,0	5,7	8,2	16,3	20,4	23,0	22,8	22,2	21,4	28,4	45,6																0,7	4,4	4,1	6,5	14,5	18,6	21,1	20,9	20,3	19,5	26,5	43,4																			7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																			
								8,8	5,2	3,6	4,0	5,0	(1,6)	1,1	5,9	9,8	9,5	12,0	20,5	24,8	27,4	27,2	26,6	25,7	33,0	50,8										(3,3)	(4,8)	(4,4)	(3,5)	(9,5)	(7,1)	(2,6)	0,9	0,7	3,0	10,7	14,7	17,1	16,9	16,4	15,6	22,3	38,7											(1,5)	0,4	1,3	(5,0)	(2,4)	2,3	6,0	5,7	8,2	16,3	20,4	23,0	22,8	22,2	21,4	28,4	45,6																0,7	4,4	4,1	6,5	14,5	18,6	21,1	20,9	20,3	19,5	26,5	43,4																			7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																														
									(3,3)	(4,8)	(4,4)	(3,5)	(9,5)	(7,1)	(2,6)	0,9	0,7	3,0	10,7	14,7	17,1	16,9	16,4	15,6	22,3	38,7											(1,5)	0,4	1,3	(5,0)	(2,4)	2,3	6,0	5,7	8,2	16,3	20,4	23,0	22,8	22,2	21,4	28,4	45,6																0,7	4,4	4,1	6,5	14,5	18,6	21,1	20,9	20,3	19,5	26,5	43,4																			7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
										(1,5)	0,4	1,3	(5,0)	(2,4)	2,3	6,0	5,7	8,2	16,3	20,4	23,0	22,8	22,2	21,4	28,4	45,6																0,7	4,4	4,1	6,5	14,5	18,6	21,1	20,9	20,3	19,5	26,5	43,4																			7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
															0,7	4,4	4,1	6,5	14,5	18,6	21,1	20,9	20,3	19,5	26,5	43,4																			7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
																		7,8	15,9	20,0	22,5	22,3	21,8	20,9	28,0	45,1																			6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
																		6,7	14,7	18,8	21,3	21,1	20,6	19,7	26,7	43,7																			13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
																		13,8	22,4	26,8	29,4	29,2	28,6	27,7	35,2	53,2																			10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
																		10,8	19,2	23,4	26,0	25,8	25,3	24,4	31,6	49,2																			5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
																		5,8	13,7	17,8	20,3	20,1	19,5	18,7	25,6	42,4																			2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
																		2,0	9,7	13,6	16,0	15,8	15,3	14,5	21,2	37,4																			2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
																		2,3	10,0	13,9	16,3	16,1	15,6	14,8	21,5	37,7																				7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
																			7,5	11,4	13,7	13,5	13,0	12,2	18,8	34,6																					3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
																				3,6	5,8	5,6	5,1	4,4	10,5	25,2																						2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
																					2,1	1,9	1,5	0,8	6,6	20,9																							(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
																						(0,2)	(0,6)	(1,3)	4,4	18,4																								(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
																							(0,5)	(1,1)	4,6	18,6																									(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
																								(0,7)	5,1	19,1																										5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
																									5,8	20,0																											13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
																										13,4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				

Fonte:SEI

* Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as UFs (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 21
Taxa média de crescimento do setor terciário - por período
Bahia: 1975-2004

Ano inicial	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004*		
1975	16,2	12,9	10,9	10,0	9,2	8,6	8,4	7,3	6,4	6,4	6,4	6,1	6,1	5,8	5,4	5,1	4,9	4,8	4,7	4,6	4,5	4,6	4,4	4,3	4,3	4,2	4,1	4,0	4,0		
1976		9,7	8,3	8,0	7,6	7,2	7,2	6,0	5,2	5,3	5,5	5,2	5,3	5,0	4,7	4,4	4,2	4,1	4,1	4,1	4,0	4,0	3,9	3,9	3,8	3,8	3,7	3,6	3,6	3,6	
1977			7,0	7,2	6,9	6,5	6,7	5,4	4,6	4,8	5,1	4,8	4,9	4,7	4,3	4,0	3,8	3,8	3,8	3,8	3,7	3,8	3,7	3,6	3,6	3,5	3,4	3,3	3,4	3,4	
1978				7,5	6,8	6,4	6,6	5,1	4,2	4,5	4,8	4,6	4,7	4,5	4,1	3,8	3,6	3,6	3,6	3,6	3,5	3,6	3,5	3,4	3,4	3,4	3,3	3,2	3,2	3,2	
1979					6,1	5,8	6,3	4,6	3,6	4,0	4,5	4,2	4,4	4,2	3,8	3,5	3,3	3,3	3,3	3,4	3,3	3,4	3,3	3,2	3,2	3,2	3,1	3,0	3,1	3,1	
1980						5,6	6,4	4,0	2,9	3,6	4,2	3,9	4,2	3,9	3,6	3,3	3,1	3,1	3,2	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,0	2,9	2,9	
1981							7,2	3,3	2,1	3,1	3,9	3,7	4,0	3,7	3,4	3,0	2,9	2,9	2,9	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	2,9	2,8	2,8	2,8	
1982								(0,5)	(0,4)	1,7	3,1	2,9	3,5	3,2	2,9	2,6	2,4	2,5	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	2,6	2,5	2,6	2,6	
1983									(0,3)	2,9	4,3	3,8	4,3	3,9	3,4	3,0	2,8	2,8	2,9	2,9	2,9	3,0	3,0	2,9	3,0	2,9	2,8	2,7	2,8	2,8	
1984										6,1	6,7	5,2	5,4	4,7	4,0	3,4	3,1	3,2	3,3	3,2	3,2	3,3	3,2	3,1	3,2	3,1	3,0	2,9	2,9	2,9	
1985											7,3	4,8	5,2	4,4	3,6	3,0	2,7	2,8	3,0	2,9	2,9	3,1	3,0	2,9	3,0	2,9	2,8	2,7	2,8	2,8	
1986												2,4	4,2	3,5	2,7	2,2	2,0	2,2	2,4	2,4	2,5	2,5	2,6	2,6	2,7	2,6	2,5	2,4	2,5	2,5	
1987													6,0	4,0	2,8	2,1	1,9	2,2	2,4	2,4	2,5	2,5	2,6	2,6	2,6	2,7	2,6	2,5	2,4	2,5	
1988														2,0	1,2	0,8	0,9	1,4	1,9	2,0	2,1	2,4	2,3	2,3	2,3	2,4	2,4	2,3	2,2	2,3	
1989															0,3	0,2	0,5	1,3	1,8	2,0	2,1	2,4	2,3	2,3	2,3	2,5	2,4	2,3	2,2	2,4	
1990																0,1	0,6	1,6	2,2	2,3	2,4	2,7	2,6	2,6	2,7	2,6	2,5	2,3	2,5	2,5	
1991																	1,1	2,3	2,9	2,8	2,8	3,1	3,0	2,9	3,0	2,9	2,7	2,5	2,7	2,7	
1992																		3,5	3,8	3,4	3,3	3,5	3,3	3,1	3,2	3,1	2,9	2,7	2,8	2,8	
1993																			4,1	3,4	3,2	3,5	3,2	3,1	3,1	3,0	2,8	2,6	2,8	2,8	
1994																				2,7	2,8	3,4	3,0	3,0	2,9	3,0	2,9	2,6	2,4	2,6	
1995																					2,9	3,7	3,1	3,1	2,9	3,0	2,9	2,6	2,4	2,6	
1996																						4,6	3,3	2,9	3,1	2,9	2,6	2,3	2,6	2,6	
1997																							1,9	2,1	2,1	2,6	2,5	2,2	1,9	2,3	
1998																								2,2	2,9	2,7	2,3	1,9	2,4	2,4	
1999																										3,6	3,0	2,3	1,9	2,4	
2000																											2,4	1,6	1,3	2,1	
2001																											0,9	0,7	2,0	2,0	
2002																													0,6	2,5	
2003																														4,6	4,6

Fonte: SEI

* Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as UFs (Projeto de Contas Regionais - SEMBGE)

Tabela 22
Taxa de crescimento acumulado do setor terciário - por período
Bahia: 1975-2004

Ano inicial	ANO FINAL																																
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004*				
1975	16,2	27,5	36,3	46,6	55,5	64,2	76,1	75,2	74,7	85,3	98,9	103,6	115,9	120,2	121,0	121,2	123,7	131,6	141,0	147,4	154,5	166,2	171,4	177,4	187,5	194,3	197,0	198,7	212,3				
1976		9,7	17,3	26,1	33,9	41,3	51,5	50,7	50,3	59,5	71,1	75,2	85,8	89,5	90,2	90,4	92,5	99,3	107,4	112,9	119,0	129,1	133,5	138,8	147,4	153,3	155,6	157,0	168,7				
1977			7,0	15,0	22,0	28,8	38,1	37,4	37,1	45,4	56,0	59,7	69,4	72,8	73,4	73,5	75,5	81,7	89,1	94,1	99,7	108,8	112,9	117,7	125,6	130,9	133,0	134,3	145,0				
1978				7,5	14,1	20,4	29,1	28,5	28,1	35,9	45,9	49,3	58,4	61,5	62,1	62,2	64,1	69,9	76,8	81,5	86,7	95,2	99,0	103,5	110,9	115,9	117,8	119,1	129,0				
1979					6,1	12,0	20,1	19,5	19,2	26,4	35,7	38,9	47,3	50,2	50,8	50,9	52,6	58,0	64,4	68,8	73,7	81,6	85,1	89,3	96,2	100,8	102,6	103,8	113,0				
1980						5,6	13,2	12,6	12,3	19,1	27,8	30,9	38,8	41,6	42,1	42,2	43,8	48,9	55,0	59,1	63,6	71,1	74,5	78,4	84,8	89,2	90,9	92,0	100,8				
1981							7,2	6,7	6,4	12,9	21,1	24,0	31,5	34,1	34,6	34,7	36,3	41,0	46,8	50,7	55,0	62,1	65,3	69,0	75,1	79,3	80,9	81,9	90,2				
1982								(0,5)	(0,8)	5,3	12,9	15,6	22,6	25,1	25,5	25,6	27,1	31,5	36,9	40,5	44,6	51,2	54,1	57,6	63,3	67,2	68,7	69,6	77,4				
1983									(0,3)	5,8	13,5	16,2	23,3	25,7	26,1	26,3	27,7	32,2	37,6	41,3	45,3	52,0	54,9	58,4	64,1	68,0	69,6	70,5	78,3				
1984										6,1	13,8	16,5	23,6	26,0	26,5	26,6	28,0	32,6	38,0	41,6	45,7	52,4	55,3	58,8	64,6	68,5	70,0	71,0	78,7				
1985										7,3		9,9	16,5	18,8	19,2	19,4	20,7	25,0	30,1	33,5	37,3	43,6	46,4	49,7	55,1	58,8	60,3	61,2	68,5				
1986											2,4	2,4	8,6	10,7	11,1	11,2	12,5	16,5	21,2	24,4	28,0	33,9	36,5	39,5	44,6	48,0	49,4	50,2	57,0				
1987												6,0	6,0	8,1	8,5	8,6	9,9	13,7	18,4	21,5	25,0	30,7	33,3	36,3	41,2	44,5	45,9	46,7	53,4				
1988														2,0	2,3	2,4	3,6	7,3	11,6	14,6	17,9	23,3	25,7	28,5	33,2	36,3	37,6	38,3	44,6				
1989															0,3	0,5	1,6	5,2	9,5	12,4	15,6	20,9	23,2	26,0	30,6	33,7	34,9	35,6	41,8				
1990																0,1	1,2	4,8	9,1	12,0	15,2	20,5	22,8	25,6	30,1	33,2	34,4	35,2	41,3				
1991																	1,1	4,7	9,0	11,9	15,1	20,3	22,7	25,4	30,0	33,1	34,3	35,0	41,2				
1992																		3,5	7,7	10,6	13,8	19,0	21,3	24,0	28,5	31,6	32,8	33,5	39,6				
1993																			4,1	6,8	9,9	14,9	17,2	19,8	24,2	27,1	28,3	29,0	34,8				
1994																				2,7	5,6	10,4	12,6	15,1	19,3	22,1	23,2	23,9	29,6				
1995																					2,9	7,6	9,7	12,1	16,2	18,9	20,0	20,7	26,2				
1996																						4,6	6,6	9,0	13,0	15,6	16,7	17,3	22,7				
1997																							1,9	4,2	8,0	10,6	11,6	12,2	17,3				
1998																								2,2	5,9	8,5	9,4	10,1	15,1				
1999																									3,6	6,1	7,1	7,7	12,6				
2000																										2,4	3,3	3,9	8,6				
2001																																	
2002																																	
2003																																	
2004																																	

Fonte:SEI

* Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as UFs (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)